

Obras
políticas
de
Paul
Proença

Volume III
páginas
de
política (3)



SEARA NOVA

Shi

1971

DO
DE L.



a distri



DO CINQUENTENÁRIO

1921 / 1971

Impressão de
Aracaju Sergipe
Copa de
Luzes Litorais

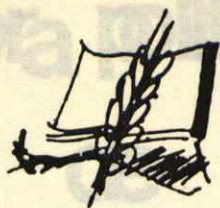
© Direitos de Paul Frensch
e Imprensa de Publicidade Nova, S. A. R. L.
Rua Fernando Linares, 23, 1.º B. | Lapa-1



Maqueta de
Acácio Santos

Capa de
Lucília Louro

© Herdeiros de Raul Proença
e Empresa de Publicidade Seara Nova, S. A. R. L.
Rua Bernardo Lima, 23, 1.º E. | Lisboa-1



EDIÇÕES DO CINQUENTENÁRIO

1921 / 1971

Volume III

páginas
de
política (3)



SEARA NOVA

1974



EDIÇÕES DO CINQUENTÁRIO

1971 / 1971

Maqueta de
Aldo Basso

Capa de
Lucilla Louro

© Herdeiros de Raúl Pincus
e Empresa de Publicidade Serra Nova, S. A. & L.
Rua Bernardo Lima, 22-1 - M. - [Lilias]

obra política
de
Raul Proença

Volume III

páginas
de
política (3)



SEARA NOVA

1974

Opus político

de

Raul Proença

Volume III

Páginas

de

(3) político

Nota do Editor:

O presente volume das Páginas de Política compreende a colaboração do Autor na Revista *Seara Nova* (1924-1926) e os seus «Panfletos» sobre a Ditadura Militar. Num último volume, a publicar em breve, reunir-se-á a sua obra política dispersa por diversas publicações, acompanhada de um prefácio que permitirá melhor compreender o pensamento e a acção de Raul Proença.

Índice

Pág.

9	<i>A Ditadura</i>
18	<i>A propósito de um comentário</i>
31	<i>Uma Réplica</i>
33	<i>Combates</i>
45	<i>O Último Movimento Revolucionário</i>
55	<i>Dileniar</i>
56	<i>A Ordem</i>
57	<i>As duas Legiões</i>
58	<i>Revoluções</i>
60	<i>Ilusões Nacionais</i>
63	<i>Resposta ao sr. Afonso Lucas</i>
72	<i>A situação política</i>
76	<i>Isto vai mal</i>
76	<i>O problema capital desta República</i>
81	<i>O Cancro</i>
83	<i>A decisão da sala do risco</i>
88	<i>Revolução e Ditadura</i>
92	<i>A Abolição Revolucionária da sala do risco</i>
104	<i>Resposta à nota de Emílio Costa</i>
106	<i>A situação política</i>
116	<i>A margem das palavras e dos factos</i>
123	<i>As atitudes do Sr. Cunha Leal</i>
129	<i>Os últimos acontecimentos</i>
131	<i>Os outros</i>
139	<i>O caso do Angola e Metrópole</i>
140	<i>Os Tabacos</i>
140	<i>O Fascismo e as suas repercussões em Portugal</i>
157	<i>O Fascismo</i>
159	<i>Uma Apologia do Fascismo</i>
171	<i>A Ditadura Militar</i>
	PANFLETOS — I
179	<i>A Ditadura</i>
	PANFLETOS — II
249	<i>Ainda a Ditadura Militar</i>

A Dilema	9
A proposta de um conselheiro	18
Uma Resposta	21
Comparações	22
O Último Movimento Revolucionário	45
Dilema	55
A Ordem	58
As duas Lutas	67
Respostas	72
Luções Nacionais	80
Resposta ao sr. Afonso Lopes	82
A situação política	72
Isa no mal	78
O problema capital desta Resposta	79
O Governo	81
A decisão da sala do facto	82
Resolução e Dilema	88
A Associação Revolucionária da sala do facto	92
Resposta à nota de Henrique Costa	104
A situação política	106
A situação dos pontos e das factos	116
As atitudes do Sr. Cunha Leal	120
Os últimos acontecimentos	126
Os outros	131
O caso de Angola e Metrópole	139
Os Taboos	140
O Partido e as suas responsabilidades em Portugal	140
O Partido	157
Uma hipótese de Enquadramento	159
A Dilema	171
RESPOSTAS	171
A Dilema	179
RESPOSTAS — II	179
Ata de uma reunião	240

A DITADURA

Não sei se é possível dizer que o português, em geral, não é um homem de fundo digno e sério, é por um inteligente. E, pelo menos, o que me sugere a minha experiência pessoal. Por cada cem pessoas há talvez, de talento entusiasta, arrufulgento, a cento ou deparar uma só de inteligência nítida, precisa, exata, ao obter alento da distinção nítida, as nuances, e as contradições das coisas, e capaz de entrar nos detalhes para obter a fazer sair ao balde dos resultados a parte da verdade feita, ou o resto de lei. Brilhantes muitas vezes, os seus espelhos são em regra ou falsos ou desviados; mas se os olhos são um ângulo de refração que se desvia, os olhos devem inventar que se estuda e decorre. Mas, pois, a grande parte verdadeira que Portugal é um país de escravos. Sendo, porém, acrescentar-se que «escravos» por vezes com talento.

Se intervenha em Portugal mil, dos mil homens inteligentes, creio que seria muito difícil, se não impossível, a falta de um único digno dos deuses, que a ditadura defendendo, a ditadura porque a ditadura (que se varia), independentemente de caráter, das linhas dos planos, e da natureza da moral dos ditadores, tem sido em Portugal em todos os tempos, e sempre que se viu correndo, a ditadura de Castilho pelo príncipe realista das ditaduras de Castilho e a Príncipe de Bexiro, e a ditadura de Castilho, a ditadura de d'Arriaga e a ditadura nacionalista que se viu sempre. A todos se deve, e por

A DITADURA

Não sei se lhes dou novidade de maior dizendo que o português, em geral, embora os artigos de fundo digam o contrário, é pouco inteligente. É, pelo menos, o que me sugere a minha experiência pessoal. Por cada cem pessoas de talento, de talento autêntico, aurifulgente, a custo se depara uma só de inteligência nítida, precisa, coleante, de olhar atento às distinções subtis, às nuances, aos contornos exactos das coisas, e capaz de entrar nos recessos duma ideia e fazer soar no balcão dos resultados o cobre da moeda falsa ou o ouro de lei. Brilhantes muitas vezes, os nossos espíritos são em regra ou falsos ou confusos: vemos as coisas sob um ângulo de refração que as deforma, ou através duma nuvem que as esfuma e obscurece. Sendo, pois, em grande parte verdadeiro que Portugal é um país de «burros», devendo, porém, acrescentar-se que «zurram» por vezes com talento.

Se houvesse em Portugal mil, dos mil homens inteligentes, creio que seria muito difícil, se não impossível, o êxito formidável, digno dos deuses, que a *ditadura indeterminada*, a *ditadura porque é a ditadura* (*quia est verbum*), independente do carácter, das ideias, dos planos, dos processos, da moral dos ditadores, tem tido em Portugal nos tempos precipitosos que vão correndo, aparvajados os bestuntos pelo prodígio romântico dos ditadores à Mussolini e à Primo de Rivera, e o cortejo de gestos, atitudes, *poses* de d'Artagnan e nefelibatices nacionalistas que ele traz consigo. A todos se ouve, e por

toda a parte, como uma espécie de *scie*, um credo que teríamos sugado nas próprias tetas da ama, um padre-nosso de *conto do vigário* universal, e isto de maneira imperiosa, como quem formula um axioma matemático ou um princípio da *razão pura*: *Só a ditadura nos poderá salvar*.

Reparem os senhores (porque aí está o nó da questão) não se diz: *tal ditadura*, a ditadura de *tais* homens, a ditadura com *tal* finalidade e com *tais* processos, a ditadura apoiada em *tal* ou *tal* força nacional superior às classes, as casernas e aos partidos. Diz-se, muito simplesmente, a *ditadura (quia est verbum)*, como quem diz o *ultra-salvarsan*, a ultrapanaceia universal, ou o SO,H da farsa do Brandão. Que importam os homens, as ideias, os projectos, as possibilidades, as garantias, perante a radiosa palavra que obceca as mentes, e onde todos vêem virtudes miríficas de água de Juventa, tónico Ildizienne, pedra filosofal, glândulas de macaco e varinha de condão? E assim estamos preparando inconscientemente, por um processo psicológico, no mais íntimo recesso das nossas almas sebastianistas, o ambiente para aquela ditadura desconhecida, para aquela tirania ainda anónima de *Encoberto*, para o mistério, o inominado, a grande sombra e pesadelo do dia de amanhã. *Estamos chocando todos, mais ou menos, o grande aventureiro*.

As ideias, até certo ponto, são criadoras, olá se são, digam o que disserem os que não acreditam na eficácia das ideias, que são talvez os idiotas. Ora as nossas ideias, repito, estão a chocar o ditador. Mais dia, menos dia, se as realidades se não antecipam, dando satisfação a este vago ansear por uma *coisa diferente* e mais nobre, ou pelo menos, mais viril, as nossas esperanças, fecundadas pela audácia dos energúmenos, põem-se para aí a inchar como grelo de alface, e todos nós parimos o Messias.

A ditadura... Mas qual? É este o problema. Se eu soubesse que o que viria aí a surgir num dia de nevoeiro (nestas coisas é sempre preciso meter o nevoeiro, de outra forma não se é *nacionalista*, e está-se vendido ao *inimigo do interior*), se eu soubesse que o que viria aí a surgir num dia de nevoeiro, era o bom ditador, a boa ditadura, também eu lhes garanto, palavra, que faria coro com os partidários dela, desconfiado como estou de que talvez venha a tornar-se mister uma governação excepcional que, dispensando as cóleras parlamentares do sr. António Maia, as pachouchadas do sr. Silva Barreto, os *abaixo os jasuítas* do sr. Sá Pereira, as rábulas e catilinárias contundentes do sr. Cunha Leal, e um ou outro rugido, clamor, vagido ou borbobrisma da arena parlamentar, suspenda temporariamente as normas constitucionais. Sim, meus amigos, concedo, o que nos salvaria(?) era talvez *uma certa ditadura*; mas o que nos perderá de vez são *todas as outras ditaduras*, e o mais certo, por mal dos nossos pecados, é que a ditadura que virá não será aquela que deveria vir.

Figurai, se puderdes, por mais esforços de imaginação que isso vos custe, e por mais repugnâncias morais e lógicas que tenhais a vencer, qualquer das seguintes calamidades nacionais, aptas a fazer esquecer as 50 000 vítimas do terramoto: uma ditadura de militares galhardos, mas inexperientes, fazendo *sonner leurs éperons* em garganteios mussolinescos e pés-de-alferes d'annunzianos à Musa das Finanças; de técnicos repletos de sabedoria, especializadíssimos, conhecendo todos os segredos das suas vitrines, mas sem sombra sequer de capacidade política; de homens violentos e reservados a quem ainda não passou da garganta certa espinha, e a quem move apenas uma política *ad odium*, e uma *delenda Carthago* (sendo aqui Cartago o partido democrático e Cipião o sr. Tamagnini Barbosa); de radicais

exaltados, faladores pelos cotovelos, bons rapazes alguns deles, tipórios de três assobios outros, e todos mais ou menos com inocências edênicas de Lopes de Oliveira no paraíso; de condutores operários cheios porventura de boas intenções, mas cuja organização e cuja ciência das coisas sociais e da *pública administração*, como soe dizer-se, toca as raias da mais graciosa ingenuidade infantil; e finalmente, para *clou* da festa, a do sr. Cunha Leal e dos seus amigos, parentes, clientes e aderentes, de quem não direi nada senão que já está dito tudo. Figurai qualquer destas catástrofes bíblicas, de que Deus nos livre, e de que não quereria ser o Noé, e dissei-me que tiranias, que perseguições, que medidas fantasiosas ou malucas, que prejuízos à economia ou ao bom nome da nação, que inabilidades, que escândalos à porta fechada, que compadrios, que concussões misteriosas, que fomento de revolta ou guerra civil, não estais desde já a prever de semelhantes cataclismos. *Ora na minha exemplificação eu não fiz mais do que escolher proposi-tadamente os grupos, os partidos, as classes que têm pregado ou desejado secretamente até hoje a ditadura.* Creio que, depois de pensardes muito bem (um dia não são dias), não deixareis de acordar estremunhados, boquiabertos ante a arara em que feis caindo, a gritar já aliviados: Apre! Deus nos livre de tais ditaduras e nos salve de tais salvadores.

Decerto a *boa ditadura* poderá vir um dia. Mas meus amigos, se vier não será dum momento para o outro, de arranco, de surpresa, como a sorte grande do Natal. Quando ela vier, se tiver de vir, já ninguém sentirá estranheza de maior, porque, antes de ter tomado conta do poder, tomou conta das almas — das almas, sim, das almas, que esperam, crêem, confiam, muito embora haja quem leve o cepticismo a duvidar da existência delas. Existem, senhores, afianço-lhes que existem, e que só

quando um grupo de homens lhes tiver imposto a sua doutrina, o seu *desideratum*, o seu ideal, o ambiente e as condições necessárias para a *boa ditadura* se encontrarão realizadas. *Antes de governar no poder é preciso governar nos espíritos*; antes de ser ditadores de política, condutores de almas. Foi assim que Mussolini, o vosso figurino ultra-*chic*, tomou a governação: antes de marchar sobre Roma, já ele tinha, a seus pés, o coração da Itália. Os senhores esquecem isto, porque vêem apenas a superficialidade, o espectacular, o lado decorativo, exterior, teatral das atitudes, sem lhes aprender a essência íntima, o frémido de vida que as anima.

Ora até hoje ninguém viu surgir entre nós, de nenhum ponto do horizonte, os homens que poderão fazer essa ditadura, porque ninguém descortinou ainda um movimento nacional com aquelas características. Aspirações mais ou menos definidas, noção intuitiva ou raciocinada do caminho da salvação, essas existem certamente, e cada vez mais insofismáveis. Mas ninguém viu ainda um grupo de homens em que essas aspirações tomassem corpo e que a nação apoiasse, clamorosa. Portanto, se neste momento alguém apoia uma ditadura, ou é a ditadura dos concussionários e dos incompetentes, ou a ditadura do Acaso, a aventura no Desconhecido, o grande salto no abismo em trevas. E todos nós a pregarmos, a advogarmos, a acalentarmos a ditadura do primeiro que surgir naquela esquina! E todos nós a rogar, a rezar todos os dias no íntimo das nossas almas fervorosas pelo *ditador da encruzilhada!* Súcias de imbecis que somos (perdoem que o diga), súcias de feiticistas das palavras a quem as palavras bastam, súcias de adoradores do Verbo que se não fez carne nem peixe mas que se pode fazer peixe-espada, súcias de escravos vis sobre que os aventureiros trepam, às escaladas inconfessáveis e às torpezas sem nome! E contra esta imbecilidade colectiva,

estas preces universais *ad petendam dictaturae*, esta incompreensão capital de que a ditadura (como os venenos) pode ser o pior e o melhor, a salvação ou a morte, a glória ou a ruína, o fim das oligarquias ou o maior domínio delas — contra isto só clisteres de esterco das redacções — que ia eu dizendo, só a imbecilidade senil das pachouchadas de *O Rebate*, só as defesas da Constituição pelos vazios de toutiço, contra o Verbo só outro Verbo, que estes parvos não vivem senão das palavras, pelas palavras e para as palavras.

Enquanto não surgir, pois, o grupo que mereça a confiança da Nação — se é mister que surja — e que terá de ser, forçosamente, de figurino e tendências antes trabalhistas que mussolinistas (os nossos problemas fundamentais são os da justiça, da repartição, da ordem moral e do trabalho), todos nós, seja qual for o conceito em que tivermos o actual parlamento, o devemos defender contra a ameaça do desconhecido, não já porque é o parlamento, mas porque representa uma *ordem*, mesmo instável, uma *segurança*, mesmo insuficiente, uma *garantia*, mesmo precária, e a ditadura mais provável seria a supressão certa de toda a ordem, de toda a segurança e de todas as garantias. Prefiro uma câmara a uma antecâmara, dizia Cavour; e eu uma câmara aos escritórios da rua dos Capelistas ou à tirania pimpona mas descerebrada de certas casernas.

A história do parlamento, é certo, não tem sido brilhante no nosso país (eu pergunto se modernamente alguma outra instituição tem tido entre nós uma história brilhante: universidades, associações, sindicatos, academias; em Portugal há o costume de atribuir apenas a burrice aos políticos; os outros são todos génios). É certo, a história dos nossos parlamentos não tem sido brilhante, mas tem sido porventura mais brilhante a das nossas ditaduras? Comparem os senhores, e verão os resultados

imprevistos a que chegam, e como se admirarão da sua falta de memória e da ineficácia absoluta da experiência. Vejamos. Que foram o *superavit* de Afonso Costa (de que já ninguém duvida) e a *lei-travão*, senão conquistas parlamentares? E quando é que o regabofe do compadrio atingiu as alturas alucinadas do delírio, quando é que os políticos talharam mais largas mangas no estreito pano na nação, senão nos períodos das nossas maravilhosas *ditaduras*: ditadura acéfala do governo provisório, ditadura acéfala de Sidónio Pais, ditadura acéfala de após Monsanto, e até a efémera ditadura ultra-acéfala dos outubristas, que foram todas, sob mais de um aspecto, *verdadeiras calamidades nacionais*? Vejam os senhores: a lei-travão um acto do parlamento, o 10 de Maio uma data da ditadura, e digam-me se *as ditaduras não têm sido, entre nós, mil vezes mais nefastas que os parlamentos*.

Evidentemente, é muito fácil criticar o parlamento, como qualquer instituição social, e sempre com razão às carradas: mais difícil é, porém, encontrar alguma coisa que o substitua. Se nós todos tivéssemos asas, era bem melhor que pagar o bilhete do «eléctrico». Os senhores vão-me dizer que não crêem na possibilidade imediata de termos asas. Hum! não acredito; no fundo todos os senhores crêem em fadas cor-de-rosa e nos poderes milagreiros da varinha de condão.

Por hoje basta, que já sinto falecerem-me as forças, como a Camões no canto décimo, e, ao contrário do sr. Cunha Leal, eu não vivo da política. Outro dia, mais tarde, falarei no parlamento, nos factos que têm contribuído para o seu desprestígio, no que se poderá fazer para o transformar num verdadeiro órgão da opinião e da vontade nacionais.

P. S. — A hora de encerrarmos este artigo, foram concedidas ao actual governo as mais amplas autorizações parlamentares. É uma ditadura? Será, mas uma ditadura sob a imediata fiscalização do parlamento, uma ditadura democrática, que presta conta dos seus actos junto do que existe entre nós de *opinião pública organizada*, alguma coisa já dessa *governança excepcional* que a *Seara Nova* vem reclamando para um dado programa e homens honestos e competentes. Estarão os homens do governo à altura da situação que lhes foi criada? Será esta ditadura, *preparada já por alguns actos que se impuseram à opinião pública* (sublinho isto, que joga com tudo o que digo atrás), a *boa ditadura*? Fazemos votos por que assim seja, embora haja muita gente a sentir que não é esta a *ditadura que eles sonharam* — porque não foi feita por eles, ou porque se pode pôr em pé sem *coup de théâtre*. Sem *coup de théâtre*! Os senhores concebem que se possa salvar uma pátria sem homens de génio e sem *coup de théâtre*?!...

(Na *Seara Nova* n.º 32, de 1 de Março de 1924)

A propósito de um comentário

A literatura das caixinhas caleidoscópicas e a literatura das ideias. — O predomínio do cold-cream na arte e na vida. — A Gramática é apresentada ao sr. Norberto de Araújo: muito prazer em conhecê-la! — Para ter elevação de ideias, descobre-se que é preciso, pelo menos, ter ideias. — Precalços de uma lingua comprida. — O articulista não aceita o travesti de pensador, e recusa-se a entrar na feira carnavalesca das letras nacionais. — Aparece em cena, sem ser esperado, o jornalista X. Se quer bater-me venha para a minha porta! — Chamam-se em auxílio os do patamar da escada. — O articulista, por seu lado, não pede o apoio de nenhuma letra do alfabeto, e, se não ataca o jornalista X, ataca, pelo menos, o jornalista 4X/5. — O sr. Souto Maior é tutti quanti apóstolos da Imprensa. — É faltar, vilanagem! — Uma combustão preciosa: para que é que esses senhores queimam as suas pestanas. — Como escreve agora o sr. Norberto. — Máximas escolhidas de La Rochefoucauld de Araújo. — Formula-se por fim um voto amigável.

O illustre jornalista sr. Norberto de Araújo, depois de reproduzir no *Diário de Lisboa* algumas passagens do meu artigo sobre *A Ditadura*, tem este agradável comentário: «Não está certo. O sr. Raul Proença, pessoa por quem tenho uma sincera admiração, e que é um espírito culto, não tem o direito de comprometer assim os seus próprios propósitos. Não está certo, nem pela falta de gramática, nem pela falta de elevação.»

Na quinta-feira seguinte (o dia de jejum foi alterado) o mesmo distinto jornalista reincidia nas suas amabilidades, escrevendo o que vai ler-se:

«O sr. Raul Proença — a quem já uma vez tive o prazer espiritual de me referir com palavras de justiça ao seu carácter de escritor e de pensador, o que me valeu uma bela carta da sua pena — fez-me saber por um camarada e amigo comum, o poeta Alves Martins, que no próximo número da *Seara Nova* ia castigar a sinceridade da minha legítima observação de quinta-feira passada, num artigo intitulado *Como escreve o sr. Norberto de Araújo*.»

«Já uma vez fez isso o meu bom camarada Forjaz de Sampaio — e até parece que nunca fez mais nada. Faça-o também o sr. Raul Proença, mas não apenas em relação a mim, que sou o mais humilde dos jornalistas do meu tempo, mas em relação a todos aqueles que, como eu — agora mais, agora menos: Avelino de Almeida, José Sarmiento, Jorge de Abreu, Herculano Nunes, Rocha Júnior, Bourbon e Meneses, Mário Salgueiro, Arnaldo Pereira, Afonso de Bragança, Edmundo de Oliveira, Norberto Lopes, Artur Portela, e tantos e tantos (1) —

(1) Desta lista suprimo o nome dum homem a quem devo tanto, que a simples ideia de que lhe deveria ainda o que o sr. Araújo pretende, me daria convulsões. Faço ao sr. Norberto de Araújo a justiça de pensar que ignorava completamente o género de relações que hoje me ligam a esse miserável.

queimaram as pestanas, queimaram as penas, queimaram as ilusões, e alguns queimaram a vida, para que de vez em quando, em revistas e publicações nefelibatas, alguns espíritos acomodados pudessem atirar para o país seis sentenças — que o país não cumpre nunca.»

«Como escreve o jornalista X...»

«Eu, não; mas outros com maior autoridade poderiam depois também divagar: “Como não escreve o sr. Raul Proença.”»

Que gosto que dá, neste jardim à beira-mar, escrever sobre assuntos que não sejam frioleiras, mundanices, chá das cinco, a menina dos olhos claros, as violetas que murcham nas jarras, e as mil e uma banalidades profundas que fazem hoje dos órgãos da imprensa, mais ou menos, jornais de modas e bordados, tão vazios de ideias e tão cheios de cosméticos como a cabecita loira de uma mulher morena! Escrever um artigo sério, em que cada termo traduza uma ideia, em que se procure sobretudo a força, a propriedade, a clareza e o rigor do pensamento e da expressão, um artigo que não viva apenas da caleidoscopia das palavras, do jogo das sonoridades, das mirabolâncias das visualidades jogralescas, e que todavia tenha nervos, carne elástica, pujança, sangue a espadanar por todas as bandas — e que sobretudo diga, exprima alguma coisa, co'os diabos — defenda ou ataque, afirme ou negue, elogie ou blasfeme — é, meus caros senhores, mais raro hoje do que nunca, e menos do que nunca dá glória e prestígio ao seu autor. O que domina agora e tem aceitação no mercado é certa literatura semimundana, tresandando a creme e a pó-de-arroz, exangue, mas esbelta e guizalhante, fazendo apenas da palavra a cócega voluptuosa com que os escribas nos acalmam os pruridos da audição. Se se pudesse escrever sem ideias, esta literatura seria brilhante.

Perdi eu o meu precioso tempo a lançar um grande *duche* de água fria sobre mais uma dessas funestas *ilusões portuguesas* que o nosso inveterado verbalismo e a nossa falta de maturidade mental nos fazem conceber de quando em quando — e não me dirão que eco ou efeito teve porventura o meu artigo? Que eu saiba, ninguém o criticou ou discutiu. Ninguém? Perdão, fui injusto. Há aqui este senhor que me vem dizer... que não conjuguei bem os verbos. Com isto se preocupa Bizâncio... e com as violetas que — espantosamente! — murcham nas jarras...

O meu artigo não tem gramática, meu caro senhor? Está bem certo disso? E onde conhecerá V. Ex.^a essa dama, e quem lha teria apresentado, para assim se equivocar tão lamentavelmente com os seus traços fisionómicos? O sr. Norberto de Araújo foi decerto vítima de uma brincadeira de mau gosto: a gramática não é o que V. Ex.^a pensa, nem ela lhe poderia ter pasado nunca procuração para assim tomar a sua defesa. E tanto que sou capaz de dar ao sr. Norberto de Araújo tudo o que exigir — tudo, tudo, até uma ideia — uma ideia, veja lá de que vantagem isso lhe seria na quinta-feira próxima, se fosse capaz de me provar que nos trechos que transcreveu havia um erro, um só que fosse, de gramática.

Nada há como os exemplos para explicar bem as coisas. O sr. Araújo vai saber com certeza de ora em diante que coisa venha a ser um erro de gramática. Ora atenda: «O sr. R. P. — *a* quem já uma vez tive o prazer espiritual de me referir com palavras de justiça *ao* seu carácter de escritor e pensador...» De duas uma: ou no texto citado escapou uma vírgula depois de «*referir*», e o sr. Araújo tem aí um exemplo do que se chama um erro de regência (não há *palavras de justiça a*, mas *palavras de justiça para*); ou nada há que dizer à pontuação, e o sr. Araújo observa um erro de sintaxe, pois nenhuma

oração pode comportar dois complementos sucessivos. Em qualquer dos casos, mostra-se assim ao sr. Araújo um erro de gramática, evidente, típico, bem caracterizado, palmar. Estou em crer que não fui eu que o perpetrei. E só agora, depois desta apresentação, V. Ex.^a poderá dizer à Gramática: Muito gosto em conhecê-la...

No meu artigo não há elevação de ideias? A que chamará, o sr. Norberto de Araújo, elevação de ideias? Às ideias penteadinhas, embonecadas, vestidas pelo Amieiro, com luvas *gris-perle* e os sempre fatais ramos de violetas, faces tingidas pelo rubor da aurora? Ou às ideias tão elevadas que são ténues e rarefeitas, e vogam, como os balões de hidrogénio, acima dos homens e das nuvens? As ideias, meu habilíssimo confrade, não são elevadas porque as inche o sopro das nossas goelas, mas porque a sua verdade, a sua justiça, a sua benemerência, a sua sinceridade, as colocam num nível superior aos interesses, as vanglórias, aos facciosismos e às paixões. Não tinha essa elevação o meu artigo? Que o prove o sr. Norberto de Araújo, para eu ficar equiparado a qualquer escriba. E quando a não tivesse, deveria ainda lembrar-se o sr. Norberto de Araújo que há muito pior do que escrever sem elevação de ideias: é escrever sem ideias nenhuma.

A verdade é que o sr. Araújo quis dizer amor e (o que já é) não lhe chegou a língua. Quis dizer que eu escrevera sem elegância, sem brilho, sem fortes qualidades de estilo — e disse que eu escrevera sem gramática. Quis dizer ainda que o meu artigo fora redigido numa das minhas crises de indignação, farto como estou de aturar uma sociedade de hipócritas e tartufos, de idiotas e de trantantes, de miseráveis que não medem o grau da sua abjecção, de «burros» que não vislumbram o tamanho das suas orelhas, de apóstolos que são ladrões, defensores e apologistas do Estado que roubam o Estado, amigos da Nação que espoliam a Nação inerte e indefesa, críticos

que desonram a crítica; farto de sofrer dia a dia, como alguns milhares de portugueses isolados, o espectáculo da maior miséria, da maior inconsciência, da mais profunda perversão de todas as forças (a do dinheiro, a do talento, a da imprensa, a da opinião); quis S. Ex.^a dizer que me movia o vômito, a cólera, o profundo desprezo, a irritação pelo que em roda de mim via e ouvia. E no seu vocabulário não encontrou outra maneira de exprimir isto, senão dizendo que eu escrevera sem elevação de ideias. A Gramática, para o seu estranho sincretismo, é uma espécie de bode expiatório, que paga as culpas da estilística e da composição literária; a elevação, na sua, quer dizer essa rígida compostura helénica, essa serenidade olímpica que é legítima numa sociedade de deuses ou de homens dignos desse nome, mas que nem sempre podemos manter perante tantos e tantos incidentes que teriam feito rugir de cólera a S. Francisco de Assis.

E assim tudo está certo.

Está certo que nem sempre tenho vagares para polir ou limar a frase, ou para me pôr de feição que ela saia escorregadia e vibrante, palpitante e luminosa. Julgará por acaso o sr. Araújo que as horas que devo consagrar ao meu serviço oficial as poderia dedicar a arredondar períodos, desbastar, quebrar asperezas de dicção, muscular ou cobrir a frase, polvilhar de pólen doirado ou cortar de estrias de escama a minha prosa rude e grosseira — perdendo assim ao mesmo tempo toda a autoridade para criticar, condenar ou pregar fosse o que fosse? Não sabe o sr. Norberto de Araújo que o que distingue a minha prosa é a sua perfeita sinceridade e a minha autoridade moral, perante as quais todas as minhas qualidades de polemista (a força, o ímpeto, a visão rápida do ponto a atacar, a fidelidade da memória, a facilidade na associação, a capacidade dialéctica, a intuição mais ou menos segura das superfícies de clivagem, da linha de pontos por onde o

prato da China vai rachar), sem as quais, ia eu dizendo, todas as minhas qualidades de polemista seriam absolutamente secundárias, sem as quais a minha própria atitude de polemista seria uma comédia e um crime, mais uma dessas literaturas de mau gosto com que nos andamos a intrujar uns aos outros? Pelo contrário, se muitos dos nossos jornalistas tivessem consciência, não escreveriam uma linha sequer a condenar fosse o que fosse, porque, antes de condenarem os outros, erguer-se-ia a condená-los a sua própria consciência.

De dia faço esta tolice enorme de trabalhar para o Estado, e o Estado, que tem de alimentar tanta criatura à boa vida, não tem dinheiro para me pagar o sustento. De onde a necessidade de ir buscar às noites a maneira de cobrir o *deficit*. Mas por vezes é preciso, na *Seara*, tratar de um caso, elucidar uma ideia, desfazer um equívoco, ou azorregar um «gabirú». E como é preciso, e não me preocupa absolutamente nada a gloriola (tenho a certeza de que nem um só dos meus artigos passará à história: eu não sou dos que coligem em livro as frioleiras), não tenho a pretensão que eles saiam *frappés* como medalhas, da beleza lapidar dos epigramas, e lá mando as ideias ao papel, sem curar da forma que vão ter. Eis a história de muitos dos meus artigos, escritos sabe Deus às vezes com que vontade, e com que sacrifícios para o escritor. Portanto, se o sr. Araújo dissesse que nos meus artigos havia por vezes coisas literariamente abomináveis, falaria como as próprias Escrituras. Ninguém o sente mais do que eu, porque não há ninguém que seja mais sensível à beleza da forma, à pureza do ritmo e às riquezas e imprevistos da alada fantasia. O que não pode significar, evidentemente, que, quando posso e quero, não seja capaz de escrever quase tão bem como o sr. Mário Salgueiro, o sr. Artur Portela, o sr. Norberto de Araújo, e o mais da centena e meia de escritores que esse senhor me cita como mestres.

É certo também — continuarei — que nem sempre posso tomar, num ambiente em que tudo é solicitação à ira ou ao sarcasmo, essa atitude tranquila e higienicamente acomodatória que o sr. Norberto de Araújo me receita. Se só me preocupasse com as violetas, e se elas murcham ou não murcham, seria fácil obedecer ao doutor. Mas para mim há a vida — e para os senhores há apenas, queiram crer, a literatura. Estão sempre com a vida às voltas, com a vida nos lábios, a vida é a sua retórica, e afinal não sentem nada profundamente, não vivem nada profundamente. Quem vive profundamente arrisca a vida. Quantas vezes a arriscaram os senhores? — A vida! a vida! Como se um homem que viveu uma hora sequer na sua vida pudesse escrever aquelas *fumisteries*, aquelas coisas inteiramente vãs, aquelas páginas onde se não sente uma convicção vibrando, um pensamento buscando definir-se, uma dor profunda aos gritos e aos soluços.

No segundo comentário que me dedicou, o sr. Norberto de Araújo chama-me *pensador* (o que me não chamam nunca é polemista: não é por onde eles se doem que eles se queixam), e tenta meter-me à bulha com todos os outros jornalistas.

Quanto ao cumprimento, enjeito-o e não lho agradeço. Só num país onde se pensa em geral pelo coccige, a medula, o bolbo raquidiano, as parótidas, a glândula tiroideia, o artelho do pé esquerdo — eu poderia sofrer o desaire de passar por pensador. Permita o sr. Araújo que rejeite a vénia e não autorize ninguém a fazer-me comparsa numa comédia que me repugna. Continuem a classificar de

geniais as baboseiras dos amigos, e deixem-me tranquilo na minha modéstia consciente e orgulhosa.

Alexandre perguntava ao cínico Diógenes o que queria que lhe desse: «Que não me tires o que me não podes dar» (e apontava-lhe o sol que ele lhe roubava). Que o sr. Norberto de Araújo me não tire o que não pode dar: a arte de escrever com gramática, e quanto ao mais pense de mim o que quiser.

E chega assim a vez de apreciar agora esse convite que o sr. Araújo me faz para generalizar o debate, investir sozinho contra Tróia, falar, não dele (o mais humilde dos jornalistas — como estas fórmulas cheiram ao sebo das mais fétidas secreções internas da vaidade!), mas de A., de B., de C., *duma maneira geral*, como se diz em matemática, *do jornalista X*.

Querem-no melhor? Mas por que carga de água hei-de eu escrever sobre o *Jornalista X*, se X me deixou em paz, se nem sequer conheço X, se foi apenas o jornalista Norberto de Araújo que se meteu comigo? Razões de ordem lógica ou moral não há nenhuma, é evidente. Mas há uma de ordem táctica, para S. Ex.^a “Se queres alguma coisa, vem bater-me para ao pé de meus irmãos!” O intento do sr. Araújo, toda a gente o percebeu, foi incompatibilizar-me com todos os jornalistas, sentir-se acompanhado nos seus ataques, ver dividida a bordoadada que via certa, e armar-me enfim uma cilada. E eu cairia nela, palavra, cairia nela, muito conscientemente, se fosse preciso. Mas não é. O que eu penso sobre o grosso do jornalismo do meu país está dito na *Seara Nova*. Não vou pensar o contrário, só porque este senhor me bate o pé, e me mete medo com o papão.

Por mim declaro que não tenho medo do papão. Sei com que espécie de cantigas ele se vai embora de cima dos telhados... Por isso essa ameaça encapotada do sr. Araújo só me faz rir. Rir, rir — e piedade.

Tenho com isto a estulta pretensão de afirmar que não reconheço o vosso poder? De forma nenhuma. Eu sei: um conluio vosso pode aniquilar uma reputação, desfazer um homem, destruir uma obra, condenar o mais digno ao silêncio ou derrubá-lo ao peso da calúnia. Tudo isso sei. A Moagem, o Alfredo da Silva, o Souto Maior também sabem.

Não é, pois, por não reconhecer o poder quase soberano do Jornal que eu me rio da ameaça encapotada, do projecto de beligerância surda ou confessa que contém o comentário de Norberto. É porque, no jornalismo português, apesar de tudo, ainda há uma dúzia de jornalistas honestos que não se prestariam ao conluio, e nunca poderiam ouvir da minha boca aquilo que eu diria aos conjurados: *É fartar, vilanagem!* É ainda porque quem não deve não teme, e eu tenho a consciência firme de que sou em Portugal um dos homens que tem a haver. No dia em que no jornal tudo fosse lama e cisco, surgiria o Panfleto. Sabe o sr. Araújo o que é o Panfleto? É o Azorrague — isto mesmo, o Azorrague. Não queira nunca ninguém experimentar-lhe as pontas.

Como foi o sr. Araújo capaz de empregar esse triste expediente de dividir responsabilidades e incitar-me a varrer a feira, para maior triunfo e comodidade de S. Ex.^a? No artigo que inseria o primeiro comentário que me dizia respeito, o sr. Araújo declarava que era preciso «expulsar do patamar da escada aqueles que nela instalaram a sua tenda de bugigangas» — referindo-se assim, não aos homens que nos jornais servem a Finança, mas aos párias do jornalismo, aos que não escrevem à moda nova, com *bâton* e *carmim*... Desta feita, porém, creio que S. Ex.^a, nos seus prolongadíssimos *etcéteras*, não se esqueceu de chamar também os do patamar da escada. E chamaria o guarda-nocturno, se não tivesse, porventura, como o

outro, um polícia à porta. (Alusão a uma das páginas das minhas Memórias.)

E todos esses senhores, declara-nos o sr. Araújo, «queimaram as pestanas, queimaram as penas, queimaram as ilusões, e alguns queimaram a vida, *para que* de vez em quando, em revistas e publicações nefelibatas, alguns espíritos acomodados pudessem atirar para o país seis sentenças — que o país não cumpre nunca».

O que esses senhores queimam por nossa causa! Que fogo, que labareda vai pelo mundo para que nós assemos à braseira as nossas castanhas!

Mas não vêem, não vêem? Lá está o coccige a pensar. Que demónio de relação existirá entre a queima das suas preciosas pestanas e o acto de atirmos ao país as nossas pobres ideias? Alimentamo-nos nós por acaso das cinzas das suas pestanas? A tinta, com que escrevemos — é formada das suas ilusões desfeitas? Somos nós antropófagos, e nutrino-nos da sua carne dilacerada pelos cilícios do sacrificio? Como seria bom compreender isto — se eu não tivesse agora mesmo, aqui atrás, no bolbo raquidiano, uma formidável dor de cabeça!

E depois vejam a monstruosidade: esses pobres senhores a sacrificarem-se a escrever, pagos, os seus artigos, para nós gozarmos do privilégio escandaloso de escrevermos gratuitamente os nossos! Sacrificio tanto mais enternecedor e penhorante quanto é certo que o fazem em pura perda — pois a nossa publicação não passa de uma revista *nefelibata*!

...Nefelibata, sim, tem razão. Como não poderia ser nefelibata uma revista que não recebe dinheiro dos cofres fortes e se não atou de pés e mãos em holocausto ao omnipotente Bezerra do Ouro!

O sr. Araújo encabeça o seu primeiro artigo com estes dizeres: «Como escreve agora o sr. Raul Proença». Eu, que reconheci no sr. Norberto de Araújo, e lho disse em carta, um jornalista cheio de promessas, um dos poucos dignos desse nome em Portugal, também poderia escrever um artigo com este título: «Como escreve agora o sr. Norberto de Araújo». Realmente, permita que lho diga, a sua decadência tem sido lamentável. Deixou-se contaminar pelo frasismo e mirabolismo que dizia odiar, e hoje a sua literatura é pior, muito pior, que a do sr. António Ferro. Deus do céu, a que profundos pegos de degenerescência mental, teremos ainda que descer?

Transcreveremos apenas, como simples exemplos, *todos extraídos dos artigos em que sou atacado*, alguns pequenos trechos.

Género mais leve, corrente:

«*Poderia ter passado por esta casa tudo quanto há de grande e de compensador na imprensa e na obra de jornalistas, que não teria passado nada se alguns deles não tivessem atirado para o definitivo (apre!) alguma coisa do que fixaram por instantes.*»

«*Num (livro) a cidade é uma grande rua com edifícios e almas, erguendo pensamentos da cúpula dos seus minaretes e ideias tranquilas da própria crosta dos tumultos.*»

«*Num o fulgor das praças públicas inspira comentários, profundos como desgostos, e ironias delicadas, como ilusões.*»

Basta, por Deus! A palavra não foi dada ao homem para estes exercícios de piruetas, em que o cérebro é substituído por uma caixinha caleidoscópica e a gente está a ver apenas o jogo das combinações feitas por umas tantas pedrinhas coloridas que lá metem e que depois agitam com uma graça e uma inocência encantadoras!

O sr. Norberto de Araújo tem razão: nunca em tempo algum, por mais que subisse ou descesse, eu poderia vir a escrever, em geral — *como o jornalista X.*

Agora género profundo, conceituoso: —

«Dir-se-ia que Deus se esquece às vezes de quem é, e se volta então para os inocentes, para parecer que ainda existe.» «No dia em que o homem começasse definitivamente a ser livre, deixaria também definitivamente de ser homem.» «Afinal, os cabelos crescem outra vez.»

Meus amigos, ficai sabendo: afinal — e um tracinho — os cabelos crescem outra vez!

Este género de máximas jornalísticas, hoje muito em voga, inspira-me o seguinte comentário: Toda a arte do escritor consiste em dizer coisas profundas, com o ar de quem as diz banais. Toda a arte do jornalista consiste em dizer coisas banais, com o ar de quem as diz profundas.

*

E aqui estão perdidas duas noites, duas.

Tinha que ser. Se me acusassem com justiça, bem ia. Mas acusaram-me de erros de gramática em artigos sem gramática, de falta de elevação de ideias em artigos sem ideias, é o que me parece exceder as marcas dessa tradicional audácia com que Deus fadou os jornalistas.

Por mais violento, porém, que este artigo haja de ser considerado, devo advertir sinceramente que me não move contra o sr. Araújo qualquer espécie de ódio ou de paixão. Quem dera que esse homem, reconhecendo a falsa senda que vem trilhando, enveredasse pelos largos caminhos batidos de sol e de ar livre, debruçados sobre o vasto mar, — e amasse a vida profunda e o pensamento, e fosse amanhã mais uma daquelas penas luminosas que lançam sobre o pequeno mundo que habitamos um pouco mais de claridade, para um pouco mais de justiça e um pouco mais

de beleza — que a arte só quando é vida e pensamento nobilita o escritor e dá valor à vida humana.

(Na Scara Nova n.º 34, de 9 de Abril de 1924)

Uma Réplica

A resposta que o sr. Norberto de Araújo fingiu dar ao meu artigo deveria ter condoído os seus próprios inimigos. Chama-se a isto bater em retirada, sem ser a de Xenofonte, com as botas rotas e a boca a saber a pó. Diz que fui insidioso (ainda queria maior clareza e rudeza no ataque!), que sou apoucado de lealdade de processos (quem não tem que fazer apanha moscas, faz bolinhas de sabão ou inventa destas), e que o meu artigo é uma «avalanche de *panache* e de frases ocas». Avalanche de *panache* deve-se confessar que é uma imagem feliz: como se se dissesse que certa dama solta um terramoto de suspiros, ou o sr. Araújo uma aurora boreal de disparates. Quanto às minhas frases, se elas já doem tanto sendo ocas, o que faria se fossem maciças! Para outra vez metolhes dentro sulfato de estricnina. Com que então oco? E que nome se deve chamar ao sr. Norberto de Araújo ao querer-me fazer passar por pensador? Eu bem lhe dizia que não tinha razão...

Diz ainda o distinto jornalista que no meu artigo falo constantemente de mim, como se numa questão em que só eu estou em causa devesse falar no Xá da Pérsia ou nas pirâmides do Egipto. Que sou vaidoso e cheio de embófia — no que deve ter razão, pois manifesto tão grande indiferença pela opinião alheia. Que lhe exijo que escreva com gramática, como se não tivesse sido ele o primeiro a notar-me erros gramaticais. E volta a falar na *carta*

adorada, fazendo supor que a escrevi em agradecimento a qualquer referência pública, e não, como foi o caso, em resposta a uma carta particular de S. Ex.^a.

Finalmente, e para fecho da disputa, manda-me reler um seu artigo sobre os *Homens Livres* que uma semana antes me pusera os cabelos em pé, e que não passa, pelo psitacismo, a verbologia delirante, a confusão mental, de um sintoma alarmante de qualquer desvio psíquico profundo. Mas para que me mandar ler o sr. Norberto de Araújo os seus *Homens Livres*? Pode lá haver mais belo documento de liberdade e dignidade do espírito do que aquele que S. Ex.^a firmou, com os outros seus colegas, ao abandonar o *Diário de Notícias* — e em que declararam que estavam prontos a sofrer todos os vexames impostos pela Moagem? Essa carta dos jornalistas é que ilustra duma maneira singular o que na nossa revista se tem escrito sobre a perversão dos órgãos da imprensa nas mãos das oligarquias financeiras. Já há muito sabíamos isso; já toda a gente o sabia. Mas o que nunca se viu foi a inconsciência com que um jornalista nos fala da liberdade dos *homens livres*, para na semana seguinte vir mostrar, com um cinismo revoltante, a grilheta que lhe chumbava os pés! Na redacção do *Diário de Notícias* encontra-se agora o sr. António Ferro — outro defunto *homem livre*. Mas afinal de que é que se julgarão livres esses senhores? De uma penhora, talvez...

O sr. Norberto de Araújo estende-me por fim a mão — e eu não tenho dúvida nenhuma em apertar-lha. Não há ninguém que seja mais amigo dos seus amigos do que eu. Tenha o sr. Araújo muita saúde, e escreva melhor, se puder.

P. S. — O sr. Colaço, no *Correio da Manhã*, depois de algumas palavras amáveis, lamenta-se por eu não atacar o jornalismo

moderno «no que ele tem de dissolvente pelo seu superficialismo intelectual». O meu caro senhor, por quem é, não tenho feito outra coisa, no próprio artigo de polémica com o sr. Norberto de Araújo não fiz outra coisa... Não ataco o superficialismo intelectual do jornalismo moderno! Mas, meu Deus, os senhores têm olhos e ouvidos?! ou em que língua é preciso falar-lhes para que entendam?

(Na Scara Nova n.º 35, de 15 de Maio de 1924)

Combates . . .

De todos os lados me vieram desta feita os mais calorosos aplausos pela minha atitude em face das incontinências verbais de certos jornalistas. Quase toda a gente compreendeu que não pode haver, para um escritor, maior coragem que a de defrontar os potentados da imprensa, acendedores das lâmpadas de Meca, e tão fáceis sempre em confundir os seus deveres essenciais com as graças e favores duma tolerância arbitrária e generosa. Quase todos compreenderam também que a literatura de combate é apanágio de todas as épocas, por mais que tentem negá-lo os espíritos acomodaticios e os idealistas sem virilidade, cúmplices eternos de todos os cabotinos da praça pública. E aos que duvidam ainda da eficácia das minhas polémicas, perguntarei se acham pouco este movimento quase unânime de repulsa pelos processos jornalísticos hoje dominantes que as minhas palavras suscitaram. A verdade é que todo o homem enérgico, corajoso, audaz e verdadeiro é uma força social; não deve deixar-se contaminar pelo cepticismo, que é também ingénuo à sua maneira; e em vez de calar-se porque é só, deve erguer com mais força a voz por isso mesmo. Aos cépticos ofereço estas judiciosas e penetrantes palavras do pensador

francês Gustave Belot que por acaso me caíram hoje sob os olhos: «Toda a tolerância tende a passar ao estado de direito, pois que todo o modo de acção deve ser reconhecido como legítimo desde que contra ele se não eleva nenhuma resistência... A resistência, mesmo individual, pode ser eficaz, o exemplo é contagioso. Nunca há razão para dizer: de que serve, e que posso eu sozinho? Porque nunca se está sozinho quando se procede com alguma energia no sentido do direito... O nosso direito cria-nos um dever; se a sociedade nos dá a palavra, não é para que nos calemos... Aqui ainda, sofremos de certas associações de ideias infelizes legadas pelo passado. O proselitismo, que nos lembra processos violentos ou pelo menos dogmáticos, ficou odioso. Um homem demasiadamente convicto dá-nos a impressão dum ingénuo, e um homem extremamente convincente dum importuno... Vemos intolerância naquele que nos contradiz ou simplesmente nos esclarece. Ele perturba a nossa quietação e a nossa inércia, que nós tomamos pela nossa liberdade. Num semelhante estado de espírito, como se compreenderia o dever de despertar as consciências adormecidas? Pretendemos viver sob um governo de opinião; e ninguém ousa esforçar-se por fazer a opinião, ninguém quer afrontar a opinião. Assim a abdição dos que teriam a maior autoridade e os maiores deveres deixa senhores do terreno os palradores que não receiam falar porque nada têm a dizer. De aí essa imprensa sem grandeza nem missão, cada vez mais confinada na banal informação ou na literatura superficial ⁽¹⁾, na insipidez da mundaneidade ou nas asperezas

⁽¹⁾ Veja-se, como exemplo, o *Fado de Camilo*, depois cantado pelas pequenas das escolas ⁽¹⁾ e a atitude do *Diário de Notícias* no já célebre crime da Figueira, exploração torpe de noticiário que provocou da parte do marido da vítima algumas das mais exactas e corajosas palavras que têm sido proferidas contra a imprensa do nosso país.

da concorrência política. E todavia não há razão decisiva para pôr em dúvida a eficácia da acção pessoal. Sem dúvida, ela pode parecer hoje mais difícil do que outrora, em razão da grandeza crescente da massa social a mover. Mas por outro lado esta massa é singularmente mais móbil, física e moralmente, e são mais poderosos sobretudo os meios de a pôr em acção... A verdade é que nunca foi tão fácil pôr a opinião em movimento, embora nunca se tenha tido menos coragem para o fazer... Já não cremos na acção, e isso mesmo faz a nossa fraqueza. Tornar-nos-íamos fortes se consentíssemos em crer por um momento na nossa força...»

Decerto que subscrevo, que todo o meu passado nesta revista subscreve com inteira convicção estas palavras de Belot. Também creio na eficácia da acção individual. Tantas vezes se brada no deserto que o deserto acaba por animar-se. Se os Herculanos, os Anteros, os Basílios, renunciaram, não procurem a causa no ambiente, mas neles próprios: é que não foram feitos para a luta. Todos nós passamos a vida a atribuir aos *outros*, ao meio, ao país em que nascemos, os males cuja extinção ou pelo menos cuja supressão parcial dependeria apenas muitas vezes dum pouquinho de energia, de força e de coragem da nossa parte. Queixamo-nos de que o ambiente esmaga o indivíduo, sem nos lembrarmos de exigir que o indivíduo se imponha e modifique o ambiente. Condicionamos sempre a nossa acção num meio de responsabilidade anónima e colectiva. Crer em nós próprios, deveria ser o primeiro credo dos homens que não querem passar apenas a vida a olhar para o passado e a admirar platonicamente os seus heroísmos.

Tivéssemos nós em Portugal somente dez homens que soubessem e quisessem sê-lo, com energia, com tenacidade e com desassombro, e que *soubessem o que queriam* (condição bem mais difícil do que parece), e os nossos jorna-

listas seriam talvez menos vazios, os nossos políticos menos venais, os nossos comerciantes menos egoístas e espoliadores e os nossos operários menos estreitos. Em vez da dúvida, do cepticismo e da *blague*, é a confiança em si próprio, é a confiança nos outros o primeiro dever do homem de espírito.

Um dos escritores atingidos pela minha última nota era o sr. António Ferro, cronista e jornalista de relativo talento que a nossa crítica niveladora e sistematicamente louvaminheira tem feito descer às maiores vilezas da prosa, às mais irritantes faltas de gosto e aos mais idiotas acrobatismos de polichinelo de circo, tudo (pobre dele!) para parecer moderno e desenvolto, e marcar no flanco, com orgulho cómico, a sigla escravizante duma escola. Toda a vaidade de certos indivíduos se satisfaz em afixar um diploma, um penduricalho, um carimbo, uma estampilha que lhes faça perder a individualidade e os transforme em número tantos de qualquer série. O carimbo que este senhor afixou foi o de futurista; e dá lástima ver os esgares, as momices, as piruetas, os saltos mortais que ele tem vindo a fazer no trapézio e na corda bamba só para nos convencer de que o é! E quantos após ele pintaram também a cara de alvaiade e vermelhão e se entregaram aos trejeitos e acrobacias duma moda efémera!

Não quero mal nenhum ao sr. Ferro; desejo apenas que se corrija, que se liberte da sua esporádica psicologia de novo-rico e de *cocotte*, deitando ao guano as jóias de latão, a missanga, as lantejoulas, o *rouge*, o *cold-cream* e as calcinhas de renda do desopilante futurismo com que pretende deitar o lúzio às fáceis glórias e *épater le bourgeois*. Liberte a sua literatura dessa atmosfera viciada de alcoice, e abra as janelas de par em par para a vida, para

uma literatura de ar livre e uma arte de ar livre. Não creio que haja futurismo que resita a um duche frio todas as manhãs e a uma lufada de ar nas ventas...

O outro escritor atingido era o sr. Trindade Coelho, de quem conhecemos uma novelazinha suportável, que talvez pudesse ao menos marcar passo no domínio da literatura de puro sentimento, mas tão fraquinho de intelecto, Deus meu, que não concebo, assim às primeiras, como o guindaram às culminâncias que hoje ocupa na imprensa portuguesa. Espírito falso, vazio, descoordenado, vivendo *à la dérive* da associação das ideias em regime permanente de confusão mental e de verbalismo delirante, creio não errar chamando-lhe o representante máximo do psitacismo nacional. Não há um artigo só da sua pena que não forneça matéria de observação a um psiquiatra e não diagnostique para logo uma degenerescência profunda dos neurones superiores. Cada uma das fórmulas de que ele tanto abusa me parece obtida pela forte compressão dum cérebro incapaz de espremer outra coisa senão água chilra. E a este pobre senhor magro é tão cerebralmente anémico, que precisaria de reconstituintes mentais e possivelmente dum período de repouso numa casa-de-saúde, o que fazem as forças que pretendem carrilar a existência nacional e reorganizar para o bem comum a actividade da Grei? Põem-no à frente de *O Século*, o «jornal de maior circulação no país», para ser um mentor da opinião e um mestre do pensamento doutrinário! Nesta cruzada de redenção, Trindade Coelho é o seu jornalista, como Cunha Leal é o seu político. Isto, francamente, chega a ser offenbachiano.

Esse caso da União dos Interesses Económicos (no seio da qual conto alguns dos meus bons amigos) não pode aqui ser tratado sob todos os seus aspectos, nem eu poderia nunca marcar no caso senão a minha opinião estritamente pessoal. Direi apenas o bastante para definir

a minha atitude de espírito em relação a esse organismo. Em primeiro lugar, eu estou longe de professar pelos políticos e pelo parlamento o desprezo absoluto dos homens da minha geração; e num dia em que a ditadura conquistava as simpatias quase gerais dos portugueses e estava em moda o ataque às instituições parlamentares, lembro-me que fui eu o único a defendê-las, não já em nome dos formalismos teóricos e da rigidez de princípios que muitos me atribuem, mas da mais elementar experiência das nossas realidades políticas. A verdade é que todos os povos em declínio precisam de criar bodes expiatórios, no que são auxiliados pela carência quase geral do sentido das realidades e do verdadeiro espírito crítico, que nunca discute as instituições em si e em abstracto, mas em relação ao ambiente, às condições sociais e às instituições opostas por que se desejaria substituí-las. A atitude verdadeiramente realista em face do parlamento seria, pois, esta: reconhecido que o parlamento é mau, não seria pior uma ditadura? E então o problema não consistiria antes na transformação do parlamento do que na sua supressão pura e simples? Eu bem sei que é muito difícil esta atitude, pois são muito mais cómodas as soluções absolutas, e o homem é feito de maneira que às pequenas conquistas realizadas prefere as hipotéticas conquistas das suas quimeras e dos seus sonhos. Mas por mim eu tenho muito amor por estas pequenas conquistas, estas pequenas garantias, estes pequenos direitos, e estas pequenas e limitadas realizações do ideal, e acho mais nobre e mais humano morrer por elas do que por um ideal concebido nas nuvens, inteiramente fora das contingências sociais. Para exprimir com maior força a minha ideia — e estou certo que os meus próprios adversários me farão a justiça de não pensarem que me move apenas o intuito de defender uma situação —, para exprimir com maior força a minha ideia, devo dizer que preferiria

morrer agora em defesa desta contingente e imperfeita república que nós fizemos a morrer outrora por aquela vaga e problemática república que nós sonhámos. Não há nada mais antipático ao meu espírito do que a fauna dos desiludidos, patetas porque esperaram o paraíso da República, impotentes porque nada fizeram para a fazer melhor.

O que disse do parlamento poderia aplicá-lo ao político. O político é hoje o nosso bode expiatório, como foi em tempo o jesuíta, como serão talvez amanhã as forças vivas. Dir-se-ia, ao crer as gentes, que o político é o causador de todos os nossos males, e que sem eles todos nós nos poderíamos sentar à mão direita do Deus padre.

Os políticos têm sido realmente maus, mas quantos fora da política podem dizer: eu cumpri o meu dever de cidadão? E qual é a classe que tem direito de aparecer ante nós, não como uma ré que se confessa e se penitencia, mas como julgadora e dispensadora do castigo? A União dos Interesses Económicos assumiu esta atitude irritante, e em vez de começar por fazer o que seria aqui essencial em todo o movimento de classe — que é a sua própria *deontologia* —, ergueu o lábaro da revolta, ousando mascarar-se de inconcussa, como o mais puro e nobre reduto da consciência nacional.

Sou funcionário público, mas não há nenhum sentimento de classe que me obrigue a tornar solidário com as dezenas de milhares de criaturas que nas repartições públicas exploram o país e roubam o Estado. Acima de toda a solidariedade e de todo o interesse de classe ponho a solidariedade para com toda a Grei e o interesse nacional. Porque é que os melhores de entre vós não adoptaram a mesma atitude para com as dezenas de milhares de exploradores e de envenenadores do povo que tendes no vosso seio? Apoiáis com o vosso beneplácito ou o vosso silêncio os crimes que a gente do comércio e da

finança tem cometido contra o povo? Esqueceis o desenfreamento de baixos apetites e a miséria da raça de que estes últimos anos de após-guerra nos deram o triste espectáculo? Não conheceis milhares de comerciantes de carreira que nesse período fizeram de Portugal as minas do Brasil ou as roças de África, enriquecendo à custa da miséria pública? Não odiais do fundo do vosso coração os que dentre vós falsificam os géneros, roubam nos pesos, compram os jornalistas e os políticos, lesam e defraudam a fazenda, espalham por toda a parte os germes da venalidade e da corrupção? Esqueceis os detentores da terra que a não cultivam e os que vivem nas delícias do absentismo? Ignorais por acaso que centenas de directores de companhias têm feito lucros excessivos e revoltantes? Dá-vos o direito da consideração pública o uso que fizestes da vossa riqueza e a maneira como empregastes o vosso supérfluo? Que flor de beleza e idealismo ergue a sua haste da vossa actividade? Qual a biblioteca, o museu, a escola, o laboratório, o grande hospital, o sanatório, a obra de arte que vos deve a existência? Além dos prémios que concedeis aos concursos jornalísticos, a expressão mais interior porque é a mais comercial, da literatura, e das horríveis catacumbas, gaiolas e caixinhas de amêndoas que construís para vossa habitação, desonrando a estética das cidades e dos campos de Portugal, que mais fizestes vós pela beleza e pela justiça, para maior fulgor da inteligência, da arte, da virtude ou da bondade? Não vos faz corar de vós mesmos um simples exame de consciência?

Vós conheceis tudo isto, e sabeis decerto que muitos do vosso grémio deveriam estar a ferros, como criminosos comuns. E todavia, ao fundardes a vossa União, não fizestes o *mea-culpa*, não procurastes definir o que é legítimo e o que é ilegítimo na esfera das actividades económicas, não assentastes o vosso movimento, antes de

mais nada, numa declaração dos deveres sociais. Só falastes nos vossos direitos e nos vossos interesses, como se eles se identificassem absolutamente com os interesses da nação, e tivestes a coragem de vos denominardes as «classes espoliadas», como se as outras usufruíssem da fortuna que vós criais e fôsseis os ilotas da actual civilização! E tão poucos direitos concedeis a este pobre povo (que eu persisto em considerar o mais explorado do mundo), que ao primeiro semblante dum protesto formulado dentro da ordem já vos parece ver a hidra da Revolução Social erguer as cem cabeças e pedis alucinados um Mussolini que as decepe! O povo é ainda para vós a besta humana que não tem direito senão a trabalhar; aos seus lamentos que a Guarda Republicana responda fuzilando-o; todo o protesto que não partir de vós é um fermento de desordem; e estais preparando com a vossa atitude antidemocrática e ferrenhamente conservadora o advento dum Mussolini de pacotilha, que há-de cair — isso é dos livros — na poça do seu próprio sangue. Comparai a atitude dos conservadores ingleses, que estão adoptando uma nobilíssima *política de transigência* que honra a espécie humana, com a vossa cega *política de resistência* contra tudo o que representa um maior equilíbrio da riqueza e uma maior justiça social. Os ingleses transigem diante dos factos; vós resistis ante as exigências mais justas. Volveis apenas os olhos para Mussolini, sem vos lembrardes que todos os Mussolinis acabam por tombar, e aqui mais depressa que em parte alguma!

Não penseis que estou fazendo bolchevismo, ou no que escrevi dei ao menos largas aos meus sentimentos socialistas. Não há aí uma só frase que não pudesse ser subscrita por um verdadeiro conservador. Pelo contrário, muitos homens da direita foram muito mais longe do que eu no seu ataque às oligarquias financeiras. Ainda não

há muitos meses que um jornalista monárquico, irritado com a finança, dizia ser preciso dar um assalto ao Banco de Portugal, e correr tudo à vaiada; e um homem da extrema direita, do mais desbotado e hesitante republicanismo, se esalfava a gritar que a Banca era o maior inimigo do país, e que era absolutamente necessário fazer um inquérito às fortunas particulares. Assim faziam então a história, num período em que a República estava de facto nas mãos das clientelas financeiras, o sr. Afonso Lucas, que hoje tanto grita contra a intrusão do governo no Banco de Portugal (1), e o sr. Trindade Coelho, aquele mesmo que inclui agora a Banca no número das «classes espoliadas». As circunstâncias mudaram; a República fez um esforço, embora talvez demasiado nervoso, de libertação das tutelas financeiras; atacar a Finança já não é a boa política destrutiva; os seus maiores detractores tornaram-se os seus maiores apologistas; mas nem por isso os srs. Afonso Lucas e Trindade Coelho, quando diziam aquelas palavras duras e excessivas, deixavam de ser conservadores.

Mas se houvesse dúvidas sobre a maneira errada como a União dos Interesses Económicos colocou o problema da sua intervenção na política nacional, bastaria essa

(1) Devo declarar que também não dou o meu apoio à forma como o governo procedeu na questão do Banco de Portugal. O Estado nunca deve dar o exemplo do desrespeito pela lei; compete-lhe manter-se sempre no domínio da moral social. Esse «assalto» frustrado, a proibição das conferências de Amâncio Alpoim e Homem Cristo, e outros factos que deveriam merecer a repulsa unânime de toda a imprensa, mas que neste país só foram motivo de pura exploração política. (*O Século*, que censurou o governador civil de Coimbra por ter proibido a conferência de Homem Cristo não teve senão palavras de louvor para com o sr. Ferreira do Amaral por não ter permitido a de Amâncio Alpoim), estes factos de interservação das regras morais e de abuso de autoridade não servem senão para desprestigiar o Estado e desonrar a República.

escolha do sr. Trindade Coelho como director do seu órgão para demonstrar à evidência que não está à altura das circunstâncias e a não animam intuitos verdadeiramente «reformadores». Se o seu «reformismo» produz efectivamente esta selecção no domínio do espírito, escolhendo precisamente o homem que representa um dos mais tristes, decadentes e mórbidos aspectos da mentalidade portuguesa, se é essa a sua tabela de valores espirituais, o que há a esperar da sua clarividência e do seu sentimento de justiça? Tenho aqui escrito que é como o espírito que se resolvem todas as coisas, mesmo as coisas da matéria. É com o espírito que o sr. Trindade Coelho representa que a União dos Interesses Económicos pretende salvar o país?

Quanto ao resto, quanto à maneira como esse pobre senhor magro, de ideias magras e palavras gordas, entendeu dirimir o nosso pleito, não será crueldade insistir? E não será talvez ao mesmo tempo demasiadamente offenbachiano? Valerá a pena dizer que esse pretense partidário da Ordem me procurou na Biblioteca Nacional, quando me encontrava no pleno exercício das minhas funções oficiais, para tentar um desforço físico? Vale a pena pôr em evidência o imprevisto cómico desta situação, em que o delegado e representante das forças de ordem e o apologista encartado de todas as disciplinas sociais cometeu um dos mais graves atentados que se podem conceber contra o princípio da autoridade, da disciplina, da ordem e do respeito devido às funções públicas? Não, não vale a pena. A verdade é que o sr. Trindade Coelho, ao subir a escada da Biblioteca, sabia muito bem que não ia escrever um artigo de fundo. E decididamente, apesar de tudo, eu não quero «bater» mais nesse homem...

P. S. — Não me permitirão os meus afazeres particulares e oficiais (não sei se os srs. jornalistas compreenderão bem isto!) responder talvez tão cedo às críticas sentimentais de que foi objecto o meu artigo sobre Religião, em que ninguém publicamente reconheceu ao menos a força da expressão, a propriedade e precisão da linguagem e o rigor do método intelectual. Devo, porém, repellir desde já a afirmação do sr. Filomeno da Câmara no *Diário de Notícias*, de que estivemos aqui a fazer *estendal* do nosso racionalismo ateu, afinando os nossos gorjeios de melros de bico amarelo pelos urros do populacho ignaro — como se o *populacho ignaro* conhecesse as antinomias de Kant e não fosse, entre nós, na sua grande massa, católico apostólico romano. A verdade é que não costumamos afinar a nossa voz pela de nenhum grupo ou de nenhum homem, quando tratamos de definir o nosso pensamento. Ao contrário do da maioria dos intellectuais do nosso país, ele não está sujeito às oscilações do câmbio, nem o exerço numa *atmosfera de conformidade*, ou, pelo contrário, de *reacção*. Conformidade e reacção são para mim puras atitudes simiescas que degradam e prostituem a inteligência. Estou por todos ou contra todos, se eles estão pela razão ou contra ela. Nas minhas divagações doutrinárias, não me preocupa o estado das nuvens nem a altura do barómetro. O pensamento é para mim alguma coisa de demasiado nobre para antes de o exercer olhar as horas no relógio do vizinho, a fim de adiantar ou atrasar o meu. Mas é difícil aos homens de facção conceber um tal estado de espírito. Procedendo sempre com fins políticos partidários, são religiosos ou ateus, antagonistas da Finança ou seus apologistas, conforme as conveniências políticas do momento. Quando os democráticos estão do lado das oligarquias, vê-se nos *Homens Livres* (da política e da finança!) o verdadeiro núcleo do ressurgimento nacional. Quando os democráticos estão contra as oligarquias, tomando um pouco o semblante de *homens livres*, é no Nacionalismo (um partido) e na União dos Interesses Económicos (grupos financeiros) que está a salvação do país. Assim concebidas as coisas, é de facto difícil compreender uma atitude de espírito verdadeiramente orgânica e desinteressada. Nunca compreenderão os gorjeios dos melros de bico amarelo os pássaros que têm o bico de todas as cores.

(Na Seara Nova n.º 44, de Abril de 1925)

O Último Movimento Revolucionário

A maneira como sempre temos condenado todas as agitações da esquerda republicana dá-nos uma autoridade especial para julgar o último movimento conservador como um acto essencialmente criminoso, que a República tem não só o direito mas o dever de castigar inexoravelmente — em nome do prestígio do poder e da própria piedade bem compreendida, que não pode nunca sobrepor a generosidade para com os vencidos aos interesses gerais da nação e à piedade pelas vítimas inocentes dum estado de insurreição crónica que nos envergonha à face do mundo. Temos de pôr termo, por mais que isso custe à nossa frouxa virilidade e à brandura dissolvente dos nossos costumes, às constantes aventuras revolucionárias como meio de fazer manter pontos de vista partidários. É preciso que doravante o bombardeamento da cidade pelos despeitados ou os ambiciosos seja um desporto arriscado. Temos de endireitar a cerviz, de tonificar os nervos, de sufocar os sentimentalismos estéreis e criminosos que têm resultado numa pavorosa crise de toda a ideia de autoridade. Restabelecer a autoridade, organizar a defesa do regime, fortalecer a ordem, acabar de vez com a impunidade que premeia todos os banditismos políticos é o primeiro dever dos que têm nas mãos os destinos da República.

Mas em nome de que princípios e de que exigências da consciência nacional se fez o último movimento revolucionário? Com que elementos contava, e que forças lhe davam o seu apoio? E qual era a perspectiva que ele abria sobre o futuro da República, se tivesse ficado vencedor? Tais são as questões de que nos propomos tratar neste ligeiro artigo.

Todos nós sabemos como a revolução de 18 de Abril foi precedida de dois actos violentos, que não eram mais

do que os sintomas dum estado revolucionário latente e os pródromos ameaçadores duma luta à mão armada. Um desses actos foi a hostilidade declarada do partido nacionalista contra o actual parlamento, abandonando o Congresso e permitindo-se invectivar o presidente da República por o não ter chamado a constituir governo após a queda do gabinete José Domingues dos Santos. O outro foi a campanha tendenciosa da União dos Interesses Económicos, que, pela pena do director de *O Século*, preparou uma atmosfera revolucionária puramente artificial, e à custa dos mais miseráveis sofismas e da ausência duma imprensa que a defrontasse e a esmagasse, pretendeu convencer a nação que os radicais queriam estabelecer entre nós o regime bolchevista e deixar impunes os assaltos da Legião Vermelha.

São estes dois actos essenciaes que explicam a eclosão do último movimento revolucionário. Temos de os analisar, para lhes compreender o alcance e o valor.

Quanto ao partido nacionalista, devemos afirmar, sem nisso pormos a mais leve sombra de paixão, que não vemos motivos legítimos para que ele tivesse assumido essa atitude de incompatibilidade, que nem sequer poupou, como dissemos, o supremo magistrado da Nação. Queixam-se os nacionalistas que o partido democrático está exercendo uma ditadura de facto pelo largo monopólio do poder, e que tendo caído o governo radical de José Domingues dos Santos, era a eles, como conservadores, que devia incumbir naturalmente a tarefa de constituir ministério. Tal a lógica interessada e simplista com que os nacionalistas consideraram a questão. Mas a verdade é que a realidade dos factos não se põe com esta simplicidade infantil. Nunca em parte alguma um partido abandonou o governo pelo simples poder dos anos. A filosofia do «tira-te tu, que já lá estás há muito tempo» pode ser, em matéria de psicologia saloia e de moral de funileiro de

Braga, irrepreensível, mas não tem sequer os laivos dum pensamento democrático. Em toda a parte um partido se conserva no poder enquanto é aceite pela opinião pública e corresponde iniludivelmente a uma necessidade nacional. Ora o partido democrático não tem culpa de que os conservadores portugueses não tenham compreendido nunca os problemas fundamentais da nacionalidade e tenham sido invariavelmente surdos às exigências mais clamorosas dos nossos interesses vitais. Em 1914 o problema vital da nacionalidade era a nossa intervenção na guerra; e vimos como o partido conservador, com o sr. Brito Camacho à frente, usou da mais eloquente e capciosa dialéctica para negar a utilidade dessa intervenção, e favoreceu e fomentou todas as agitações conducentes a diminuir o valor do nosso esforço e a quebrar a já abalada unidade nacional. Fazendo depender a nossa entrada na guerra e a forma da nossa participação nos pedidos da Inglaterra, cometeu erros de palmatória, que nos teriam sido fatais se a teimosia de Norton de Matos nos não tivesse então salvado dos desastres irremediáveis e nos não tivesse impellido para os campos de batalha da França, *contra os desejos íntimos da Inglaterra*. Ao esforço dos democráticos se deve, cumpre não esquecer-lo, essa brilhante vitória diplomática, que foi a garantia mais eficaz do nosso domínio colonial. Hoje o problema vital da nacionalidade consiste na defesa obstinada da Nação contra os apetites desenfreados e os interesses das oligarquias; e vimos também como o partido conservador desenvolveu toda a sua dialéctica para nos convencer dos malefícios dessa política. Por mais inteligentes que sejam alguns dos conservadores portugueses, faltou-lhes, porém, sempre esse sentimento vivo das realidades, essa intuição imediata das verdades de facto que torna vã toda a dialéctica, e que os democráticos nunca deixaram de revelar nas duas maiores crises do regime. Ao contrário de

Mussolini, intervencionista da guerra e pacificador da Itália ameaçada pela tirania maximalista, e que, portanto, reagiu nas duas crises por que passou o seu país segundo o interesse nacional (embora o seu ódio à democracia o condene a um eclipse próximo), os conservadores portugueses têm-se mantido constantemente cegos a todas as realidades portuguesas. Se nos falam, pois, em Mussolini, não é para lhe imitar o espírito, para ser sensível como ele às exigências nacionais, mas para copiar servilmente um figurino estrangeiro — como se a realidade portuguesa se moldasse absolutamente sobre a realidade italiana! (1). Cada país tem os seus problemas próprios, que não se podem resolver pela importação pura e simples das fórmulas estranhas.

Foi isto que compreenderam os democráticos, e por isso vêm formar mais uma vez a seu lado homens que não são do seu grémio nem da sua feição, mas que estão dispostos a esquecer as questões secundárias para atender às questões essenciais. A política nacional a fazer, a política de que o povo sente a necessidade, não a pregaram nunca os nacionalistas. Como se compreende então que eles se sintam com o direito de usufruir dum poder cujas condições não prepararam e de afrontar a opinião expressa do país?

Fácil é também mostrar que a interpretação da votação parlamentar que fez cair o gabinete dominguista não obedeceu também a uma lógica desinteressada. Efectivamente, o que fez cair esse governo não foi a sua política radical, isto é, o essencial das suas medidas económicas e financeiras, que a câmara apoiou, mas certa atitude tomada para com a Guarda Republicana por ocasião dos tumultos de Março. Como se compreenderia

(1) O que é mais interessante é que são esses homens, que querem aplicar aos nossos casos as soluções estranhas que se dizem *nacionalistas!*

então que o presidente da República resolvesse a crise esquecendo os seus motivos determinantes, a posição do parlamento em relação à política geral, as imperiosas exigências da opinião pública e a situação de reduzida minoria nas duas câmaras do partido nacionalista? Se o sr. Teixeira Gomes, nestas circunstâncias, tivesse confiado o poder aos nacionalistas, teria cometido um abuso de autoridade e um acto de ditadura pessoal que a história lhe não perdoaria.

Assim vistas as coisas, o partido nacionalista deveria resignar-se, aceitar por um tempo a sua subalternidade política, refazer-se na propaganda e procurar obter um maior apoio na massa republicana do país. Em vez disto, foi para a revolta inevitável, inflamando-se nas tiradas apaixonadas e subversivas do mais pessoalista de todos os nossos políticos (cheio de ódios, de despeitos, de cóleras, de ambições) e, enfraquecendo-se como força política de ordem, enfraqueceu e comprometeu o regime. À custa desta fraqueza vegetou como nunca o cogumelo das Forças Vivas. Nos seus artigos campanudos, *O Século* tocou a rebate. A União dos Interesses Económicos desenvolveu com maior confiança a sua táctica de resistência contra a política dos interesses nacionais. A banca desatou os cordões à bolsa, o movimento organizou-se em todo o país, e a propaganda fez-se, clamorosa como nunca. Em nome de quê? Em nome da Ordem ameaçada. Quis-se fazer crer que entre os dois extremos antagónicos — *Bolchevismo e Oligarquia* — não eram possíveis termos intermédios; quem quisesse meter a Finança na ordem *ipso facto* se pronunciava pelo bolchevismo. Eis o primeiro sofisma. Mas isto não bastava. Era preciso um facto concreto, que espalhasse o terror nos espíritos, e então surgiu a Legião Vermelha, corporação de criminosos comuns sabe-se lá a soldo de que miseráveis interesses de partidos, e fácil foi aos homens de *O Século*

convencer os seus leitores de que essa malta de facínoras era tolerada pelo estado republicano. Eis o segundo sofisma.

Noutro país esta propaganda cairia pela inépcia e pelo ridículo. O nome do pobre Trindade Coelho despertaria quando muito um sorriso de escárnio ou de indulgência. Entre nós espalhou-se nas classes possuidoras a crença na aproximação do bolchevismo, e o nome do jornalista foi soprado nas tubas sonoras da Fama. Assim triunfam entre nós, só porque gritam todos os dias as mesmas coisas, os audaciosos e os imbecis.

Mas bastaria a mais ligeira parcela de espírito crítico para compreender as manobras sofisticadas e desmascarar os intuitos da campanha. Ver-se-ia desde logo que a União dos Interesses Económicos, longe de se ter constituído para o triunfo da boa economia, visava a fortalecer o domínio da má finança, abusando certamente da confiança de muita gente sincera, que tivera artes de atrair ao seu seio. Ver-se-ia que era uma política cega de *resistência*, e não uma política de transigência e de parcial abdicção que as classes possuidoras aqui pretendiam instituir, ao contrário do que se faz, por exemplo, na pacífica Inglaterra, onde os conservadores ainda há poucos dias declaravam querer abandonar o que têm nas mãos. Ver-se-ia (*decisivo argumento*) que se a União se revolta contra a maioria dos políticos deste país, *é precisamente para dar o seu aplauso aos políticos que são os piores serventuários e caixeiros-viajantes da Finança* — como se a corrupção e a venalidade fossem, para ela, as qualidades supremas dos homens de Estado. Ver-se-ia que entre o bolchevismo e a oligarquia há uma série infinita de termos, e que não basta transcrever sob grandes *en-têtes* os malefícios do bolchevismo para ter sufocado todos os germes de independência, todos os anseios duma vida mais nobre, todas as medidas de boa economia social

e de defesa dos interesses do povo exigidas pela consciência do país. Ver-se-ia que o bolchevismo, para os homens de *O Século*, é apenas a capa cor-de-sangue que o *diestro* maneja diante dos olhos do povo para lhe enterrar com mais segurança a garrocha das oligarquias. Ver-se-ia ainda... o que não se veria! Ver-se-ia a ganância e a tirania mussolinesca dessa gente atingir extremos tais, que a simples simpatia do povo por um governo já é tida como suspeita e como envolvendo uma ameaça de subversão social. Ver-se-ia finalmente que a Legião Vermelha, longe de ter tido a cumplicidade dos homens da polícia ou do governo, teve apenas a cumplicidade dos homens de negócios. Ocultam o nome dos criminosos às autoridades policiais, e censuram depois estas por os não ter descoberto! Impossibilitam a acção da justiça, e queixam-se em seguida de ela ser complacente ou generosa! Muito grande deve ser a intranquilidade de espírito dessa gente, muito deve ter descido nela a noção do dever social, para se submeter assim tão cobardemente e tão criminosamente a uma quadrilha de salteadores. Se procurarmos uma resistência, vemo-la apenas num popular: o resto, as *forças vivas* fazem de forças mortas, sempre que se trata de lhes exigir coragem, audácia, sacrificio de si mesmo e a obrigação moral de resistir a todas as coacções e a todos os crimes.

Eis os pretextos e os motivos reais que determinaram a última revolução conservadora. No fundo, um movimento para triunfo dum partido sem partidários e duma política antagónica com os interesses da nação. A ele deram a sua adesão os monárquicos e os inimigos tradicionais do democratismo. Se ele tem vencido, teríamos um *sidonismo sem Sidónio*, quer dizer, um período de violências que não seria ao menos temperado e dominado por um homem de prestígio, e que viria a dar, ainda num prazo de tempo mais curto, uma nova traulitânia. É esta

perspectiva necessária, absolutamente lógica, absolutamente de acordo com as verdades da história e as realidades psicológicas, que mais condena os nacionalistas. Não se pode fugir a explicar a sua atitude de convivência neste movimento por uma imprudência que roça pela traição, senão atribuindo-a a uma estupidez que roça pela loucura. Os nacionalistas, conluindo-se com os monárquicos para a derrota dos esquerdistas e pondo o seu partido acima da República, cometeram um acto execrável que a grande família republicana levará algum tempo a esquecer.

O que se vai seguir? Continuaremos a alimentar todas as causas de desordem e a oferecermos a impressão da fraqueza e da inépcia?

Continuará o partido democrático a degladiar-se em lutas intestinas, e a dar, nas próprias discussões de política geral, o espectáculo do mais desenfreado individualismo — como se cada um dos seus membros fizesse gala em ser o *Único* de Max Stiner, e não concebesse melhor maneira de afirmar a sua altiva e indomável independência do que filiando-se num partido?

Continuará o nacionalismo de cócoras ante o sr. Cunha Leal, identificando-se absolutamente com a sua pessoa e com os seus processos — enquanto uma das facções do partido republicano português adopta a mesma atitude de servidão para com o grande estadista desterrado nas agruras de Montparnasse e do *Moulin Rouge*, à espera daquele «momento oportuno» que Jeová ainda não teve a clemência de decretar, e para um e para outro muito oportunamente vai pingando o dinheiro do Banco Ultramarino?

Continuará a chamada «política das esquerdas» sem chefes de verdadeira categoria intelectual que a preguem e que a realizem — política de salvação comprometida

pela pequenez dos «homens», programa de justiça arrastado na lama das ambições?

Continuará a vida nacional a ser dominada pelos apetites desvairados das oligarquias e dos «homens de negócios» de todos os partidos, advogados, procuradores e caixeiros de companhias e de bancos, receptadores dos chorudos sobrescritos lacrados, sem que uma onda de indignação e de idealismo subverta ou meta na ordem esses vendilhões da República, que todo o bom republicano deveria considerar como os piores inimigos do regime, mas *para quem até agora toda a gente tem apelado* — incluindo aqueles mesmos que há bem poucos dias se revoltaram, invocando hipocritamente motivos de honra e de justiça?

Continuaremos a assistir diariamente aos actos mais revoltantes de indisciplina, sem que o respeito pelo poder, o culto das virtudes militares, o próprio decoro se imponham às mais altas patentes do exército, que parecem ajustadas em o enxovalhar e destruir?

Continuarão os republicanos a ser representados por uma imprensa inconcebível, infinitamente inferior, pelo espírito, pelo talento, pela inteligência e pela cultura, à sua própria *élite* — uma imprensa incapaz de orientar e discutir, de esmagar pela cólera ou de conquistar pela persuasão, e que dá aos monárquicos a impressão que no nosso campo é tudo uma súcia de idiotas, enquanto no deles refulge o talento esplendoroso dos Cunha e Costas e dos Trindades?

Que fazemos? Estamos à espera da onda final que nos subverta — ou do clarão de Júpiter que nos ilumine? Suicidamo-nos ou fazemos preces? Levamos as mãos à cabeça, como o naufrago, ou elevamo-las ao céu, como o impotente que pede o auxílio divino? Até que ponto podemos levar a nossa cobardia e a nossa estupidez incorrigível?

A oito dias duma revolta dominada *sem honra nenhuma para os vencidos* parece que foram estes os vencedores. A nossa imbecilidade e a nossa incompetência para o combate permitem que se envolva duma auréola de prestígio um movimento que confessadamente não possuía programa e *para o qual cada um levava as suas inclinações (!!!)*, e que tinha um dos seus mais firmes e desejados esteios no sr. Cunha Leal. Pensávamos navegar em pleno oceano e chafurdamos num pântano. Julgávamos ir respirar um ar de Primavera, e só nos chegam às narinas miasmas pútridos. Continuam as disputas intestinas, as longas discussões estéreis, as manifestações de tibieza duma gente que parece ter nascido só para marchar à frente dum cavalo-marinho. Os generais batem o pé aos homens do governo, como a galuchos. Os revolucionários publicam os seus manifestos livremente e falam já em «outra vez». Cunha Leal triunfa. Sobre o general de divisão impende uma acusação gravíssima ⁽¹⁾. Os nacionalistas erguem com orgulho a cabeça, como se não tivessem cometido uma estupidez ou uma traição. Viva a Ordem triunfante; viva a República!

Como é triste a gente olhar para toda a parte e não ver ninguém, ninguém, ninguém! Apenas os dirigentes operários (de ordinário tão estreitos e facciosos) tomaram nesta emergência uma atitude que os honra, e que seria uma lição, se neste país houvesse gente com cabeça para aprender. Em face da ameaça das direitas sem programa e com os apoios que se conhecem, o operariado compreendeu que é do seu próprio interesse não exigir medidas catastróficas, e é o primeiro a propor uma plataforma e um programa mínimo perfeitamente exe-

(1) Devemos também observar que os homens deste movimento tiveram a especialidade da delacção pessoal. Em revoltas portuguesas, depois de 5 de Outubro, quer-nos parecer que é a primeira vez!

quíveis. Diante do perigo iminente, abate as suas bandeiras. Nesta hora duvidosa em que tantos parecem querer enjeitar a solidariedade para com os operários, eu saúdo-os como a única força que soube manter-se firme e digna, como os únicos que se mostraram dispostos a compreender e a transigir. Que importa aqueles que por medo os repudiam com grandes gritos lancinantes, como se governar com o seu apoio se tornasse suspeito à gente da ordem? Na hora de tibieza que corre — na hora dos traidores e dos poltrões —, por inteligência e por decoro, é para eles que vai a minha simpatia.

P. S. — Acabo de ler com espanto o último manifesto dos oficiais revolucionários. Que pobreza de ideias, que estilo, e que sintaxe! Dir-se-ia que para esses senhores é bem mais fácil salvar a Nação do que escrever com gramática. Que grande obra se faria neste país se obrigássemos todos os salvadores da Pátria a estudar as primeiras letras! Enquanto eles se não convencem, poderia ao menos o governo abrir desde já cursos nocturnos para autores de manifestos revolucionários...

(Na Seara Nova n.º 45/46, de Maio de 1925)

Dilemas

Estamos, segundo parece, na era dos dilemas. Todos os dias os jornais monárquicos anunciam ao orbe que «ou a Monarquia ou o Bolchevismo» — o que *O Século*, com aquela bem conhecida boa vontade à República, traduz por esta forma mitigada: «ou o Bolchevismo ou a Ordem». Também nós nos poderíamos entreter neste jogo pueril de alternativas, demonstrando que o verdadeiro

dilema seria «República Radical ou Bolchevismo», se não estivéssemos de há muito convencidos que a estupidez dum homem se pode medir pelo número de dilemas que sustenta. Duma maneira geral, todo o dilema é falso; só os cérebros obtusos e pouco habituados a distinções subtis colocam a verdade entre a espada e a parede, ou no meio de Scylla e de Caríbdes. A realidade — meus senhores — não está tão inteiramente ao vosso serviço que, para vos comprazer, apresente apenas dois pratos à escolha no seu *menu*. Ela tem o bom senso de não ser bipolar. Isso não vos convém, bem sei, mas o que é certo é que há muito mais coisas sob o sol do que os bicos impertinentes dos vossos juízos disjuntivos. A realidade, cavalheiros, se é um ser mitológico, como Jano, não tem, como ela, apenas duas faces...

A Ordem

Mas *O Século* põe um sofisma mais monstruoso, porque não se contenta em opor dois termos igualmente precisos, dum conteúdo perfeitamente claro e definível. Ergue-nos diante dos olhos um conceito puramente abstracto e fantasmagórico da Ordem, que oculta nas dobras do seu manto inefável o tenebroso conluio da Finança contra o Estado. «A Ordem ou o Bolchevismo» começa, meus amigos, por ser um disparate maior da marca, porque se o Bolchevismo tem defeitos, e bem graves, não é decerto o da desordem. Creio, pelo contrário, que o fascismo italiano tem cometido muito mais crimes individuais que o bolchevismo russo. Isso deixa-o, porém, *O Século* no segredo, porque, como é sabido, este é a alma... do gócio.

Depois, ainda dentro do mesmo espirito, *O Século* não nos diz que coisa seja a *Ordem*. Não o diz, porque se o dissesse, não haveria um português honrado que não mandasse ao demónio o apóstolo da *Ordem*. Não o diz, porque ele quer precisamente transpor, duma maneira capciosa e cavilosa, o assentimento à *Ordem* em abstracto, que toda a gente de bem deseja, em uma adesão absoluta a *esta Ordem* dos bancos e das companhias inimigas do Estado, que mantêm uma caterva de pensionistas, distribuem grossas maquinas em sobrescritos lacrados e põem as suas caixas fortes à disposição dos piores inimigos da *Ordem* e da sociedade.

A *Ordem* também nós a queremos, mas é a verdadeira *Ordem* — a que não planeia revoluções, a que não rouba o tesouro, a que não subvenciona criminosos —, essa *Ordem* que há-de começar por obrigar a respeitá-la os que tanto exploram com ela e tanta vil retórica estão fazendo à sua custa.

As duas Legiões

Já aqui sustentei que o Bolchevismo, para os homens de *O Século*, é apenas a capa cor de sangue que o *diestro* maneja diante dos olhos do touro, para lhe enterrar, com maior segurança, a garrocha das oligarquias. E é certo. Eles querem fazer ver que temos apenas a defender-nos dos perigos da Legião Vermelha. E ocultam que há uma outra legião ainda mais miserável do que aquela: a Legião Doirada. *Mas todo o patriota, todo o bom republicano, todo o homem de ordem, todo aquele que aceita o primado da moralidade e do direito, tem de reconhecer que de facto há duas legiões de criminaes em Portugal:*

a dos que usam navalhas de ponta e mola e a dos que calçam luvas de três botões.

A Legião Doirada vive, domina, explora, corrompe, subvenciona jornais, políticos e assassinos, defrauda o Estado, perverte as consciências, e prepara finalmente revoluções de *moralidade* salvadoras da pátria e dignificadoras do regime.

Em que antros de apaches se foi anichar a Senhora Moralidade!

Até onde quererá Catilina abusar da nossa paciência? E quando será que todos os portugueses de bem, vendo finalmente claro no meio das trevas mantidas pela imprensa *deles*, gritará connosco: *Écrasons l'infâme!*

Revoluções

Quando a República se transformar no regime de autoridade que deve ser (e que não só não é incompatível com a liberdade, como é a sua própria condição), terão finalmente termo esses movimentos desordenados de epilepsia política a que se dá entre nós o pomposo nome de *revoluções*. De facto, são apenas reuniões de meia dúzia de compadres que vão dar tiros para a Rotunda, afirmando descaradamente que o fazem em nome dum país que eles não ouviram, e por quem têm, no fundo, o mais absoluto dos desprezos. Reconhecer-se-á entretanto, cada dia com mais nítida evidência, que o que há a fazer é a *revolução das ideias*, sem a qual todas as outras são puras mistificações de aventureiros políticos e sintomas degradantes duma brutalidade de costumes que nos coloca a par dos peles-vermelhas. Felizmente já muita gente começa a compreender (só agora) que nada há para atrasar e para adiar *sine die* o movimento de salvação

como as presas febris dos salvadores. Quantas vezes nos diziam dantes: «Tudo isso é muito bonito! Mas levaria dez anos, vinte anos.» Preferiam uma coisa que não levasse tempo nenhum — um *coup de foudre* da sorte e um golpe de mágica, com salvadores de meia tigela que pusessem logo no são este pobre enfermo. Hoje, felizmente, apesar dos boatos e das aparências, e do vazio mental ou da propaganda estúpida e dissolvente da grande imprensa, a mentalidade mudou um pouco. Já se vai sentindo que, se nos lançarmos nessa acção espiritual profunda, dentro de vinte anos teremos feito grandes coisas, aglutinado em torno de uma ideia e de um novo plano de vida nacional uma *élite* generosa, enquanto se continuarmos a querer salvar a Pátria à maneira do sr. Procópio, do sr. José Dias Ferreira, do sr. Filomeno da Câmara ou do sr. Raul Esteves, não teremos feito coisa nenhuma. O que há anos se julgava uma quimera, é hoje considerado como a realidade indiscutível. Fabricantes de quimeras são, neste país, os que ainda pensam sinceramente que o tum-tum das armas de fogo poderá adiantar um só passo que seja sobre a solução dos problemas nacionais.

Agora a primeira necessidade da República — que digo eu? da Pátria — seria um grande jornal independente, combativo, fremente de vida, cheio de ideias, colaborado pelas penas mais brilhantes e audaciosas do regime, e suportado por subscrição pública entre os patriotas de todo o país — um jornal sem coleira partidária nem tutela financeira, livre, absolutamente livre, que fizesse da imprensa um sacerdócio, se constituísse em correctivo de toda a nossa vida política, e transformasse a grandessíssima marafona da nossa crítica em mulher decente e de bons costumes. *Esse jornal é a condição prévia de todo o movimento de renovação nacional e de dignificação do regime.* A sua importância é mais

transcendente que a de todas as instituições de cultura e agrupamentos políticos. Haverá em Portugal 20 000 a 30 000 republicanos capazes de o compreenderem? Haverá em Portugal 20 000 a 30 000 cidadãos que queiram lançar os alicerces duma República honrada e livre? É este o problema fundamental. Querem os senhores uma voz livre e independente, ou querem continuar a decifrar os concursos das fachadas e a colar sobre papelinhos os bonecos do *Notícias*?

Ilusões Nacionais

Por várias vezes temos aqui combatido a ilusão do «tecnicismo» como ideal governativo e da ditadura como «milagre» e panaceia nacional, independentemente das suas condições, da qualidade dos ditadores e da atmosfera criada em volta das suas ideias fundamentais. Fomos os primeiros a classificar as revoltas que acidentam a vida política do país como meras *revoluções de gazua* e escaladas por surpresa nocturna, à maneira de Geraldo sem Pavor — num vocabulário flagrante de realidade que vimos depois apropriado pelo sr. Augusto de Castro nos seus flamantes artigos de fundo. Por isso nos apraz ver um adversário político, o sr. dr. Magalhães Colaço, numa conferência ultimamente realizada na Associação dos Advogados, chamar a atenção dos seus colegas e correligionários para esses *erros fatais* da nossa idade — condenando-os com a sua autoridade de professor e o brilho da sua palavra.

«Pronuncio a palavra ditadura — teria dito S. Ex.^a — e devo declarar desde já que não é absoluto o meu horror pelo termo e muito menos absoluto o meu horror pela instituição.

«Quando o Parlamento falte ao seu dever constitucional de *prover ao bem geral da Nação*, quando se haja tornado em mar estagnado, e convertido em organismo que nem actue nem consente, capaz para todo o mal pela sua indiferença, incapaz de qualquer bem pela sua inércia, ser paralítico, peso-morto — é chegada a hora de o renovar ou de o remover pura e simplesmente. Se nessa hora existe um chefe político, se há um grupo parlamentar, se fora do Parlamento há um grupo de homens, com galões ou sem eles, que sabe o que convém à Nação, e o disse; que tem na mente e no papel, bem determinado, aquilo que vai fazer e o modo por que o fará, que tudo haja feito, tudo esgotado no propósito vão de convencer o Parlamento; se tudo isso foi comunicado e ganhou o aplauso do país e este se indigna com as sonolências de um Parlamento que se injectou de ópio e cocaína — o sinal para a ditadura poderá tocá-lo uma criança.

«Essa, a ditadura salvadora e essa — não é milagre, é a ditadura fácil, ditadura feita por unanimidade e mais um, que é o país representado.

«É assim, porém, que se pedem e se fazem as ditaduras em Portugal?»

«Só em Portugal seria crível este espectáculo de todas as semanas, de todos os dias — e especialmente de todas as noites. Passa um na rua e logo outro lhe anuncia a revolução. *Radical?* pergunta-se. E logo a resposta: «*Não sei, mas parece-me que desta vez é conservadora.*» A conversa continua: «*E qual é o plano? O que querem eles fazer?*» E logo, e sempre: «*Isso ainda não se sabe. Mas parece que preparam uma surpresa.*»

«Nas madrugadas de revolução, a caminho dos acampamentos, vão os chefes taciturnos. A algum perguntareis: «*Então, sempre é hoje?*» Silêncio. «*E que tencionam fazer depois?*» Silêncio ainda. Por excepção, algum mais sincero há-de dizer: «*Deixe-nos vencer pri-*

meiro e depois ver-se-á.» E todo o mundo há-de aplaudir a prudência do comandante. Assim se preparam — preparar será o termo? — as ditaduras em Portugal.

«Assim entre nós, por sugestão viva da Itália e da Espanha, agora ardentemente se apela para este outro remédio: um governo de força. Digamos mais francamente: deseja-se uma ditadura e um ditador. No ansioso empenho, na ávida aspiração, todo o mundo entre nós vocifera e se agita a pedir *Ordem!*; tudo sai da forma a bradar: *Disciplina!*, face a face, fila contra fila, separa-se Portugal em dois monómios — que um ao outro vão impor-se *a sua ditadura.*

«Surgem então as amostras de ditaduras; oferecem-se aos centos os ditadores. Olha-se em roda: não fica ninguém para obedecer...»

Estas notáveis afirmações do ilustre professor da Faculdade de Direito (em que desejaríamos apenas uma forma mais límpida e mais directa e menos vestida de artificios literários) foram, segundo cremos, aclamadas por conservadores e homens da direita, e *O Século* transcreveu-as na íntegra. Quantos dos que as aplaudiram teriam feito votos pelo triunfo do movimento de 18 de Abril, *que aliás foi implicitamente condenado pelas palavras vibrantes do orador!* Sabemos muito bem que aqui, deste lado da barricada, se está muito mais de acordo com o sr. dr. Magalhães Colaço do que do lado de lá. E todavia não o pensarão assim os amigos e admiradores do distinto conferencista. É que pouca gente atende ao sentido imediato das palavras, e para além dele, à sua significação profunda e às suas consequências mais directas e mais lógicas.

(Na Seara Nova n.º 47, de Junho de 1925)

Resposta ao Sr. Afonso Lucas

«(I-I) EVANT» Homem Livre

O sr. Afonso Lucas — que é, cumpre confessá-lo, um dos mais vigorosos jornalistas da Causa Monárquica — responde na *Época* de 25 à acusação que aqui lhe fizemos de ter afirmado «ser preciso correr à vaiada a Assembleia do Banco de Portugal», condimentando o artigo com várias amostras dessa filosofia de falas grossas e teias de aranha a que se dá o nome de integralismo.

Fê-lo em termos aparentemente corteses, é certo, mas tão cheios de pretensão e de cátedra, imbuídos duma tal filáucia dogmatizante (como se tivesse resolvido a quadratura do círculo), que o julgaríeis na posse das panaceias universais, das fórmulas cabalísticas e de todas as palavras abracadabrizantes com que se hão-de abrir as portas do destino — e eu, o lorpa ofuscado pelos resplendores da sarça do Bairro Alto, com o ar de quem escuta emparvecido e afónico o verbo de Santo Afonso Lucas — o *Boca de Platina*. Tomou assim a tarefa impertinente de me dar uma lição — uma lição de primeiras letras, de fêrula em punho, gaguejando apóstrofes hiperbólicas aprendidas nos catecismos de Maurras e de Maritain — como se eu estivesse ainda na idade de me deslumbrar com os pingentes de latão doirado, e as fórmulas livrescas me não inspirassem apenas piedade pelos que precisam de esfregar com elas o couro cabeludo para fazer surdir da massa encefálica nimbos de glória adquiridos em Paris por três francos e cinquenta. Trata-me assim como um membro da Academia trataria um sócio do Centro Cinco de Outubro. Para ele sou apenas (além dum «dis-

tinto bibliotecário») (1) um soldado raso do jornalismo republicano, ou, para empregar o *jargon* da seita, pouco mais do que um «primário», ainda com o cérebro enfrascado nas alcoolaturas verde-rubras dum jacobinismo estólido.

Bom processo, não há dúvida, para mocinhos quase imberbes, que se deleitam nas farófias líricas das exortações à mocidade, se alimentam de caganifâncias épicas, e a quem um ar de *magister* e umas palavras «ultra-modernas» importadas agora mesmo do *boulevard* para *épater le bourgeois*, dão paralisias cerebrais de admiração convulsa, mas que aplicado contra mim tem toda a solidez duma bexiga de porco cheia de vento atada a um fio de retrós.

Mas vamos a dissecar a argumentação do sr. Afonso Lucas.

Começa o ilustre ecónomo por sustentar que, ao invectivar pela minha parte o que se fez no Banco de Portugal, me encarrego de lhe dar razão «em ter defendido com a maior energia o Banco Emissor contra as pretensões rapaces duma política de incompetência e de aventura», convertendo assim em louvor o que pretendo ser uma crítica! Mas em primeiro lugar quem disse ao sr. Afonso Lucas que eu invectivava o *assalto* ao Banco Emissor pelos mesmos motivos por que ele lhe vibrou o coruscante anátema? Quem é que lhe diz que há qualquer traço comum entre os nossos pensamentos? É certo que também condenei o *assalto* como *método*, independentemente do fim a que visava, mas ao fazê-lo declarei que

(1) Estes senhores não apreciam ou fingem não apreciar em mim senão aquilo que está para eles no domínio das realidades mitológicas. Isto de «distinto bibliotecário» já me vai parecendo um rabo-leva, que esses senhores me prenderam às traseiras, para servir de alvo à surriada dos jornalistas de pataco.

o sr. Afonso Lucas não possuía autoridade para manter idêntica atitude, pois ainda há bem pouco defendera um assalto muito mais violento e arbitrário do que aquele. Como é, pois, que converto em louvor uma crítica que precisamente o culpava de insinceridade e de inconsequência? O que quis foi pôr-lhe a descoberto o jogo político, mostrar-lhe que não era o assalto que lhe desagradava, mas a política ou o regime em favor do qual ele se fazia. A isto chama o sr. Afonso Lucas dar-lhe razão. Com pouco se contenta o distinto advogado nos seus atestados de louvor!

Declarado assim o meu *assentimento* à doutrina do vibrante jornalista, passa ele a demonstrar que lhe não fez mozza nenhuma. E as palavras que emprega para o intento são dignas de Júpiter olímpico fulminando desprezivamente os sandeus da inteligência. Não me reconhece «sombra de competência para emitir opinião sobre um problema de tal magnitude, adentro da ciência económica, como é o da organização do Banco de Portugal e sistema mais conveniente das suas relações com o Estado». Tanto lhe faz, pois que eu dê o *meu apoio* como que recuse o *meu apoio* «a qualquer proposição nesta matéria, porque é o mesmo que pôr ou não um zero à esquerda duma unidade».

Embora me sinta um pouco confundido com a ciência económica do sr. Afonso Lucas, fácil me seria demonstrar que o meu antagonista, publicando os seus artigos sobre o Banco Emissor num órgão político que não é um jornal da especialidade, e querendo por meio deles influir sobre a opinião pública, implicitamente reconheceu o direito de a eles aderir ou de deles discordar qualquer cidadão português. Os integralistas costumam fazer uma grande confusão entre as *técnicas* e os *fins*, a *organização* e as *ideias gerais*, pondo no mesmo plano o *ideal* das instituições, o que poderíamos chamar a sua filosofia, e os

pormenores concretos da execução. Desconhecem assim este facto de observação corrente, que um profissional tem mais probabilidades de errar sobre o carácter e a finalidade a atribuir a uma empresa ou instituição do que um homem de cultura política geral. Nesta incompreensão capital reside grande parte dos seus tenebrosos equívocos sobre o valor e a significação da democracia. *No fundo eles não sabem em que consiste a democracia, como o não sabem, aliás, muitos democráticos* (1). A verdade é que o técnico é *em geral* incompetente para se pronunciar sobre a *finalidade* duma instituição, porque essa finalidade está *fora* dela; e competentíssimo para decidir sobre a sua *organização*, porque está *dentro* dela. Por mim reconheço a todo o cidadão do meu país, aos advogados, aos médicos, aos sábios, aos escritores, aos operários, o direito de se pronunciarem sobre o fim a que devem visar as bibliotecas, o carácter que devem assumir e as relações que devem manter com os outros centros de cultura. Um bibliotecário pode ser mais cego, é ordinariamente mais cego para essa ordem de questões do que qualquer outro indivíduo dotado de bom senso e do sentido das realidades. *São os não técnicos que formulam as necessidades, e os técnicos que procuram satisfazê-las.* A sua missão é servir, não é governar. A sua competência é uma disciplina, não é uma tirania! Desgraçado país, se além de tantos erros que o vão consumindo, ainda tem que vir a ser envenenado por essa crença ininteligente na

(1) Seria este um dos problemas que eu teria versado nos meus artigos sobre o *Integralismo*, se me não tivessem forçado a interrompê-los o estado da minha saúde e afazeres inadiáveis. E a propósito: muitos me perguntam quando prossigo no combate às doutrinas reaccionárias. Logo que as minhas tarefas mo permitam, evidentemente. Mas afinal que tenho feito eu em todos os meus artigos senão combater as doutrinas reaccionárias?

autoridade e na competência exclusiva dos técnicos para decidir dos destinos nacionais!

O problema das relações entre o Estado e o Banco Emissor não é, pois, um problema de técnica, mas um problema de política geral. Mau grado o anátema irritante do sr. Afonso Lucas, reconhecia-me, portanto, o direito de falar sobre ele, se tivesse alguma coisa a dizer. Mas nem isso fiz! Limitei-me a encarar o aspecto *moral* da intromissão de indivíduos estranhos ao Banco nas suas assembleias gerais, e do desrespeito pela lei dos que tinham a obrigação de a tornar invulnerável. Não concedo, mas compreendo que um particular transgrida uma disposição legal; mas uma transgressão da lei feita pelo próprio Estado já me soa a qualquer coisa como a sua própria negação. E é para tratar duma questão destas, exclusivamente de ordem *moral* e *legal*, que o sr. Afonso Lucas me recusa autoridade? E para isso que ele me considera um zero escrito à esquerda dum algarismo? Um zero para decidir duma questão moral? Um zero a minha consciência? Se amanhã alguém me invadir a casa, é forçoso que me cale, porque este senhor advogado me relegou a um papel absolutamente insignificante à esquerda de todas as unidades? Precisa o leitor de qualquer competência especial para concluir que é digno de toda a censura o desrespeito da lei quando é praticado pelos próprios guardiões da lei? Devo confessar que nesta altura tenho de fazer esforços inauditos para me convencer de que não estou a sonhar — mais ainda: para me convencer que o sr. Afonso Lucas existe! Não, o sr. Afonso Lucas não existe! Tudo isto é um sonho, um mau sonho, e este sr. Lucas um zero escrito à esquerda da Divina Providência.

Mas que prosápia negar-me autoridade para tratar dum assunto desses! Pois saiba S. Ex.^a que me reconheço na matéria infinitamente mais autoridade do que ele pró-

prio. É a autoridade que dá a coerência, a autoridade de que me dá o facto de nunca ter defendido qualquer assalto, fosse quem fosse o assalto e fosse quem fosse o assaltante! Ora para isto, como adiante demonstrarei, é que o sr. Afonso Lucas tem o valor dum zero escrito à esquerda dum algarismo — para devolver ao meu adversário o refervido chá de Tolentino que quis entornar na sua prosa.

Em seguida protesta o sr. Afonso Lucas contra a rubrica de «conservador» em que o inclui, para restritos efeitos ocasionais, com o sr. Trindade Coelho, «Se fosse conservador, seria republicano, ou, pelo menos, liberal; e eu sou monárquico simplesmente, ou antiliberal, se o preferir. Sendo muito mais o que pretendo *demolir* do que aquilo que pretendo *conservar*, compreenderia, sem esforço, que me considerasse *ultra-radical*...» Simples jogo de palavras, que, sobretudo para o efeito, não altera a substância das coisas. Os vocábulos não têm apenas o envolver “a dignidade de pessoas de bem e funcionários seu significado literal e etimológico, mas a significação histórica de que os revestiu a oposição das doutrinas e a dialéctica social. No mundo das formas políticas, todo o observador inteligente pode definir duas feições gerais do espírito — a do conservador e a do liberal —, de que todos os outros tipos de mentalidade se devem considerar como variantes. O reaccionário — que o sr. Lucas pretende ser, e que é — não é senão um político que defende uma *reacção conservadora*, ou, se quizer, uma *reacção* do tipo conservador. Julgo, pois, que foi com toda a propriedade que o incluí naquele vasto departamento de tendências políticas — *de muitas e desvairadas gentes* —, muito embora não desconheça o tom nitidamente reaccionário com que encarna aquele tipo. É evidente que, se se não tratasse duma afirmação incidental, mas duma classificação rigorosamente científica, eu não esqueceria

a modalidade exacta, a nuance, o timbre do seu temperamento político, que corresponderá aliás talvez mais a um *tic* fisiológico que a características profundas de doutrina. Mas para o meu fim, e como queria reunir sob uma denominação comum, e duma maneira abreviada, os dois actuais sustentáculos das Forças Vivas, a palavra *conservador* era bastante exacta e sugestiva — talvez sugestiva de mais... E tanto assim que o distinto jornalista pode substituir no meu artigo *reaccionário* a *conservador* que nada ficará alterado essencialmente. Quanto ao *ultra-radical* e ao *ultramoderno* que noutra altura do seu artigo muito orgulhosamente reivindicava, deixo-lhe essas glórias ao deslumbramento dos meninos dos liceus e das damas perliquitetes — que eu já estou um pouco adulto para correr ao «rataplan» dos tambores e ao estardalhaço das peças de fogo-preso.

Por mim, não desejo ser antigo nem moderno: *je veux me tenir ferme dans les courants*, sem que me abalem os caprichos da moda e o êxito das fórmulas sociais, venham da Itália de Mussolini ou da Rússia dos Sovietes. No campo das ideias, a minha susceptibilidade é muito refractária às variações da pressão atmosférica. Não fiz da cabeça catavento nem quarto de pernoitar. *Se tenir ferme dans les courants* é a divisa de todo o homem que se presa e que quer manter fidelidade ao seu próprio pensamento.

Finalmente, sustenta o sr. Afonso Lucas que nunca escreveu ser preciso dar um assalto ao Banco de Portugal e correr tudo à vaiada; e não o tendo escrito (*o que seria o importante!*), também nunca o disse, porque nem sequer o pensou. «Deve tratar-se — conclui — de alguém a quem pisei o rabo no decurso da minha última campanha... Quiçá o mesmo alguém que, fazendo-se muito *lá da casa*, vem cá para fora dizer com venenoso duplo sentido que a Biblioteca ...é um *ninho de ratos!*»

Perguntamos particularmente ao sr. Afonso Lucas qual fora o sentido venenoso que a pessoa de quem suspeitava dera a essa expressão — não fosse mister que nos quisesse atingir a dignidade, e os ratos tivessem de sair do ninho para fazer em sangue as pernas do caluniador. S. Ex.^a respondeu-nos de forma que não podemos fazer outra coisa senão sorrir, com o mais largo, afável e aberto sorriso que pode aflorar em lábios humanos. Segundo o sr. Lucas, não lhe parece que «o *venenoso* duplo sentido da expressão *ninho de ratos* possa de algum modo envolver “a dignidade de pessoas de bem e funcionários que têm dado à sua profissão o mais decidido e honesto esforço”, segundo as palavras de V., que me apraz reproduzir e fazer minhas. Se bem a interpretei, tal expressão referia-se à Biblioteca como centro intelectual, visando depreciá-la sob esse aspecto». O veneno posto na frase não seria, pois, capaz de matar uma simples ratazana. Não há, portanto, nada a fazer senão achar paradoxal que alguém nos chame ratos... precisamente por não termos caído na ratoeira (1).

Não, sr. Afonso Lucas, os testemunhos em que me fundo não têm a origem que supõe. As palavras que

(1) Chamo «ratoeira», no caso, a todas as tentativas de sidonismo e a todas as revoluções (da esquerda e da direita) para que em vão nos têm querido arrastar. Muita gente se irrita com a nossa atitude inalteravelmente democrática, sempre fiel à República e aos seus princípios. Sabem bem que nos recusámos sempre a entrar em todos os movimentos que não fossem precedidos por uma campanha nacional e se não apoiassem na grande massa republicana. Seria alguém que nos quis lançar nessas aventuras belicosas que nos achou jeito de ratos? Julgo o caso pouco interessante e pouco digno de figurar na história. Ainda assim, devo declarar que uma das pessoas que o sr. Afonso Lucas mais diligenciou ferir nas suas últimas campanhas e que conosco mantém relações muito cordiais, nos afirmou ser absolutamente estranho a essas histórias da carochinha.

atribuí a V. Ex.^a foram-me transmitidas por dois dos meus mais queridos amigos, dois belos espíritos que são ao mesmo tempo duas belas almas: *António Sérgio* e *Câmara Reis*. São eles que respondem pela exactidão dessas palavras, pronunciadas (cumpre adverti-lo), não a uma mesa de café, entre dois *groggs*, por simples desfastio ou num desabafo ocasional, mas numa reunião dos *Homens Livres*, quando V. Ex.^a lhes propunha a tática da acção directa e da violência. Não posso duvidar, portanto, nem da veracidade do facto, nem da sua importância sintomática. V. Ex.^a estava então contra aqueles a quem eu, noutra lugar desta revista, chamo a *Legião Doirada*. V. Ex.^a sabia muito bem que a Legião Doirada, na ferocidade do egoísmo e no tenebroso dos processos, nada tinha que invejar à Legião Vermelha! Já se sabe, V. Ex.^a esqueceu-se. Mas todos nós sabemos que o esquecimento é doença endémica em Portugal.

Lamenta-se V. Ex.^a por eu lhe roubar tempo, obrigando-o a desmentidos de asserções fantasiosas. Lamente-me antes a mim, a quem não sobra o tempo para levantar objecções absolutamente gratuitas.

Falei há pouco nos *Homens Livres*. Como isso foi recente e me parece já longínquo, queimado entre as cinzas das ilusões desfeitas, e disperso por um vento de loucura! Que fizeram os senhores desse sonho? Onde foram poluir a flor da esperança? Não me obrigue a dizer para que tremedais da política a quiseram lançar...

Que os outros esqueçam. Mas eu não tenho nem o direito nem a faculdade do esquecimento. Continuarei *Homem Livre* — verdadeiramente livre — republicano porque a República é a doutrina da liberdade, contrário a muitos republicanos, porque cada dia a atraioam — e nem o despeito, nem o temor, nem o interesse, nem a amizade, nem o elogio, nem a censura farão calar a minha voz. Sei que isso me custará muito dissabor e muita

intriga. Mas que importa o sofrimento perante a felicidade do dever cumprido? Não invejo aos outros nem o seu dinheiro, nem a sua tranquilidade. Sei que são eles que têm que invejar a minha tortura e a minha pobreza. Morrerei mais cedo, mas ao menos terei enchido a vida de tudo que a torna superior à morte. Não ambiciono deixar a meus filhos nem um «Rolls-Royce» nem um prédio nas avenidas novas. Quero apenas deixar-lhes a memória desta luz viva, desta espada nua, desta chama ardente — para que eles saibam que mesmo sem deus e sem outro mundo, e sem uma pedra ou um grão de areia sobre a terra, a vida merece a pena de ser vivida, quando se abrasa ao serviço daquelas ideias eternas que, estando acima do mundo e acima de Deus, nos enchem a alma duma satisfação plena e duma alegria sem mancha, que o dinheiro não dá, nem a glória, nem a esperança das benesses eternas...

(Na Seara Nova n.º 47, de Junho de 1925)

A situação política

A política parece ter chegado entre nós — porque se não há-de dizer toda a verdade? — ao último grau da barafunda. Se houvesse monárquicos de valor neste país — se, politicamente, eles não constituíssem apenas uma caterva cuja coragem se limita às mais miseráveis resistências passivas (que contendem muitas vezes com os mais altos interesses da Pátria) e ao ridículo desporto de se desbarretarem ante todas as igrejas num snobismo risível, se não infundisse antes a piedade —, se a grande massa que nos momentos decisivos heróica e desinteressadamente se sacrifica fosse já indiferente à questão

do regime — teríamos chegado de facto, como tanto escreve o sr. Moreira de Almeida, ao *fim do fim*. O quadro é na verdade desolador. Afonso Costa continua a desfrutar o *doce exílio*, à espera de que Portugal se transforme no melhor dos mundos possíveis, para ele vir fazer o favor de o governar. António José de Almeida e Brito Camacho, doentes ou desiludidos, retiram-se à privada, e os que ficam, ou são conservadores descambando em homens de negócios, ou radicais, tresandando a jacobinos. No grande hemiciclo das lutas partidárias não se eleva uma cabeça, uma vontade, uma ideia, um chefe. Toda a gente dá a impressão de gaguejar. Ninguém diz as coisas nítidas, precisas, leais, inteligentes — ninguém exprime a ideia justa e necessária, aquela que todos nós sentiríamos talhada na própria realidade, e que não traria ou a marca do interesse egoísta, ou a falha do simplismo unilateral, ou a inflação grotesca da retórica. Havendo uma verdadeira revolução a fazer, ainda ninguém conseguiu impor ao país a consciência dessa necessidade; e a aspiração de justiça, de honradez política, de nobre idealismo que fez a República, já é apontada aos ódios da gente *ordeira* como manifestações de bolchevismo. Não há um discurso de chefe político no tempo da propaganda (seja ele António José, Bernardino Machado, Brito Camacho ou Afonso Costa) que, reproduzido hoje, não soasse aos ouvidos da maioria dos dirigentes como uma arenga comunista — tão anti-idealista, tão reacçãoária é a sua mentalidade e a própria atmosfera que respiram.

A moral política dia a dia mais se relaxa e perverte. As câmaras são já como que as antecâmaras das casas bancárias, e a política um meio de fazer fortuna. Quem entra na *carreira* começa por bramar contra a Finança, adere depois ao conservantismo, penitenciando-se das verduras da mocidade, e acaba por se introduzir na

gerência dos bancos, como fruto da idade madura. Tal é a evolução da *crisálida radicaeira* até se transformar na fulgurante *borboleta de asas de ouro*. Esta evolução é por vezes acelerada, e só pode explicar-se, à face da biologia, por verdadeiros cataclismos de convicções. É verdade que De Vries já estudara as mutações bruscas — na *Oenothera lamarckiana* (1).

A coisa chegou a ponto que até já os políticos se aproveitam da sua situação ministerial para se instalam nos chorudos lugares das companhias.

Por outro lado já não há partidos, mas partidos de partidos, facções de facções — hordas indisciplinadas e guerrilhas de franco-atiradores. Homens que altissimamente se proclamam como colunas indestrutíveis da Ordem são os primeiros a dar o exemplo da falta de respeito pela disciplina partidária, instituindo-se em mestres de anarquia. Todos estamos procedendo como se o dever só começasse a ter uma significação precisa de nós para baixo. São os que se recusam a pagar impostos, os que transformam as suas associações comerciais em centros de agitação revolucionária e de propaganda de resistência contra o Estado, os que subsidiam as Legiões

(1) Um ilustre deputado perguntou na câmara aos parlamentares de tendências *soi-disant* bolchevistas se queriam que todos os políticos fossem pelintras. Aqui está um sofisma que inverte os dados do problema. Nós não queremos que eles sejam pelintras: temos apenas a modesta e respeitosa pretensão que eles sejam honestos. *Il y a là une petite nuance*. A política não deve ser em parte alguma um modo de negócio. Que não sejam pelintras, admirável; mas que de pelintras se transformem em milionários só à custa de alianças equívocas, eis o mal, meu senhor, de que nos queixamos. Não temos nada com a vida particular dos cidadãos. A moral pública é para nós mil vezes mais importante do que a moral privada. Estar, em política, ao serviço de interesses particulares, eis o crime, que desonra a República — o crime de muitos homens, vivos e mortos, que são admirados e louvados — e que não são e não foram para nós, mais uma vez o dizemos, senão os maiores inimigos do regime!

Vermelhas, os que bombardeiam as cidades, os que se entrincheiram para desobedecer às ordens dos ministros, os que pretendem liquidar as suas questões pessoais dentro dos estabelecimentos do Estado, os que não acatam as normas mais elementares da disciplina partidária, são esses mesmos que se queixam da indisciplina do nosso povo (que querem confundir com a horda de assassinos criada pelo seu exemplo) — o nosso povo, o mais dócil, o mais paciente e submisso de todos os povos da terra — esse povo bonacheirão que assiste sem um protesto a tanta miséria, como a última das bestas de carga, já incapaz da eloquência dum orneio ou da virilidade enérgica dum coice. Segundo esses senhores, ele consente ainda pouco. Querem-no simplesmente prender pelo bridão, em homenagem ao homem que está sendo hoje em Portugal o ídolo de monárquicos e republicanos da direita, Mussolini!

Que admira, pois, que a crise tivesse redundado no opróbrio desta solução? Que as aspirações da grande massa republicana tivessem sido mais uma vez ludibriadas? Que fosse possível fazer ministro das Finanças, com o negócio dos Tabacos em aberto, um empregado da casa Burnay — um homem sem verdadeiro idealismo republicano, feito com as oligarquias financeiras, e que no tempo do sidonismo não teve pejo de ostensivamente se desligar do partido democrático, então condenado à opressão e ao ostracismo? E, como digno remate de tanto cinismo, o governo tivesse o inaudito descaramento de agradecer à câmara *um voto* de maioria — o voto precisamente de aquele senhor de colete branco que, por ter perdido o comboio da noite, resolveu passar ali até madrugada, assegurando ao sr. António Maria da Silva a sua vida ministerial? E assim agora o futuro de Portugal fica pendente desse senhor de colete branco...

E bramam estes homens contra a Legião Vermelha! Então os senhores julgarão que devem desfrutar o monopólio da insensatez? Ou pensarão que só os esfarrapados e os que não têm que comer têm o dever de ser honestos?

(Na Seara Nova n.º 49, de 15 de Julho de 1925)

Isto vai mal

Tal é a verdade proclamada pelo sr. general Sinel de Cordes, numa daquelas cartas-denúncias, em que, para sua honra, a última revolução tem sido pavorosamente fértil. Decerto, isto vai mal, e não era preciso o sr. Sinel de Cordes dizê-lo para nos convenceremos disso. Onde começamos a divergir do ilustre revolucionário é na convicção que o assalta de que basta qualquer preopinante saber que *isto vai mal* para logo ser capaz de conseguir que *isto vá melhor*. S. Ex.^a pensará que Mussolini, quando se pôs à frente dos seus «camisas-negras», a única coisa que sabia, é que *aquilo ia mal?*

Sofremos gravemente. Mas a nossa profunda doença colectiva não se curará, tenha disso o sr. general a certeza, com a epilepsia furiosa dos salvadores. Dar com a cabeça pelas paredes não é remédio, general!

(Na Seara Nova n.º 49, de 15 de Julho de 1925)

O problema capital desta República

Rotativismo político e estabilidade governativa

Parece que o problema capital desta República é agora o aniquilamento absoluto dos pequenos agrupa-

mentos partidários. É este, como se sabe, o *mot-d'ordre* olímpico dos *bonzos* eleitos no último congresso democrático. Estamos na hora extremamente pícara em que os Tavares Ferreira, *travestis* em Cipiões, pronunciam o *Delenda Carthago*. (Creio que a venerável memória de Cipião me perdoará este símile desrespeitoso.) E o mais interessante do caso é que entre os políticos que parecem dispostos a dar a sua adesão a esse pitoresco plano de extermínio, estão precisamente os independentes! Enfim, é um tributo prestado ao génio e à inteligência. Não teríamos sido lógicos, se tivéssemos tido lógica uma só vez na vida.

O que se pretende, afinal? Fundar o rotativismo e assegurar a estabilidade governamental.

Mas, embora se possa divergir com boas razões do rotativismo, o que é certo é que há um rotativismo saudável, como há um rotativismo doentio, e até criminoso; uma estabilidade benéfica, ao lado duma estabilidade perniciososa. Analisemos.

O rotativismo só pode constituir uma modalidade saudável da vida política quando é exercido por dois partidos de feição doutrinária divergente e oposta, quando esses partidos representam dois grandes sistemas gerais de opiniões perfeitamente distintas e um deles seria na vida política e na governação o correctivo indispensável do outro. É o que se dá entre nós? Evidentemente que não. Ambos os partidos que neste momento, depois da irradiação dos *canhotos*, pretendem alternar-se no poder, têm uma feição caracteristicamente conservadora. Não se distinguem um do outro senão pelas pessoas que os constituem. Alternar-se-iam, pois, as gamelas, não se alternariam as opiniões. Seria um rotativismo de estômagos, não seria um rotativismo de tendências. É esse que os senhores querem, para maior triunfo da democracia, parecendo assim assegurar a

perfeita normalidade do sistema republicano, quando não fazem mais que falsificá-lo e pervertê-lo?

Também toda a gente reconhece, como uma condição da vida hígida do Estado e do bom funcionamento das instituições políticas, um mínimo de estabilidade governativa. Muito bem. Mas nós não ficamos por aqui — e é nisto que nos distinguimos dos brutos. Reconhecemos igualmente que acima da estabilidade há os princípios, as aspirações, as capacidades, o valor dos partidos em benefício dos quais ela se realiza. Nada mais proveitoso para o país que a estabilidade dum governo de homens inteligentes, honestos, livres de toda a clientela financeira, desempoeirados do espírito, com bastante largueza de inteligência para compreender na sua essência e nas suas diversas modalidades os problemas nacionais, com bastantes capacidades de acção para começar a resolvê-los, com bastante energia para meter na ordem todos os que conspiram contra ela, com bastante carácter para não trair as belas promessas do tempo da propaganda, a que miseravelmente estamos faltando todos os dias. Mas a estabilidade dum governo de *bonzos*, incontestavelmente estúpidos (com ofensa e sem favor), de inteligência empedernida por uma fossilização multissecular (o sr. Silva Barreto, por exemplo, é do jurássico inferior), absolutamente incapazes, por constituição mental, de ver os problemas com toda a sua clareza e amplitude, e ainda por cima pertencendo na sua maior parte à firma Parlamento, Nunes & C.^a, com as afinidades mais suspeitas, essa é decerto a maior calamidade que pode sofrer qualquer país. Eu concebo um governo de *bonzos* desta força como uma nova praga de gafanhotos que viesse cair sobre a terra portuguesa.

Estabilidade governamental? Teve-a o penúltimo ministério presidido pelo sr. António Maria da Silva — e vimos o que isso foi. É que a estabilidade não pode

dar virtudes a quem as não tem, nem transfigurar um gabirú em apóstolo e uma besta em génio resplendente. Já dizia M. de la Palisse: «que também era bonzo à sua maneira», nos seus discursos de nove léguas, que quanto mais tempo um mau governo se conserva no poder, tanto pior para o país. Profunda verdade de M. de la Palisse, que teimamos em não compreender! A estabilidade vale o que valem os governantes — boa se os governantes são bons, má se são maus.

Mas nós somos o povo das panaceias. A panaceia é, como se sabe, uma droga que cura fora de todas as condições específicas e concretas do mal a combater. A nossa mentalidade de selvagens encasacados (e tanto mais selvagens quanto mais encasacados) predispõe-nos para a aceitação desses remédios absolutos. Por isso pregámos também a ditadura — independentemente da qualidade dos governantes. Pobrezinhos de espírito, papagueadores de frases, engolidores de pílulas políticas, maltrapilhos da inteligência (bonzos, bonzíssimos, porque realmente eles têm razão, o país é bonzo, o país é deles), as palavras só *por si* têm para nós um prestígio absoluto e maravilhoso.

Mas nesta pregação das novas *trouvailles* do sr. António Maria da Silva nem todos vão assim ao engano. Quando defendem o rotativismo e a continuidade governativa, esses sabem bem o que defendem. Obedecem apenas àquela máxima de D. Sebastião, em Alcácer-Quibir: *Comer — mas devagar*. E à letra da cantiga: *Ora agora comes tu; ora agora como eu; comes tu mais eu*.

Demais (sem por forma nenhuma querer esquecer os erros e monstruosidades jurídicas cometidas por accionistas e canhotos), todos nós vimos que as únicas acções reformadoras que ainda foram esboçadas em Portugal partiram desses *pequenos grupos*, que hoje se

pretendem aniquilar, em holocausto à política de engrandecimento dos bonzos e nacionalistas. Seria a demonstração de que não só *esta República* não satisfaz as aspirações que a criaram, como se aposta a afogar à nascente todo o germe de independência e de claridade política.

Como jornalista republicano que procura sempre clarificar as ideias e chamar os espíritos para o *concreto* (que nisto de ideias de política geral também há noções concretas, ao contrário do que muitos errada e abstratamente supõem), ponho de sobreaviso todos os verdadeiros republicanos, todos aqueles que mantêm ainda vivas as aspirações da propaganda contra a ameaça duma das maiores traições dos políticos contra a República. O que se pretende fazer é matar toda a esperança de renovação, aceitar os dois partidos como tendo já em si as condições suficientes de adaptação ao pensamento político do país, como representando idoneamente as profundas divergências de opiniões e de tendência entre republicanos. E isso é falso, mil vezes falso! Sei-o por mim, por muitos, pela melhor gente de Portugal! O que há de mais nobre, de mais vivo, de mais inteligente, de mais claro, de mais puro na República não pode estender-se nos dois leitos de Procusto que lhe querem talhar os políticos corruptos e corruptores. O que se pretende fazer, dizemo-lo mais uma vez, é um rotativismo artificial e uma estabilidade ministerial perniciosa. Quer-se estabelecer em firmes bases o compadrio dos partidos políticos adversos. Quer-se explorar o país à custa duma ficção política. Quer-se condenar ao ostracismo os republicanos que não querem *assim* esta República. Consentiremos? ou protestaremos — e iremos, no campo da legalidade, mas com a máxima violência, até onde for preciso?

Pela minha parte, declaro desde já que estou disposto, se isso se consumir, às atitudes que mais me repugnam — inclusive a formação dum grande partido de protesto que seja, para *esta República*, o que o partido republicano foi para a monarquia. Esse partido não terá para o defender a pena de João Chagas; mas terá a minha pena, que é ainda a pena dum jornalista!

(Na *Seara Nova* n.º 51, de 15 de Agosto de 1925)

O Cancro

Um leitor da *Seara Nova* escreve-me para me dizer que «o Parlamento é o cancro da República, e o dilema para nós, republicanos democráticos, é este: conservar o Parlamento em nome dos princípios e deixar morrer a República, ou salvar a República e a Pátria, extirpando o cancro, suprimindo o Parlamento».

Expressa a coisa sob esta forma, isto equivale a dizer que os republicanos democráticos, para salvarem a Pátria... têm de deixar de o ser. O parlamento, meu caro leitor, é a única expressão legítima que conheço da democracia; ser-se ao mesmo tempo democrata e antiparlamentar envolve uma evidente contradição, que pressupõe confusão de espírito, imperfeita inteligência das ideias ou uma falta de coragem mental que não pode ser apontada como exemplo de virtudes cívicas. A democracia é efectivamente o regime em que a vontade geral da nação, organizada sob a forma duma assembleia política, resolve *em última instância* sobre todos os problemas que interessam à vida nacional. É a essa assembleia, sem a qual não é possível conceber uma democracia, que se dá o nome de Parlamento. Negá-lo poderá

ser afirmar a vontade da salvação da Pátria, mas é repudiar no mesmo passo a própria essência da democracia. Amemos as nossas ideias e defendamo-las corajosamente; mas saibamos antes de mais nada até onde elas nos conduzem. O gesto de Turenne, arremessando-se contra o inimigo, deve ser a atitude constante de todo o homem de pensamento: *Tu trembles, carcasse? Tu tremblerais davantage, si tu savais où je vais te mener*. Mas será de facto o Parlamento o cancro da República? Oh, meus amigos, como nós vivemos de palavras, de evasivas, de bodes expiatórios e de ilusões! Não vão decerto supor que eu morro de amores pelo parlamento que finda, um parlamento miserando e execrando, que nem sequer resolveu o problema das estradas e votou os orçamentos. Não, não lhe tenho amor nenhum. Mas tenho o sentido das realidades e vejo que o nosso verdadeiro cancro somos nós mesmos — com os nossos vícios, as nossas incapacidades, os nossos erros, o nosso egoísmo... Um país que tem uma imprensa tutelada e que não soube ao menos criar um jornal independente, não tem o direito de atribuir ao Parlamento a culpa dos seus males. Se ele não tem uma voz livre, como quer ser tratado senão como um escravo?

Falais em ditadura, porque precisais de vos entreter com drogas ilusórias. Mas seria preferível ao parlamento a única ditadura que é possível entre nós? Vários «ditadores» apresentaram já a sua candidatura. Quem são eles? Que garantias vos oferecem? Quem dentre vós não gritará *ó da guarda* à simples ameaça dum governo de força da parte dessa gente? É que há infinitamente pior que um parlamento com maus parlamentares: é uma ditadura com maus ditadores.

Isto é claro como água, mas os senhores baseiam todos os seus cálculos de salvação em simples constatações negativas. Isto vai mal com o parlamento: logo

com a ditadura é que irá bem. É nesta palha ideológica que o português crava o dente.

Não serei, pois, eu, caro leitor, que, com a gente que está à vista e os actores que pisam o palco, cairei na asneira imperdoável de defender a ditadura. Pensemos, portanto, sobretudo em transformar o parlamento, de maneira que ele não seja apenas um jogo floral de discursos, e que ao lado da Câmara Política soberana haja também uma Assembleia Técnica.

E quanto ao resto, porque não pensamos, ao menos uma vez na vida, em tentar as coisas pelo princípio? Deus fez o mundo em seis dias, e era Deus. E antes de mais nada fez a luz. Porque não começaremos nós também, caro leitor, por fazer a luz?

...Um grande jornal independente, livre, colaborado pelas melhores penas do regime — um grande jornal que *faça a luz* — é a primeira necessidade da República.

(Na Seara Nova n.º 54, de 3 de Outubro de 1925)

A decisão da sala do risco

A absolvição dos criminosos do 18 de Abril pelos srs. generais reunidos na Sala do Risco, que durante todo o decurso do julgamento tinham dado as mais ferrosas demonstrações de parcialidade e de nepotismo, representa a inversão de todos os princípios em que se funda um Estado, uma Autoridade e um Exército. É a abdicação do direito perante a força, a eliminação da consciência jurídica, a sanção do estado crónico de indisciplina dum exército que se está transformando em joguete de aventureiros políticos, a destituição do Poder, a irrisão dos Governos, a condenação moral dos que

bateram os revoltosos, e afinal de todos nós, que a este povo de desvairados e impotentes vimos falando a linguagem do bom-senso e da razão. A revolução de 18 de Abril! Mas quem fala ainda no 18 de Abril! A verdadeira revolução é esta — a mais sintomática, a mais estranha, a mais vexatória e a mais grave — em que os revolucionários se mascaram com a toga jurídica, decidem contra a evidência, sancionam pelo direito o que só poderia justificar-se pela força, renegam o Exército (que é uma ideia — ideia de coesão, de serviço, de obediência e disciplina —, mais do que uma massa de homens e um punhado de armas), e assumem uma atitude de cumplicidade talvez inédita nos anais da justiça, cumplicidade aliás degradante para homens de espada, porque não tem a grandeza da sinceridade e da valentia, e se oculta em formas sub-reptícias e em aparências de legalidade.

Há quem pense que, ante este cataclismo jurídico — a mais grave revolução que temos sofrido depois de 1910, porque assegura a perpetuidade das revoluções e a certeza de que não é possível haver garantias de ordem em Portugal —, que ante este vexame e esta loucura devemos guardar um silêncio absoluto. Por mim, falarei, porque antes quero mil vezes uma monarquia servida por esses homens que uma república que os tem por generais.

Bem sei que o «bom republicano» protestará indignadamente contra as minhas palavras. O «bom republicano» não quer perder a sua influência, os seus padrinhos, os seus afilhados, as suas sinecuras, o «frete» de deputado, a representação no banco. Para o «bom republicano» a República é este sistema de interesses, de egoísmos, de aspirações do estômago, perante o qual tudo deve capitular: prestígio do regime, afirmações da consciência, a própria dignidade do Poder. Um regime

em que o José Luís Ricardo é chefe dos serviços da Assistência, o António Maria director dos telégrafos, o Malva do Vale fiscal do Banco Ultramarino, o Barreto empregado da Instrução, e assim por diante, é o que é, para eles, a República. Defender a República é defender a perpetuidade de tais situações. A simples substituição dum Rei por um Presidente satisfaz as exigências sumárias da sua idealidade exígua e rudimentar. A República, para os «bons republicanos», é um regime em que não há Rei a governar — e em que eles se governam. Assim, quando poupam os generais da Sala do Risco, defendem a República — tal como eles a concebem.

Mas para nós, senhores, a República é uma Ideia, um facto da Consciência, uma afirmação moral, uma aspiração do Espírito.

Destruída essa ideia, aniquilado esse facto, renegada essa afirmação, sufocada essa aspiração do Espírito, o António Maria poderá continuar nos Correios e Telégrafos e o Malva do Vale no Banco Ultramarino — mas a República perecerá. Era a ideia, a aspiração que lhe dava vida, e não a comedoria dos funcionários. Não queremos, pois, que ela capitule perante os galões dos generais — que ela se destrua, dando-se a ilusão que se mantém. Para quê tanto amor a uma ficção, a uma comédia, a um vilipêndio e a uma mentira! Se não temos a coragem de ser republicanos, demos o lugar a outros — aos que tenham a coragem de ser monárquicos.

E de que desordenada e titubeante maneira reagiu contra esta afronta à República o sentimento republicano! Se o governo se tivesse sentido apoiado numa força unânime, ele teria decerto procedido com toda a energia que o caso impunha. Em vez disto, limitou-se a afastar os generais revolucionários das suas situações de confiança e de comando. E a tal estado de espírito chegámos, numa tal insensibilidade mergulha a nossa

consciência individual e colectiva, que os srs. generais ousaram estranhar a attitude do governo — mais uma vez mascarando a sua cumplicidade revoltante com propósitos de obediência e de disciplina. Triste país, em que nem sequer os homens que usam espada, e que a usam como símbolo de alto comando, são capazes de assumir a responsabilidade plena dos seus actos e de se sujeitar às consequências que eles naturalmente implicam! Não vêem, ninguém vê que só merecem respeito os revolucionários que, quando não triunfam, reclamam as honras do castigo. A revolução foi sempre um jogo. Se jogo contando apenas com a vitória ou com o perdão, pratico um acto tão pouco limpo como se jogasse com as cartas marcadas; mas eu não quero ser um jogador desleal.

Estes homens tiraram tudo às revoluções — a seriedade, a força, a razão, a sinceridade, a justiça — e até a grandeza! Tornaram a coragem fácil.

Quando será que num tribunal português ouviremos estas honradas palavras: «Senhores, condenem-me, porque eu fiz tudo para os inutilizar, para os dominar e para os vencer. Eu não sou dos que querem ganhar... mesmo quando perdem.»

Mas silêncio, coração indomável... Creio que estou a falar na língua de Homero aos pretos da Senegâmbia.

Falemos outra linguagem, a dos revoltosos, a dos advogados, a dos juizes... a linguagem que se comprehende.

Bem, vejamos: quando é a nova revolução? Quando indisciplinaremos novamente a caserna, desobedeceremos aos ministros, bombardearemos a cidade, assassinaremos os cidadãos pacíficos?

Vamos. Nada há a perder. Jogamos pela certa. Se vencermos, o Terreiro do Paço é nosso. Se não vencermos, são nossos os juizes. Para o público falaremos em coragem, em dedicação, em heroísmo, em sacrificios.

Isso dará tom — e as meninas da «Baixa» revirarão os olhos. Mas entre nós, em família, em segredo, ao chazinho com torradas (oh tia Anica, nada receie; oh mana Antónia, pois não vê!...), à tia Anica, à mana Antónia, à mulher, aos irmãos, aos filhos, diremos que o negócio em que nos vamos meter é um negócio inteiramente seguro. E o serão familiar acabará na serenidade das consciências inefáveis, na certeza consoladoramente inabalável de que nada há mais respeitável, mais sagrado, mais sério, mais prático, mais seguro do que as revoluções em Portugal. Quem arrisca as suas esperanças numa revolução faz do seu capital o emprego mais sensato: arrisca quase nada e sujeita-se a ganhar tudo. Ora é isto precisamente o que constitui a característica dos bons chefes de família. O nosso revolucionarismo revela sobretudo uma grande prudência e um alto tino familiar.

Efectivamente, meus amigos, quem há aí tão diabolicamente perspicaz, tão subtilmente capcioso, de inteligência tão perversa e de intenções tão maquiavélicas que veja no 18 de Abril e nas outras revoluções o semblante dum crime? O que é crime é ser honesto, coerente, disciplinado, leal, audaz, sensato, inteligente, e brutalmente sincero, num país que tem estes revolucionários, estes republicanos e estes juizes. E pelo meu crime de hoje, de dizer a verdade nua a um país de safardanas e eunucos — onde sair dum quartel com um regimento em armas já passou a ser tão banal como sair do *club* com o *pardessus* —, desde já me sujeito ao *verdictum* da Sala do Risco (onde por sinal os que lá foram não estiveram sujeitos a risco nenhum...), com a condição, já se vê, de não nomear, nem à força de decreto, como meu defensor o Cunha Leal.

(Na Scara Nova n.º 57, de 24 de Outubro de 1925)

Revolução e Ditadura

Há quem julgue que é falando constantemente em Revolução e em Ditadura que se adiantará, dum só passo que seja, a solução dos problemas nacionais. Para carrilarmos a nossa existência e surgirmos novamente como nação autónoma, ninguém se julga na obrigação de fazer, *logo desde o princípio*, as seguintes inocentes perguntas: «Que conjunto de ideias, de aspirações, de sentimentos deveriam dominar em Portugal para o maior bem comum?»; «Que forças há a pôr em acção e que processos e veículos de propaganda, para convencer a parte pensante e actuante da gente portuguesa a adoptar essas ideias e a compenetrar-se desses sentimentos?». Em vez disto, que se nos antolha o essencial, o que desde logo, em qualquer controvérsia política se vos exige, é que vos decidais pela Evolução ou pela Revolução, pelo Parlamento ou pela Ditadura. Assim obedecemos ao belo sestro nacional de fazer do fim o princípio de todas as coisas.

Honramo-nos por, na imprensa portuguesa, termos sempre marcado uma atitude de espírito absolutamente oposta a estas ilusões verbalistas. Temo-nos esforçado por demonstrar que o que é necessário, antes de mais nada, é dar forma e conteúdo ao movimento espiritual: o resto sairá dele como um *acto acessório, ulterior e infinitamente variável conforme as circunstâncias*, e sobre o qual não há, pois, que pensar e discutir agora. Querer estabelecer uma Ditadura ou fazer uma Revolução sem esse movimento prévio, o mesmo é querer construir um edificio sem materiais, comer sem alimentos, falar sem palavras e pensar sem ideias. Da Ditadura e do que para aí se chama a Revolução não sai, só por si, nada que seja verdadeiramente fecundo — a não ser que lho dê o

movimento espiritual que as precedeu. Mas desse próprio movimento sai, *só por si*, tudo o que for necessário, desde que ele atinja a força, a unidade, a profundidade, a maturidade, a consciência e a eficácia que é mister. Para nós, portanto, é só depois de assegurado nos espíritos o triunfo desse movimento, depois de feita o que continuaremos a chamar, com toda a propriedade, a *revolução espiritual* (1) que começa a surgir com um significado concreto, fora das abstracções de escola, colocado no terreno das realidades, o problema da Ditadura e da Revolução. O parlamento sanciona e perfilha o movimento e põe termo à sua caudal ejaculatória de palavras para praticar com o menor acompanhamento possível de oratória os actos legislativos que a opinião requer? Conservaremos o Parlamento. Ou contraria-o, atraçoando a vontade nacional? É a significação profunda da democracia que nos impelirá então para a ditadura. O governo constituído apressa-se a satisfazer as exigências da opinião, e não continuaremos a assistir às desastrosas «habilidades» do sr. António Maria da Silva? Não dispararemos um único tiro, porque nem somos ambiciosos vulgares nem criminais-natos, como muitos dos empresários das revoluções. Ao contrário, resistirá, obstinando-se na sua política, já condenada pelo país? A força terá então de vencer as veleidades duma resistência ilegítima e opressiva. Podem dizer-nos que somos nós, os subtis apreensores das realidades, que estamos a construir teoricamente, pelo simples exercício duma dialéctica abstracta e pelo exame de possibilidades puramente ideais, hipóteses gratuitas que nunca se apre-

(1) O sr. Emílio Costa fez a este propósito, num dos artigos publicados nesta Revista, um jogo de palavras que não é digno do seu claro e penetrante espírito. Que coisas ridiculamente vãs ele nos atribui... por não ter feito um pequeno esforço para nos compreender.

sentam na realidade, pois que nenhum parlamento ou governo do mundo abdica do seu poder. Eu estou absolutamente convencido do contrário... Para nós, pois, Ditadura e Revolução são questões acessórias, ocasionais e circunstanciais de pura técnica política; mais ainda: só se justificam quando os governantes desrespeitam a vontade do país e exercem um regime de opressão; não fazendo, pois, nós delas *desiderata* em si mesmas, ideias que tenhamos de defender, desde já, ou flâmulas garridas de bandeira. Se um dia aconselharmos a Revolução e a Ditadura, é porque as *circunstâncias* nos forçarão a isso. E nós não podemos prever quais sejam as circunstâncias após um movimento espiritual como Portugal ainda não viu, quando neste momento ele não soltou os seus primeiros vagidos. As hipóteses gratuitas, puramente ideais e teóricas, são, pois, as dos que as constroem pondo como ambiente permanente e necessário o que hoje se respira, sem curar das consequências dum movimento que, para ser eficaz, não pode deixar de ser profundo. Qual é então a vantagem de estarmos já a pregar a Ditadura e a Revolução, como pretende o sr. Emílio Costa — como se tudo já estivesse feito e faltasse apenas dar esse piparote nos parlamentares e governantes?

Ah sim! há uma, mas essa é toda em proveito dos nossos adversários — de todos os que em Portugal pretendem consolidar o regime das oligarquias, destruir as liberdades, perseguir os republicanos, afogar todas as reivindicações da democracia, e por fim assegurar a manutenção do que já aqui chamei a «política dos negócios». Fazendo a propaganda da Revolução e da Ditadura, *estamos a fortificar a causa que deveríamos combater*. Porque é de toda a evidência que, entre nós, no actual momento, há só uma Revolução e uma Ditadura possível: é a Revolução e a Ditadura de Cunha Leal. Fazendo, pois, a propaganda da *nossa* ditadura, como

ela neste momento é absolutamente inviável, o que estamos a fazer, com uma inabilidade que nos comove mas nos perde, é a propaganda da *única ditadura possível*, aquela que viria agravar enormemente os males nacionais, aquela precisamente que para nós é infinitamente pior que o pior de todos os parlamentos do mundo. Podeis dizer-me que limitais, que esclareceis, que marcais a vossa posição especial no campo político. Não importa: desde que a ditadura não é para vós um *pis aller* que ocorre no conflito e se impõe pelas circunstâncias do momento (do *próprio* momento em que se trata de transferir para a governação os princípios e os planos já estabelecidos pela propaganda), mas um princípio prévio que estabeleceis e por assim dizer como que um *absoluto*, vós estais a favorecer, sem o querer, todas as tendências antidemocráticas dos discípulos de Mussolini e de Primo de Rivera. Estais a lançar lenha na fogueira do adversário, a fazer o seu jogo, quando pensais estar a fazer o vosso. *C'est navrant!*

...Oh homens de pouca fé, em vez de estardes a forjar as armas de que o inimigo se há-de servir contra vós, que só ele está nos casos de empregar, fazei aquilo que ele nunca poderá fazer, porque lhe falta a Inteligência e a chama do Sacrifício — esse movimento invencível das almas que será a *causa necessária e suficiente de todos os actos salvadores*. Com ele tudo será ganho e alcançado, sem ele tudo será perdido. Não vos peço uma catástrofe, peço-vos uma criação. Peço-vos que deixeis o isolamento em que viveis, enclausurados nas vossas ideias «*próprias*». Viver em comunidade, pensar em comunidade, proceder em comunidade é a primeira condição da vitória, e vós tendes muito amor pelas vossas torres de marfim. Vinde trabalhar connosco. Quando a árvore estiver em flor, dará decerto semente — quer ela caia na terra sem esforço, quer, para isso, tenha de

romper o invólucro em que está contida. *Tudo o que deve ser será; tudo que merecermos receberemos; tudo o que atingir a maturidade frutificará.* Como Revolução e Ditadura são pobres palavras intempestivas para exprimir toda a grandeza, toda a beleza, todo o heroísmo, toda a virtude que se exige de vós! Revolução e Ditadura são hoje a cocaína com que nos adormecemos — e a prancha que estendemos a todos os salteadores!

(Na Seara Nova n.º 60, de 14 de Novembro de 1925)

A Absolvição Revolucionária da sala do risco

(Considerações dum profano sobre o aspecto
jurídico do julgamento)

«Como podemos nós, com tais práticas, ser considerados lá fora, e merecer da Europa a classificação de civilizados?»

CUNHA E COSTA

Só há dias, na gaveta dum pequeno hotel de província, pude tomar conhecimento dum artigo publicado logo nos princípios de Outubro pelo sr. Cunha e Costa sobre o julgamento do 18 de Abril. O artigo, como vêm, já tinha o direito de dormir sossegadamente nos forros das gavetas, se a questão se não prendesse intimamente com os interesses mais vitais da colectividade, e o artigo do famoso causídico não constituísse um sintoma alarmante, em certos homens de direito, de uma mentalidade

essencialmente pervertida e antijurídica. Aqui temos, dizia eu, a peça-mestra, o *dó de peito* sobre o julgamento dos revoltosos proferido por um dos mais apreciados tenores da ópera forense. Este homem não vai decerto prestar o flanco à discussão, nem sujeitar-se a uma pateada de profanos. Tudo o que ele disser será correcto, lúcido, exacto, incontrovertível, sendo a expressão nítida, luminosa da Justiça e da Verdade. Eis, pois, uma magnífica ocasião que esta gaveta me proporciona para precisar as minhas ideias e corrigir a minha atitude.

Qual não foi, portanto, a minha surpresa ao penetrar-me de que aquele artigo era mais uma prova irrefragável de que o sr. Cunha e Costa é um dos espíritos mais *falsos* que hoje pontificam na imprensa portuguesa, de que a técnica é uma coisa e o espírito outra, de que nada há de mais contrário ao *espírito jurídico* que o *espírito de rábula*, de que aquele requer precisão, subtilidade, clareza de ideias, objectividade, enquanto este apenas vive de artes de enredo e de *jongleries*. Efectivamente, o sr. Cunha e Costa, defendendo o *veredictum* da Sala do Risco da maneira como o defendeu, praticou o que poderemos chamar, sem favor, uma monstruosidade jurídica.

Discutindo em cheio, pela primeira vez, o sr. Cunha e Costa, não posso lembrar sem certa emoção e orgulho os caminhos divergentes que seguimos. Nem um nem outro suportamos *esta* República, mas para ele ela peca por excesso, e para mim por deficiência. Eu julgo que, para corrigir os seus defeitos, é preciso fazer de facto a República; ele entende que é mister proclamar de novo a Monarquia. Como as nossas aspirações ficaram insatisfeitas, eu ergo-as cada vez mais alto; ele arrasta-as na lama, passando a ter aspirações contrárias. Para mim isto de ser republicano foi uma coisa séria: um ideal que resistiria a todos os embates, que se afirmaria

sempre, mesmo contra as suas mistificações, que procuraria realizar-se através de todos os obstáculos, porque foi o ar que eu respirei, as promessas que fiz, a palavra que empenhei, a carne da minha carne e o sangue do meu sangue. Para ele, pretexto para uma oratória inflamada de alguns anos — diletantismo, espuma, bolhas de sabão, *fumisterie*... Pela minha parte, renegando cada vez mais a minha solidariedade com estes republicanos (que eu suporto ainda muito menos que o sr. Cunha e Costa e que desprezo do mais fundo da minha alma), afirmo cada vez mais a minha solidariedade com o meu passado, e procuro definir, cada vez com mais limpidez e mais vigor, os pensamentos da minha juventude. Ele, depois de bramar em *O Século*, de Silva Graça, e no *Mundo*, de França Borges, clama agora, com idêntica convicção, na *Época*, de Fernando de Sousa. Este homem tem realmente a alma dum apóstolo: simplesmente muda com muita frequência de evangelho.

E o pior é que o fervoroso caudilho pretende justificar as suas sucessivas e contraditórias encarnações políticas com vulgares espertezas de advogado. Segundo vejo no artigo que discuto, ele julga que «a diferença capital entre o homem e o burro consiste precisamente em modificar uma opinião errónea», querendo assim confundir as variações dum pensamento que se procura, aprofunda, afirma e obstina, com as dum espírito que oscila constantemente (o sr. Cunha e Costa já foi, pelo menos, duas vezes monárquico e duas vezes republicano) entre os termos opostos duma antinomia. Ora estas hesitações e tergiversações da opinião não se podem explicar por profundidade de consciência, mas por uma inconsistência de ideias e uma debilidade mental que em qualquer outra parte do mundo constituiria um opróbrio para todo o homem de espírito. A vida política do sr. Cunha

e Costa, o *Pouco Formoso e Inconstante*, tem sido realmente um *longo desvaio*.

Mas passemos a admirar o portentoso jurista.

Segundo o sr. Cunha e Costa, *todos* no tribunal cumpriram o seu dever. «Logo à terceira audiência se verificou — afirma — que só um conselho de *criados de servir*, vestindo librés em vez de *fardas*, poderia deixar de dar por provada a *falta de intenção criminosa*... Todos... foram unânimes que os factos praticados pelos acusados *excluía*m formalmente a *intenção criminosa*, e que, *com os olhos postos na Pátria*, haviam os revoltosos actuado.» (1)

O sr. Cunha e Costa tinha obrigação estrita de não ignorar que a intenção criminosa não depende da *apreciação* que cada um de nós faça do acto submetido a julgamento, mas da consciência que tem o agente de «atentar contra interesses legalmente protegidos». Há intenção, escreve Liszt, «quando o resultado era *projectado*, isto é, quando a representação do resultado era o motivo do acto». Não é derimente de culpa, diz ainda o mesmo padre-mestre do direito penal, a chamada *ilusão delituosa* ('Verbracherwahn'), em que o agente se coloca fora da ordem jurídica «com a pretensão de obedecer a deveres superiores». A «culpabilidade não é excluída — acrescenta — pelo facto de o agente considerar o seu procedimento imposto pela sua consciência ou por qualquer preceito da sua religião». Mas não é necessário recorrer aos tratadistas; o nosso Código Penal é bastante claro quando diz que não exime da responsabilidade criminal «a ilusão sobre a criminalidade do acto e a persuasão pessoal da legitimidade do fim ou dos motivos que o determinaram, e em geral quaisquer

(1) Todos estes «itálicos» são do sr. Cunha e Costa, que como o sr. Trindade Coelho, não deixa os «itálicos» por mãos alheias.

factos ou circunstâncias, quando a lei *expressamente não declare* que elas eximem da responsabilidade criminal». Sendo assim, só se poderiam isentar de *intenção criminosa* os revolucionários de 18 de Abril se se provasse que eles tinham feito uma revolução... sem intenção de a fazer. Quanto aos seus objectivos de pretendida moralidade política e de «obediência a deveres superiores» — eis o que nenhum tribunal do mundo decerto reconheceu ainda ou virá a reconhecer como derimente de culpa. E eu ia jurar que não há, em nenhuma escola de direito, onde se vão buscar ideias, e não simplesmente frases engomadas, *tournaures* falsas de espírito e artimanhas, nenhum estudante que o ignore.

Mas fácil é reconhecer que, a adoptar a interpretação do famoso advogado, não haveria revolucionários que não pudessem e devessem ser absolvidos, pois, fora o caso extremo de se tratar de bandoleiros ou assassinos, de todos eles se poderia dizer, em rigor, que tinham procedido *com os olhos postos na Pátria*. Se os juizes da Sala do Risco absolveram esta revolução republicana, deveriam absolver amanhã uma revolução monárquica, esquerdista ou democrática, pois em todos estes casos se poderiam alegar as mesmas razões de patriotismo. Se assim é, o júri da Sala do Risco e o sr. Cunha e Costa inventaram para todos os movimentos revolucionários «o direito de impunidade». Mas se não é, e se só as revoluções de tipo conservador, à Primo de Rivera e à Mussolini, devem isentar de intenção criminosa, então já não é de facto a *intenção* do agente que nos interessa (que nada tem que ver com o conteúdo real do acto e com as suas características e modalidades, mas se refere apenas à *boa consciência* e à vontade pura do agente), e o que se sobrepõe a todas as outras considerações é a própria opinião do julgador sobre o acto em litígio. Neste caso o julgador, em vez de «alijar à porta do pretório

todas as prevenções e todas as simpatias e antipatias do político», como recomenda, e muito bem, o sr. Cunha e Costa, em vez de fazer justiça à *intenção* dos agentes, por mais contrária que ela seja à *intenção* com que procederia em caso análogo, o que faz realmente é só admitir como justificatórias as intenções que sejam idênticas às suas. A intenção deixa de ser uma determinada atitude subjectiva do agente, para ser uma norma objectiva e obrigatória da vontade. Por outras palavras: despreza-se realmente a intenção, que é independente de toda a forma, para se atender apenas à forma e à natureza dos fins e dos objectivos. Segundo este critério, só deveriam ser isentos de intenção criminosa os actos que não contrariam as nossas opiniões!

Mas para tal hipótese ser admitida como de direito, seria preciso destruir todo o Direito! Realmente ela não se ergue apenas contra este ou aquele princípio, contra esta ou aquela norma particular: insurge-se contra a base fundamental do Direito, contra as próprias raízes do espírito jurídico, sendo a sua formal repulsa e negação! Um júri que, para apreciar a intenção dum criminoso, falta aos mais sagrados deveres de objectividade e de isenção, instaura o princípio do arbítrio, destrói todas as garantias e calca aos pés, feita em farrapos, a própria consciência jurídica. Posta, pois, de parte esta segunda hipótese, que equivaleria a uma revolução planetar, temos forçosamente de admitir a primeira — que os juízes e jurados da Sala do Risco afirmaram o *direito permanente de rebelião, sempre que os revoltosos procedam com a convicção (errónea ou justa) de que actuam segundo as conveniências da Pátria*. Temos que nos inclinar para este absurdo, que ainda é, em direito, o absurdo menor.

Eis, pois, ao que chegámos: dar como legítimas todas as alterações políticas bem intencionadas (no sentido

vulgar do termo), assentando a Sociedade na cratera dum vulcão. Uma colectividade em que fizessem jurisprudência tais princípios, seria mais instável e tumultuária que um terreno sujeito às explosões vulcânicas. *Não há monarquia, não há democracia, não há colectivismo, não há comunismo, não há forma alguma concebível de sociedade*, da mais tirânica à mais livre, da mais igualitária à mais fechada, que os pudesse admitir no seu seio — porque o mesmo era que admitir os germes da sua própria dissolução. Os absurdos sub-reptícios, ocultos nas dobras duma eloquência enganadora, levam sempre aos absurdos evidentes, palpáveis, desde o momento em que haja um pouco de habilidade para esticar-lhes as orelhas, abrir-lhes o ventre e estatelá-los depois no chão, a espinotear como burros. Todos esses absurdos, contraditórios de toda a Justiça e de toda a Ordem — que são as bases fundamentais de qualquer sociedade —, derivam tão somente de se adoptar um critério espúrio de intenção, fora da ordem do direito, um critério que, sobre ser antijurídico, é também anti-social. A intenção, repito, *para os tribunais*, não pode ser outra coisa (sob pena de se cair no domínio do arbítrio e do solipsismo) senão a consciência que tem o agente de atentar contra interesses legalmente protegidos, por mais contrários que eles sejam às suas opiniões e às suas próprias convicções religiosas.

Por isso eu já aqui afirmei que os generais da Sala do Risco praticaram a maior revolução de que há memória em Portugal. Isto é tão grave, ou mais grave ainda, sob certo aspecto, que a ameaça de perdermos as colónias. Porque uma nação pode viver humanamente sem colónias, mas isto é viver sem consciência, e uma vida sem consciência é pior que a própria morte. O governo, condenando esses generais, não fez mais do

que defender os interesses sociais ameaçados e castigar os juramentos fementidos.

«O compromisso que a lei manda prestar ao jurado — escreve o próprio sr. Cunha e Costa — é o de examinar com a mais escrupulosa atenção, de *não trair nem os interesses da Sociedade* nem os direitos da inocência e da humanidade, de não comunicar, sem rigorosa necessidade, com pessoa alguma, até proferir a sua decisão, *na qual se não deixará mover por ódio ou afeição...*» É o sr. Cunha e Costa que transcreve estas palavras, com uma ingenuidade ou uma inconsciência que confrange! Ora eu provei que o júri da Sala do Risco está sob o jugo deste dilema: ou consagrou o direito às revoluções conservadoras, *deixando-se mover por ódio ou afeição*, ou o direito a toda e qualquer revolução, atentando assim *contra os interesses da Sociedade*, e que em ambos os casos proclamou revolucionária e antijuridicamente um conceito novo e adventício da intenção. Logo o júri da Sala do Risco faltou aos compromissos que, logo de entrada, a lei lhe manda prestar.

Porque é que me revolto afinal? perguntar-me-ão. É por espírito de vingança? por facciosismo? por desespero? ou por maldade? É apenas porque isto é um sintoma mais da revoltante impunidade que vêm gozando em Portugal todos os que roubam, assassinam e prevaricam, e a quebra de toda a autoridade para castigar pela lei seja quem for. *Uma nação onde os homens da sua elite podem prevaricar sem culpa, não tem o direito de exigir submissão às classes menos ilustradas da sociedade*, porque — venho-o clamando há muito tempo — *a um maior grau de consciência deve corresponder um maior grau de responsabilidade*. Vejamos bancos! E os julgamentos da Legião Vermelha! E os milhares de ladrões e assassinos que em Portugal andam à solta, por obra e graça dos nossos júris incorruptíveis! E os

filhos sem pai, e as mulheres sem marido, com os que fizeram a sua orfandade e a sua viuvez a passear a seu lado, de cara descoberta! Há pior do que ser ladrão, há pior do que ser assassino: é ser perdoador de ladrões e assassinos. Porque um assassino pode matar um só homem, mas um perdoador de assassinos arma o braço a milhares de assassinos!

É isto que eu não desculpo aos generais da Sala do Risco: eles armaram o braço de milhares de revolucionários.

É isto, mas não é só isto. É também a minha nobreza, a minha audácia, a minha lealdade que se sentem feridas. Porque o que temos visto, sr. Cunha e Costa, já não são revoluções, são uma *púrria*! Para isso já não é preciso coragem, valor, qualidades militares, amor do risco. Já se pode dizer às nossas mulheres: «Até logo. Vou dar aí uns tiros sobre a cidade. Guarda-me a ceia...» É esta falta de correspondência, de proporcionalidade, entre os riscos que me faço correr revoltando-me, e os riscos que faço correr aos outros, que me ofendem no meu conceito da honra e da justiça e de todos os deveres da lealdade. Isto, meus amigos, já não é outra coisa — é o *homem*, sob todas as suas formas, que se afunda...

Mas o ilustre causídico não se limita a renegar, ele, jurista, o verdadeiro *espírito jurídico*; renega também ele, jornalista, os *inalienáveis direitos da crítica*! Segundo Cunha e Costa, a decisão dos jurados não cabe na alçada da discussão. Nem isso ao menos, senhores! Nem o protesto, nem o *sant lacrimæ rerum*... Mas eu sustento, ao contrário, que todo o acto público, seja ele praticado pelo Executivo, pelo Legislativo ou pelo Judicial, por isso mesmo que é público e interfere com interesses *públicos*, deve estar sujeito às apreciações da colectividade. Em nome de que princípios de absoluta infalibilidade de consciência se deveriam exceptuar do exame e da dis-

cussão os actos daquele Poder que tem precisamente nas suas mãos a honra e liberdade dos indivíduos e a defesa dos mais sagrados interesses sociais? É que o sr. Cunha e Costa, como sempre, confunde as coisas. Toda a sua mentalidade é feita de confusões, de conceitos frustres e de equívocos.

Como a lei exige aos jurados que sejam justos, o sr. Cunha e Costa pressupõe que as suas decisões devem ser tomadas sempre como justas. Assim uma obrigação moral e jurídica é erigida em privilégio — uma grave e solene imposição da lei em salvo-conduto. Tanto monta dizer que essa determinação da lei goza da prerrogativa maravilhosa e nunca ser ofendida. Francamente o sr. Cunha e Costa «volta o bico ao prego...»

Mas, afirma ainda, no julgamento do 19 de Outubro: «o Conselho por unanimidade absolveu os acusados; e não houve, que eu saiba, nos poderes públicos ou nas alfurjas demagógicas, uma voz que protestasse contra alguém do tribunal ou contra o *veredictum* proferido por um Conselho cuja consciência é soberana e intangível». Mas os homens do 18 de Abril eram acusados dum crime público e notório, por eles mesmos confessado, enquanto sobre os revoltosos do 19 de Outubro incidia, não a acusação duma revolta, *que tinha sido vitoriosa*, mas duma possível participação e cumplicidade nos assassinios ocorridos, o que para toda a gente não passava duma simples presunção moral. Se protestamos pois num caso e não no outro (é triste ter de dizer isto ao advogado dos de 19 de Outubro) é porque não há entre eles nenhuma espécie de paridade. No primeiro o Tribunal resolveu contra a evidência, no segundo eliminou uma simples hipótese gratuita. Mas S. Ex.^a confunde systematicamente tudo, e assim é que é bom. Se não confundisse as coisas mais simples, como poderia ele com tanta

eloquência e tanto poder de sugestão vencer as causas mais célebres?

E este homem, depois de tudo isto, tem o arrojo de escrever que o seu protesto «algo vale, porque, além das contas profissionais que sempre de mim tenho dado, *nenhum facciosismo lhe ateima o alcance!*»

Quanto às contas profissionais, eu sei bem o que elas valem entre nós, onde os homens são apreciados, não pelas suas qualidades de espírito (a inteligência, a penetração, a sagacidade, a finura, a amplidão ou precisão das ideias, a originalidade ou profundidade das vistas), mas pelas suas faculdades de elocução, o brilho, a vivacidade, e o volume duma bagage de cultura absolutamente desproporcionada com o proveito que dela colheram. Há uma coisa pelo menos que se não exige nunca em Portugal: é saber pensar com discernimento, com lógica e com perfeita adaptação às realidades. De aqui haver tanta gente *grande* em Portugal que lá fora seria eliminada no *struggle for life* ou reduzida às verdadeiras proporções — o *grande* crítico literário Fidelino de Figueiredo, o *grande* filósofo Martinho Nobre de Melo, o *grande* jornalista Trindade Coelho, o *grande* advogado Cunha e Costa. Alguns desses homens (*verbi gratia*, Fidelino) têm uma leitura formidável: simplesmente nunca assimilaram, nem compreenderam, nem criticaram essas toneladas de livros que lhes têm passado pelos olhos. Postas em seguida umas às outras, as folhas que terão devorado formariam quilómetros: mas delas não extraíram, coitados, um decimilgrama de proveito para o espírito. Outros (Trindade Coelho, Nobre de Melo) são férteis em ideias: simplesmente, é interessante, todas elas são erradas. Eles não formam sobre si, sobre os homens, sobre o mundo, sobre as coisas senão numerosas ideias nebulosas e confusas. São farrapos do caos donde não há a esperar que saia estrela. Demais, não sei se a

lucidez do intellecto não traria a um advogado mais prejuízos que vantagens. Para defender é preciso muitas vezes confundir, e para confundir com eloquência nada mais vantajoso do que ter já a confusão no próprio espírito. O sr. Cunha e Costa será, pois, um grande advogado. (Eu só o ouvi uma vez, e deu-me a impressão de um bobo.) Mas o que ele é — isso lho afirmo — é um péssimo jurista. E só de juristas curo aqui, porque a missão dos advogados é defender — mesmo contra a justiça, sobretudo quando isso vai de encontro aos seus interesses partidários.

Mas o sr. Cunha e Costa defende-se de facciosismo, e afinal, eu creio bem, realmente não é o facciosismo que atenua o alcance das suas palavras. O que lhes atenua o alcance é alguma coisa de mais irreductível: a *nulidade radical* do seu espírito, a falsidade da sua intelligência. O sr. Cunha e Costa não é faccioso porque o queira: é faccioso porque é a sua própria mentalidade que é facciosa, contraditória e confusa. São defeitos do entendimento, não da vontade. Cristo diria: «Perdoai-lhe, Pai!»

È preciso terminar, que este já vai muito mais longo que a estatura do sr. Cunha e Costa, mas antes disso quero referir-me a uma frase do aclamadíssimo orador que denota bem a serenidade dos seus juízos, o valor da sua cultura e a largueza da sua compreensão. Para ele, acima do *veredictum* do júri, «só há Deus para os católicos, e o nada para os cães». Quer dizer, S. Ex.^a arrua a humanidade em dois grandes grupos: os cães para um lado, os católicos do outro. Os alemães, os ingleses, os holandeses, os suecos, os norte-americanos, na sua maioria, cães. Goethe, Newton, Shakespeare, Kant, Spinoza, cães também! E lembrar-me eu que, ao ler isto, o único ser que ouvi ladrar foi o sr. Cunha e Costa!

P. S. — Muito depois deste artigo estar escrito, deu-se a absolvição do 19 de Julho — mais uma solene consagração da Impunidade, que é um dos aspectos mais alarmantes da nossa deliquescência social, destruidora de todas as garantias. O facto de Cabeçadas estar entre os acusados em nada diminui a veemência do protesto que nos merece esta absolvição. Estivesse entre eles um nosso irmão, estivéssemos nós próprios — protestaríamos da mesma maneira. Se fôssemos réus duma revolução vencida, não quereríamos usufruir de nenhuma prerrogativa da vitória...

Está, pois, assente como definitivo que a Revolução é um direito que fica usufruindo doravante em Portugal todo o homem de bem. Seis mil anos de direito deram isto!

(Na Seara Nova n.º 61, de 21 de Novembro de 1925)

Resposta à nota de Emílio Costa

O sr. Emílio Costa começa logo por laborar num equívoco quando pensa que eu pretendi demonstrar serem os seus artigos, subordinados ao título *Revolução*, não só errados, como inconvenientes para a boa marcha das instituições democráticas.

A verdade é que eu não afirmei que *tudo* era errado ou inconveniente, e apenas pretendi responder às suas arguições na parte em que eram absolutamente contraditórias, não só das doutrinas desta revista, como do que constitui precisamente a sua razão de ser. Ao negar eficácia e até sentido à «revolução espiritual», o sr. Emílio Costa põe em causa, não já as nossas ideias, mas, o que é mais, a nossa própria existência. Efectivamente a *Seara Nova*, que não é nem quer ser um partido político, só existe porque os seus organizadores se convenceram da necessidade dum movimento espiritual. Impedir Emílio Costa de expor os seus pontos de vista e contraditar as nossas teses, seria um acto digno

do *Notícias* ou de *O Século*, mas absolutamente incompatível com a nossa lealdade, com o respeito que o distinto publicista nos merece, e com a própria firmeza das nossas opiniões. Tanto é certo que só teme o combate das ideias quem está pouco seguro delas, e que o receio da contradita é já um acto de menos fé. Mas, por outro lado, permitir que alguém ataque as nossas posições sem as defendermos, seria pôr o nosso jornal ao serviço de todas as causas, menos da nossa.

Ora das revoluções que temos pregado desde o primeiro número desta revista escreve o nosso colaborador *no próprio artigo que invoca em sua defesa*: «Se aquele fenómeno espiritual é realmente uma revolução, para que serve esse episódio epilodal da revolução na rua?... Essa forma de fazer a revolução e o que os conservadores e reaccionários querem é uma e a mesma coisa». Quer dizer: não são os que pregam a ditadura, num ambiente espiritual só favorável às ditaduras reaccionárias, que fazem o jogo dos reaccionários, mas os que querem criar um novo ambiente que torne possível a verdadeira e desejável renovação!

Como é então que o sr. Emílio Costa invoca o n.º 54 deste jornal, para confundir este seu humilde antagonista? Ah!, já sei! É porque fala ali em *revoluções preparadinhas*, e pensa que isso é, pouco mais ou menos, aquilo que nós pregamos. Mas em boa verdade lhe digo que há tanta diferença entre essas revoluções *preparadinhas* e aquilo que nós queremos como entre o chafariz do Andaluz e o mar oceano.

A Revolução (aquilo que se chama vulgarmente a Revolução, isto é, um golpe de Estado), quer a preparem, como o sr. Emílio Costa, quer nem nisso sonhem, como Raul Esteves ou Cabeçadas, é nas actuais circunstâncias da sociedade portuguesa apenas uma mentira ou pior do que uma mentira, sejam quais forem os homens, os par-

tidos e os grupos que a pretendam fazer. *É preciso pôr os nossos problemas na ordem das coisas naturais.* O que nos revolta é que todos se empenham em resolvê-los de maneira a agravá-los ainda. É esse o crime de que eu hei-de acusar daqui os grandes homens honestos que em Portugal têm praticado a burla das revoluções.

Querem pôr os nossos problemas, pela primeira vez, na ordem das coisas naturais, nós damos aqui ao movimento espiritual a proeminência sobre o assalto político: enquanto o sr. Emílio Costa entende, pelo contrário, que é da resolução do problema político que depende a de todos os outros. Tal é a profunda divergência, que não é possível nem iludir nem ocultar.

(Na Seara Nova n.º 62, de 28 de Novembro de 1925)

A situação política

Não era, evidentemente, um golpe de Estado o que pedíamos ao sr. Presidente da República, nem nunca pela cabeça nos poderia ter passado que S. Ex.^a fizesse sobrepor a sua vontade pessoal às chamadas indicações parlamentares. Não acharíamos bem que, tendo jurado num dia respeitar a Constituição, se apressasse logo no outro a esfarrapá-la cordialmente, só porque entre as calvas dos seus concidadãos S. Ex.^a teria visto alvejar alguma que lhe parecia mais luzidamente predisposta para as profundas congeminências da salvação. Nem nos julgue S. Ex.^a tão indefectivelmente ignorantes ou tão zelosamente desconhecedores dos deveres cívicos, que não reconheçamos os limites estreitíssimos que aos seus movimentos marca duma maneira iniludível o nosso regime constitucional. Nenhum de nós aqui ignora que a

Constituição o transforma, por assim dizer, no vistoso pêndulo ornamental dum relógio a que outros se encarregam de dar a corda.

Mas nem o respeito que lhe devemos como Chefe de Estado nem a consideração que em todas as circunstâncias S. Ex.^a nos tem merecido como Cidadão, nos devem impedir, salvo melhor juízo, de declarar com a sinceridade que em tempos de *antanho* se usava mesmo para com os Reis, que julgamos a sua atitude neste momento talvez pouco consentânea com as mais imperiosas exigências da vida nacional.

S. Ex.^a não podia nem devia sobrepor-se à vontade parlamentar, mas poderia talvez ter influído duma maneira decisiva, sem por forma alguma transgredir a esfera das suas tão altas como reduzidas funções e mexer no mecanismo da relojoaria constitucional, sem fazer mais nada do que interpretar, como chefe supremo, o sentimento quase unânime dos seus melhores concidadãos para que os partidos e os grupos com representação no Parlamento fizessem um pequenino esforço para se compenetrarem da gravidade excepcional do momento (que nem tudo são rosas, cheques, sobrescritos lacrados, lugares de vice-governadores e notas falsas na vida dum político), e da urgência cada vez maior dum governo nacional, dum governo de salvação pública, dum governo que não precisasse de enviar bilhetes amorosos às guarnições revoltadas, de passar sob as forças caudinas dos generais cúmplices nem de confiar a redução do funcionalismo à mão providencial das Parcas, dum governo enfim que fizesse esta coisa milagrosa e inédita — governar, e que não contivesse no seu seio os rotundos zeros grandiloquentes e os homens que têm presidido, com tão grande prosperidade dos seus apaniguados, a esta bambochata e *degringolade* vertiginosa que tem sido, de há anos a esta parte, a vida da República.

Quem era que, logo após a sua eleição, se recusaria a ouvir o sr. Presidente da República e lhe negaria o direito de, em tão angustiosas circunstâncias, traduzir sinceramente as suas graves apreensões e as suas exortações patrióticas, se o fizesse com aquela isenção, aquela visão segura das coisas, aquele tacto, que não exclui energia nem calor comunicativo, aquela sugestiva e persuasiva eloquência que costuma pôr nas suas palavras, e adjurasse os nossos homens públicos a travar o andamento para o abismo, convencendo-os de que nem só do Angola e Metrôpole, do Banco Ultramarino e de comissões chorudas vive o homem, que é preciso cairmos em nós, esfregarmos os olhos, acordarmos, tomarmos consciência do lugar que ocupamos no planeta, e fazermos todos, com os olhos assim bem abertos, o pensamento disposto e a vergonha fazendo subir a cor ao rosto, um implacável exame de consciência?

Estamos ou não num destes momentos em que um Chefe de Estado, não podendo ser o ditador que domina pela violência, tem de ser um pouco o Apóstolo que vence pela convicção, e deve concentrar todas as suas capacidades numa força irresistível de dialéctica, apresentando-se diante dos políticos como um intérprete da *élite* da nação, pintando-lhe com cores vivas o lamentável quadro, conjurando-os em nome do país, apelando para o que neles ainda existe de puro e espiritual, tentando ferir nas pederneiras daqueles cérebros o lume oculto que possam lá conter? Estamos ou não num destes momentos em que o sr. Presidente da República devia deixar de ser um pouco o *homem que cumprimenta*, para ser o homem que perora, que incita, que sugestiona, que invectiva, que se obstina e que convence? Um Chefe de Estado, numa república parlamentarista, não será talvez um órgão da vontade nacional, mas também nada o obriga a que seja um surdo-mudo. *Quod non agit non est*,

dizia não sei se Leibnitz, velho amigo de S. Ex.^a. Ora S. Ex.^a *est*, disto não temos nem a sombra daquela dúvida cartesiana que poderemos ter em relação ao sr. Trindade Coelho ou ao sr. Schwalbach, que talvez não existam. Logo S. Ex.^a, não sendo uma pura concepção metafísica, uma simples entidade abstracta dum mundo ultraplátónico e evanescente (como serão porventura aqueles senhores!), poderia ter agido — poderia ter sido tão real como esta pena com que escrevo e que apalpo entre os meus dedos e este espírito nervoso que em mim freme e se agita e que os bonzos talvez já considerem a estas horas um perigo para a segurança pública. S. Ex.^a, desta feita, ou não viu as coisas com a sua clareza habitual, ou não foi suficientemente caloroso e persuasivo. S. Ex.^a não se ergueu suficientemente no bico dos pés, e à altura das circunstâncias! Ah! se o tivesse feito, talvez tivesse conseguido alguma coisa de útil para a nação e se não tivesse limitado a ser o pêndulo do relógio que bateu a hora... do sr. António Maria da Silva.

A hora do sr. António Maria da Silva! É isto que nos confrange. Permita que lhe diga, senhor Presidente, que esta não era a hora do sr. António Maria da Silva. Bateu-a talvez o relógio do Congresso, bateu-a o do sr. Custódio de Mendonça, o do sr. Silva Barreto... Mas em todos os outros relógios do país, afinados pelo meridiano da nossa verdadeira longitude, a hora que bateu, que eu ouvi-a, embora surda, como a duma «cebola» de algibeira, se foi a do sr. António Maria da Silva... não foi a do seu triunfo, mas a do seu declínio. Os relógios que S. Ex.^a ouviu eram em grande parte os dos estômagos de alguns ilustres parlamentares, que apesar de já tanto terem comido, persistem em «dar horas» com tão teimosa eloquência, que ou a necessidade é muita, sr. Presidente da República, ou o apetite enorme! Estão

a «dar horas» desabaladamente, e por isso marcam no mostrador, a letras negras: António Maria.

Efectivamente este homem (permita S. Ex.^a que lhe diga) é hoje o símbolo vivo da Incapacidade e da Corrupção que alastra pelo país. Este individuo, cuja cultura é ínfima, cuja competência governativa é diminuta, cuja inteligência política se reduz aos processos da mais baixa regedoria, cujo apreço pela boa literatura e ideologia democrática se avalia pelas íntimas relações que mantém com um órgão escrito em papel de embrulho e com pena de piassaba por jornalistas que manejam as pílulas farmacológico-políticas de M. Homais e têm o uso do sabão na conta dum dos mistérios da Santa Madre Igreja, este homem que, pela linguagem, parece falar-nos sempre do fundo das casinhas com cortinas de ramagens da diplomática rua de João do Outeiro, tem sabido manejar com uma penetração psicológica e uma habilidade inigualáveis as pedras maiores do nosso tabuleiro político. Nunca a Palavra se pôs como com ele ao serviço de qualquer interesse — pois com ele a Palavra (maior conquista e atributo do Homem) esteve vibrante nove horas ininterruptas, sem desfalecimentos e tremuras e sem ter de ir ao *water closed!* Em nove horas seguidas, por causa deste homem, amigos, a Palavra não foi lá dentro!

A fraqueza dos outros é, em verdade, a grande força em que ele se apoia. Não há por aí Margarida mais ou menos fácil a quem ele não tenha cantado, com a sua barbicha mefistofélica, a ária de *il dio del oro*, nem vaidade que não acaricie, moleza de carácter que não apalpe, brecha por onde não tente fazer entrar a sua alavancazinha de corrupção. Estuda com uma sagacidade inexcedível o sistema de cristalização na malandrice de todos os que se lhe aproximam, o plano de *clivagem* por onde a pedra vai rachar. Cada perversão

alheia conta-a ele por uma vitória própria. As raízes do seu poderio cria-as e multiplica-as no lodaçal das podridões humanas. Aí onde há uma quebra, um vácuo, um rombo, uma falha, procurem bem, lá tem ele uma raiz: elas penetram por todos os interstícios, metem-se por todas as fendas, infiltrando-se, multiplicando-se, ramificando-se, anastomosando-se, até formar uma rede tal que este homem, dentro de pouco, já não é um político, mas um Polipo. Há seres assim, sinuosos, pérfidos, lentos, enleadores, tenazes, que vivem à custa dos tecidos vivos. Outros, dos mortos. Este vive da matéria em decomposição. Onde há qualquer coisa que cheire mal, um cancro, uma chaga, um simples foco de pus, lá está o serzinho minúsculo, de barbicha mefistofélica e bigodes-antenas em riste, de fraque, a pôr o seu ovo, a incubar — e a vencer. Assim conseguiu ele falsificar toda a vida da República. Porque, neste regime que nos rege, não são só falsas as notas do Angola e Metrópole: é a própria Democracia, é a Vida que são falsas, embora contenham as assinaturas autênticas dos propagandistas que no tempo da monarquia nos prometiam luz, clareza, nobreza, independência, capacidade e justiça.

As razões mesmas que deveriam condenar esse indivíduo ao ostracismo (sr. Presidente da República) foram as que o elevaram ao Capitólio. Governa, com aprazimento aparente de V. Ex.^a e de nós todos.

E todavia o passado político deste cidadão devia contra-indicá-lo para a tarefa que se está exigindo ao governo dum país que chegou a este estado da consciência pública, a este desvairamento das altas classes sociais (piores mil vezes que o povo, a quem chamam indisciplinado), a estas burlas-monstros e a esta suprema desvergonha de republicanos e monárquicos enfeudados à majestade auriluzente e flamígera e à onipotência divina da sagrada Burra Ápis! Foi ele ou não depois de

Monsanto que por mais tempo ocupou as cadeiras do Poder? E da sua administração o que saiu, senão o acréscimo do declive em que impenitentemente todos vamos resvalando? Sobre outro pode haver dúvidas. Sobre este não. Deu já as suas provas — eloquentes. Pedir *bis* acho que é abusar da paciência dos espectadores.

Estará arrependido? Mas até agora o que lhe ouvimos, não foi a expressão do seu arrependimento, foi a da clamorosa condenação. E assistimos a este espectáculo cômico, certamente único no mundo, em que o homem que tem conduzido toda a política nacional, assaca aos outros as responsabilidades dos erros e dos crimes que se cometeram sob a sua égide e bandeira, gritando como do seio duma sarça ardente: *O país tem estado a saque!* O país a saque, e ele inocente, puro, nas nuvens, arqui-angélico, a olhar compungido os saqueadores!

Arrependido? Mas então o já famoso telegrama para o comissário de Moçambique, em que se fez a afirmação expressa de que os interesses dos corrilhos têm, mesmo neste momento de perigo, de dominar os supremos interesses nacionais? Esse telegrama é um programa, uma declaração de princípios, e um *test* psicológico. E ele mesmo, assim mesmo, hoje mesmo — com as mesmas manhas de ontem, os mesmos princípios do ano passado, a rede de raízes a alastrar, a ir até Quelimane, Inhambane e Ilhas de Bijagós, a levar a pretos e brancos os sucessores de Mouzinho de Albuquerque sob a forma de piolhos emigrantes da sua barba mefistofélica.

Arrependimento? Nunca. Ele foi, é e continuará a ser *o maior destruidor do idealismo republicano*. Ele é o dono mais responsável deste regime que tem por tabuleta Política & Negócios. E é isto o grave. Não se destrói assim, senhores sem profundas consequências morais, as

raízes do idealismo a um partido e a uma nação. Destruir o idealismo é destruir a alma, a seiva, a chama de vida, que nos faz resistir às tentações, reprimir os impulsos brutais e nos dá uma razão de viver para alguma coisa mais que para estes actos digestivos, estes gozos, estas licenças, estas volúpias e estas defecções, para as quais não é preciso nem alma, nem seiva, nem chama de vida.

No caso do Angola e Metrópole *em si mesmo* temos a certeza da inocência perfeita da grande maioria dos nossos políticos. Mas o Angola e Metrópole é um acidente, um caso, um grandioso *fait-divers*. O que importa sobretudo é o espírito, as condições, o ambiente, que tornaram possível esse caso, esse *fait-divers*, esse acidente. Foi a contínua simbiose da Política com a Banca, a política posta ao serviço dos interesses particulares, a política que deixou de representar ideias e aspirações para ser a representante no parlamento dos Burnays dos Ulrichs, da Moagem, dos Tabacos, do Ultramarino, do Sotto Mayor, dos FONSECAS, Santos & Viana, e que criou órgãos subsidiados por estas Burras e dirigidos por «burros», por homens que têm muito menos de jornalistas que eu de poeta lírico, e ocultam, com fins inconfessáveis, a fonte donde lhes mana a metálica linfa — foi esta fórmula, esta tabuleta, esta chapa, esta marca de grilheta, este sinal de canga, este ferrete de ignomínia (Política & Negócios) —, que prostituiu, corrompeu nas suas origens o regime que fora criado sob a impulsão das ideias mais puras e das ambições mais nobres. É ainda a Portuguesa o hino oficial deste país? Peço aos maestros António Maria e Cunha Leal que o substituam. Deve ser antes a ária: *il dio del oro, del mondo signor*, posta em batuque de pretos.

Quando a função e a missão dos elementos preponderantes duma sociedade (ricos que põem lá fora o dinheiro, exaurindo à nação o seu sangue, políticos, jor-

nalistas, escritores, mestres que pregam o erro e a mentira), são assim falsificados, não tarda que tudo esteja falsificado nas nossas mãos — desde os alimentos que compramos às próprias notas com que o fazemos. *Falsificação* é realmente a fórmula suprema de toda a vida portuguesa. Falsificada a política, falsificada a literatura, falsificada a justiça, falsificado o jornalismo, falsificada a crítica, falsificada talvez a tua indignação, leitor! Alves dos Reis, Bandeira, dois criminosos? Decerto, mas, sobretudo, dois símbolos.

As coisas têm uma força de impulsão, ilustríssimos senhores, e cada átomo de poeira gera um mundo. *Os maiores culpados, repetimos, são os que destruíram ou tentam destruir o idealismo republicano.*

António Maria? O quê? António Maria? perguntamos nós espantados, como se tivéssemos sido vítimas de um sonho. Pode lá ser! Agora! Mas é. E, e vejamos como é.

Tendo-se esboçado em favor das nossas colónias o único movimento de opinião de que nestes tempos mais próximos temos memória — tendo-se feito ver claramente os perigos que nos rodeiam, e que nem as elegâncias diplomáticas e o servilismo do sr. Vasco Borges, nem as boas palavras da Inglaterra poderão por si sós evitar — quando as assembleias mais graves, cordatas e parálíticas se resolvem por fim a espreguiçar-se, a estender os braços, a agir — quando a mocidade, deixando as «Elviras» e as guitarras, grita, implora e exorta — quando se pensa que afinal vai surgir alguma coisa, e raiar acima dos Apetites, das Vaidades e das Vacuidades o fulgor de uma vida nova incipiente — o governo lança amoníaco vesical sobre toda esta fermentação patriótica, responde com o punho franciscanamente cerrado a todas estas exortações, e quais são os primeiros actos dessa nova administração colonial

íntegra e salvadora? A nomeação dum praticante do jornalismo para governador dum distrito, só porque tem no lombo a marca partidária, e a dum militar brioso, embora pouco preparado para os assuntos coloniais e de espírito um pouco ferido de inibição e de catalépsia, para a pasta das colónias, só porque com ele no ministério se pode contar com a guarda republicana. Estão a ver? Ele é assim, foi sempre assim, há de ser sempre assim: regedor do Redondo, redondamente.

O regedor do Redondo só sabe reinar sobre a abjecção, segurando os seus sequazes pelos tentáculos, comunicando com eles pelo umbigo, e batendo-lhes de quando em quando no estômago com tal força de persuasão, que não há patriota que lhe resista e boca que se não alargue e encha de água em homenagem aos imortais princípios.

Quando acabará a regedoria do regedor do Redondo? Ou antes disso cairemos todos ao charco — redondamente?

Este artigo, para acabar bem, sinto-o, devia encerrar-se com um período candente, bem martelado nas frases, largamente ritmado, em que eu pusesse a vibração, o estrondo e a eloquência dum canhão de 45. De facto isto, para ser literariamente suportável, todos estão a vê-lo e a desejá-lo (Filomeno, Cabeçadas, Tamagnini, José Domingues), deveria acabar com um caloroso apelo à revolução. É o que exigia de facto, não a lógica, mas o *tonus* literário, o desenvolvimento do estilo, o *rinforzamento* retórico, o pendor que se ia acusando na minha prosa, e ao mesmo tempo as mais vivas, as mais clamorosas, as mais retumbantes tradições nacionais. Neste ponto, porém, o estilo falece-me, e o cérebro mirra-se-me, até ficar tão seco, tão murcho, tão esqualido como a castanha pilada dum crânio da Travessa da Água da Flor.

As revoluções para nós não são coisas que se recebem, como um remédio para as hemorróidas. São arcos tensos que desferem a seta pronta a partir, uma força viva *qui déclanche*. Quando quizerão os senhores criar a força viva? quando quizerão tender o arco?

Numa palavra, quando será que a Revolução não será também uma coisa falsificada — e se reconheça que não se poderá fazer nada sem o Espírito, única luz, única força e única fonte da vida — o Espírito, que é no princípio e no fim de todas as coisas — o Espírito, que talvez tivesse criado o mundo e certamente cria tudo no mundo —, e assim façamos uma verdadeira democracia idealista por processos realistas, num Governo e uma Autoridade vivas, para o maior bem de todos, e sem suprimir, como na Itália e na Espanha, aquilo sem o qual se não pode conceber a justiça nem o ideal nem a vida nem a dignidade humana, aquilo que para o Espírito é o maior bem do mundo: a liberdade?!

(Na Seara Nova n.º 67, de 2 de Janeiro de 1926)

À margem das palavras e dos factos

— O sr. Júlio de Vilhena (pessoa comedida e conservadora) concedeu ao *Notícias* uma entrevista em que exprime verdades amargas sobre o que poderemos chamar, sem exagero, a «falência moral do nosso capitalismo». Na verdade esta mentira cómoda e convencional (tão propícia aos aventureiros) que só os políticos em exercício falsificam a sua missão neste país, vai perdendo terreno dia a dia. Todos os nossos erros vão já aparecendo como fazendo parte dum todo orgânico perfeitamente concatenado que reflecte nos seus vários

aspectos um mesmo estado geral da consciência. «O capital nacional — escreve o ex-ministro da monarchia — é tímido, quer juro certo e seguro, e a empresa colonial é sempre mais ou menos aventureira. O capital nacional emprega-se de preferência em casas de penhores, constituição de hipotecas em edificios urbanos ou prédios rústicos, jogos de bolsa, em tudo aquilo que lhe dê ou em que ele tenha esperança de obter um lucro grande fora de toda a contingência.» S. Ex.^a poderia ter ainda acrescentado — em empresas jornalísticas —, pois para elas nunca faltou, nem falta nem faltará a generosa filantropia dos banqueiros. Quer dizer: o Capital nacional está organizado para ser um agente de corrupção, de exploração, um instrumento puramente parasitário, ao serviço exclusivo dos egoísmos mais elementares e menos solidários com os altos interesses nacionais, e por isso não há para ele nem nobreza do risco, nem entusiasmo de iniciativa, nem largueza de vistas, nem filantropia criadora, nem qualquer compreensão do sentido social do seu papel no mundo. É um capital que emigra, está dito tudo — um capital que não quer ser fonte, mas chupeta — *um capital que deserta da sua missão social e do seu posto na obra urgente da reconstituição do país* — praticando assim (com raras e nobres excepções, como soe dizer-se) verdadeiros crimes contra a Pátria.

Bem sei que a isto me responderão que o Capital não tem pátria. É evidente. Pátria só têm obrigação de a ter os esfarrapados e os que morrem de fome pelas esquinas!

— Com o que já não estamos de acordo é com o que poderemos chamar a *política do silêncio* em relação à nossa administração colonial, preconizada pelo sr. Júlio de Vilhena. «Não é esta a ocasião de censurar a administração colonial portuguesa, nem de desprestigiar os homens, qualquer que seja o partido político a que per-

tenham. *Tudo quanto seja censura aos poderes políticos, no tocante à nossa administração colonial, pode ser aproveitado pelos nossos inimigos em detrimento da nossa soberania ultramarina...* Que lucro podemos tirar da referência às nossas faltas e aos nossos erros, que alguns temos tido, como acontece em todos os países? Creio que nenhum.»

Julga então S. Ex.^a que as nações que cobiçam os nossos territórios coloniais ligarão mais importância às palavras que proferimos que aos actos que praticamos? Entende que chegou o momento de abandonarmos ao favoritismo dos governos e à imperícia e desonestidade dos administradores aquilo que só à custa do nosso tacto e da nossa energia poderemos manter? O que S. Ex.^a pretende é a cessação de todo o regime e opinião em relação às colónias, de toda a fiscalização, poderíamos mesmo dizer a inauguração nelas dum verdadeiro regime absoluto. Pela nossa parte julgamos que a política de incompetência e de suborno do sr. António Maria da Silva não poderia ser melhor servida; mas também que não poderiam ser mais agravados e esquecidos os verdadeiros interesses nacionais. Se os erros da nossa administração colonial nem ao menos tivessem o mérito de provocar os nossos protestos, que seriam até certo ponto uma garantia de melhores dias para as nossas colónias, então é que tudo estaria perdido. Os cobiçosos estrangeiros, creia-o o sr. Júlio de Vilhena, não têm só bons ouvidos: têm também bons olhos. *Hoje como ontem, nas colónias e no continente, não há maior perigo do que o silêncio!*

Já se sabe, as nossas palavras não se aplicam aos exageros descabelados, nem às campanhas de descrédito movidas lá fora, em livros traduzidos para inglês e francês com títulos flamejantes de escândalo, como fez Cunha Leal — porque isso, verdadeiramente, já não é crítica, mas *um crime de alta traição.*

— Nenhum homem honrado de Portugal deve lamentar a campanha de *O Século* — como nenhum homem honrado deve lastimar o golpe de verdugo que vitimou Landru. Foi essa campanha, conduzida em termos vigorosos por um verdadeiro jornalista (somos insuspeitos neste elogio, porque estamos e temos muito prazer em continuar a estar de relações cortadas com o sr. Adelino Mendes), que permitiu descobrir tão depressa a monstruosa burla dos miseráveis que têm hoje a seu soldo o advogado monárquico Cunha e Costa, como tiveram ontem o *brasseur d'affaires* monárquico Ávila Lima e outros *brasseurs* republicanos, dos tais do rótulo Política & Negócios que corromperam e prostituíram toda a vida do regime.

Simplemente, uma coisa é rejubilar-nos com a campanha de *O Século*, e outra coisa é aplaudi-lo. Não o vemos tão puro, tão imparcial, tão indefectível nas suas campanhas de protesto, que lhe possamos tributar o nosso aplauso — e isto à parte, evidentemente, todas as divergências doutrinárias que nos possam separar. Um jornalista pode ser ultraconservador, e ter pelos conservadores que enxovalham e desonram a sua causa o mais invencível dos desprezos; direi mesmo que é essa a condição essencial de manter a absoluta pureza dos seus princípios. Mas quem viu já *O Século* usar para com os gatunos, os corruptos e os traidores que militam nos chamados partidos conservadores uma linguagem que roçasse sequer pela mais branda e amável censura? Quem viu já *O Século* discutir a crise do Banco Nacional Ultramarino? Quem viu *O Século* fazer qualquer reparo à nomeação do topa-a-tudo Cunha Leal para um dos lugares de vice-governadores desse banco? Quem viu *O Século* lembrar-se já alguma vez do *golpe* praticado por esse *leader* da nossa política conservadora contra os anteriores proprietários do jornal? Quem viu

O Século censurar ao menos a campanha de descrédito movida por esse homem lá fora, em obras traduzidas em línguas estrangeiras, contra a nossa administração colonial, verdadeiro crime de lesa-pátria que só entre nós seria admitido e coroado de êxito? Quem viu *O Século* erguer ao menos as pontas do véu sobre a política de corrupção tão infatigavelmente posta em prática pelo sr. António Maria da Silva? Quem viu *O Século* insurgir-se contra os escândalos do Banco Comercial do Porto e do Banco Industrial Português? Quem viu *O Século* flagelar o criminoso êxodo dos nossos capitais, as suas traficâncias, a sua obra de suborno e as suas actividades parasitárias? Quem viu *O Século*, enfim, manter a verdadeira atitude heróica que um jornal daquela tiragem e com aquelas pretensões devia assumir — e que consistiria em dizer *toda a verdade*, fosse contra quem fosse, desde o momento em que houvesse ofensa do decoro, da honra e dos interesses da nação?

Não é atacar que custa, digo-lho por experiência própria. O que custa é atacar para a esquerda e para a direita — e sempre a direito, sempre perante factos —, por mais inimigos que tenhamos de criar em nossa volta, por mais antipatias que tenhamos de levantar nas próprias fileiras em que combatemos. Pela nossa parte, todas as nossas simpatias doutrinárias vão para as esquerdas — e todavia não há nada que nos obrigue a esconder a mais viva repulsa por todos os que dentro delas sejam corruptos ou incapazes. Casos concretos. Ainda há poucos meses recebemos convite de colaboração para um jornal republicano de certa fama. Longe de nos sentirmos sensibilizados pelo convite, não nos demorámos a demonstrar a nossa antipatia por uma folha que nos pretende enganar quanto à proveniência dos seus recursos financeiros, declarando que eles provêm da própria fonte de Hipocrene — com a lira a pender

dos ramos dos loureiros de Apolo. Não tardou a saber o jornalista que nós só podemos ter desprezo pelos que vendem numa parte o vinho e põem noutra... o ramo do loureiro, e que não estamos dispostos a pregar moral dum janela de tabuinhas. Outro caso concreto: Adelino Mendes foi a causa imediata e principal de eu ter abandonado em tempos um grande jornal republicano, a cujo director ele declarara, *carrément, que eu não sabia* escrever. Foi alguma coisa na minha vida, esse abandono... Pois isso não me impede de afirmar que ele é um jornalista de pulso e de recursos. Mais outro caso concreto. Se há homens em Portugal (fora do grupo em que milito) com quem eu tenha aproximações doutrinárias é exactamente com os socialistas. Foram eles os únicos políticos portugueses que me convidaram para entrar no seu partido, não como soldado, mas como chefe. Isso não me impede também de declarar que a sua atitude neste momento, ante o caso do Angola e Metrópole, dá lugar a todas as suspeições. Enfim: não há no mundo elogio ou censura, simpatia ou antipatia, amizade ou ódio, identidade de vistas ou absoluta incompatibilidade de princípios, que me obrigue a faltar ao que eu creia ser a verdade e a justiça.

Para isto, saiba-o *O Século*, é que é preciso desinteresse, aprumo, desassombro e coragem moral. O resto pode ser útil, eminentemente útil: mas é fácil, eminentemente fácil.

Que autoridade, por exemplo, tem *O Século* para condenar o sr. Alpoim pelos seus hábitos de jogador (coisa que no meu entender nada tem com a vida pública do cidadão), quando não condena os mesmos hábitos em outros políticos com iguais ou maiores responsabilidades, e que ele passa a vida a poupar ou a enaltecer?

Julgará inocentemente *O Século* que todo o peixe graúdo dos *affaires* foi ou será apanhado na rede do

Angola e Metrópole? Quando será que *O Século*, pela primeira vez na sua vida de combate, se lembrará de aplicar a todos os grossos tubarões o seu ardente fervor patriótico e a sua energia demolidora? Por outras palavras: quando será que *O Século* se erguerá, do papel de denunciante utilíssimo dum escândalo que não favoreceu a sua causa nem os seus amigos, à missão superior de juiz implacável duma sociedade podre?

— E a propósito: porque será que nada há comparável ao desprezo com que *O Século* trata o *Diário de Notícias* — a não ser a consideração que o *Diário de Notícias* manifesta a cada passo pelo *O Século*? Talvez o «nosso querido amigo Pina Lopes» nos possa explicar o mistério implícito... em tão flagrante diferença de tratamentos.

— Segundo os jornais, o sr. Manuel Serras, em resposta a um discurso do sr. Ramada Curto, em que este chamou a atenção do governo para as brutalidades praticadas pela polícia contra alguns presos, teve esta frase: «Devo informar V. Ex.^a que só nos últimos tempos morreram catorze polícias vítimas de atentados e na defesa da ordem pública.»

Disse, e sentou-se satisfeito, encantado com esta *trouvaille* de lógica e de subtileza de argumentação.

Quer dizer: o sr. Manuel Serras entende que os atentados da Legião Vermelha justificam os atentados da Polícia. Para este senhor a Polícia organizada dum país deve rezar pela mesma cartilha que os bandidos e os *apaches*.

— Foi eleito *leader* do partido nacionalista, por unanimidade de votos, o sr. Cunha Leal. Por mais esforços

que se façam em contrário, o que acaba sempre por triunfar neste país é a Virtude!

— Perguntam-me às vezes a propósito dos meus artigos: — «Mas que mal lhe fez F... para o tratar dessa maneira?»

Eles imaginam que eu faço dos meus artigos o campo em que dirimo as minhas questões pessoais. Como para quase todos os jornalistas portugueses, os que os elogiam são homens de talento e os que os censuram «burros» e pulhas, julgam que eu hei-de comungar no mesmo credo. Dir-se-ia que, num ambiente de tão grande escandaleira e tão alvar boçalidade, só temos o direito de atacar os que nos pisaram os calos!

— Bem sabemos que essa atitude tão franca e tão sincera criará em nossa volta uma atmosfera de silêncio. Mas as alergias duma consciência satisfeita são em si tão profundas, que a glória vociferada pelas gazetas é, em comparação, uma simples volúpia de epiderme.

(Na Scara Nova n.º 70, de 16 de Janeiro de 1926)

As atitudes do Sr. Cunha Leal

Segundo dizem os jornais, o sr. Cunha Leal, ao contrário do que pensavam certas pessoas para quem os méritos do fogoso parlamentar não são ainda (apesar do caso edificante de *O Século*) apreciados com toda a justiça, o sr. Cunha Leal aceitou o lugar de vice-governador do Banco Nacional Ultramarino para que fora nomeado, à sombra dum decreto que indignadamente combateu e que o partido nacionalista consi-

derou nas suas moções parlamentares como um dos actos mais desprestigosos da República.

É tempo, pois, agora que o facto é consumado, e que o sr. Cunha Leal meteu no bolso integralmente (ao que nos têm afirmado) a primeira maquia, de avivar a lembrança das desmemoriadas gentes, fazendo-lhes ler um pedacinho soberbo daquela eloquência tão fulminante que S. Ex.^a costuma empregar nas suas exasperadas invectivas — numa câmara em que o próprio João Brandão, se viesse ao mundo, encontraria maneira de instalar o seu púlpito de moralista.

No seu discurso, protestou em primeiro lugar o sr. Cunha Leal contra as *violências* do decreto. «O sr. Ministro das Finanças — dizia ele ao sr. Pestana Júnior, que mal sabia então que estava cortando a posta que havia de ser digerida pelo seu temeroso adversário —, o sr. Ministro das Finanças — repetia colérico, vozeirando as frases, cerrando os pulsos, como um Catão da Guardunha, e pondo nas suas palavras um grande cunho de sinceridade, como soe dizer-se nos relatos parlamentares —, impondo dois administradores a cada um dos bancos emissores, faz isto por um acto de sua livre vontade, e repito, para provocar barulho, porque sabia que nós havíamos de protestar.» Não reparem na gramática, no estilo, na elevação das ideias: é essa a condição de continuarmos a aceitar que o sr. Cunha Leal é um grandessíssimo orador, e não é patriótico desfalcar nem do próprio Catão da Guardunha a galeria das nossas glórias nacionais. «Então — continuava S. Ex.^a, cada vez mais torvo e inflamado — esperou o nosso protesto e o nosso ruído, porventura para especulações políticas e para pôr à prova o seu radicalismo, o qual só representa, neste momento, um assalto ao direito de propriedade... Sr. Presidente: creio que o sr. Ministro das Finanças, criando os lugares de vice-governadores como

os criou, não encontrará, para honra dos homens da República, nenhum suficientemente honesto que possa aceitar tais lugares. Eu compreendo até certo ponto, sr. Presidente, que um ministro adentro do critério de defesa das instituições republicanas, como accionista, possa concorrer às eleições dos corpos gerentes desses bancos, como aconteceu no Banco de Portugal, onde conquistámos alguns lugares; porém o que não compreendo, nem posso compreender, é o assalto à mão armada, pois que *fiscalizar é uma coisa e administrar é outra*. Que significa tudo isto, sr. Presidente? Significa que o sr. Ministro das Finanças resolveu *meter dois intrusos dentro do Banco Nacional Ultramarino, dois individuos cuja cara eu gostaria de ver no momento de entrarem na casa dos outros*. Se alguém quizer entrar em minha casa contra o direito e contra minha vontade, eu defender-me-ei a tiro. O caso é paralelo, visto que o Estado *não pode* proceder de harmonia com o que se acha estabelecido neste decreto senão *cometendo um acto de violência...* Como é bom que a responsabilidade de cada um fique claramente definida, devo declarar que *a República não pode nem deve administrar aquilo que é dos outros*, e que deve ser respeitado à face dos contratos. Eu dou este conselho às assembleias gerais e direcções dos bancos: não aceitem os vice-governadores que lhes forem impostos.»

O sr. Cunha Leal, não contente com isto, afirmava ainda a *inconstitucionalidade* do decreto e a *imoralidade* dum acto governativo que parecia querer favorecer «políticos categorizados, dando-se assim ao público a impressão de que se fez qualquer coisa, não para servir os interesses nacionais por uma melhor fiscalização dessas instituições bancárias, mas *para servir os interesses e a cobiça de quaisquer pessoas que porventura têm ingerência dentro da política*».

Finalmente, como corolário lógico de tão veementes apóstrofes (que S. Ex.^a emitia com uma sinceridade sempre perturbante e avassaladora), o fogoso *leader* nacionalista concluía pela «*absoluta certeza de que não há homem digno de respeito dentro da República que queira conquistar lugares entrando por uma porta que não é a principal*, servindo-se, para entrar, de um subterfúgio da lei, de uma imposição ou de uma violência... *A oposição nacionalista fará disso um ponto de honra para o regime.*»

Uma moção dessa minoria, apresentada na sessão de 19 de Janeiro de 1925, concretizava nitidamente a desinteressada e desassomburada atitude do partido em face do decreto, que pretendia «impor sem lei e contra lei, a certos bancos, a obrigação de aceitar e remunerar directores nomeados pelo governo», pretensão que, dizia a moção ainda, «o próprio prestígio da República deve impedir que se efective».

Como se explica então que o sr. Cunha Leal aceite agora (e segundo alguns, depois do seu próprio pedido!) um lugar que ainda o ano passado da mesma era de Cristo só poderia ser desempenhado por pessoas sem suficiente honestidade e sem o respeito de si próprias? Como foi que a minoria nacionalista se esqueceu tão depressa do *prestígio da República*?

Passou um ano, ou uma eternidade? E nesta eternidade que cataclismos se deram, que transformações catastróficas, que dilúvios, que conversões miraculosas da consciência, que novas formas de vida, para explicar semelhante mudança de atitude? Já outros astros brilharão no zodíaco? Já será outra a estrela polar? Ali! como é frágil o mundo! Basta uma simples chuvinha de ouro (a chuva chamada de molha-espertos) para transformar a face do planeta e a própria visão do universo. Estes cataclismos não os explica a geologia, mas expli-

cam-os a *Arte de furtar* e certas poesias chocarreiras de João de Deus:

*O dinheiro é tão bonito,
Tem tal chiste, o ladrão...
Que santifica o decreto
Que condenava a moção.*

É esse o «*ponto de honra*» — *In pecunia veritas.*

Foram-se no enxurro as grandes frases. «Assalto à propriedade»? Figura de retórica, simplesmente. O sr. Cunha Leal menos honesto, menos digno por aceitar tal lugar? Nada disso: um benemérito da Pátria, um eterno sacrificado. Catão e Catilina, depois de tantas discórdias em todos os compêndios de história romana, abraçam-se comovidos. Afinal de contas, parodiando o nosso amigo António Sérgio, podemos dizer que Catão é Catilina, e Catilina Catão!

Mas Catão e Catilina, consubstanciados no corpo e alma do sr. Cunha Leal, entenderam que, para efeitos discursivos, era necessário encontrar uma explicação salvadora. E encontraram-na. É que ele não sabia que os bancos aceitariam de boa mente o decreto!

Eis a *trouvaille*. O sr. Cunha Leal costuma ter destas ignorâncias paradisiacas. Já quando entrou para *O Século* não sabia que era a Moagem que o governava, nem que era lícito fazer-se *na casa dos outros* o seu próprio descrédito. Afinal de contas o sr. Cunha Leal é um ingénuo, uma pobre criança iludida, a quem dá vontade de fazer festas... depois de tirar os anéis dos dedos.

Infelizmente a explicação do sr. Cunha Leal e dos seus amigos (entre os quais, por uns zunzuns que nos chegaram teríamos de incluir os outros seus colegas do Banco), prova simplesmente que, perante os actos que

ultrapassam certas marcas de desfaçatez concedida aos homens públicos, não há maneira de encontrar um sofisma engenhoso. Toda a gente é estúpida quando não tem razão... e há outros dispostos a saberem tê-la!

Onde é efectivamente que no discurso do sr. Cunha Leal se encontra expressa a exclusão de tal circunstância? E demais essa circunstância é fictícia: os bancos não fizeram senão inclinar-se perante uma decisão do Governo, que, a não ser respeitada, poderia lesar os seus interesses. Vieram à boa paz... mas de Varsóvia. Aceitaram os factos com uma risonha filosofia: eis tudo. Nietzsche poderia dizer que eles tinham o *amor fati*.

E tanto assim é que o próprio sr. Cunha Leal afirmou que o Estado não tinha maneira de proceder em harmonia com o decreto *senão praticando um acto de violência*. Quer dizer: S. Ex.^a não poderia ser nomeado, fossem quais fossem as circunstâncias, (de mal contida exasperação ou de risonha filosofia) senão por um acto ilegal e violento!

Mais ainda: não só o discurso do sr. Cunha Leal não exclui tal circunstância, como o seu próprio espírito e as suas expressas afirmações, se a subentendem — é para a combater. A essência dos seus raciocínios (do que poderíamos chamar, em linguagem schopenhauriana, os seus apetites raciocinadores) reside numa distinção absolutamente clara entre fiscalização e administração: o Estado tem o direito de fiscalizar, mas não o de administrar. E por isso (longe de admitir a conivência ou o agrado dos bancos) formalmente os aconselhava a resistir por todas as formas, incluindo ainda as mais enérgicas e homicidas, contra os políticos intrusos. Esse agrado, essa conivência, que hoje apresenta como justificatórias do seu procedimento, era exactamente o que ele não podia de forma alguma compreender... quando

no horizonte o sol mostrava aos outros o seu rotundo disco de ouro.

Tudo mudou, porém. Já não há violências, não há inconstitucionalidade, não há receios de que o decreto possa apenas servir os apetites de políticos influentes. Como tudo se transforma na paisagem só porque uma pequena mancha dourada pousou agora mesmo sobre a minha consciência!

S. Ex.^a entrou — e não houve nem protestos nem tiros. O partido nacionalista fez mictório do prestígio da República, e os banqueiros receberam Catilina, sem lhe perguntarem notícias de Catão.

Disse o sr. Cunha Leal que gostaria de ver a cara dos políticos desonestos ao entrarem na casa dos outros. O sr. Cunha Leal satisfez decerto o seu desejo. No Banco Nacional Ultramarino há sem dúvida espelhos suficientes para que S. Ex.^a se pudesse entregar a um tão interessante e gracioso movimento de curiosidade. Catão pôde ver nesse dia ao espelho a cara de Catilina.

(Na Seara Nova n.º 71, de 23 de Janeiro de 1926)

Os últimos acontecimentos

Mais uma vez veio à balha a *Seara Nova* a propósito da revolução do sr. Martins Júnior. Intenções habilidosas dos homens de governo, que nos apressámos logo a desmascarar...

Que a situação é intolerável e vexatória para todos os verdadeiros republicanos, disso não pode restar dúvida. Que António Maria, o *Corruptor*, e Cunha Leal, o *Vendido*, justificam plenamente todos os sentimentos de revolta é o que não admite também a sombra duma contestação.

Mas precisamente, meus senhores, a *Seara Nova* distingue-se de todos os outros agrupamentos políticos, quer da esquerda, quer da direita, por não fundar a sua acção sobre simples *sentimentos negativos*. Saber que isto vai mal, que não pode ir pior, que excedeu as possibilidades mais hipotéticas do cinismo e da desvergonha, não lhe basta para os actos decisivos. Ela só agirá quando, a opor ao banditismo político dominante, se organizar *uma força perfeitamente consciente de si mesma e dirigida por uma elite de homens de honra e competência*.

É certo que estamos sendo dominados por uma horda de criminosos. Apossaram-se dos destinos da República os eleiçoeiros do Redondo e os salteadores da Guardunha. Simplesmente nos julgaríamos também criminosos se pretendêssemos intervir directamente na política sem termos realizado as condições necessárias de todo o movimento essencialmente democrático e fecundo.

Se déssemos apenas ouvidos ao Instinto, iríamos também para a revolta. Mas não nos esquecemos da Inteligência, nem nos momentos de maior cólera. Ao contrário da maioria dos nossos revolucionários, nós não reagimos pelos pés.

Nestas condições todos os aventureiros nos são defesos. António Maria da Silva e Cunha Leal (os dois *representative men* da República falsificada) hão-de cair necessariamente. Mas não pensem S. Ex.^{as} que, quando essa hora chegar, teremos só connosco a cavalaria de Cacilhas...

(Na *Seara Nova* n.º 73, de 6 de Fevereiro de 1926)

Os outros

Ao contrário do que se poderia supor, o caso Cunha Leal não se reduz a um simples *fait divers* na vida acidentada dum político, tão desconcertante pela série vertiginosamente caleidoscópica das suas atitudes contraditórias e pelo áspero som de garra e de dente canino que produzem as suas maxilas e os seus gestos parlamentares. Esse caso, ao contrário, tem o valor dum sintoma, dum reagente decisivo, dum revelação simbólica. Não é *um caso*: é o *nosso caso*, é toda a crise nacional.

Pelo que pessoalmente diz respeito ao sr. Cunha Leal, ele já está classificado: nunca em qualquer país do mundo homem algum desceu com tanta desenvoltura e desassombro os degraus da venalidade e do cinismo. Mas os *outros*?

Sem os *outros*, já há muito o sr. Cunha Leal desfrutaria as delícias do viver doméstico, gozando, *sub tegmine fagi* ou ao canto do fogão, os rendimentos do seu incomensurável talento. Teria sido como estes náufragos que dão à costa — com as algibeiras abarrotadas de ouro.

Mas o sr. Cunha Leal (ai de nós!) nem se acolheu sob a sombra protectora da faia, nem se resolveu ainda a dar à costa. Continua singrando, de vento em popa, com as velas enfunadas, e os galhardetes nos mastros... Novo e rijo Argonauta, navega, intemerato, em demanda do Velo de Ouro. E é num arrebatamento de entusiasmo, num delírio de apoteose que os *outros* têm assistido a todas as suas metamorfoses políticas, a todas as suas *chantages*, a todas as suas traições, a todas as suas propagandas criminosas no estrangeiro, à venda da sua alma por todos os *guichets* de bancos. De todas as bocas, a cada novo acto seu de perjúrio ou de suborno, sai um murmúrio unísono de admiração.

Como pode então surpreender-nos que ele tenha ocupado em toda a parte o lugar dominante? Director de jornal, reitor de universidade, governador de banco, *leader* de partido — tem conhecido todas as honras, todas as glórias, todas as benesses. Todos os talentos e capacidades lhe têm sido reconhecidos: os de orador, os de jornalista, os de pedagogo, os de financeiro. Todas as dificuldades se aplanam no seu caminho; todas as cervizes se curvam; todas as bolsas se abrem. Ele possui na sua mão os fios de Ariadne e as fórmulas mágicas. É um homem, ou um talismã? É Cunha Leal, ou Cagliostro?

Os seus discursos na Câmara são escutados com um silêncio mais solene e reverente que o que se fazia em volta de Gladstone, de Salisbury ou de Beacansfield. Cada uma das suas orações é um triunfo; cada uma das suas sentenças um oráculo. Os correligionários temem-no; os adversários admiram-no. E para os jornais de todas as cores é o Eminente, o Invencível, o Único.

Deputados monárquicos, como Pinheiro Torres (ó perspicácia das oposições!) quebram a lógica do seu partidarismo, renunciam aos efeitos mais retumbantes sobre o regime que combatem, para se lhe rojarem aos pés, beijar-lhe as plantas, roçar-lhe com a ponta do seu nariz extático a puríssima fimbria do manto demoténico. E até a Nunciatura, contagiada por esta imensa admiração, que é já uma epidemia, disputa a honra do seu verbo como se ele fosse o do próprio «Boca de ouro». Um pouco mais, e este homem extraordinário obtém que Roma o canonize, com os dois símbolos agiológicos — na mão esquerda a palma do martírio, e na direita uma gazua.

E tão incontrovertível é o valor intelectual e moral deste grande homem (súmula de Virtudes, expoente máximo do Bem, *maravilha fatal da nossa idade*), que,

tendo parte do Exército tentado libertar o país da malta indecorosa dos políticos, foi precisamente a esse que ela poupou e elevou nos seus escudos, como pomba que não tivesse maculado uma só das suas penas ao contacto das perversões mundanas...

Temos, pois, que aceitar esta constatação bem curiosa e paradoxal: que ele terá descido, como disse, os degraus da venalidade e do cinismo — mas descido como um César coroado de louros, sobre tapetes da Pérsia, debaixo de arcos e grinaldas de triunfo — descido para o Capitólio.

Tudo isto, concebido pelo simples jogo ideativo de uma imaginação abstracta, ultrapassaria decerto todos os limites da mais duvidosa plausibilidade. Há factos em Portugal que parecem engendrados por uma fantasia diabólica, infinitamente maliciosa, dotada de um poder de cómico verdadeiramente irresistível, apostada em inverter as situações mais lógicas, em realizar as circunstâncias mais inverosimilmente paradoxais, em acumular com uma obstinação perversa e uma ironia satânica os mais descabelados contra-sensos, e em fazer da Vida finalmente uma perpétua tela maravilhosa, em que os juizes fazem causa comum com os réus, os ministros declaram amor aos revolucionários, os bandidos pregam moral, os traidores gritam contra a traição, os militares querem paz, os civis pregam a guerra, as Parcas instauram-se em comissão de redução de despesas, o valor é perseguido, a mediocridade adulada, os jornalistas são autores dramáticos e os autores dramáticos jornalistas, e assim indefinidamente, numa inversão completa de todos os órgãos, de todas as funções, de todos os atributos — *numa vida completa de falsificação e de mentira.*

Cunha Leal director de jornal, reitor de universidade, governador de banco, *leader* de partido, defensor de revo-

lucionários, orador de nunciatura — Plauto, Molière, Offenbach nunca descobriram tanto.

Sem os *outros*, o sr. Cunha Leal já teria fechado há muito a curva da sua órbita. Com eles, não se sabe para que profundezas infinitas do horizonte nos virá ainda a arrastar a todos na parábola aberta do seu curso.

No próprio acto que tivemos ocasião de discutir neste jornal, não se pode deixar de focar as responsabilidades do seu partido. Este tinha votado numa moção que condenava *a priori*, duma maneira absolutamente peremptória, todos os políticos que viessem a aceitar os cargos do Banco Nacional Ultramarino. Fazia disto *um ponto de honra para o regime*. Sabia além disso, e muito melhor que nós, qual fora a atitude de Cunha Leal nas sessões parlamentares. Porquê, pois, a mudança? Como explicar a apostasia?

Mas estará ao menos o partido democrático isento de todo o pecado nesta matéria? É evidente que não. Se nesse partido não houvesse um *mot d'ordre* de corrupção, se ele não fosse hoje infelizmente (caso não o será talvez amanhã) um joguete nas mãos do eleito do Redondo, se o rotativismo que tanto combateu nos tempos da propaganda não fosse agora um dos seus credos, se enfim (até ao dia do ressurgimento, que desejamos breve) ele não estivesse contaminado até à medula pelo espírito monárquico como um paradoxal *revival* dos Espectros ibsenianos, os seus marechais teriam respondido à proposta nacionalista com uma negativa categórica. Se não opuseram essa negativa, se o escândalo se consumou com o seu perfeito conhecimento, e até com a sua responsabilidade ministerial, é porque *a nomeação do sr. Cunha Leal entrava no plano geral de suborno com que o grande estadista, que hoje, tão ingloriamente, dirige os seus destinos, imaginou poder resolver o problema nacional.*

Aqui é que a minha lanceta extrai o pus mais envenenado. O caso Cunha Leal não é, no seu aspecto mais profundo, senão a evidenciação suprema da política do Corruptor. É o auge da estratégia, o momento em que o suborno se exerce sobre o próprio partido adverso, destruindo-o moralmente, deturpando o mecanismo parlamentar, falsificando o próprio *ar* das instituições — e tudo isto porque um tem a vaidade imoderada do mando e o outro o apetite dum exército inteiro depois de três dias de batalha.

Desde este momento toda a verdadeira oposição cessou. Nem ao menos já nos pretendem iludir com simulacros. Jogo franco. Atitudes nítidas. As máscaras caíram. Cunha Leal é hoje o verdadeiro *leader* da maioria. Trocá as notas do banco por moções de confiança. Agradece os favores pessoais com a liquidação moral do seu partido. E de tal maneira se excede na gratidão ostensiva e clamorosa, que chega a acoimar de traidores à Pátria todos os que recusarem o seu apoio à mediocridade espaventosa e criminosa do sr. António Maria da Silva.

Sim, os outros são traidores — mas foi ele quem recebeu os «trinta dinheiros»!

*

Depois do meu artigo — manda a verdade confessá-lo — o sr. Cunha Leal não perdeu um só dos seus amigos pessoais, um só dos seus admiradores, um só dos seus correligionários políticos. É invulnerável — um Aquiles sem tacão, um Profeta falando duma sarça ardente, dum Pinhal de Azambuja abrasado em chama mística. A razão vive presa dos seus lábios — e das suas unhas. Ele é o Herói dum momento da consciência humana: todos os instintos subordinados ao da presa, todos os sentidos reduzidos à Garra.

Que estigmas de degenerescência, que coligação de baixos interesses anti-sociais, que crises alucinatórias de facciosismo, que desprendimento patriótico, que enfraquecimentos insanáveis da consciência cívica, que basbaquice palerma de indigentes mentais ante a *esper-teza* e o palavreado, que cobardia desprezível dos adver-sários, que sabujices e abdições dos amigos, que porção de sangue negro transfundido nas nossas veias (nas deles) pode explicar este êxito paradoxal, imenso, retum-bante — contra todas as evidências?

As causas deste fenómeno são múltiplas. Há, como disse o sr. Brito Camacho, uma *crise de carácter*; há, como escreveu António Sérgio, uma *crise de inteligência*. Mas há também, ao lado delas, uma *crise da virilidade*. Esta crise produz o histerismo colectivo, aniquila a resistência, e entrega os homens, em delíquios mentais, abandonados como fêmeas, de olhos em alvo, ao varão forte, ao voluntarioso, ao varão de presa. Essa crise (que em grande parte explicou Sidónio, como hoje explica Cunha Leal) revela-se em todos os aspectos da vida portuguesa. É ver, por exemplo, o que fizeram da pró-pria literatura contemporânea. Quase toda ela parece escrita por mulheres e *ad usum feminæ*, por homens que para lhes agradar não hesitam em se dessexuarem, renunciando às suas mais nobres prerrogativas — uma literatura toda feita de frouxidão, de curvas moles, de preciosismos alambicados, de amaneiradas blandícies, de escorrências de aguadilhas sexuais, de expressões vilmente açucaradas, na mais grave, na mais profunda amputação do sexo (pois a virilidade que mais importa ainda é a da alma, e não a que se exerce apenas para seu próprio esgotamento) — mal deparando a gente numa expressão límpida e nervosa, sentindo-se estuar no desen-volvimento do estilo como uma força da natureza, e pal-pitar sob a transparência da forma como a musculatura

dum ginasta sob o *maillot* de seda — no frémito da juventude, na tensão duma carne viva, sanguínea, musculada, varonil, desenhando-se em movimentos virilmente rítmicos, como um bloco de Paros onde corresse o divino sangue de Apolo. E quando um homem como nós (que daria todas as grandezas e belezas da terra por essas perfeições másculas do estilo) pretende ao menos resgatar a pusilanimidade, a brandura e a cumplicidade colectiva com a veemência do seu protesto, não porque chame a todos os políticos *ladrões*, o que é uma infâmia e não requer coragem de espécie alguma, mas porque *põe o nome aos bois*, arrostando com todas as consequências das suas afirmações (em Portugal chama-se a isto fazer crítica pessoal!), é apontado como um despeitado, um díscolo das letras, uma criatura truculenta, vingando-se da inferioridade da sua situação com a violência invejosa dos ataques — como se pudéssemos ambicionar maior riqueza e maior orgulho do que a pobreza e a conspiração de silêncio a que a nossa atitude eternamente nos condena —, tão profundamente castraram na alma desses tímidos (tantas vezes honestos, inteligentes e cultos) tudo o que é, nobremente, espiritualmente, o verdadeiro atributo do *homem*.

Que admira, pois, que este político de garra, *jouisseur*, cúpido, tumultuário, grosseiro, afirmativo, ambicioso, sem escrúpulos, ávido de ganho, se imponha a uma sociedade invertida nos actos, nas ideias, nas atitudes e nas paixões? Saias, saias, para estes três milhões de homens! E um médico, depressa, para lhes tratar dos úteros!

Um jornalista teve um dia, a propósito de Cunha Leal, uma *trouvaille* de génio, como expressão maravilhosamente sintomática do nosso *ethos* colectivo: «Em Cunha Leal», disse, «admiro os defeitos ainda mais que as qualidades».

É isso mesmo. Eles estão todos de cócoras ante os defeitos desse homem. Babam-se. Perante aquele imenso Phalus psicológico, o imenso Útero português debate-se nas perversões do masoquismo. Quer chicote, espora, mão de rédea, aguilhada, pampilho, *knut* retalhando as carnes, que se crispam de desejo. É uma nova epidemia de flagelantes. «Quanto mais tu me bates mais eu te quero, amor.» — «Vais ter com as mulheres?», perguntava Nietzsche. «Não te esqueças do chicote.» Cunha Leal não se esqueceu do chicote.

O único remédio é que surja meia dúzia de *homens, de outros homens*, com a audácia e o talento de Cunha Leal, *mas inspirados por um espírito inteiramente oposto* — quer dizer, que juntem à virilidade o carácter e a inteligência. Se há quem desmaie com os perigos e violências da luta, façamos-lhes como a polícia faz aos transeuntes pacíficos em momentos de agitação: mandemos recolhê-los a casa. A luta há-de continuar sem tréguas e sem mercê. Só deporem as armas quando abdicarem. É preciso dizer a essas mulheres — ratos de biblioteca, decifradores de charadas, sacristas, amanuenses, meninos de coro, *manicures* — que vão fazer meia, croché, poemas líricos, rebuçados de ovos, chás-das-cinco, papelotes, versos à Botto, bordados à missanga, e deixem prosseguir no campo de batalha a obra de justiça iniciada, castigando os corruptos e os corruptores, destruindo as colunas do Templo — e reintegrando na alma abalada da Pátria, alfim, como um troféu de glória — *os atributos da Virilidade!*

(Na Seara Nova n.º 74, de 13 de Fevereiro de 1926)

O caso do Angola e Metrópole

Segundo se depreende das afirmações do juiz sr. Alves Ferreira, vários políticos teriam recebido dinheiro do Angola e Metrópole, por serviços prestados ao Banco. *Nós exigimos que essa lista se torne pública.* Queremos a limpeza. E a limpeza, mais tarde ou mais cedo, há-de fazer-se. Não queremos apenas uma política abertamente democrática, queremos também uma política de honestidade. Julgamos próxima a depuração. Hei-de pôr a minha pena ao serviço dessa nobre empresa. Não deixarei descansar os que corromperam a República. É preciso que os srs. António Maria da Silva, Cunha Leal, Veiga Simões, Vitorino Godinho, Pina Lopes, Pinto de Lima, Carlos Pereira, Nuno Simões, António Bandeira sejam acompanhados por toda a quadrilha de políticos, quer da esquerda, quer da direita, que tenham recebido dinheiro dos bancos.

Temos a certeza que em todos os partidos (apesar da crise que atravessamos) há homens da maior honra e seriedade. E deles esperamos dentro em pouco que desenvolvam uma *reacção formidável contra o regime da corrupção.*

Corrupção e Fascismo devem ser hoje os inimigos de todos os verdadeiros democratas. E só evitaremos este profligando aquela. Conjuremos desde já os parlamentares honestos de todos os partidos a unir-se neste programa: combate sem tréguas ao Angola e Metrópole; combate sem tréguas ao regime António Maria-Cunha Leal.

(Na Seara Nova n.º 75, de 20 de Fevereiro de 1926)

Os Tabacos

Segundo se diz, o governo prepara-se, aprovada que seja a *régie*, para nomear uma nova fornada de políticos e parlamentares democráticos como administradores dos Tabacos. Desde já afirmamos o nosso protesto contra mais esse acto de banditismo político da parte do corruptor. É preciso que se não repita o escândalo do Banco Nacional Ultramarino, para que foram nomeadas criaturas sem nenhuma experiência dos negócios e nenhuma espécie de capacidade financeira. É preciso ainda que a política se não torne na antecâmara dos bancos, das companhias e das empresas. Há que pôr um termo à imoralidade governativa. Bem cego é quem julgar que isto pode continuar indefinidamente...

Sejam, pois, quais forem os nomeados, amigos ou inimigos, a *Seara Nova* desde já promete escalpelizá-los nas formas do estilo, se se reconhecer que a única qualidade que os recomendou foi exactamente aquela que, por probidade política e para prestígio do regime, os deveria excluir. Seremos implacáveis. E os seus nomes irão, como os de tantos outros, para o Índice do republicano.

A *régie*? Há aqui quem a não aceite. Pela nossa parte, seja, a *régie*... mas não o *regabofe*.

(Na *Seara Nova* n.º 76, de 27 de Fevereiro de 1926)

O Fascismo e as suas repercussões em Portugal

Dou como admitida a hipótese de ter sido o fascismo provocado por uma ameaça de convulsão bolchevista — embora saiba que, ao ele tomar conta do poder, já o

socialismo moderado levara de vencida as exaltações dos extremistas. Dou ainda como admitida a extraordinária capacidade administrativa de Mussolini, e a formidável obra por ele realizada nas finanças e na moralidade pública — embora saiba também que a tendência para o equilíbrio orçamental já se vinha acentuando no exercício dos governos anteriores, que a melhoria foi precisamente mais lenta desde o advento de Mussolini, que nunca foi tão grande, como é natural, a corrupção política e financeira, e que a maior coroa de glória do fascismo — a redução do *deficit* dos caminhos de ferro —, longe de ser devida à dispensa dos 40 000 ferroviários, logo substituídos por uma milícia fascista que absorveu todas as anteriores despesas de pessoal e as superou, deve-se simplesmente ao facto puramente accidental de ter baixado o preço do carvão inglês e de terem sido praticados vários erros de administração que se hão-de fazer sentir no futuro (1).

Não preciso, para criticar o fascismo como sistema, de discutir a obra administrativa que por acaso tenha realizado *um* governo fascista. Há maneira de se multiplicarem por toda a parte os governos dessa natureza. Mas há igual facilidade em se multiplicarem os Mussolinis?

Tenho, pois, de ir direito ao coração do sistema. E quando falar em actos concretos da actual situação italiana, não me esquecerei de demonstrar que eles são exigidos, ou pela lógica da doutrina, ou pelas condições reais e psicológicas que determinaram o seu advento ou condicionam a sua existência.

As primeiras condições da vida social são a garantia duma certa prosperidade e a realização progressiva da

(1) Ver, sobre todos estes pontos, o artigo publicado na *Review of Reviews*, de Janeiro de 1925, sob o título «Fascism on trial».

dignidade humana. Toda a fórmula política que impedisse a realização desses dois *desiderata* constituiria o malogro duma experiência social, uma sociedade gorada e abortada. Se o Homem resolvesse daqui em diante tudo abandonar para se entregar apenas à consecução dos fins espirituais, renunciando completamente à resolução dos problemas que lhe põe a Matéria, cada vez mais diminuída como utilidade económica, num mundo sucessivamente mais povoado, destruiria as condições da sua própria existência. Mas se, absorvido nesta labuta de cabouqueiro e de pesquisador de novas formas de energia, esquecesse os valores do Espírito, sacrificaria os fins mais altos, e, se não se destruía como corpo, como conjunto do universo material, aniquilar-se-ia no que forma a sua essência, naquilo precisamente que o faz Homem. E ainda teríamos a discutir se estas duas finalidades não serão absolutamente solidárias — se o Espírito, pelo que diz respeito ao homem, poderia viver sem o domínio da Matéria, e a aquisição e adaptação da Matéria aos fins humanos sem o Espírito — e mais, se valeria a pena continuar a vida humana sem o exercício cada vez mais nobre, mais pleno e mais profundo, das suas forças espirituais.

Tendo, pois, estabelecido como condição essencial de toda a sociedade humana *aboutie* o respeito pela hegemonia do Espírito e pela sua dignidade, vejamos como o fascismo italiano realizou essa condição, até que ponto ele cumpriu ou se malogrou como experiência social.

Tal como o vemos, o fascismo não é outra coisa senão uma das graves doenças morais e espirituais ocasionadas pela Guerra. Não se trata duma evolução normal da sociedade: trata-se, sim, dum desvio mórbido, que encontrou germes anteriores e uma atmosfera maravilhosamente preparada, pela decadência das personalidades políticas bem intencionadas e pela lentidão da Demo-

cracia em organizar-se segundo as necessidades novas do mundo.

A Guerra não produziu apenas males físicos; não fez só mutilados, estropiados, gaseados, inválidos. O sangue derramado em semelhante hecatombe impregnou a atmosfera que respiramos dum perfume acre de violência, de cupidez, de animalidade — e daqui o luxo desenfreado, a procura imoderada do prazer, o instinto da rapina mais desenvolvido do que nunca, o amor exclusivo do lucro, a ânsia da especulação em larga escala —, e, na política, a megalomania, a exasperação mórbida, como ali, da personalidade, o culto da violência, o predomínio das forças instintivas sobre a Razão, o sadismo moral, o amor da Guerra e do Domínio. Eu peço aos meus leitores que reparem na profunda unidade e solidariedade destes diferentes aspectos; e afirmo, com inteira segurança, que a mesma irrupção da Besta Humana, o mesmo instinto amoral de megalomania e de domínio que fez Mussolini na Itália fez Alves dos Reis em Portugal. A criada de servir que vai empenhar as camisas para comprar jóias, a mulher de boa sociedade que mata filhos após filhos para poder gozar sem limitações nem responsabilidades, o político que açambarca os empregos, o especulador que inunda o mercado de milhões de notas falsas (tudo em grande, tudo *kolossal*), o ditador que suprime a liberdade e ameaça o mundo — todos são afinal, na sua humildade ou na sua grandeza, vítimas desgraçadas do mesmo mal de após-guerra, todos respiraram na hecatombe o mesmo perfume envenenado da mancenilha. Doença grave, eminentemente contagiosa, por isso que é pelo que há de inferior, de irracional, de instintivo no homem que ela se comunica.

Ao lermos as teorias «fascistas», julgamo-nos transportados a outra era da história, pois parecem-nos exigir

uma transformação profunda e radical no próprio mecanismo da razão humana. Os nomes dos seus jornais e das suas revistas (o *Ehiá*, a *Avalanche*, o *Martelo*, o *Archote*, o *Arauto*, o *Machado*) soam como gritos de guerra ou cortam o ar como instrumentos contundentes. Segundo um dos directores espirituais do novo regime, é preciso «adorar o dogma, a intolerância, o Syllabus, o Index, a Inquisição, o braço secular, S. Domingos, Filipe II, o duque de Alba, Loyola, Torquemada, o Sonderbund, a revogação do édito de Nantes e a noite de S. Bartolomeu». Para Mussolini, «as revoluções só podem produzir os seus efeitos quando são sangrentas», enquanto outro teórico substitui a famosa fórmula de Renan, «uma Nação deve ser um plebiscito de todos os dias» por esta outra: «a Nação deve estar num estado de guerra permanente».

Onde está aqui a afirmação dos direitos do Espírito? Longe de existir para a dignidade progressiva do Espírito italiano, o governo fascista vive apenas para a sua supressão absoluta. É do *Impero*, órgão directo de Mussolini, que transcrevemos esta passagem preciosa: «O Povo italiano não tem necessidade de educação: só precisa de que o guiem.» É a confissão duma sociedade abortada nos seus fins espirituais.

Tem-se comparado muitas vezes o Fascismo com o Bolchevismo, e com razão. É o próprio Mussolini que diz dos homens dos Sovietes: «Nós temos na Rússia excelentes professores. Não temos outra coisa a fazer senão imitar o que está sendo feito na Rússia. Eles são mestres admiráveis. Temos feito mal em não seguir inteiramente os seus exemplos.» (*Palavras pronunciadas na Câmara e cobertas de aplausos veementes pela quase unanimidade dos deputados.*) Mas repare-se que um exame mais rigoroso dos dois sistemas políticos deverá concluir sempre, *sob o ponto de vista do Espírito*, em prejuízo do Fas-

cismo. O Bolchevismo é violento, agressivo, criminal, antidemocrático nos métodos e na expressão, *uma coisa a prescrever da correcta attitude social do homem de hoje*. Mas ao menos esses levaram a educação do Povo a uma altura que nunca o cesarismo atingiu; quer dizer, a obra pedagógica que tem criado (e que é formidável) contém em si mesma os germes da sua própria destruição como regime — e com ele, necessariamente, os germes da Sociedade Futura.

Que admira, pois, que à ideologia fascista corresponda o terrorismo mais violento e a supressão de todas as liberdades? As mais elementares garantias desapareceram. Não existe o direito de associação — senão para os fascistas. Não há o direito de imprensa — senão para a gente governamental. Os funcionários públicos têm de se declarar fascistas; os próprios empregados franceses dos *wagons-lits*, ao entrarem na Itália, são obrigados a fazer a saudação fascista. A simples posse de livros escritos por homens como Salvemini é, como nos tempos da Sagrada Inquisição, um crime público. Todos devem pensar o mesmo; todos têm de reconhecer a obrigação de fazer da vida mental e cívica um simples exercício de ecolália. A vida política italiana não é, no dizer dum dos seus críticos, senão um longo «solilóquio» da parte do governo. O Fascismo é um feixe de espigas todas iguais — onde uma haste que ouse tremular mais alto, dominando as outras, diferindo ao menos das outras, é logo ceifada pela bandeira, quando não julgam preferível ceifá-la cerce, pela raiz.

Não admira, pois, que os crimes, os espancamentos, os assassínios, os raptos, as cacetadas, o óleo de rícino, as vergastadas nas nádegas, a destruição dos edificios, tudo isso a que se chama, na linguagem criminal do fascismo, as «operações punitivas», se sucedam todos os dias.

Mas, dir-me-ão — e aqui está já a aplicação do critério que previamente estabeleci —, os crimes e as violências do fascismo nada têm a ver com o fascismo como sistema. Em Portugal, por exemplo, país de costumes mais doces, poderia trazer outros resultados. Não pode, sustento, porque não há forma de suprimir hoje a democracia em qualquer país civilizado da Europa, senão pelo recurso permanente à repressão executória e criminal. Seria como querer impedir que o vapor saísse duma caldeira sem exercer pressão sobre a tampa. O vapor acabará por fazer rebentar a caldeira — mas até lá é preciso que sobre ele se exerça uma força opressiva e esmagadora. Estes regimes antidemocráticos só podem manter-se, pois, nas actuais circunstâncias do mundo, por *um permanente acesso de violência*. A loucura, a criminalidade têm de estar no próprio coração do sistema.

Estranha ironia! Paradoxo cruel! É a este sistema de governação, em que o Crime é instaurado em Sanção Penal, sem forma de processo, em que toda a tranquilidade desaparece, em que no Estado só tem direitos um Partido, que se chama o governo da ordem. É isto que os turistas ocidentais nos vêm elogiar, no regresso das suas viagens hebdomadárias, impressionados pelo desfile teatral das grandes massas fascistas — e porque os comboios chegam sempre à tabela.

A Ordem — a Ordem, que não pode conceber-se senão como um equilíbrio de vontades e pensamentos divergentes — como a afirmação duma Unidade espiritual na diversidade do Múltiplo — que não pode ser imposta violentamente aos espíritos sem se renegar — que só assegura o seu triunfo quando o meu direito e o direito do meu adversário são reconhecidos — que deve existir para que exista em toda a sua força e plenitude de criação e de expressão o meu Espírito e o Espírito de

todos — a Ordem, que é a condição de se afirmar na terra o reino do Ideal, sempre diferente do *existente* — é essa mentira impudente, esse terrorismo anti-humano, que arregimenta os operários contra vontade nas paradas do *Fascio*, se apodera dos bens dos emigrados, expulsa os padres das suas paróquias, entra violentamente em casa dos liberais para os maltratar, e escolhe justamente, não os meios mais violentos, mas os *mais próprios* (o *açoite nas nádegas* e o *purgante*, por exemplo) para *vexar e rebaixar nos outros, com sadismo moral inexcedível, a dignidade humana*. É esta a Ordem que jornalistas de quarta categoria, renegando as suas posições convicções republicanas, posições e trémulas, têm entre nós exalçado e apresentado como exemplo a seguir!

Esta Ordem, que absolveu criminosos políticos, como o general De Bono, contemplado ainda por cima com o governo da Tripolitana, enquanto o seu acusador, o dr. Donati, era intimado a abandonar o país; que absolveu os assassinos do padre Don Minzoni, como amanhã annistiará os do socialista Matteotti; que sustentou em pleno tribunal, com verdade psicológica, infelizmente, mas revoltante má-fé jurídica, que «nos grandes momentos históricos há crimes que não nasceram nos cérebros individuais, mas se respiram na própria atmosfera», e que «Don Minzoni morreu num ciclone, não pergunteis quem o matou»; esta Ordem tem na imprensa do fascismo os seus órgãos perfeitamente adequados. Sabe-se que todos os grandes crimes políticos do actual regime italiano (e é isto que caracteriza essencialmente este terrorismo) foram precedidos de incitamentos claros da parte dos chefes do partido, dos seus periódicos e do próprio presidente do governo, que fazem todos os dias, uns mais encapotadamente, outros mais às claras, a apologia das execuções. Assim, a *Saint-Barthélemy* de Florença (como lhe chama o

dr. Salvemini), no Outubro passado, em que a matança e os maus tratos atingiram proporções extremas, foi precedida das seguintes palavras do órgão local, as *Battaglie Fasciste*: «Para destruir a maçonaria todos os meios são bons: desde o cacete ao revólver, desde o apedrejamento das janelas ao fogo purificador... *Devemos tornar insustentável a vida dos maçons.*» Sublinho, porque esta forma de expressão volta sempre: é preciso tornar realmente insustentável a vida dos adversários, porque *é essa a única forma de assegurar a vida das instituições.* Se assim não fosse, a violência, sobre desumana, seria supérflua. Seria praticar apenas o crime pelo crime. As violências fascistas só têm aparência de justificação na fraqueza fundamental do regime que sustentam — por não suportarem a voz humana e a luz do sol.

○ Mas as *Battaglie Fasciste* — dir-me-ão — são um pequeno órgão provincial. Sim? Pois seja. Vamos então directamente à cabeça, vamos a Mussolini. Não resta hoje sombra de dúvida que ele foi inspirador de assassínios e mandante de assassinos. O assassinio do deputado socialista Matteotti também foi precedido de incitações, mas desta vez elas partiram do próprio Ditador. «Matteotti», disse ele em pleno Parlamento, «fez um discurso monstruosamente provocador, *que merecia em resposta alguma coisa de mais concreto* que as palavras que um deputado fascista lhe dirigiu.» Sabe-se mais: sabe-se por testemunhos vários (carta de Cesare Rossi a Mussolini, testamento de Filippelli, etc.) que as instigações directas ao assassinio partiram de Mussolini, que, para conquistar o silêncio dos réus, inventou a explicação curiosa de que o crime tinha «degenerado numa horrível tragédia, independentemente, ou melhor, contra a vontade dos seus autores.» «Durante os últimos dezoito meses — escreve o professor Salvemini — o grito de

Viva Dumini (o assassino) tem sido ouvido em todas as demonstrações fascistas, *mesmo naquelas a que o Rei tem assistido.*» Quanto ao espancamento do chefe liberal Amendola, esse foi publicamente glorificado pelo lugar-tenente de Mussolini e secretário-geral do partido, Farinacci.

Mas os incitamentos não acabaram, não acabarão nunca, porque, já o demonstrei, vai nisso a existência mesma do regime. Assim, ainda há dias o *Giornale del Veneto* publicava estas categóricas palavras: «Toda a gente compreende que os fascistas possam considerar em certos casos a execução sumária como um acto de profunda justiça.» O órgão directo de Mussolini, o *Impero*, escreve sobre o sr. Salvemini: «Ninguém ficaria surpreendido se algum fascista, perdendo a paciência, o enviasse para um mundo mais calmo e pacífico do que este... É digno duma morte infamante... Esperamos que a mão abençoada dum louco sagrado venha a encontrar o meio de encerrar a mais vergonhosa oficina de traição.» E dum *autógrafo* de Mussolini, publicado no *Quotidien*, e que constitui o original dum telegrama enviado em Janeiro de 1924 ao governador de Turim: «Dizem-me que o bem conhecido Gobetti foi recentemente a Paris e que se acha actualmente na Sicília. Peço para me informar, e diligenciar por que novamente se torne a vida difícil a esse insulso opositor do governo e do fascismo.» Tudo isto é monstruoso, mas é perfeitamente lógico e necessário. Como disse, se o fascismo renunciasse a tornar *a vida difícil* aos seus adversários, não tardaria que visse os seus dias contados. Um governo assim só pode sustentar-se, numa sociedade moderna, numa sociedade que viveu já sob formas democráticas, embora imperfeitas e adulteradas, fazendo do crime um instrumento de governo e da violência a *ordem do dia* permanente. (O caso da Espanha,

onde a Ditadura pode ser menos cruel, explica-se por várias circunstâncias, que não são nem as de Portugal, nem as da Itália.)

Para que o fascismo se mantenha é, pois, necessário o emprego sistemático da violência em relação aos adversários. Mas, em relação aos partidários que o sustentam, é necessária ainda outra condição. Para contar com tropas fiéis, com assassinos fiéis, com uma admiração sempre viva e sempre renovada, é mister que toda a vida da Nação seja um permanente *coup de théâtre*, uma série de cenas impressionantes que se imponham pela grandeza dramática, que o País se transforme num Palco onde esteja sempre representando um consumado Actor. Mal dele se o interesse da peça esfriasse, se as suas *poses* e os seus gestos diminuíssem de imponência espectacular e de comunicação emotiva, se o Actor não desse constantes motivos para ser chamado ao Palco. Ai dele! os espectadores atirar-lhe-iam com as cadeiras, assobiá-lo-iam de troça, irrigar-lhe-iam as nádegas olímpicas com as agulhetas do serviço de incêndios, substituiriam a saudação fascista por um significativo cruzar de braços, aqulariam contra ele as damas atacadas de furor uterino, reconhecendo com pasmo, com desapontamento, com indignação, com vexame incomparável, que o Feitiço tinha esgotado miseravelmente o reportório. O prestígio de Mussolini só pode, pois, manter-se por uma ejaculação constante de actos sensacionais, por jactos sucessivos de decisões teatrais e fulminantes, por uma espécie de parto contínuo de maravilhas e de assombros. Hoje é Corfu (cuja ocupação custou mais à Itália que as compensações que obteve), logo a Alemanha, a Áustria, o Tirol (onde proíbe os Germanos de falar alemão, mesmo pelo telefone), amanhã o Império Romano, com a França por aliada (!), e neste ano de graça de 1926, como já

declarou o perigoso Louco, a «era napoleónica do fascismo». A megalomania é, para Mussolini, a condição essencial de existir. Se ele voltasse à humanidade de todos nós, perderia a auréola e os fiéis da sua fé. Quando um Político se transforma assim em Actor, indo contra as tendências profundas da sua época, que só aparentemente se abafam ou submergem, tem de levar o calvário até ao fim, tem de arrastar até à catástrofe a pesada cruz da sua Grandeza. A missão sobre-humana que imprudentemente se impôs torna-o a maior vítima de si mesmo — um ser irrequieto, nevrótico, continuamente agitado, ansioso, fazendo esforços inauditos para meter medo a toda a gente, mas no fundo tendo medo do ar que se agita, duma folha que bole, aterrado ao simples pensamento de que não terá para cada instante o gesto preciso, de não dar calor e movimento a peça — de se perder. Se não fosse o perigo que constitui para o mundo, este pobre grande homem alucinado e hidrófobo chegaria a causar dó.

Como acabará isto?

Muitas vezes perguntamos a nós mesmos porque é que um louco desprezível (não digo, como vêem, um louco sagrado) não pôs ainda termo a essa existência desgraçada e tumultuosa. Tendo sido sempre a Itália um viveiro das rubras vegetações do anarquismo, qual será a razão por que um anarquista exaltado não atentou ainda contra o Ditador? Julgo ver a razão em que o anarquismo pelo facto não é uma doutrina (a doutrina, para ele, é apenas um pretexto, uma racionalização ou motivação intelectual de tendências mais profundas), que ele é, essencialmente, uma afirmação da personalidade exasperada, anti-social, impulsiva e agressiva, e que esse anarquismo *fisiológico*, podemos assim chamá-lo, não tem necessidade, nas actuais circunstâncias da Itália, de procurar exercer-se contra o governo.

O anarquismo pelo facto encontra nas próprias massas fascistas, na *Che-Ka* que manobra sob as ordens directas do chefe do governo, e que é uma espécie da Legião Vermelha ao serviço da reacção política, o meio mais adequado para satisfazer os seus instintos de destruição.

Até que extremos levará a Itália e o mundo esta fúria pandemónica, que levou já *Farinacci e os seus homens a quererem exigir da Oposição parlamentar o juramento funambulesco de aceitar Mussolini como um Mito?! Será uma nova guerra ofensiva, como está na lógica do imperialismo italiano, com o seu Waterloo, que porá termo ao reinado do Anticristo? Ou será preciso, antes disso, incitar as personalidades fortes não contaminadas pelo vírus anti-social a organizar a resistência, para organizar depois, sobre novas bases, a Democracia, não para realizar o paraíso terreal, que é impossível, mas para carrilar o mundo social no *devenir* das realizações que têm por limite ideal a comunhão de todos os homens nos bens eternos do Espírito?*

Mas em nome de que necessidade absoluta de salvação pública se erigem princípios e se adoptam práticas tão contrárias à nossa razão, herdeira de tantos séculos de cultura, que respirou a Liberdade, e, decididamente, não quer viver noutra atmosfera? É em nome da *Prosperidade*, considerada como fim único de toda a existência social. Psicologicamente, já o dissemos, o fascismo e formas derivadas são uma explosão da personalidade criminal produzida pela guerra. Mussolini é um gaseado: simplesmente respirou o gás mais perigoso e deletério, formado da sublimação e da concentração de todos os outros gases espalhados na matança. Mas, formalmente, o fascismo considera a *felicidade* dos povos

— vista a uma luz estritamente materialista — como o único fim que se deve propor o político. É o hedonismo levado às suas consequências mais extremas, e, digamos, mais sórdidas. Ter dinheiro, vestuário e alimento abundantes, caminhos de ferro, luz eléctrica a jorros — eis tudo. Lembremo-nos que o povo italiano não precisa que o eduquem, quer dizer, que o dignifiquem, que o elevem plenamente à dignidade de Homem; precisa só que o vistam, que o calcem, que o nutram, que o arregimentem em grandes paradas fascistas, que o guiem para as «operações punitivas» — como um animal.

Mas quem vos diz que os valores do Espírito são para desprezar? Mas quem vos assegura que a sociedade humana existiria como tal, se não admitisse a hegemonia desses valores? Mas quem vos garante ainda que as conquistas que temos de continuar a realizar sobre a Matéria, para assegurar a todos o pão, o vestuário e a luz, não soçobriariam em alguns séculos e não se suspenderiam, se desprezáassemos a dignidade e a liberdade do Espírito? É com o Espírito — já o tenho escrito — que temos de resolver todos os problemas, mesmo os da Matéria.

Dizeis que quereis conservar e aumentar a riqueza do mundo. Mas ignorais o que essa riqueza deve à Liberdade? Nem atentaes que os maiores progressos materiais foram os que sucederam à Revolução Francesa? Sem a Liberdade, de que tanto escarneceis, a física, a química, a geologia, a mineralogia, tudo sobre que se funda a vida industrial moderna, seriam impossíveis. E que liberdade de espírito, que vigor de inteligência, só compatível com essa liberdade, nos não serão necessários para as novas ciências de amanhã, para as novas incursões do Homem no mundo da Matéria?

Mas, segundo certos filósofos de décima terceira ordem, a Liberdade é uma palavra que passou, um fato

que se despiu e se pôs à margem por estar fora da moda, uma velha *perruque* demagógica, *un vieux son de cloche*. É que os que assim dizem nunca sentiram verdadeiramente o prazer de criar, ou nunca o compreenderam por intimidade de consciência —, tendo passado toda a sua vida curvados sobre os textos, para imitar, copiar, traduzir, comentar, vulgarizar, sem que nada tivesse saído fremente das suas mãos, ainda a palpitar de vida, a escorrer de sangue, a respirar em largos haustos o tónico ar da Liberdade.

A Liberdade não é uma doutrina para os indigentes do espírito, como sustentam, na incompreensão mais estupenda das coisas, os doutores dos cartapácios filossóficos que nos querem impingir as galimácias do seu verbalismo pelo ouro puro do pensamento. A Liberdade é necessária sobretudo para as élites; e dentro das élites, para os maiores delas. Os governos que a sacrificam pouco mal fazem, no fundo, *directa e imediatamente*, aos que vivem ainda uma vida quase inteiramente material. Mas fazem um mal profundo, irremediável, aos que trabalham para a cultura e são os verdadeiros penhores da civilização. A élite do ensino, a élite da ciência, a élite da filosofia, a élite da política, a élite do jornalismo, a élite do operariado — essas é que são sobretudo ameaçadas, e com elas os destinos do mundo.

Não, deixai falar os que andam à tona de todas as ideias, os que são incapazes de descer até o seu âmago vivo, para lhes saborear o gosto profundo. A Liberdade é uma conquista definitiva do Homem. Pode-se conceber tão-pouco uma sociedade moderna sem liberdade de espírito como sem electricidade — que é apenas um pouco mais recente. Se quereis renegar o «estúpido século XIX», porque não apagais também as lâmpadas eléctricas? A humanidade não pode ser condenada a arrastar eternamente, como pensais, o rochedo de Sisifo.

Também nós queremos a Autoridade, mas para que a Liberdade e a Democracia seja um facto. Também nós desejamos suscitar as afirmações da Personalidade, mas duma Personalidade amante e generosa, que se esforce por erguer os outros até ela, pois não cremos que haja de tomar em todos os casos essa forma agressiva e psicologicamente imperialista a que os escolásticos chamavam *libido dominandi*, Nietzsche a *Vontade de Potência* e os Ingleses o *instinct of sovereignty*. Mais: podemos admitir, em certos casos, a necessidade, muito transitória, da Ditadura; mas essa Ditadura tem de ser inspirada por um espírito inteiramente oposto ao do Fascismo — uma evolução para a Democracia, e não um retrocesso.

No fundo o que queremos? Fazer evoluir os *fins* da Democracia, tornando-a mais justa e organizar os seus *métodos*, tornando-a mais eficiente — enquanto o Fascismo não a fez evoluir nem a organizar, destruiu-a.

*

Baixemos das alturas. Desçamos à Sociedade de Geografia. Em Portugal, a *Cruzada Nuno Álvares* resolveu iniciar um movimento análogo ao fascismo italiano. Um oficial da armada que esteve refugiado na legação de Espanha e sofre dum ódio tremendo ao democratismo, com exacerbações nocturnas, coitado, e um senhor filósofo elegante, com luvas amarelas e livros que vieram agora mesmo de Paris, vão inaugurar em Portugal a *corrente moderna*. Foi há pouco a abertura da estação. É uma coisa aparatosa, *chic*, que mete chã-das-cinco, elegantes, estudantes pálidos, oficiais com calos e burgueses apopléticos. Alguns, que tinham bebido ao jantar alguns copos de rum a mais, chegaram a ameaçar colegas cá da *Seara* que foram assistir à primeira função. Hum! Dar-se-á o caso que o civismo

heróico vá recrutar agora os seus soldados na legião do Reumatismo?

Não sei qual desses dois homens se sentirá com coragem para armar em Mussolini. Filomeno é inteligente, activo, ambicioso, apaixonado, mas não lembra o Ditador. A cara é mais estreita. As feições menos duras. A diferença na estatura, sobretudo, é considerável. Mas Nobre de Melo, esse dá, segundo me disse um italiano das minhas relações, ares de família: pelo menos parece-se imenso... com M.^{11º} Mussolini.

Receamos, porém, bastante que os dois pobres senhores queiram fazer um fascismo sem massa fascista e sem Mussolini — quer dizer, pão sem farinha e sem levedura. É algo difícil. Uma ditadura vale sempre o que vale o ditador. E ela seria menos duradoura que os nossos governos constitucionais se não se apoiasse sobre uma massa activa e consciente de si mesma. Ora, pelas pessoas que lá viram, os nossos colegas vieram com a impressão que é gente incontestavelmente capaz de sair para a rua... se lhes entrar o inimigo em casa.

Demais Filomeno da Câmara teve, tem e terá sempre a seu lado o seu correligionário Cunha Leal. Para um regime que pretende resgatar Portugal da corrupção é uma boa bandeira... e um bom apetite.

Deixemos de sorrir. Não, nós não faremos essa experiência cómica e perigosa. Na Itália há, ao menos, um grande trágico. Em Portugal no tablado só haveria cómicos...

Urge que movimentos antifacistas, formidáveis, se organizem em toda a Europa. É preciso começar por atacar decisivamente essa *influenza* — já pelas demonstrações das grandes massas, já pelo esforço positivo da depuração e organização da Democracia. Esta, longe de estar morta, como dizem os pensadores-coveiros, apenas soltou ainda em toda a parte os seus primeiros vagidos.

Se deixássemos desenvolver os fascismos nacionais, germes de outros tantos imperialismos, o choque destes vários imperialismos, exasperados e megalomaniacos, daria no futuro a guerra maior que o mundo ainda viu. Seria talvez a ruína, por muitos séculos, de toda a Civilização.

Há muitos de vós, pseudofascistas, que se equivocam. Metidos neste mundo de sombras, crêem que é da porta da Itália que lhes vai surgir a luz. Não: o Fascismo é apenas um retorno ofensivo do Passado. Saberemos jugulá-lo. A Luz está noutra parte...

Quereis obedecer à moda efémera, jovens do meu país, ou auscultar o sentido subterrâneo das transformações profundas? Quereis ir na onda, ou quereis antecipar-vos?

Mussolini, impregnado de espírito nietzscheano, disse um dia: «*Eu não sou o que segue, mas o que precede.*» Filomeno, Nobre de Melo, os oficiais com calos, os estudantes pálidos e os burgueses apopléticos são aqueles que seguem. Pois bem, nisto ao menos, pensamos como Mussolini. *Nós queremos ser também aqueles que precedem!*

P. S. — Escrito em um só dia, às sacadas nervosas, não tive tempo de tornar este artigo, nem mais curto nem melhor. O momento urge. É necessária a acção. E nós vamos para ela!

(Na Seara Nova n.º 77, de 6 de Março de 1926)

O Fascismo

Continua a fazer das suas, o fascismo — na Itália, na Bulgária, na Roménia. São crimes estupendos, como poucas vezes tem visto a História — crimes de canibais.

Os suplicios infligidos aos prisioneiros políticos búlgaros e romenos deixam a perder de vista todos os flagícios da Inquisição. Na Roménia os prisioneiros políticos ordinários são obrigados a estar de pé durante todo o dia, mas os de maior responsabilidade são atados de pés e mãos, encerrados em verdadeiras genas, mergulhados na água horas consecutivas, privados do ar e da luz, metidos em sacos de cimento armado, chamados *guerlos*, onde não podem fazer o mais simples gesto ou movimento. Na Bulgária os casos de prisioneiros que endoidecem são às centenas. Há-os que têm sido queimados vivos.

Na Itália, Amendola, o chefe da oposição liberal, viu-se obrigado a fugir, depois de sucessivas agressões dos camisas-negras, e acaba de morrer, em Cannes, ao sul da França, como consequência das sevícias que sofreu. Mas para se ver até que ponto vai o ódio à liberdade do pensamento dos miseráveis partidários de Mussolini, é interessante referir-se um dos últimos sucessos. No fim de Março reuniu-se em Milão um congresso nacional de filosofia, onde o professor Sarlo leu uma tese sobre «A alta cultura e a liberdade», em que declarava, entre outras coisas, que «os princípios de 1789 entraram no património da consciência moderna». Foi o bastante para que logo nesse mesmo dia o governador de Milão, por sinal reitor também da universidade, mandasse dissolver o Congresso. Antes de se separarem, os congressistas (entre os quais se contava o melhor que há no pensamento e na alta cultura italiana) votaram uma moção em que protestavam, «em nome da liberdade da ciência e da tradição italiana, contra esse acto de violência». Os homens da elite italiana hão-de, pois, reconhecer hoje que a supressão da liberdade é o que há de mais intolerável para a cultura.

Porque é que *O Século*, o *Diário de Notícias* e os outros grandes jornais de Portugal não publicam estas notícias? Porque é que inserem apenas os telegramas de proveniência italiana, favoráveis a Mussolini? Há o direito de manter os leitores na ignorância do que é verdadeiramente o fascismo, de lhes esconder que ele é um regime que desonra a humanidade? Em tempos Trindade Coelho chegou a fazer, numa *scie* de todos os dias, a apologia calorosa de semelhante ignomínia governativa. Ultimamente tem guardado o silêncio. Talvez lhe tivesse calado no ânimo a meia dúzia de verdades que lançámos para o público. Talvez não tivesse visto a tirania, a concussão, a perversidade e o assassínio político justificados — no *Manual do Cidadão*. Mas basta guardar silêncio? E os deveres de informação para com os leitores? E a consciência? E o «sacerdócio» do jornalismo? Sereis neutrais perante o crime? Não, não há o direito, ante o fascismo, de querer estar na Terra de Ninguém.

O *Diário de Lisboa* tem, porém, excedido a meta. Para ele foi letra-morta tudo o que dissemos. Não lhe tornámos odiosa a ideia do Fascismo. É frequente, ainda hoje, encontrar nas suas colunas a apologia de Mussolini e da sua obra. Temos relações de cortesia com o sr. Joaquim Manso, mas isso não nos impede, como é de justiça, de profligar a sua atitude, se continuar, pela solidariedade moral que está prestando ao mais odioso dos regimes demagógicos, a atentar contra a Bondade Humana, contra a Honra e contra a Democracia.

(Na Seara Nova n.º 83, de 15 de Abril de 1926)

Uma Apologia do Fascismo

Sob o título «O antifascismo de Raul Proença», publicou o sr. Martinho Nobre de Melo na *Reconquista*

um artigo de sete páginas — ao qual me aconselharam a responder em tom ameno de chacota. Mas sorrir pareceu-me aqui inteiramente fora de propósito. De facto, que possa haver entre os professores das nossas faculdades um «espírito» que funcione como o sr. Nobre de Melo — com a sua incapacidade de distinção das ideias e a sua impotência em pôr sequer um problema de ordem intelectual — não me parece um espectáculo divertido. Acresce que esse professor se arroga talentos filosóficos, e, não satisfeito em reger a sua disciplina, pretende ainda instaurar um movimento nacional, prolongando para além da sua cátedra a influência do seu espírito, que não pode deixar de ser um corruptor mental da juventude. Arauto da Moda, prega as usanças intelectuais, o seu ódio à inteligência e à democracia — como um eco pálido, confuso e titubiante das arengas dos *ligueurs* e de Mussolini. Se quisesse caracterizar na sua mais íntima essência o conflito que nos separa, diria que ele era antes de mais nada o conflito entre um espírito que se respeita, determinando-se por motivos profundos, querendo salvar, através de tudo, a sua unidade, racionalidade e harmonia, e um espírito que, seduzido pelo êxito brutal e pela moda, põe ao espelho as suas próprias opiniões.

Devo confessar que não foi para mim uma hora reconfortante a que dediquei à leitura do artigo do sr. Nobre de Melo, porque nunca a baixaza e confusão de pensamento dum adversário tiveram o condão de exasperar o meu orgulho. Antes o sr. Martinho de Melo me esmagasse sob o peso da sua lógica! Porque o que mais importa não é o meu triunfo, ou o triunfo do meu adversário: é ver afirmada, num e noutro, a mais alta dignidade da Espécie.

O sr. Nobre de Melo pratica o que poderemos chamar a lógica do paralogismo. Nestê ponto, vai até ao extremo

de não notar a irredutibilidade de duas ideias opostas, como as do «racionalismo glacial» e do «romantismo» com que, *por obediência a duas modas divergentes, e que aceita contraditoriamente* (para espíritos como o seu tudo que é moda é ganho), pretende caracterizar a minha filosofia política.

Do facto de eu ter escrito que «urge que movimentos antifascistas se organizem em toda a Europa», deduz ele a consequência risonha de que me julgo já escutado por toda a parte — como se, no espírito deste «filósofo», o reconhecimento da necessidade dum movimento coincidissem com a pretensão de lhe dar origem.

Da declaração dos meus colegas a propósito do incidente Vitorino Godinho — generoso movimento de simpatia e de solidariedade que os levou a sobrestimar as minhas qualidades e a esquecer os meus defeitos (que os tenho, e não pequenos) — conclui o sr. Nobre de Melo que me elegeram por chefe, como se eles fossem capazes de se submeter a um comando (deixamos isso aos mussolinistas), ou eu de o exercer (deixo isso a Mussolini).

E por fim, como Cagliostro, junto à Lamballe, via, num copo de água puríssima, um cadafalso e uma linda cabeça decepada — assim ele vê sair dos meus artigos, desprezadores de todas as formas de jacobinismo e de filistismo de espírito, a cauda da Hidra — com as *camionettes-fantasmas* e o aperrar do gatilho homicida. Francamente, o sr. Nobre de Melo encarece o meu poder sobre os facínoras, e vê-me demasiadamente ao trágico.

Irritar-me, com esta deturpação e inversão absoluta dos meus propósitos? Não merece a pena. Deve-se aplicar a estes erros de entendimento a tolerância largamente compreensiva do velho filósofo que foi companheiro da juventude de Atenas e mais tarde bebeu a cicuta. No cérebro do sr. Nobre de Melo é a máquina das consequências lógicas que funciona mal; *il y a quelque chose*

— *là qui a rompu; il lui faut, monsieur, un petit coup de mécanicien.*

A primeira fraqueza que o sr. Nobre de Melo nota no meu artigo sobre o Fascismo, é a carência do que poderemos chamar, à inglesa, o seu *import* filosófico-social, pois ao rebuscar os «motivos filosófico-políticos» da minha atitude não colheu mais do que isto — violências do fascismo contra os adversários e contra a liberdade! Só colheu esta insignificância, o grande homem! Quando esperava que deitasse abaixo as estantes da minha livraria filosófica, viu que eu fundara a crítica dum sistema político na «estatística da bordoadada». Como se os benefícios e os malefícios dum tal sistema se pudessem avaliar pelo número de cabeças partidas que produz! Realmente, que importância tem a bordoadada — quando não somos nós que a apanhamos?

Que, numa sociedade policiada e que pretende instaurar na Europa o regime da Ordem, os demagogos façam distribuição duma doutrina aos domicílios sob a forma do purgante e do cacete, isto não se afigura, aos olhos deste homem que ensina direito à mocidade portuguesa, como um abuso miserável da força e a negação mesma do direito. Sinto que não podia convencê-lo das infâmias do fascismo (inerentes à sua própria filosofia e à irrupção de violência e de antiliberalismo que traduz), senão recorrendo ao que os filósofos chamam o *argumentum baculinum* (o argumento do cacete) — quer dizer, aos métodos mesmos do fascismo. Nisto de bordoadada, sempre vale mais *experimentá-la que julgá-la.*

Porque é que o sr. Melo despreza esta argumentação da «bordoadada»? É porque isto não tem o ar de coisa intelectual — é um facto muito terra-a-terra, que, por deficiência de visão, não liga a causas profundas e essenciais, como se não houvesse uma harmonia insofismável entre as doutrinas e as violências fascistas. Mas mais

pelo diante tornarei a este aspecto da questão, e lhe demonstrarei que, tendo-me elevado a esta compreensão da relação existente entre o facto e a ideia, me coloquei num terreno de crítica filosófico-social a que ele se furtou, esquecendo-se de provar a inanidade da minha tese.

Quanto à Liberdade, eu permito-me perguntar a este «intelectual» se já alguma vez, esquecendo por um momento os manuais que escravizam a sua inteligência, pensou maduramente nas condições de existência da cultura; e se ao menos se surpreendeu a meditar no que dá valor e dignidade à vida humana. O sr. Nobre de Melo rotula o fascismo de «movimento idealista», no que singularmente se equivoca. Realmente, tudo se passa no fascismo como se a natureza «ideal» do homem fosse inteiramente despreciada. Ele representa uma reacção brutal contra todas as formas de idealismo moderno — reacção contra a ideia da paz, contra a fraternidade humana, contra a tolerância, contra a elevação de todos os cidadãos à plena dignidade do espírito, para ver apenas nos bens materiais o índice da verdadeira civilização. Por mim, que me importam, por exemplo, os progressos dos caminhos de ferro e da aviação — que a parte material do meu ser seja animada duma velocidade de 300 km à hora, se entre mim e o meu semelhante, à distância de cem metros, não posso estabelecer a mínima conversa espiritual? É a isto que o senhor chama «romantismo», quando é apenas a condição necessária para que no homem preserve a natureza humana.

O fascismo um movimento «idealista»! Como os gestos dos comediantes fazem esquecer ao sr. Nobre de Melo a realidade das coisas! Para empregar as palavras de Boisse, é idealista *toute doctrine qui donne à la pensée un avantage sur les choses*, enquanto o fascismo claramente *donne aux choses un avantage sur la pensée*. O equívoco do sr. Nobre de Melo vem de que ele con-

funde, como é natural, a *essência* das questões com a *forma* que elas revestem — o espírito com a retórica — o idealismo ou realismo estrutural de um movimento com o lirismo com que o exaltam e os processos de «vibração» comunicativa que põem em prática para determinar, na multidão, ressonâncias instintivas e profundas, que hão-de depois traduzir-se nas grandes paradas de forças, nas apoteoses ao ditador, nos cortejos triunfais e na eloquência do cacete. Uma coisa é o idealismo da Razão, e outra a poesia lírica. Também Baudelaire cantava em termos magnificamente líricos os encantos putredíneos da *Charogne*.

Julgar, como julga, que não compreendo o *idealismo fascista*, porque, «dado o racionalismo glacial» da minha escola (?), supondo que «tudo se ganha e obtém pelo só poder da inteligência (*sic*), e daí o não compreender absolutamente nada do papel dum animador», é, além de muitas outras coisas, não compreender absolutamente nada do papel da inteligência.

E antes de mais nada, a que é que chama este «pensador» o meu «racionalismo glacial»? Está-se aqui a ver o ódio de S. Ex.^a às ideias claras e distintas, e à lealdade e coragem dum pensamento objectivo, que não pede aos sistemas o ópio criador dos adormecimentos inefáveis e dos sonhos benéficos — esta miserável satisfação do sentimento que hoje se procura na filosofia, porque mais do que nunca os homens, em matéria de especulação, para usar os termos de Pascal, «manquent de cœur». O meu racionalismo é glacial, porque, sendo eu porventura (ai de mim!) muito mais sentimental que o sr. Nobre de Melo, não faço dos meus sentimentos as minhas razões.

Não se vê, porém, claramente o que tem o meu «racionalismo glacial» com o erro que me atribui o sr. Nobre de Melo de julgar que tudo se obtém «só pelo poder da

inteligência». Dar-se-á o caso que, na boca deste senhor «filósofo», racionalismo queira significar a doutrina que exclui da realidade, como facto, tudo o que não é a razão? É um sentido novo, inteiramente impróprio, e indigno de ser empregado pelo mais incipiente estudante de filosofia. Racionalismo, para toda a gente que conhece a significação das palavras, não é a doutrina que reduz todas as realidades psicológicas à razão — é aquela que, reconhecendo o poder do sentimento, o pretende todavia explicar, julgar e *exceder* pela razão. É a minha inteligência que precisamente me leva ao conceito exactíssimo de que não basta a força da inteligência para determinar a eclosão de qualquer movimento social. É na medida mesmo em que o meu racionalismo é «glacial», quer dizer, desinteressado, fiel, objectivo, que eu tenho de reconhecer o papel do sentimento no mundo. Supor que tenho de abdicar da «glacialidade» da minha inteligência para *compreender* este truísmo é cometer um paralogismo grosseiro: *é confundir o agente do conhecimento com a matéria do conhecimento*. Vêm bem a propósito as palavras de Brunschwig: «Par le sentiment l'homme s'attache à un objet, par la volonté l'homme poursuit un but. Se défier de l'intelligence, qui lui fait connaître cet objet et ce but, c'est ruiner dans leur base le vie du sentiment et le développement de la volonté.» Mesmo, pois, para discernir sobre o sentimento, há toda a vantagem em não ser estúpido.

A Liberdade é então, na minha filosofia (1) idealista,

(1) Quando falo na minha «filosofia», não se imagine que tenho pretensões a «pensador». *Filosofia* é aqui um termo cómodo para exprimir as tendências do meu espírito. Um homem pode ter o gosto das ideias gerais e possuir uma pequena bagagem filosófica: é o que me acontece. E pode ter uma vasta leitura dos filósofos e não possuir nenhuma capacidade para as ideias gerais: é o que acontece ao sr. Nobre de Melo.

como ia dizendo, quer dizer, no valor e primazia que dou ao Pensamento, um bem que nenhuma riqueza material compensa. Ela é ainda, como fiz ver no meu artigo, a condição essencial do desenvolvimento da Cultura e do próprio progresso material do mundo. Mas a Liberdade é ainda, dentro das realidades portuguesas, a condição prévia de toda a reforma. Suprimir a liberdade, ou sequer pôr-lhe entraves ou limites, é deixar a Corrupção e a Incompetência entregues a si mesmas, seguras da sua impunidade e da sua permanência, sem possibilidades de protesto ou de contrôle. É gravar sobre a fachada dum regime as palavras dantescas: «*Lasciate ogni speranze*». Tenho afirmado aqui — e de todas as partes do horizonte político e intelectual me têm vindo adesões a esta ideia — que a primeira necessidade do regime e da nação é a criação dum grande jornal independente. Como seria possível a manutenção desse órgão sob o regime fascista? O fascismo não pretende libertar a Imprensa, pretende manietá-la. Sob o fascismo, o pensamento só tem uma maneira de evitar ser reduzido ao silêncio: é pôr-se ao serviço do Partido dominante.

Mas na França, escreve o sr. Nobre de Melo, têm-se cometido violências, e eu nunca protestei contra elas. Mesmo entre nós, eu não deveria esquecer, por exemplo, a arbitrariedade de que foi vítima Hipólito Raposo, esbulhado há já alguns anos dos seus lugares públicos.

Evidentemente, na França têm-se cometido violências. O assassinio de Plateau e do filho de Daudet desonrariam a Democracia, se ela fosse responsável pelos crimes dos que a atraioam. Quanto à demissão de Hipólito Raposo, a minha lealdade intelectual obriga-me a confessar que foi justa e necessária, se ele conspirou contra a República, ignóbil e monstruosa se se limitou a discuti-la. Neste último caso, junto o meu protesto ao do sr. Nobre de Melo contra um procedimento que feriu

nos seus legítimos interesses e na inviolabilidade da sua consciência um dos nossos mais nobres camaradas.

Mas às considerações do sr. Martinho de Melo tenho a objectar:

Primeiro, que nenhum dos meus leitores ignora que não há consideração alguma que me possa impedir de protestar contra uma violência, quando julgo do meu dever definir sobre ela a minha atitude, e que, portanto, são absolutamente infundadas todas as insinuações de hipocrisia ou contradição;

Segundo, que nunca nos meus artigos apontei a França como um país modelar, ao passo que a Itália é hoje apresentada como o mais alto *modelo de governação* pelos que caluniam a cada momento a Democracia e fazem o processo quotidiano, sem crítica nem respeito da medida, das instituições parlamentares;

Terceiro, que, mesmo assim, não há confronto algum entre os crimes isolados da demagogia francesa e os sistematicamente praticados pelos governantes fascistas e pelos seus mandatários e executantes;

Quarto, que, enquanto na França as violências exercidas pelos homens de governo são *um desmentido e uma traição às ideias fundamentais em que dizem inspirar-se*, na Itália elas estão no próprio coração do sistema, e, sendo a estrita e rigorosa aplicação dos seus princípios, constituem a vera essência do seu dinamismo social. Por outras palavras: entre o fascismo e as violências fascistas há uma relação de inclusão e de dependência, enquanto entre as violências «democráticas» e a democracia se afirma a pura contradição.

Se me desse, pois, na gana discutir os crimes antidemocráticos dos governos franceses, manter-me-ia no domínio dos *faits-divers*, dos factos *accidentais*. Defenderia a democracia, na medida mesmo em que os condenasse. Mas ao discutir as violências fascistas, já não

é o espectáculo das contradições que se desenrola ante o meu espírito; a coisa agora é clara e consistente como um silogismo; assistimos apenas ao desenrolar mecanicamente inflexível das consequências dum sistema, com a sua concatenação e a sua lógica fatal e inexorável. Neste caso não é apenas *um* governo fascista, mas o próprio fascismo que eu combato.

Dada a quase absoluta incapacidade dos portugueses para a distinção das ideias, não me admiraria que algum «cruzado» ou integralista pensasse em desarmar-me com a consideração de que os crimes dos democratas franceses são ainda mais revoltantes, por juntarem à violência a hipocrisia. Se nos mantivermos no ponto de vista das apreciações individuais, isso está absolutamente certo. Mas o que me interessa, como crítico de ideias políticas, é o efeito global, a influência colectiva e permanente duma doutrina, a repercussão na vida pública da atitude moral que ela implica, do dinamismo social que traz em si. Porque me coloco neste ponto de vista, o único que tem real importância na crítica das ideias, afirmo que o facto de viver em democracia já exerce um extremo poder inibitório sobre todo o espírito de violência. Este fará ainda, de quando em quando, as suas irrupções, mas não poderia constituir a vida normal do regime. Pelo contrário, o facto de uma nação afirmar a vontade de não aceitar por mais tempo a democracia implica a supressão de todo o freio, de toda a tolerância, do respeito pelas ideias do adversário, da verdadeira disciplina consentida, instaurando no campo político a guerra civil permanente. Um regime dessa categoria, longe de se instituir em *self-restraint*, torna-se em *incentivo* de todos os desforços físicos e de todas as violências morais. À livre discussão das ideias, ao respeito mútuo, aos combates sem ódio, terá feito substituir uma atmosfera envenenada.

É por não ter feito esta elementar análise que eu sustento que o sr. Nobre de Melo se não elevou à «filosofia» do caso, isto é, à ligação dos Factos com as Ideias, na sua mútua dependência e nas suas relações profundas.

Direi ainda que é pecha das inteligências pouco compreensivas *pôr todas as coisas sob a forma de dilemas*, ou, mais propriamente, de juízos disjuntivos. Saltam ao caminho de todos os problemas com a lógica do saltador: ou a bolsa ou a vida. E têm sempre o ar de quem joga, na vida do espírito, a cruces ou cunhos.

E todavia quem não vê que, na maioria dos casos, a Realidade se não deixa assim exaurir? Que ela não é tão bipolar e dicotómica como a apresentam os nossos sofismas oratórios? Que na maior parte dos «dilemas» não há uma divisão perfeita das alternativas, e que, portanto, rigorosamente (e excluindo, como é de ver, os juízos logicamente contraditórios), quase todos eles são falsos?

Em vez de nos entregarmos a este jogo infantil de antinomias, que é uma aplicação indigna da inteligência; em vez de formarmos um conceito puro, abstracto, incoercível, e, por assim dizer, «sideral» da Liberdade, para lhe opor depois uma Autoridade tão abstractamente concebida, deveríamos antes procurar dar satisfação a todas as necessidades da alma humana, não violentando nem sacrificando nenhuma das suas legítimas tendências. A verdade é que, definidas que sejam no concreto e com sentido social, Liberdade e Autoridade não só se não excluem, como são a condição essencial uma da outra.

Não há, pois, nenhuma necessidade de optar. Aceitamos com ambas as mãos todos os bens que dão valor e dignidade à vida humana.

Demais todos estes senhores antiliberais procedem sempre como liberais intransigentes quando têm a sua liberdade a defender. Não há ninguém que a queira

menos para os outros e mais para si. O que lhes custa, afinal, é generalizar...

Querer justificar as violências fascistas com as do comunismo, como pretende o sr. Nobre de Melo, é um argumento contraproducente. É demonstrar que o remédio veio exacerbar o mal, em vez de o extinguir, e que toda a mudança foi illusória. Que a Itália tem de procurar noutras forças e sob outra inspiração doutrinária o equilíbrio a que tem direito. É, aliás, o que pensam (ao contrário do que parece crer o sr. Martinho de Melo) as figuras mais eminentes da élite intelectual italiana. Excluindo Giovanni Gentile, nenhum dos grandes pensadores dali fez causa comum com o fascismo. A mentalidade crítica dos Benedetto Croce, dos Guglielmo Ferrero, dos C. Ranzoli e de tantos outros não se deslumbra facilmente ante a pompa grandíloqua do Grande Homem.

O facto dos teóricos do fascismo irem buscar a sua base doutrinária ao catolicismo não altera de uma vírgula o juízo definitivo que tenhamos a formular sobre ele. Para que uma doutrina não introduza a guerra no mundo, não basta que ela se funde no catolicismo: é necessário respeitar também as exigências da consciência moderna. Além disso deve o sr. Nobre de Melo atender a que, se os manuais fascistas pregam o catolicismo, é como *moral dos escravos*, para uso da arraia-miúda. A moral dirigente é outra; Mussolini está imbuído até à medula da filosofia nietzscheana, que representa, como sabe, a reacção mais formidável que se tem tentado contra a moral cristã. «Viver perigosamente» — esta máxima de que Mussolini fez a sua divisa —, é um mandamento de Zarathrusta, um dos hinos do seu canto «dionisíaco» — e o primeiro voto do Super-homem.

Mas será ao menos o fascismo um movimento nacional salutar, como pretende o sr. Nobre de Melo? Estará nessa exasperação do nacionalismo e do imperialismo o segredo da Vitória? Duvidamos muito, porque um espírito idêntico, servido pela mesma eloquência sugestiva, com a mesma confiança ilimitada, a mesma mentalidade agressiva, a mesma filosofia «germânica», enfim — e o mesmo Deus por aliado — deu a triste hecatombe em que soçobrou a Alemanha, e o mundo. Quer-nos parecer que os interesses bem entendidos da Itália não se coadunam hoje com o *pathos* da epopeia.

Não quero terminar este artigo, já tão longo, e em que tanto fica, todavia, por dizer, sem fazer referência a certas expressões do sr. Nobre de Melo. No artigo que me dedica na *Reconquista*, o ilustre chefe do nacionalismo da Cruzada Nuno Álvares usa frases e palavras como estas: «entrar de assumir», «arengar a multidão» (*haranguer la foule*), «Livorno», «ganhemos a Itália» (*gagnons l'Italie*), «assassinato», «massacre» — que desonram, vamos, uma boca portuguesa... E dizer que foi para estes portugueses, reunidos sob a égide do seu nome, que Nuno Álvares bateu os castelhanos!

(Na *Scara Nova* n.º 87, de 13 de Maio de 1926)

A Ditadura Militar

Ninguém, nos meios influentes, nos quis ouvir.

Nem os do governo, nem os da oposição.

Não nos ouviram os do governo, quando sustentámos que não deviam prosseguir no seu apoio a uma política de suborno e esterilidade, apenas reduzida a uma função meramente «tentacular», confundindo a competência

com os serviços prestados aos corrilhos políticos, levando a retórica aos últimos *records* da abjecção e o emprego sistemático da venalidade ao ponto de procurar estender por todo o país, a coberto duma política de tabacos (defensável em si mesma), a rede da corrupção até às mais longínquas ramificações e anastomoses, corroendo e degradando assim as últimas fibras da consciência nacional.

Não nos ouviram os da Oposição, quando lhes afirmámos que não há o direito de agir sob um impulso puramente destrutivo — que, verdadeiramente, como dizia Comte, «não se destrui senão o que se substitui» — que a simples ideia negativa de que «isto vai mal» não autoriza ninguém a mover sequer um dedo — e que não havia nada mais perigoso para o país que voltar os olhos para a solução duma ditadura a que todos davam uma adesão meramente abstracta e verbal, espécie de panacea independente dum programa concreto de governo e da capacidade política e moral dos ditadores.

Para uns e para outros nós éramos a voz de Cassandra. Ninguém quis escutar os nossos conselhos nem os nossos presságios. O resultado aí o tendes à vista, com todas as suas confusões, com as nuvens cada vez mais negras acasteladas sobre um horizonte cada vez mais incerto. Para onde vamos? Quem não corre a foguetes é esta a pergunta que faz no íntimo da sua consciência.

Não queremos partilhar nenhuma das glórias da revolução, nem nenhum dos entusiasmos com que foi acolhida. Somos insensíveis à «estética» do movimento. Não sentimos, como diria o nosso amigo dr. X, vocação nenhuma para puxar à carroça dum ditador. Também não somos nem flagelantes nem eunucos. Tudo razões para que não nos ajoelhemos à passagem dos cortejos triunfais, clamando pela graça do chicote.

Combatemos aqui, com alguma coragem, e energia os crimes dos nossos políticos. Nunca, porém, entrámos em movimentos conspiratórios, nem defendemos a hipótese duma ditadura militar. Víamos a melhor solução num reagrupamento das forças partidárias e na união de todos os políticos bem intencionados contra um regime de corrupção simbolizado nos dois nomes de António Maria da Silva e Cunha Leal. Hoje que a palavra *político* levanta contra si um coro de blasfémias, ousamos proclamar bem alto o nosso delicto.

De nada valeram, é evidente, os salutares avisos. Continuaram, de um lado e de outro, a caminhar para a mesma catástrofe. Irredutíveis, só conheciam uns a pertinácia de manter o *statu quo*, só os movia aos outros a ideia de deitar abaixo o Corruptor. Estes erros fazem-se pagar caro. Quando os políticos dum país fecham assim os olhos às realidades, vem fazê-los abrir, para ver as estrelas, a bota dum ditador.

A bota que veio foi enorme — enorme e contundente. Tem dado pontapés em barda — nos políticos, nos militares, e na lógica. Por ora temos a reconhecer que ninguém ganhou. Nem os planos do novo governo, nem a capacidade dos seus homens, nem os seus primeiros actos, nem a unidade e rapidez da sua acção são de molde a inspirar-nos confiança ou simpatia.

A acção governativa, efectivamente, é como uma bússola-doida. Tem oscilado constantemente em procura dum ponto de equilíbrio, que não chega a encontrar. Debatem-se e entrechocam-se a cada momento, e por vezes dentro do mesmo crânio, concepções antagónicas. Não há afirmação de um dia que não seja contraditada pela do dia seguinte. Estamos nas águas do rio de que falava Heraclito, ou assistimos às mutações dum caleidoscópio? Dir-se-ia afinal que não é nem o sr. Gomes da Costa, nem o sr. Cabeçadas, nem o sr. Carmona que nos

governam: mas Tyckè, a deusa do Acaso. Sentimos que uma palavra, uma intriga, um encontro fortuito, uma indisposição do estômago, uma noite mal dormida, podem modificar o curso dos acontecimentos e pôr-nos à mercê das maiores contingências. Temos a impressão de que as coisas hão-de vir a decidir-se, sim — mas num jogo de dados.

Numa revolução preparada com tantos meses de antecedência, não se pensou sequer no ministério que deveria constituir-se. Nem ministros, nem planos, nem ideias. Além do bota-abaixo, não viram mais nada. Por fim, lá se improvisaram uns senhores ministros — que confessaram ingenuamente serem incompetentes ou «absolutamente leigos», e não terem programa. Creio que só Portugal poderá tirar o privilégio destas situações esdrúxulas, a que se chama entre nós movimentos de salvação. Há, ao todo, uns «apontamentos» do sr. Mendes dos Remédios, e umas solitárias congeminações do sr. Dias Ferreira. Não se sabe bem o que vai sair da gaveta deste senhor — nem se ela é uma *boîte à surprises* ou uma boceta de Pandora.

Quanto ao chefe do governo, assevera o sr. Gomes da Costa que é um rapaz muito modesto e «que está por tudo». Eis um elogio que muito bem concebo que se aplique a um criado de quarto, mas que nunca pude prever que pudesse vir a ser aplicado — a um chefe de governo! Não creio que o sr. Mendes Cabeçadas venha a reduzir as suas funções presidenciais a levar copos de água aos outros triúnviros, e que queira passar à história sob o epíteto de Cabeçadas, o *bom rapaz*. Fazemos votos por que as palavras do sr. Gomes da Costa sejam inteiramente infundadas, e que o presidente do ministério não seja o painel de palha que dele querem fazer. Saber dizer *não* um número indefinido de vezes é a primeira condição dum chefe de governo. Se se obstina em ser um

«bom rapaz», estamos perdidos. — Pelo que diz respeito ao *Homem*, é forçoso confessar que é uma consolação vê-lo tão estouvadamente gárrulo, e tão encantadoramente inconstante e versátil

como uma piuma al vento.

Ao ouvir o sr. Gomes da Costa, compreendo melhor a doutrina hegeliana da identidade dos contraditórios.

O pior é porém os desentendimentos que começaram a existir entre esses homens logo desde o primeiro dia do seu triunfo. Todos sentem que pisamos um terreno instável. Que surpresas nos reservará o futuro? Em que medida este ministério obedecerá à vontade de uns, de que seja uma ditadura militar, e à dos outros, de que seja uma ditadura civil? Que relações vão existir entre a Junta Governativa, o Triunvirato, e os senhores absolutamente leigos dos apontamentos? Até onde se fará, como se fez com Sidónio, inconscientemente, a *mise-en-scène* da restauração monárquica? Iremos assistir a novos pronunciamentos? Continuarão algumas divisões do exército a afirmar ao sr. Gomes da Costa que *apenas estão com ele em absoluto*? Manter-se-á duma vez a disciplina e o prestígio da Autoridade, ou não será doravante possível estabelecer distinção entre a Política e o Quartel? Dúvidas que ninguém pode resolver, porque é cheio de incertezas e de névoas o dia de amanhã.

Entretanto causa estranheza que o sr. Cabeçadas não abandone o partido do sr. Cunha Leal, que tem de ser incluído, embora S. Ex.^a o não queira, no número dos nossos políticos mais impudentes e mais nefastos. Levantou protestos, mesmo entre os seus adversários, a demissão de Plínio da Silva e Pinto Teixeira. E a demissão pura e simples do sr. António Maria da Silva, sem se atender às suas circunstâncias pessoais (ele ainda

não possui sequer um prédio nas avenidas novas) não foi um acto justo nem generoso. Lembro-me que, quando do julgamento do 19 de Julho, o sr. Silva foi testemunha de defesa do sr. Cabeçadas, e que este, depois de afirmar que não tinha feito a revolta contra ele (!), lhe manifestou a sua maior consideração e simpatia. Não seria mais digno de aplauso que S. Ex.^a lhe testemunhasse essa consideração agora, que é presidente do ministério, sendo aquele réu, do que quando era réu e aquele presidente do ministério? Mas eu estou a ver as coisas à luz de uma lógica e de uma moral talvez excessivamente estática. A verdade é que estamos sobre as águas dum rio movente e fluido. Tudo muda. Só não muda, como dizia um sábio antigo, a lei segundo a qual as coisas mudam...

*

Que esperar?

Nem tanto que nos julguemos absolutamente salvos, nem tão-pouco que nos consideremos perdidos.

Se não podemos fazer, desde já, grandes coisas, é porque o mal é bem mais profundo do que parece. É porque ele deriva essencialmente da nossa completa mediocridade.

Instalados na vida moderna, não temos uma elite dirigente à altura dela.

A nossa incapacidade, em todos os domínios, salvo raras excepções individuais, causa arrepios.

Tão grande como a nossa incapacidade, só há a nossa inconsciência.

Teremos então de cruzar os braços?

É evidente que não. Temos de fazer o que tem pregado a *Seara Nova*, e o que afirmo individualmente desde 1910: preparar, por uma educação cuidadosamente

dirigida, e sobretudo pelo influxo do estrangeiro, como fez o Japão, a China, a Turquia, e virá a fazer o Egipto, uma verdadeira elite da Técnica e da Cultura. Além disso, temos de resolver, com as pratas da casa, os problemas mais urgentes e essenciais.

Tudo isto é absolutamente inadiável. Para a conservação do nosso imenso domínio colonial, importa ainda mais a criação duma elite do que o desenvolvimento e fixação dum Exército. As nossas colónias defender-se-ão melhor administrando-as bem do que ocupando-as pelas armas. É sobretudo a nossa estupidez e incapacidade que estão conspirando contra elas.

O que urge criar antes de mais nada, e desde já, é um sistema de bolsas e pensões que permitam o estudo no estrangeiro a milhares de portugueses em todos os domínios do pensamento, da técnica e da administração. *Toda a nossa política nacional tem de ser dirigida para a criação duma Elite nacional.* O dinheiro, o muito dinheiro que teremos a gastar para esse fim reverterá em ouro. Porque, reparem, os próprios bens materiais, desde que são obra do Homem, são um produto do Espírito. O português, mesmo o mais culto, profundamente saloio na inteligência, pisca o olho a estas verdades, e julga que, quando pedimos o que poderemos chamar a beneficiação do Espírito, nos colocamos num terreno estritamente espiritual, absolutamente estranho aos interesses do mundo. Quando ouvem falar em educação, sorriem. Como são muito espertos, pensam que a educação, nas sociedades modernas, é um luxo. Vamos resolver primeiro — dizem — os problemas agrícolas, os problemas coloniais, os grandes problemas da administração. Mas, de repente, voltam-se em todas as direcções, a ver quem virá resolvê-los, e não encontram ninguém. É que antes de terem resolvido o problema da

Terra, eles não viram que era preciso resolver o problema do Homem.

Não podemos, porém, ficar à espera, é evidente, de que surja essa Elite. Se não devemos proceder como se esse não fosse o problema capital, não temos todavia o direito de adiar as questões mais urgentes, sob o pretexto de não possuímos homens inteiramente aptos a resolvê-las. É preciso viver. Vivamos, pois —, o melhor que pudermos. É necessário iniciar a resolução dos problemas da Terra, da Rega, da Energia, da Higiene, da Assistência, das Estradas, do Exército, das Colónias. Mas para tudo isto se requer um mínimo de competência — competência política, que não exclusivamente técnica, como pensa o integralismo governamental. Cremos, pois, que governantes sem qualidades políticas e ainda por cima «absolutamente leigos» nos assuntos das suas pastas nada têm que fazer no presente momento. Um governante incapaz é mais funesto ao país que um governante desonesto: não me cansarei de o repetir. As condições de excepcional gravidade em que se encontra Portugal não se coadunam com governos de aprendizes e *diletanti*.

Não pedimos a ninguém o regresso ao *statu quo*. Pedimos apenas aos actuais detentores do Poder um demorado e reflectido exame de consciência. Fazer um movimento contra a incompetência governativa para instalar no Terreiro do Paço indivíduos confessada ou inconscientemente incompetentes, afigura-se-me, salvo o devido respeito, que é abusar escandalosamente da estupidez dum povo.

A Mendes Cabeçadas, a Gomes da Costa, a Alves Pedrosa e a quase todos os outros, pedimos, em nome da Consciência, que vale mais ainda que a força das armas, o serviço inestimável de não inutilizarem as circunstâncias excepcionais do momento e de entregarem

o governo nas mãos de homens competentes. O ministério, como está, é uma caricatura dos nossos piores governos parlamentares. Expressando esta convicção e esta exigência, que apenas nos são ditadas pela compreensão das mais altas conveniências nacionais, não fazemos mais, senhores, do que pôr à prova a sinceridade das vossas intenções! É preciso que o povo não tenha amanhã o direito de dizer que vistes o argueiro no olho do vizinho e não vistes no vosso o cavaleiro... do Apocalipse.

(Na Seara Nova n.º 91, de 10 de Junho de 1926)

Panfletos

I

A DITADURA

História e análise de um crime

*Se esta espada que empunho é coruscante
É porque ela é a espada da verdade.*

ANTERO DE QUENTAL

Não obedecerão estes PANFLETOS nem a periodicidade certa, nem a objectivo determinado. Surgirão no momento. Dirão as preocupações que me dominam — a minha reacção pessoal perante os factos, os homens e as ideias. De tudo terão um pouco: da análise fria e do sarcasmo, da doutrina serena e da polémica — clareza, protestos, vitupérios. Não recuarão ante nenhuma força: nem a dos músculos, nem a do número, nem a da

tiragem, nem a das armas. Falarão aos outros como eu falo comigo mesmo. Será, pois, com sua licença, um temperamento que irá passar no écran. Decidi-me a viver. No perigo? Talvez. Mas acima de tudo na ânsia de me dar — no desejo de pôr sobre este Charco imundo uma espada coruscante, uma chama a arder...

A Ditadura Militar

Deveres de jornalista

Vários afazeres prementes me têm impedido de comunicar com o público. Pesa-me já, porém, o silêncio como a pedra dum túmulo.

Urge quebrá-lo, recuperando a vida, e clamando a verdade irrefragável sobre a *Ditadura Militar* — que é, deixem-mo dizer-lhe desde já, só em si mesma, um verdadeiro acto de alta traição. Por defeitos essenciais de inteligência (falta-nos acima de tudo a capacidade das ideias e a viva, concreta intuição das realidades), por impotência de expressão que corte fundo e flagrante, ou por nos falhar talvez, neste momento, essa coragem que não recua ante as últimas audácias e está disposta a correr todos os riscos dum pensamento decidido, o certo é que ninguém pôs ainda o problema em carne viva e palpitante, a sangrar de evidência — nem ninguém quis chamar sobre si a responsabilidade duma doutrina que, tendo de ser clara e terminante, tem ao mesmo tempo de ser dura e inexorável.

Entendi que me não era lícito prolongar por mais tempo o silêncio a que as circunstâncias me forçaram. Devo-me a mim e aos outros — e à concepção ideal com que criei e esculpi a minha personalidade moral, que quis fazer obra de virilidade e de beleza.

Ao escrever as palavras que vão seguir-se, nem procurei suavizar as expressões, nem esconder os menores refugos do pensamento, nem sequer ocultar o meu nome. Entrego-me sem máscara e sem disfarce, absolutamente isolado e sem compromissos, com a responsabilidade única e plena dos meus actos, da minha atitude, das minhas palavras, assumindo-a com perfeita consciência e serena alegria. A liberdade é um bem que tanto mais se ama quanto mais caro custa.

Hão-de reconhecer que era mister alguém repelir a afronta ao Pensamento livre, herdeiro de tantos séculos de cultura, e esta torpe repressão por processos inquisitoriais de que é preciosa suma, a conservar nos arquivos da perseguição sorna e da violência jesuítica, o *Syllabus* de João de Almeida, com as suas instruções secretas aos executantes da Censura, obra-prima de obscurantismo recrudescente, verdadeira Bíblia do carasco intelectual, e na qual se não sabe o que mais admirar, se o temor psicopático da luz, se o ridículo de algumas das suas determinações estupefacientes de ousadia e rancor retrospectivo e histórico, capaz de violar as sepulturas e levar os próprios mortos à guilhotina (1).

Simplemente tudo levaria a crer que esse alguém fossem as várias associações de jornalistas e trabalhadores de imprensa, de que eu não faço parte, ou então qualquer dos bem pagos profissionais do jornalismo, os que têm as honras e as benesses, os passes nos caminhos de ferro, os bilhetes de teatro, as viagens gratuitas no estrangeiro, as recepções magníficas, os bailes, os concertos, os louvores hiperbólicos dos congressos, os arcos

(1) Com efeito, João de Almeida chega a impedir, nas suas instruções a transcrição de passagens de Eça, Herculano e Ramalho. Felizes, mil vezes felizes, os ominosos tempos monárquicos em que eles viveram!

de triunfo da Pátria agradecida — enfim, a festança e a papança sempre prontas —, entusiastas e convictos apóstolos do nobre «sacerdócio da Imprensa», a quem esta convicção, e as regalias materiais que auferem, impunham a defesa, por isso mesmo mais ardente e viva, da missão que livremente escolheram. Não o podiam fazer, é evidente, no jornal, manietado nos apertos da Censura; faziam-no, porém, no panfleto livre, no papel clandestino — clarão de luz, arma de guerra.

Não foi assim. Perante a Afronta ficaram petrificados e mudos, como os que, na fábula antiga, fixavam os olhares chamejantes da Gorgonha. E os inflamados tropos e as setas venenosas, tingidas na púrpura dos ódios e no verde das paixões insatisfeitas, eivados no pus do egoísmo humano, e que tão artemadamente manejavam contra os ministérios anteriores, deixaram-nas, inactivas e estéreis, no fundo das gavetas, prontas a ressurgir, mais inflamadas, odientas e perfurantes do que nunca, quando o perigo tiver passado, e a sua ignomínia de poltrões e serventuários possa afivelar a máscara da valentia. E sou eu, que nem faço parte das suas associações de classe, nem aufero das pugnas do jornalismo a mais magra recompensa, que venho repelir a Afronta — em defesa e desagravo de nós todos! —, enquanto eles fazem as suas viajatas no estrangeiro, se sentam rotundamente nos *fauteuils* de orquestra e incensam as actrizes e as poetastras, na esperança que elas dêem à sua virilidade sem orgulho um corpo sem desejo. Mas assim é que está certo, nas compensações eternas da Existência. Foi feita a carne para uns, para os outros a espinha. Eu vou roer a espinha da carne que eles sugaram.

Simplemente eles devoram a carne como porcos no chiqueiro, e a espinha que vou roer eleva-se acima deles e de mim próprio.

Serei mais feroz

Não submeteria (se o tivesse de submeter) este papel à Censura, porque, devo declará-lo, não admito a sua legitimidade. Em relação à Censura, só posso e quero admitir, como democrata que sou, uma espécie de procedimento — o da revolta. Submeter-me a ela era reconhecê-la, era instituí-la e sagrá-la, por assim dizer, como criação de direito, prestar-lhe de qualquer forma a minha adesão, mesmo como escravo. Ora eu não sinto nenhuma vocação para a escravatura.

Vai, pois isto lançado a público livremente, como se livremente vivêssemos, sem que o *Index* de João de Almeida, esse Pina Manique com mais galões do que gramática, tenha que aplicar-se à minha prosa, e o lápis azul de algum censor tenha a tentação de desenhar sobre o meu papel nervoso a sua servil estratigrafia.

Sofrerei por isso, e pelo que vou dizer, as violências dos ditadores?

Em nome de quê? Da República — cuja própria essência, cuja existência *de facto* eles a cada momento negam, e renegariam no instante mesmo em que quisessem violentar-me, por eu ter usado das minhas prerogativas de Cidadão?

Em nome da Lei? Mas não sou eu, são os governantes que vivem fora dela! Segundo um artigo da Constituição, que ainda não foi revogado, «é lícito a todos os cidadãos resistir a qualquer ordem que infrinja as garantias individuais, se não estiverem legalmente suspensas». E segundo outro artigo da mesma indiscreta Constituição, «cada ministro é responsável, política, civil e criminalmente, pelos crimes contra o gozo e exercício dos direitos políticos e individuais». Ora desde que uma lei ou uma ordem infrinja o espírito e a letra do Código

fundamental do regime é írrita e nula, e não pode obrigar ninguém à obediência. Neste caso, é a lei particular e restrita que está *fora* da lei essencial, fazendo tão-pouco sentido respeitá-la como um crente as determinações dum ministro da Igreja que estivessem em contradição com os preceitos do Decálogo.

Dar-se-ia então o caso estranho de eu ser violentado por ter querido ser o *Cidadão* na plenitude dos seus direitos e das suas obrigações, da sua consciência e da sua coragem, *por não aceitar, nem sob as mais duras penalidades, uma moral de escravo* — por dar um exemplo das virtudes cívicas — por querer realizar em mim, finalmente, esse ideal de pessoa jurídica, moral e racional, de membro consciente e voluntário da República que está implícito nos princípios que os senhores dizem comungar e defender. Eu seria perseguido porque, numa sociedade que vive hoje de facto sob um regime de servos de gleba, teria confiado na sua lei escrita fundamental — teria querido que ela não era um simples pedaço de papel, e que constituía o estatuto dos meus direitos *inalienáveis* — e por isso também o código das minhas obrigações imprescritíveis — porque teria acreditado na sinceridade das instituições que nos regem, e para as quais os direitos políticos são mais que uma vã palavra e o Cidadão existe, em tudo diferenciado do Escravo e do Servo de Gleba. Eu seria perseguido, numa palavra, por ter sido vítima de uma burla — por os homens que nos governam serem apenas idiotas sem espírito ou farzantes sem pudor, a Constituição um trapo, a República uma palavra, o Cidadão uma sombra, as virtudes cívicas (identificadas com as virtudes de obediência e servilismo dos escravos) uma ironia, e a fidelidade ao regime da parte dos generais dominadores uma comédia representada por inépcia, por impotência, por *camouflage* ou por cobardia.

Mas a verdade é que a minha audácia quase sacrílega não pode ficar impune. Tenho de beber, também eu, na minha humildade, o copo de cicuta com groselha e orchata que os homens do governo preparam aos seus inimigos. Não em nome da República e da Lei, é evidente, mas em nome da Força. E efectivamente tudo o que deles sabemos nos leva a crer que, para os mandantes de hoje, *la force prime le droit*. Mas, nesse caso, tenho a adverti-los, sem a mais leve sombra de impertinência, que, se agora é a vez da força ter o direito, algum dia há-de chegar — por fatalidade — em que o direito terá a força. Nesse dia esses senhores podem contar comigo — como eu conto com eles.

Estou às vossas ordens. Conto com a vossa impiedade, e submeto-me a ela. Quando tiverdes de vos submeter à minha, serei mais feroz.

Ilusões trágicas

Tudo o que se está passando se filia afinal numa série de *ilusões trágicas* e de *erros originais* que de há muito vinha revelando nas colunas da *Seara Nova*. O que nós estamos a expiar são os crimes da nossa estupidéz...

A *Seara Nova* e os homens que rodeiam o sr. Álvaro de Castro — não vai nisto uma censura de maior aos outros agrupamentos, que revelaram uma visão menos lúcida das circunstâncias nacionais — são talvez os únicos grupos de acção e doutrinação republicana, que não têm responsabilidade alguma, directa ou indirecta, nos sucessos que decorreram. Se combatemos o sr. Silva, não deixámos também de pôr os portugueses em guarda contra as *ilusões trágicas* que dominavam os espíritos, de maneira que eles não viessem a ser a presa fácil

(como foram) do palavreado dos jornais e dos comícios... e dos tribunais militares. A nossa propaganda contra o Corruptor e os variadíssimos corruptos só era igualada pela persistência verdadeiramente incansável com que pretendíamos prevenir os nossos leitores contra as miragens e seduções da Revolução e da Ditadura. Não fizemos uma obra unilateral, não atacámos às cegas, orgulhámo-nos de pôr sempre a nossa inteligência acima das nossas paixões. Não combatemos um inimigo apenas, mas precisamente os dois grandes princípios e interesses adversários que se degladiavam na política portuguesa. Entre os dois antagonismos, pusemos a nossa razão, ditámos a condenação dos seus sequazes, abrimos perspectivas de outra política, que, nada tendo da corrupção «democrática» do sr. António Maria da Silva, também nada queria ter de comum com as ilusões nacionais, os messianismos infantis e a onda de barbarismo antiliberal e intolerante que invadira a Europa, sugestionando os mais fracos, mas não nos abalando nem perturbando a nós. Estamos, pois, inocentes — e, como ontem, juízes. Podemos atirar a todos a primeira e a última pedra, e erguer a cabeça com a consciência de quem a tem para alguma coisa mais do que para servir de cabide aos seus chapéus e ser o obstáculo passivo onde se gera apenas o eco das modas passageiras — o reflexo do vão farfalhar episódico, embora espaventosamente teatral, do mussolinismo e do riverismo.

Releiam-nos. E digam-nos se as nossas palavras não eram porventura proféticas.

Primeira ilusão trágica — o salto mortal

Todos temos dentro de nós, uns mais do primeiro, outros do segundo, um ser inteligente, um ente crítico,

de razão, e um ser instintivo, grosseiro, brutal, todo de reflexos e reacções elementares imediatas, agindo sob o impulso com a cegueira e a inconsciência da distensão duma mola ou do ricochete duma pela. Ora entre um juízo desta forma — *os políticos governam mal* — e um desta outra — *logo revoltemo-nos* —, aquele ser crítico, subtil, perspicaz e minucioso reconhece uma cadeia inúmera de fuzis, uma malha mui complexa de raciocínios, grande parte das vezes inibitórios, como seriam, por exemplo, estes: *mas não há outros que governem melhor, ou ainda não surgiu um grupo de homens com um programa nítido de governo e apoiado por uma força organizada e consciente*. Pelo contrário, entre — *os políticos governam mal* — e — *logo revoltemo-nos* — o ser grosseiro, instintivo, brutal, não conhece intermediários: a consequência sai tão naturalmente para ele da premissa como a água sai duma fonte, o raio duma nuvem, o tiro duma arma, a distensão duma mola, o ricochete duma pela. A distância que um só transpõe, pela longa e larga escadaria do Raciocínio (escada nobre que faz a maior nobreza do Homem), o outro galga-a dum pulo e num salto mortal.

Vivem estes dois seres paredes-meias, um pouco zangados por vezes e quase sempre em conflito. É o ser racional que faz a polícia da casa, que dita a lei, que vigia as irrupções da Besta, que a mantém em respeito. E por isso é ele que leva frequentemente a melhor, dominando o bruto que esbraveja, impondo-lhe uma disciplina, manietando-lhe os braços, apertando-o rudemente num colete-de-forças. Mas, noutras circunstâncias, o parceiro irrompe, salta, explode, rasga o colete que o prendia, rompe os fundilhos ao companheiro, deita-o por terra, como um boi na arena, e precipitando-se... vai quebrar a cabeça numa parede.

Quase todas as revoluções em Portugal têm sido irrupções do puro Instinto, furtando-se à lei, à disciplina e ao *contrôle* da Razão — saltos mortais no abismo — fúrias apenas de quem, sentindo-se mal, e não sabendo o que fazer, dá com a cabeça pelas paredes. Primeira ilusão trágica.

Segunda ilusão trágica—o apólogo da orquestra

Suponhamos que os sapateiros de uma cidadezinha decidiram dar uma festa, com música de Beethoven e de Gluck, tocada pela única orquestra da cidade, em algum teatrinho disponível. Entram eles, as senhoras, a rapaziada. O maestro empunha a batuta, a função começa. Expectativa... silêncio... surpresa... e não tardam a ouvir-se fífias, e uma pateada colossal da parte da maioria dos circunstantes, que não toleram a desafi-nação da orquestra.

Há três soluções para o conflito, é evidente: uma é encerrar o espectáculo, coisa impossível no apólogo; outra (a mais razoável) é gramar a audição até final, mesmo com fífias, e preparar depois, lá fora, para outra festa, orquestra mais aceitável. E outra seria o que se se chama, em política, uma Revolução. Quer dizer, os sapateiros passavam a constituir a orquestra, indo os músicos rebentar de riso para a plateia.

Em política, isto seria a *Salvação Nacional*. E o *Diário de Notícias* consagrar-lhe-ia, exultante, um artigo de fundo, Pina Lopes enviaria o seu cartão ao sapateiro em chefe, e a Moagem interviria nesta altura. No teatrinho da cidade de X..., onde o caso sucedeu, o epílogo foi outro. Não houve salvadores, nem artigo do *Notícias*, nem intervenção de Pina Lopes, nem Moagem a recolher, como sempre, as migalhas de todas

as revoluções. E não foi assim porque se não perdeu inteiramente o espírito. Um garoto que assistia à funçanata, ao ouvir o *jazz-band*, o charivari, os roncões, a trovoadade de lata, as harmonias, mais fanhosas e sibilantes que as arengas do sr. Cunha Leal, em que os sapateiros revolucionários transpunham as melodias de Beethoven, ergueu-se implacável na cadeira, cravou assassinantemente os olhos no maestro, levantou o dedo e disse:

— Quem te manda a ti, sapateiro, tocar rabeção?

O maestro sapateiro, segundo julgo, chamava-se mais ou menos vagamente Rodrigues.

Que significa o apólogo?

Que é uma ilusão bem perigosa julgar que basta a boa vontade para improvisar um músico, um maestro ou um político. Não se faz música sem músicos, sapatos sem sapateiro, política sem políticos.

Todos julgaram o contrário, todos pensaram que seria lícito ao sapateiro tocar rabeção, aos Rodrigues fazer política — segunda ilusão trágica.

Terceira ilusão trágica — o senhor que veio agora do Martinho

Outra ilusão que alastrou como um óleo corrosivo por todas as classes da sociedade, pondo nas consciências a sua escura nódoa, é de que as ditaduras têm um valor específico e absoluto, independente do valor pessoal do ditador, capaz de operar, só por si, como uma panaceia. Parecia, ao ouvir os seus defensores, que a ditadura tinha poder suficiente para dar ao ditador todas as energias, todas as capacidades, todas as virtudes. Como aquelas palavras mágicas que abriam nos Contos Árabes as salas repletas de manjares e os palácios sumptuosos, essa

palavra abriria no nosso futuro uma perspectiva de felicidade e luz. Não era já, para esses, em tais ou tais políticos que estava o mal, mas no regime, na simples existência dum Parlamento, duma Representação e Fiscalização nacional organizada. O que era preciso era acabar com o Parlamento e instaurar um Poder discricionário que se não prendesse com peias constitucionistas — e que nos salvasse enfim.

Ninguém se lembrou de pensar se a ditadura, longe de ser uma panaceia, não seria antes um instrumento admirável nas mãos dum homem admirável (e muito difícil de encontrar), pernicioso nas mãos dum homem pernicioso — e a ninguém assaltou a dúvida se é a Ditadura que deve preceder o Ditador, ou o Ditador a Ditadura.

César, Bonaparte, Mussolini, todos eles precederam a Ditadura — e quando lha confiaram, sabiam que casta de homens ia executá-la. Não havia surpresas, tentames, experiências, saltos no abismo — e não houve por isso desilusões.

Entre nós, não. Não se via na Praça Pública o Homem forte capaz duma Acção forte que fosse reconhecida como benéfica pela parte mais culta e activa dos cidadãos. Pois bem: apesar disso, todos se sujeitaram à surpresa, ao tentame, ao acaso, à sorte dos dados, à carta que iria sair do baralho, não havendo receio de criar um Poder enorme, discricionário, ilimitado — para o confiar ao primeiro que surgisse atrás daquela esquina. É como se alguém houvesse espalhado pela atmosfera uma electricidade potentíssima sem curar de saber se iriam aproveitá-la para matar ou dar vida, para iluminar uma cidade ou para a destruir.

No fundo, tudo se passou como se o Ser racional tivesse formulado esta pergunta:

— Num país onde se não desenhou ainda um movimento que se impusesse à Nação como Capacidade e Moralidade, onde não surgiu um homem que conseguisse erguer-se acima dos outros homens, um grupo que fizesse legitimamente bater de esperança o coração da multidão, reunindo, quase compacta, em torno de si, a mocidade, qual é a melhor maneira de resolver os problemas nacionais?

E como, se em vez de esperar a resposta do Ser racional, descendo harmoniosamente a longa e larga escadaria do Raciocínio, elaborado em plena consciência de si próprio, o Ser instintivo e brutal se apressasse a responder:

— É chamar nove sujeitinhos quaisquer e confiar-lhes pleníssimos poderes para fazerem o que lhes der na gana.

Eis ao que chegou a noção da Salvação Pública em Portugal! Quer queiram, quer não, nós confiámos a nossa honra, a nossa liberdade, os nossos haveres, a nossa vida, *ao senhor que veio agora do Martinho*, entregando-nos, como idiotas ou meretrizes, nos braços do primeiro tunante, do primeiro louco ou do primeiro bandido — e pensámos que assim tínhamos salvado a Pátria.

Esgotei-me pessoalmente diante de centenas de criaturas a provar-lhes o absurdo desta ideia. A parte inteligente do seu ser dava-me razão — mas eu sentia sempre o outro, por baixo dela, a estender a pata, e o animal que eu subjugara pela dialéctica, duas horas depois, já invadira o campo da consciência do meu amigo, que assim era impellido, inerme, para o erro tremendo e a mentira mortal. A que decadência chegámos nós que já a inteligência e o espírito crítico perderam, mesmo nos melhores, o seu poder de análise e de contrôlo?

A «parada gloriosa» que aclamou o general da *Grã-Duquesa*, recebido em Lisboa numa apoteose, é o símbolo completo duma Pátria profundamente ofendida

nas células nervosas mais essenciais, uma Pátria que perdeu todo o sentido crítico, todo o faro do «vesânico», toda a discriminação dos valores, toda a penetração psicológica, todo o senso comum, todo o espírito, toda a graça lusitana das tardes de sol do redondel — e até aquele bom e alegre sorriso galhofeiro do garoto de Andersen, que numa ocasião semelhante, e por igual motivo, exclamou que o Rei ia nu.

Ninguém gritou que o Rei ia nu, e a mim pareceu-me que afinal a *Pátria* de Junqueiro tinha ali, inédito, o seu último acto. Era o Doido que surgia, enfim, vitorioso — constelado de medalhas, cavalgando o seu cavalo branco, sob o sol radioso, aclamado pelos homens e mulheres de Portugal. Era o Doido que ia enfim reinar, soberano absoluto, cantando a sua canção de entusiasmo e de loucura — o Doido que nós sempre poetizámos, que nós sempre amámos, que é a expressão máxima do nosso ideal de decadentes e nevropatas, o Doido de quem nós esperámos sempre a redenção, a florescência pútrida e vermínia em que desabrochou o nosso messianismo secular, e que era realmente o nosso Messias e o nosso Deus. Afinal sempre viera o Desejado numa manhã de névoa. Mas a névoa descerrara-se e o sol que acendera os milhares de espadas do cortejo parecia sentir-se feliz de iluminar a terra. E mil bocas vociferaram à passagem do Louco, os olhos inundaram-se de lágrimas, insensivelmente as mãos uniram-se num gesto de prece, as flores caíram das mãos das mulheres e das crianças, repicaram os sinos (dobre de finados? dobre de finados? não, aleluia!) — e era a bacanal da Fé, a coreia da Esperança, a dança de S. Vito do Entusiasmo, o arripiante conúbio da Idiotia mais miseranda com o desejo obstinado de viver, crer, esperar.

Quarta ilusão trágica — um triunfo que é um suicídio

Mas não ficaram por aqui as trágicas ilusões. Era preciso ir mais longe, era preciso falsear e destruir uma força que devia estar bem longe das nossas lutas e ser o penhor da honra, da união e da independência nacional. Era preciso desviar o Exército da sua função privativa, envolvê-lo na mesquinhez das intrigas políticas, fazer dele um juguete nas mãos dos Esteves, dos Filomenos, dos Síneis e de *tutti quanti*, e transformar as Casernas em focos constantes de agitação, dando aos tenentes e alferes o direito de discutirem os generais, pondo os pronunciamentos na ordem do dia e quebrando assim nessa força, que é da Pátria e só dela, e de nenhum partido, a mola mais forte — a disciplina.

Admitiu-se por hipótese que a desordem em Portugal era promovida pelos civis, e que a melhor maneira de arrumar e ordenar a casa era confiar ao Exército o mando supremo. E supôs-se ainda que assim obtinha o mais belo triunfo — pois que, dominando por esta forma todas as classes sociais, ficava *ipso facto* o senhor supremo da Nação.

Duplo erro, mais do que todos perigoso e trágico. Efectivamente quem tem dado sempre no nosso país o *salto mortal*? Quem tem feito sobretudo esses sucessivos movimentos desordenados, sem aspirações, que não sejam vagas, sem homens, que não sejam sombras, sem apóstolos, que não descambem em dentistas, sem programas, que não sejam inverosimilmente idiotas? Tem sido a Caserna o verdadeiro tanque de cultura da Hidra. É sob o forro do Dólmán que o Erro mortal tem sido particularmente acarinhado e aquecido. Mais: foram os tribunais militares, que, numa abdicação e cumplicidade de que não há talvez registo na história de nenhum exército da Europa, consagraram, com a absolvição dos do

18 de Abril, o direito revolucionário, e foi o hoje marechal Gomes da Costa, chefe supremo... e desterrado do Exército, quem proclamou, em nome da força que tinha por trás de si e com ofensa grave de uma guarnição inteira (a de Lisboa), a obrigação moral que têm os militares, mesmo isolados, de intervir revolucionariamente. O caso é, pois, incomparavelmente grave, pelo que revela de perversão profunda, de cinismo, de dissolução, de *decomposição*. Porque os movimentos insurreccionais já não são, para o nosso exército, um puro regime de facto de que a maioria dos senhores oficiais desejem o termo: são, pelo contrário, um regime de direito, e mais do que de direito, uma obrigação moral e um *Imperativo Categórico*.

Estão, pois, todos a ver que o que era preciso, para resolver o *problema da ordem* — realmente um dos de mais urgente resolução em Portugal — não era oprimir esta pobre besta de carga, tão boa, tão disciplinada, tão obediente, tão resignada, tão evangélica, tão burra, que é o povo português — este povo tão revoltantemente submisso que suporta, sem um protesto, um clamor ou um coice, todos os vexames e extorsões das classes parasitárias, de certo comércio, da agiotagem, dos políticos, dos militares, dos financeiros e dos jornalistas. Era, pelo contrário, meter na ordem os que dentro dos quartéis, sistematicamente e por impulsivismo doentio ou ódio ao regime têm saído dela. Há homens de farda que são criaturas patibulares. O seu criminalismo nato «sublimou-se» em agitação política, e por isso os vemos envolvidos em todas as conjuras, comparsas ou chefes de todas as salvasções nacionais. Há-os que têm conspirado em movimentos para instaurar e deitar abaixo as ditaduras, de tendências radicais e conservadoras, da extrema direita e da extrema esquerda, sempre inconsequentes e móveis, menos na sua fé ilimitada e persistente nas

Revoluções, sejam quais forem os homens, as ideias, os programas, as bandeiras que elas pretendam erguer.

Era preciso fechar a torneira ao «heroísmo», ser cruel, por amor da tropa, com a própria tropa, mesmo à custa das mais dolorosas extirpações. Era preciso conseguir de vez que um exército, que pesa no orçamento com um peso incomportável, servisse para alguma coisa mais que para o fim exactamente oposto àquele para que foi criado e é a sua razão de ser. E o verdadeiro triunfo do Exército estava ali, na sua disciplina assegurada, no seu valor intacto como força de defesa e de combate — um triunfo em que ele desbaratava de vez os seus inimigos intestinos, os que o têm arrastado para as aventuras inglórias em que se tem desprestigiado e enfraquecido, desbaratando no mesmo passo os princípios destruidores do seu Espírito, erigidos em seu código de honra pelos tribunais militares e pelo Marechal em chefe. Desta maneira, sim, poderíamos ter um verdadeiro Exército. Como os Síneis, os Esteves e os Filomenos têm querido, não temos senão a caricatura duma Força Armada, que esmaga, em vez de servir, que se locupleta, em vez de se sujeitar às precárias condições do tesouro, que se indisciplina, em vez de impor a ordem e respeitar a hierarquia. O Exército não veio, pois, resolver o problema para cuja solução o tinham chamado as classes conservadoras: veio complicá-lo. São réus de alta traição todos os que quiseram assim, por ódios políticos, destruir a grande mola viva — quebrando-a nas mãos e amassando-a em lama.

Um balanço — um sudário

Fruto de todas estas trágicas ilusões e de todos estes conúbios torpes, que admira, pois, que o movimento

redentor de 28 de Maio haja aumentado ainda o nosso descalabro, e que a vida dos sucessivos governos de salvação seja um *filme* de insurreições, de escândalos de gastos perdulários — numa palavra, que não só não haja justificado pelos seus actos a sua eclosão, como justifique agora um movimento que seja feito em sentido absolutamente contrário à sua Obra e ao seu Espírito?

Há, porém, que confessar que nunca ninguém pensou poder-se descer tanto, nem que homens fardados, governando em nome do Exército a que pertencem, pudessem levar tão longe o desprezo pelo próprio decoro.

Que vida a deste Governo! Todos os dias, ao ler o *Diário*, tenho a impressão que sai dele um ruído imenso e infinitamente repercutido. Será o ruído das mandíbulas dos apaniguados? Será o galopar dos cavalos de Átila? Ai de nós, porque, se os deixarem, os Hunos não deixarão sob as patas dos seus cavalos um palmo de erva na terra portuguesa.

No enxurro das prodigalidades, da insensatez e da inépcia, apenas se salva um ou outro acto entre a teia formidável de escândalos que é a vida deste regime. Quero referir-me, *verbi gratia*, à legislação sobre as casas de penhores, a várias disposições da lei de imprensa e a alguns actos do ministro das Colónias. Mas o resto!...

Vinha o 28 de Maio manter a Ordem na nossa terra: e afinal o que temos visto é uma verdadeira *ruée* de salvadores, precipitando-se em bicha uns atrás dos outros, como num devorar de incêndio. Os Generais já não são os esteios sólidos da Autoridade e da Ordem, mas os bonecos de entrudo que se queimam uns após outros, que se içam, elevam, coroam, se enfeitam de flores e cingem de grinaldas e bandeiras, até que vem o primeiro garoto, deita-lhes o rastilho duma bomba, a substância pirotécnica deflagra, e o general, coitado, cai ao chão, com as tripas de pano desfeitas,

um cheiro insuportável de palha queimada a sair-lhe das entranhas, e tudo isto entre a troça hilariante dos caixeiros e das mulheres do peixe e da hortalica, até que vem o varredor municipal meter o lixo no carro da limpeza — e removê-lo para os Açores.

Vinha o movimento de 28 de Maio *restaurar* a Liberdade, quando de facto a Revolução nos fez retrogradar nesse ponto a tempos tais, que deles não há memória escrita; pois no tempo dos Senhores Reis Absolutos era sempre lícito, di-no-lo a história, formular queixas e dirigir censuras. *Se não, não* — disse-se-lhes algumas vezes.

A coisa chegou a extremos que nem já Rodrigues nos permite a discussão duma simples sentença judicial. Sócrates, Cristo foram bem condenados para o sr. ministro da Justiça desta República, e é singularmente prevencadora a lamúria de todos os historiadores de filosofia sobre a decisão dos heliastas, e revolucionário todo o drama da Paixão. A Semana Santa há que ser encerrada, como a Brasileira do Rossio, porque é uma protestação secular contra uma condenação do Sinédrio, uma insurreiçãõ contra a infalibilidade da Justiça, que, com blasfémia de Deus, Rodrigues acaba de descobrir ou copiar dos tratados com que entretém no seu bestunto obtuso a ilusão duma vida espiritual. Afinal o ministro dos Cultos (dos Cultos, reparem os senhores!) não é mais do que um fariseu ou um saduceu que reabilitou Caifás.

Mais ainda: estes senhores proscreveram inteiramente da literatura um dos seus géneros mais nobres, e da vida uma das suas mais pletóricas e orgulhosas afirmações. E é isto, sobretudo, o que eu lhes não perdo. Porque o valor máximo da vida não está nos processos-crimes e no cheiro a mofo dos seus papéis bolorentos. Não está também no que se come e bebe, nem nas cartas de doutor, estando mesmo mais na Lapa dos Esteios que na Via Latina ou na Sala dos Capelos. O valor máximo

da vida reside na Beleza, na Beleza vária e multiforme, na Beleza da Finura, da Graça, do Ritmo, da Abundância — e também da Força. O Panfleto, que fez a glória de Sócrates, de Jesus, de Aristófanés, de Luciano, de Junius, de Swift, de Rochefort, de Courier, de Ramalho, do Herculano da *Voz do Profeta* e do Pascal das *Provinciales*, e que talvez fizesse também a minha, se Rodrigues (que mau gosto!) não embirrasse com o meu género — morre, definitivamente enterrado, pelo senhor ministro dos Cultos e da Justiça. Dir-se-ia antes um acto praticado, com longínqua e consciente premeditação, pelo ministro da Injustiça e dos Incultos. Nos tratados de história literária do futuro vai dizer-se: «O Panfleto durou até ao ano de 1926, em que o extinguiu o ministro da Justiça Manuel Rodrigues Júnior, indivíduo profundamente bacharel que de Coimbra tinha trazido o ódio a toda a frescura da vida e a toda a afirmação duma personalidade vigorosa. Foi, ainda assim, uma das maiores revoluções literárias de toda a história. Coimbra reconhecida erigiu-lhe uma estátua simbólica: o crânio dum homem irremediavelmente esmagado sob o peso dos códigos, comentários, leis extravagantes, tratados dos vários direitos e processos — massa de tal maneira ingente que a vida sob ela ficava inteiramente impossível, e que a simples concepção da Justiça desaparecería sob os sedimentos sucessivos e seculares dessa imensa Erudição. Hoje o Panfletário é uma simples lembrança da História, e ao assentar na terra este último cabouco dum panfleto, sinto que estou a forçar a ordem dos Tempos.

E todavia os Rodrigues do ministério (embora tão católicos) também nisto condenaram Jesus: porque ele pregou contra as Sinagogas, fazia comícios ao longo do mar da Galileia, arengava à multidão nas cidades da Palestina, orava panfletos (e, se sabia escrever, decerto

os escrevia também), maldizia a justiça, a opressão, a hipocrisia, o suborno dos Escribas e dos Fariseus, chamava a destruição de Sodoma e Gomorra sobre as cidades que não acolhiam os seus apóstolos, quer dizer, os seus propagandistas, ou se não convertiam à sua pregação, como Corazaim, e Cafarnaum e Betsaida, e não conhecia maior temor para inspirar aos seus discípulos do que as palavras recolhidas nos Evangelhos: «guardai-vos dos homens, porque eles vos farão comparecer nos seus juízos e vos farão açoitar nas suas sinagogas», e aos Rodrigues, Castanhos, Afreixos e Síneis daqueles tempos do que estas outras: «nada há encoberto que se não venha a descobrir e oculto que se não venha a saber». E assim protestava a seu modo e na sua linguagem contra a instituição odiosa da Censura, que desprezava como o reverso da sua própria doutrina, e cujo peso só veio a sentir (no governo de Pôncio Rodrigues depois de ter corrido todas as partes da Terra Santa e de ter desencadeado sobre o mundo a revolução espiritual mais profunda e mais vasta que ainda houve na terra.

Vinha o movimento de 28 de Maio pôr ainda um termo à instabilidade governativa, provocada pelo exercício do sistema parlamentar, a que se atribuíam, em última análise, todas as nossas desventuras, e o que vimos foi essa instabilidade tomar proporções vertiginosas — como se a bússola do Estado houvesse perdido inteiramente o norte e oscilasse, alucinada, sob a ameaça do temporal. Instabilidade, portanto, acrescida, mas com a agravante de implicar agora uma diminuição no prestígio e eficiência da Força Armada; por isso que, no «abominável» regime anterior, a instabilidade dos governos mantinha intacto o seu prestígio e disciplina, enquanto neste, pelo contrário (pois Exército e Governo se identificaram completamente), instabilidade ministerial e indisciplina militar são expressões equivalentes e correlativas.

Vinha esse movimento pôr um termo também ao regime da Incompetência, e o que temos visto é serem as pastas mais complexas entregues a indivíduos sem espécie alguma de preparação política, chegando alguns dos ministros ao cinismo de declararem, nas suas apresentações, o seu completo desconhecimento dos assuntos que vão resolver. À beira dum doente, se, de súbito, os quisessem investir no papel de médicos, estes homens oporiam toda a espécie de resistências, e o que neles ainda resta de inteligência, de decoro e de sentimento de humanidade, fá-los-ia preferir a morte a essa missão de assassinos. À beira deste grande e pobre doente que é o povo português, todos estes alveitares se reconhecem, pelo contrário, cirurgiões, e a todos estes sapateiros ilumina subitamente o génio de Paré ou de Laennec. Trata-se de Política, e aí a Ignorância mais supina deixa de ser inibitória. O ministro da Agricultura confessa que sabe tanto dos negócios que vão correr pela sua pasta como de couves e hortaliças — mas se alguém lhe pedisse para cultivar couves, creio que S. Ex.^a recusaria, ao passo que para cultivar o imenso campo da Agricultura nacional, crê que vai ser inspirado pelo divino Espírito Santo. Aconselhamos S. Ex.^a que, para a outra vez, quando sentir pruridos de meter a foice em seara alheia, não vá para o governo — vá para uma horta.

O ministro da Instrução fez uma reforma inverosímil de tacanhez, de preconceitos intelectuais, de teorismos esquemáticos, de *fumisteries* livrescas, como uma pessoa que nunca teve o menor contacto com as realidades e cujo cérebro vive de ecos, sombras, reflexos, fogos fátuos, incapaz de apreender alguma coisa nitidamente e com largueza. António Sérgio, com razão, chamou-lhe um «bárbaro retrocesso». Para que o leitor possa ter uma ideia do critério pedagógico e do conhecimento das realidades psicológicas com que ela foi elaborada, basta

dizer-lhe que pretende dar a noção de derivada no 4.º ano dos liceus! E para reconhecer qual a largueza de vistas com que o ministro ligou a reforma da Instrução às mais instantes necessidades nacionais, dir-lhe-ei apenas que as pensões de estudo no estrangeiro (que são, verdadeiramente, um dos fulcros da nossa salvação), ficaram reduzidas a uma coisa inteiramente vã, como se a redenção nacional dependesse mais do estado de fundos de papá Jorge do que do influxo de mestres notáveis lá de fora sobre discípulos notáveis cá de dentro, e da germinação da boa semente lusitana ao calor das civilizações estranhas. Tudo quanto é iniciativa, criação, invenção, «descobrimento», provas de talento e ciência original, tudo foi sacrificado ao Ramerrão, à Rotina, ao Diploma, ao Concurso e à Carta de Bacharel.

A situação internacional, que é sempre o crédito que o Estrangeiro abre sobre um país pela inteligência revelada pelos seus estadistas, a sua ponderação, o seu tacto, a sua honestidade e a firmeza das suas intenções, essa é de tal forma vergonhosa que o governo inglês recusou-se a tratar connosco (V. Nota 1.ª).

O ministro das Finanças, tantas vezes citado anteriormente como o homem mais inteligente de todo o Exército, não revelou ainda em matéria financeira uma orientação precisa. Vagueia, flutua como uma bóia no encapelar das ondas. E assim, no contrato com o Banco de Portugal, deixou de pé questões essenciais. Pendente a questão das relações do Estado com o Banco nas assembleias gerais dos accionistas; pendente a própria reforma dos Estatutos; e coisa alguma feita sobre a fixação da paridade para a conversão da moeda. Os únicos assuntos que preocuparam o ministro (afora a obediência ao mandamento *dar de comer a quem tem fome*) foram o problema da baixa da taxa do desconto no banco emissor e o problema de Angola. Mas aquela, feita com a espe-

rança illusória de influir beneficentemente sobre a praça, por intermédio do Banco de Portugal, resultou absolutamente estéril, por se não ter considerado que ele funciona simultaneamente como banco de desconto e de redesconto, e que o volume da sua carteira comercial não vai além de 150 a 200 000 contos. A baixa do desconto que se lhe impôs veio, pois, apenas beneficiar os seus clientes felizes ou os outros bancos, que continuam descontando letras a elevado juro e vão depois redescontá-las ao Banco de Portugal a um juro inferior. Quanto ao Banco de Angola, é um mistério também para toda a gente como, funcionando ele no nosso território continental, pode tomar conhecimento das operações que se realizam em Angola sem pôr em prática uma larga descentralização. Como alguém disse, a questão monetária foi resolvida à inglesa, com a criação da Junta da Moeda, e a financeira à portuguesa, com a fundação do Banco de Angola — contradição intestina que parece, segundo as opiniões autorizadas, invalidar as altas congeminações dos seus criadores (Nota 2.^a).

Vinha ainda o movimento salvador fazer uma política de verdade, e o que todos temos visto é a mentira empregada sistematicamente como método de governo, segundo se viu com a prisão de Gomes da Costa, verdadeiramente revoltante de hipocrisia, e com a declaração funambulesca do sr. ministro das Finanças de que as despesas do último movimento militar, com uma mobilização quase geral do Exército, paradas gloriosas, acampamentos em Sacavém e na Amadora, passeios militares, viagens de *táxi* e ajudas-de-custo (dadas tantas vezes com que amor pelas prosperidades do país!), não excederam a módica quantia de 4000 contos. Proponho, em vista de tais prodígios, que o sr. Sínel de Cordes seja intimado pelo Exército a realizar o milagre da *multiplicação dos pães* — ele que já fez a desselagem das águas.

Vinha também esse movimento fazer uma política moralizadora de compressão de despesas, realmente imposta pelas condições angustiosas do Tesouro e pelas imoralidades dum parasitismo absorvente. Veio com essa Palavra e esse Pendão. Nesta circunstância, não diminuir *consideravelmente* as despesas públicas teria sido lançar sobre os verdadeiros intuitos da Revolução uma bem grave suspeita; não as reduzir nem pouco nem muito seria já o impudor; aumentá-las, por pouco que fosse, era claramente uma infâmia; agravá-las in comportavelmente, um crime que só se explicava por idiotia caquética ou por loucura moral; mas agravá-las sobretudo em proveito da Força Armada, que tinha feito a Revolução e detinha o Poder (quando absolutamente inadiável se tornava a redução do Exército, dotando-o ao mesmo tempo de maior eficácia), seria já uma coisa sem nome, e os sarcasmos do Panfletário claudicariam impotentes perante a enormidade dessa abjecção. *Pois foi essa abjecção o que precisamente se praticou!*

Ah! os homens do governo bem criaram, para evitar a revelação de tamanhas monstruosidades, uma Censura apertada, vigilante, servida por lacaios (os censores) e por esbirros (os denunciantes) — caminhando nos bicos dos pés, escutando às portas, lendo com paciência evangélica os períodos das gazetas, cortando a lápis azul ou vermelho os menores indícios do crime, fazendo tudo, tudo, para que a Fraude fosse ignorada — como se o seu consulado efêmero tivesse que durar o que duraram no Egipto as longas estiradas dinastias dos Hicsos e dos Ramsés. Mas por uma singular inadvertência, não rara em malfeitores e em estadistas com culpas no cartório, deixaram escapar à Censura o jornal intitulado «A Voz da Consciência», também conhecido por *Diário do Governo*, e foi um erro capital, porque afinal é esse o libelo mais formidável que tem aparecido contra os

Ditadores, um libelo esmagador e indestrutível, com toda a fria eloquência dos números — e é ali que têm sido recolhidas com atroz e perseverante pertinácia todas as impressões digitais do latrocínio. A esse Panfleto, que ironicamente dizem ser órgão de S. Ex.^{as}, vou recorrer, na análise bastante rápida que tentarei.

Sob o ponto de vista dos contratos e dos auxílios financeiros, pode-se dizer que a acção do Governo tem consistido em uma política de ruína do Estado em benefício exclusivo das empresas particulares, e como que numa criminosa transferência de fundos. A Companhia Nacional de Navegação, por exemplo, venderam-se os navios ex-alemães, como se poderiam ter vendido a mim ou ao leitor: é certo que é a Companhia quem paga, mas é o Estado quem adianta o dinheiro. São 37 800 contos, a pagar ao juro de 6 % no prazo de vinte anos. Ao Banco Ultramarino foi aberto um crédito de 70 000 contos, ao juro de 7 %, pelo espaço de trinta anos, precisamente quando aos bilhetes de tesouro, por empréstimos simplesmente anuais, pagava o Estado 10 % e 11 %. Pode, certamente, responder-se a este argumento que a importância destes créditos alevanta o Estado do Banco de Portugal ao juro de 1 %, ganhando assim a diferença que vai entre 1 % e 7 % ou 6 %; mas fica-nos sempre o direito de perguntar se faz sentido recorrer o Estado a formas de crédito mais onerosas do que as que põe à disposição das companhias privadas, e, pois que tem facilidades em fazer levantamentos, porque o não faz para acudir às suas próprias necessidades, recorrendo em menor escala à dívida flutuante.

Os benefícios concedidos à Moagem excedem todas as concessões dos governos anteriores, sem vantagem alguma para o consumidor lesado. O tratamento de escandaloso favoritismo quanto ao diferencial ia pagar

pelo trigo exótico, a premissão de laboração de fábricas cuja capacidade em conjunto excede em muito as nossas necessidades, a concessão de fabrico de tipos de pão reconhecidos (no próprio decreto!) como menos convenientes, as vantagens financeiras de primeira ordem, nunca sonhadas sequer pela Moagem, como o prontificar-se o Estado a pagar a pronto os trigos à lavoura para receber da Companhia o respectivo montante no prazo de três meses, renováveis por outros três meses, são tudo tremendas ilustrações desta política de ruína do Estado, de desprezo pelos interesses públicos, de auxílio inconsiderado à indústria parasitária e mendicante que temos vindo revelando. Ainda há pouco um dos grandes moageiros exclamava em certo local: «A Moagem só tem a fazer uma de duas coisas, se não é amparada pelos governos — ou a fraude, ou a falência?» O sr. ministro da Agricultura quis evitar o dilema; mas não pôde evitar ao menos a fraude governativa e deixar de contribuir para a falência de Portugal — sem grande mágoa para a Moagem. Consta que o ministro reconhece agora o tremendo logro em que caiu, por nunca ter, coitado, semeado couves, nem árvores, nem colhido nabos, nem plantado tomates de enxertia — nem sequer ao menos mandado fazer no seu gabinete uns rudimentos de agricultura prática para uso de ministros inexperientes —, e é, dizem, vê-lo agora, o pobre senhor, na sua mesa de trabalho, já vergado ao peso da encefalite, com a cabeça generalícia entalada entre as mãos, a procurar porfiadamente qual a pirraça mais forte, mais cruel, mais escandalosa, mais revoltante, que pode infligir à Moagem (ah! que os marotos hão-de pagá-lo!), chegando mesmo na sua cólera a pensar em fazer moer os cérebros dos moageiros nas mós das suas fábricas, como se dali pudesse sair farinha que prestasse. Pois não tem razão o sr. ministro. A culpa é sua. Para falar

em linguagem apropriada às suas altas funções de chefe supremo da Agricultura, quem não semeia colhe cardos.

Mas não se podia, é claríssimo, ir tão longe nas concessões ao grande Comércio e à grande Indústria sem espalhar também um pouco a chuva de ouro pelo resto dos mortais (menos pelos consumidores, é evidente), não fossem eles indispor todo o médio conservantismo nacional contra as prodigalidades deste padrinho perdulário. Tinham de comer todos; e veio assim a supressão de certos impostos, como o da selagem, a que já o comércio se fora conformando (tudo se grama com o hábito, até uma estampilha), erro financeiro de palmatória e de vergasta que foi larga e opiparamente festejado pela União dos Interesses Económicos e pelas Bebidas Engarrafadas, que na sua explosiva comoção chegaram a desrolhar-se num banquete oferecido em Sintra ao ministro de águas mornas, também por sua vez profundamente sensibilizado com essas homenagens sólidas e líquidas dos Interesses e das Bebidas. Realmente os comes-e-bebes têm sido uma das tarefas mais estafantes deste ministério, que já não sabe por onde há-de comer e beber mais; de maneira que um jejum prolongado e repousante está a ser exigido no interesse da sua saúde — e de nós todos.

Para avaliar por um só exemplo — porque não há dados precisos sobre a massa geral dos rendimentos alienados — quanto custou ao tesouro este extravasar das Bebidas Engarrafadas do cofre das receitas para o jantar de Sintra, basta dizer que uma companhia que pagava, no regime da selagem, qualquer coisa como 370 contos, ao fazer agora o pagamento das suas contribuições, julgou ver, num olhar apressado e satisfeito lançado ao conhecimento, a quantia de 270 contos — quando afinal, como depois verificou o que lá estava realmente eram apenas 270 escudos!

Enquanto se reduziram assim as receitas, os gastos aumentavam, sendo raros os dias em que o *Diário* não contempla a Pátria com uma nova abertura de créditos, destinada ao esbanjamento ministerial. Assim, a reforma do Exército trouxe, segundo os cálculos do sr. Marques Guedes, um encargo para o tesouro de mais de 28 000 contos. A reforma de Instrução representa um acréscimo de despesa de 5500 contos, só em parte compensada pelo aumento das propinas, hoje verdadeiramente proibitivas. Com loucuras deste jaez, não admira que nos meses de Julho e Agosto as receitas diminuíssem em relação ao ano transacto (o da sofreguidão e devorismo do partido democrático, por isso apeado pelo Exército) a bonita quantia de 10 513 contos e as despesas aumentassem 13 410 contos, o que dá uma diferença para mais, no *déficit*, só nesses dois meses, de 23 923 contos (1); e é de notar que o mês de Julho (o dos delírios do sr. Gomes da Costa) acusa ainda quebra mais considerável. Quanto aos créditos extraordinários, os cálculos que até certa altura pude fazer sobre o *Diário do Governo*, atingiam já a quantia fabulosa de 260 000 contos que, acrescida aos 102 000 contos concedidos em notas para Angola, galgaram a esta hora para cima de 360 000 contos (Nota 3.^a).

Se estes homens se aguentam mais quatro meses no Poder, não veremos o fim desta tragicomédia sem uma suspensão de pagamentos ao Funcionalismo e à Força Armada.

Quanto à dívida flutuante, não há contas prestadas, mas há sinais de vida. Como, tendo-se permitido enormemente o aumento da circulação fiduciária, os balançetes do Banco de Portugal não acusam um aumento

(1) Quanto a receitas liquidadas há uma diferença para menos, só nesses dois meses, de 46 268 contos!

sensível de notas, e as disponibilidades do tesouro, por outro lado, que eram em Junho apenas de 6000 contos, estavam em Outubro em 60 000, e ao mesmo tempo os impostos não aumentaram, antes diminuíram, este duplo fenómeno só pode explicar-se pelo aumento da dívida flutuante sob a forma de bilhetes de tesouro, em centenas de milhares de contos!

Vinha por último o governo militar encerrar definitivamente o sistema de imoralidade e de suborno tão largamente posto em prática pelo sr. António Maria da Silva, e afinal temos de confessar que esse homem, tão maquiavelicamente habilidoso, não passa de um reles e vulgar aprendiz de corrupção ao lado destes génios excepcionais do crime. Para os amigos, os parentes, os afilhados, os «heróis», o Poder tem sido um maná de felicidade, uma grande caixa de bombons, um peru recheado do Natal, uma mina e uma chuva de ouro. Não tem havido hesitações, receios, escrúpulos, perplexidades; a casa é farta e o apetite é muito. O chefe das tropas de Sacavém, que nada dizia aceitar, pela incompetência administrativa que se reconhecia (alto exemplo de modéstia e de isenção!), acordou de repente administrador de polpa, e ei-lo a correr, com a bolsa repleta e a consciência iluminada, para o alto comissariado dos Açores, que ele soube então fazerem parte do Arquipélago Adjacente. A lei das incompatibilidades tem excepções misteriosas; sente-se que é apenas uma arma de fogo alvejando as posições do inimigo e cujo tiroteio os amigos não precisam de evitar. O medíocre e balofo Ochoa, um dos membros da trindade revolucionária, e cujo nome não posso ouvir, não sei porquê, sem me lembrar de uma cabaça, instala-se na legação de Paris (saberá ele ao menos dizer *Bon jour, monsieur?*), mas depois de deixar um sulco luminoso da sua passagem de

meteoro pela pasta das Colónias, fazendo abonar ao autor dum livro que fora excluído dum concurso, em prejuízo de premiados, a importância de trinta e tantos contos. Esta importância está sendo repostada pelo sr. João Belo, a quem este acto escandaloso da cabaça, quer dizer, do ministro antecessor, teria parecido mais digno de uma legação na Costa de África que na Avenue Kléber.

No ministério da Marinha (salvador Jaime Afreixo), alguns dos seus apaniguados, que formavam parte, com ele, num bloco conservador onde os monárquicos tinham bastante predomínio, foram escandalosamente contemplados com situações legal e materialmente incompatíveis. É o caso do monárquico Paiva Curado, capitão-de-mar-e-guerra, nomeado para a Administração do Porto de Lisboa, e mantido em Vila Franca como comandante da esquadilha. É o caso ainda do subchefe do Estado-maior Naval Salazar Moscoso, nomeado presidente da Junta do Crédito Público. Estes heróicos e acumulativos marinheiros continuam a navegar em duas águas, com vento sempre de feição, ofensa da lógica, da lei e do direito de terceiros, que perderam desta maneira o preenchimento das vagas ocasionadas pela passagem à situação de fora do quadro destes oficiais anfíbios. O próprio ministro da Marinha não abandonou o comando do *Vasco da Gama* para não perder a comissão... quando cair! O capitão de fragata Mendes Norton, monárquico ainda e também do bloco, chefe da divisão do Serviço dos Faróis, volta e meia está no estrangeiro, com ajudas-de-custo fabulosas. E a propósito devo dizer que numerosos oficiais da armada julgam dever fazer-se sobre a parte administrativa desse serviço um rigoroso inquérito. Mas o escândalo maior, o mais grave, o mais sórdido, o mais típico, o que revela toda a moral dum homem, é ainda o de Fernando Melo Rego, excluído em

tempos dos concursos de fornecimentos ao ministério por irregularidades praticadas, e hoje admitido novamente, e favorecido escandalosamente por Afreixo, *que por acaso é seu cunhado!*

O ministro do Comércio é acusado na imprensa clandestina, na questão da Fiscalização dos Caminhos de Ferro, de ter trazido ao Estado um prejuízo de 30 000 contos. Imediatamente, *impelido por oculta mola* (como se diz nos romances de Richebourg), envia uma nota oficiosa para os jornais, permitindo a publicação de todas as acusações à sua acção administrativa, desde que alguém as assinasse. Um distinto engenheiro quis aproveitar-se destas tréguas da Censura, na parte respeitante àquele ministério, para revelar nas colunas da *Tarde* o atentado à fazenda nacional. Pois bem: a comissão da Censura impede a publicação do artigo, o autor recorre, como era de ver, ao ministro, e este traça sobre ele também, nervosamente, os dois traços da censura!

O ministro da Instrução, acolitado pelo empresário do *S. Luís*, aumenta os vencimentos do professorado com um desprezo absoluto pelos outros funcionários do ministério, tentando assim obter (além de vantagens pessoais e de família) um aplauso unânime, que de todo lhe faltou, à reformeca publicada. E não esquecendo o preceito bíblico *honrarás pai e mãe*, e a gratidão devida ao autor glorioso dos seus dias e do *Canhenho dum vagabundo*, contempla-o com mais 10 contos por ano que os outros directores-gerais do ministério, vendo-se obrigado depois ante o berreiro a penitenciar-se numa *errata*. Os militares aborrecidos fazem menção de o enxotar; em vão; se for preciso não engolirá apenas as notas officiosas, e os seus decretos e reformas; engolirá todas as espadas do Exército. Tem a insensibilidade dum faquir, e poderiam espetar-lhe uma agulheta pelo ânus que ele não se

sentiria. Ao sentar-se naquela cadeira perdeu tudo: o brio, o amor-próprio, toda a noção de dignidade, toda a vergonha; só não perdeu o apetite. Deixem-no estar ali, não o enxotem, mesmo que lhe dêem de quando em quando um pontapé ou uma esporada; não sendo com muita força, até sabe bem. Conservem-no, e ele ladrará como um cão, miará como um gato, zurrará como um burro, levará às cavaleiras os furriéis e os galuchos, lavará a marmitta do rancho, pôr-se-á de cócoras, de gatas, de cabeça para baixo, aos coices, aos urros, fará, à vontade do Exército, de impedido, de alcoviteiro, de cavalgadura ou de doutor. Por aquela pasta, dava até a alma, como Fausto, se a tivesse. E enquanto toda esta insensibilidade se observa na pele duríssima de Artur, o mano empresário põe ao peito de maestro Lassalle, o seu maestro do *S. Luís*, a fita de cavaleiro! Escreve algures o escritor francês Benda (de origem judaica aliás) que não há como os israelitas para descerem às últimas degradações do impudor. E de facto era preciso que estes judeus tivessem tomado conta dum ministério, para ver no tablado político, à vista dos professores e estudantes de Portugal, o apetite desenfreado duma família em mangas de camisa, em trajes menores, com as fraldas a abanar, as nádegas à vela, e a língua a lambar as mais torpes escorrências.

O mesmo sistema de suborno se estendeu até às ter-reolas da província, não havendo tido os Governantes escrúpulos em explorar, para fins políticos e eleitorais, os seus velhos pruridos de independência, as suas rixas grotescas de campanário e as suas vaidadezinhas sertanejas. Cada um quer ter em sua própria casa um concelho, uma comarca, um liceu, um campo de *atterrissage*, um regimento e uma filarmónica. E criam-se novos distritos, novos concelhos, novas comarcas, e também novos liceus. Entre o governador civil de Faro e o ministro do

Interior não se esboça propriamente um conflito de opiniões: todo o pomo da discórdia está em saber se um dado liceu deve ser colocado na terra onde um proferiu sentenças ou o outro foi à pia de baptismo. As chapearias de S. João da Madeira e as vareiras da Murtoza querem ter junto ao seu seio um senhor secretário das finanças, um senhor recebedor dos impostos, um senhor administrador do concelho — e remetem-se, para junto do seu seio ansioso, os apetecidos funcionários. E em Espinho, estando a filha do influente local prometida em casamento ao filho dum dos ministros, tem-se a graciosa originalidade de colocar, na *corbeille* da noiva, o presente nupcial duma comarca em flor!

Não acabaria se quisesse referir todos os escândalos deste ministério, que deveria ficar conhecido na nossa história pelo do Regabofe nacional. Mas os casos de Gomes da Costa e Cunha Leal são tão claramente típicos, e mergulham tão fundas raízes na vasa mais asquerosa deste regime, que eu não posso deixar de lhes conceder alguns momentos de atenção.

Gomes da Costa foi desfeitoado e degredado pelos generais que tomaram conta do Poder, e uma vez nos Açores, fartou-se de injuriar os seus amigos de ontem e adversários de hoje, esquecendo-se que *quem com ferro mata, com ferro morre*. Pois bem: depois destas injúrias, Carmona, o linfático Carmona, nomeia-o marechal do Exército (!), e Gomes da Costa, que também, é evidente, nada queria, recalitra, descompõe, exaspera-se, diz palavrões — e por fim aceita. Uma só palavra de comentário seria de mau gosto.

Quanto a Cunha Leal, esse homem foi aquele, senhores, cuja moral eu revelei, quebrando o pavor supersticioso que ele infundia, e partindo-lhe a auréola com que lhe tinha cingido a fronte um bando de sicários

e cretinos (1). Cunha Leal tinha o esbravejar do touro, mas eu fui o domador que o embolei. A sua corrupção, o seu cinismo, a sua falta absoluta de vergonha e de palavra, a sua desonestidade, a sua inconsciência provei-as com o rigor matemático dum teorema. Quanto à sua mediocridade, essa acha-se estampada, em estilo e pensamento, num livro que é um dos mais miseráveis documentos da mentalidade negróide portuguesa, e a que o larvado pôs o título de *Eu, os políticos e a Nação*. Não há, em todo o volume, uma oração escrita com jeito, um dito que se aguenta pela finura ou pela lógica, uma ideia exposta com transparência e com clareza, um remoque ferido com arte, uma imagem, um sarcasmo, um vitupério que valham pelo imprevisto e pela força. É uma coisa abominável, ainda pior (e está dito tudo) que os artigos do sr. Trindade Coelho. Não há uma frase recortada com elegância, o período é coxo e sem ritmo, a eloquência desconexa, a sintaxe bárbara, o pensamento obnóxió e difuso. Vê-se que este político, quando escreve, não lava os pés nem corta as unhas. É um estilo que cheira a suor, a sovaquinho, a catanga — um estilo negro, de costa de África, onde ele devia estar há muito tempo. E a cada momento lugares comuns (*como a lama fétida das vielas, os charcos de sangue e outros achados deste género*), e os termos impróprios e de mau gosto, como *apoiar-se às escâncaras, arrastando aos tombos, frase escorregada em segredo ao ouvido, homens enlouquecidos por um ódio assoprado*, e os qualificativos ordinários, *tendências esquisitas em matéria de política internacional*, e as palavras de formação misérrima, *os homens da anti-Nação*, e as comparações idiotas (*a cabeça do general vibrava lá por dentro como um sino cujo badalo*

(1) Não faço a Cabeçadas a ofensa, está bem de ver, de o incluir no número dos sicários.

estivesse pelo lado de fora), e ainda um não acabar de despautérios escritos em linguagem de carneiro, sem uma faúlha de talento, um golpe de vista inédito, a inteligência duma fina e percuciente análise ou a violência exasperadora duma apóstrofe sangrenta. Se na França, na Alemanha, na Inglaterra ou na própria Espanha um político escrevesse como este homem ficaria inteiramente desclassificado.

Depois dos meus combates, o pequeno monstro tem vindo a fazer crescer na extremidade dos dedos as suas garras de rapina. Cunha Leal, os senhores hão-de estar lembrados, embora tenham a memória curta (isso é pecha nossa), entendeu quase até ao último momento que era um crime de alta traição combater o sr. Silva — pela razão, que ele achava de peso universal, de lhe encher a gamela fartamente. Pois bem. Fez-se a revolução contra o chefe democrático, e ele, que na oposição devia, se tivesse alguns restos de carácter, solidarizar-se com o homem que apoiaria e o comprara, passou a ser um dos apaniguados da ditadura militar — pelas mesmas razões profundas de gamela. *Comediante, tragediante*, é certo que ele, que já representara a alta tragédia nos tumultos do Arsenal, representou em dada altura a comédia ante o governo do Regabofe, e pediu a demissão de oficial do exército e do Banco Ultramarino. Não tardou, porém, que aceitasse a direcção do Banco de Angola!

Todos poderão ter feito uma, duas, três coisas más na vida. Não há ninguém perfeito. O próprio Pedro, e era apóstolo, negou três vezes Cristo. Mas afocinhar constantemente na imundície, passar a vida inteira a estender a escudela, a desonrar-se em cada semana, a dizer-se e a desdizer-se, a vender-se a um para se liberar em seguida, e vender-se logo a outro, com as ventas sempre no chiqueiro, grunhindo discursos de moralidade,

é o que só seria possível, senhores, com este homem, e em Portugal!

Pois foi ele que os ditadores foram salvar no rescaldo do imenso incêndio político, como a jóia de estimação, a preciosidade sem par, a glória de família que não podia subverter-se sob os escombros e antes se deveria cravejar, como uma pérola, no mais alto diadema da República.

E neste mesmo momento em que escrevo estas palavras, Cunha Leal prepara-se para a sucessão. Nunca pensou noutra coisa. Toda a sua ideia, em todos os tempos, é que é ele o Redentor. Mas que pensa Cunha Leal? Julga que neste país, apesar da sua extrema decadência, não haverá senão negros? Talvez se engane. Já o facto de eu existir é para ele uma fatalidade (1). Quis o destino que um dos homens que mais deveriam lutar pela pureza das instituições republicanas fosse dotado de tanta audácia como os bandidos. É esse o facto inesperado, singular, o facto talvez inédito em toda a nossa vida pública. Ter boas intenções, e ao mesmo tempo ser corajoso e audaz! Há aqui como que uma infracção às leis da natureza...

É preciso contar comigo — não para as conessias e empregos, como aconteceria se eu fosse da igualha do estafermo — mas para modificar de vez a atmosfera de vileza, de afronta, de abdicação, de verdadeira traição ao espírito e às aspirações republicanas que temos respirado. Hei-de apresentar a conta do meu sacrificio e da minha coragem; e juro-lhes que nunca ninguém antes de mim exigiu o pagamento no género que vou exigir. Não-de pagar-me em virtude e em vergonha — ou esta

(1) Ele sente-o bem, e por isso me ameaça com a desforra sangui-nolenta dos seus sicários. Pelo que ouço, eu seria em Portugal o primeiro homem a ter a vida em perigo. Cunha Leal seria o segundo.

espada nua, erguida sobre as suas cabeças, será para eles a espada de Dâmocles!

Abdicação, ou Revolução!

Se fosse lícito neste país, no actual momento, combater os homens que nos governam pela grande imprensa, pelos comícios, por todas as formas de propaganda legítima, uma revolução seria extemporânea, pois se não fizera ainda o formidável bloco da opinião pública que exigisse do governo a sua imediata destituição.

Mas a opinião não é livre. O Poder fechou-nos, pelas suas próprias mãos, o caminho da legalidade. Há que procurar outros, e esses só podem ser: Revolução, ou Abdicação!

Aquele que em Portugal mais se tem insurgido contra a absoluta inutilidade dos movimentos revolucionários, sempre fez as restrições e indicou os casos em que não só é legítimo, como necessário, o recurso extremo a essa forma violenta de combate.

Uma revolução é inteiramente justificada quando um governo suprime os direitos políticos, e estabelece, em vez dum regime de direito, um simples regime de opressão. É-o ainda quando, embora as liberdades não tenham sido suprimidas, elas sejam completamente inúteis, isto é, quando, tendo a Nação feito ouvir a sua voz de quase unânime protesto, os homens que dirigem os seus destinos inteiramente a desatendem. Em ambos os casos o Poder praticou um acto profundamente lesivo do pacto fundamental, o crime mais imperdoável, a traição interior mais infame, pois que retirou afinal ao indivíduo, e no fundo, tanto num caso como no outro (no primeiro retirou o direito, no segundo fez dele uma palavra vazia de sentido), a forma social por que se

afirma a sua dignidade de ser livre, e à Nação o direito que ela tem de fazer ouvir os seus juízos, impor a sua vontade e escolher livremente o regime e o governo que prefere. Um terceiro caso em que uma revolução se justificaria plenissimamente seria aquele em que um ministério se tivesse vendido ao estrangeiro, e houvesse urgência, mesmo sem um largo movimento de opinião, de o pôr à margem, por interesses de segurança e de defesa nacional iniludíveis.

Preparar uma revolução (fora este caso extremo que ultimamente aponte), quando as liberdades não foram suprimidas, sem ter originado previamente esse largo movimento de opinião, não é fazer uma aplicação da Liberdade, é praticar um acto de opressão e de violência. Não são nesse caso os homens que estão no Poder, mas os que o querem assaltar, por surpresa, numa escalada nocturna, à Geraldo sem Pavor, que pretendem impor-se pela força à vontade do país. São opressores da consciência pública logo desde a primeira hora. Mas fazer uma revolução quando a liberdade de facto desapareceu, quando ao indivíduo e à colectividade é negado o direito que lhes assiste (e que nenhum Rodrigues ou Carmona pode ter a veleidade de suprimir) de expressar, sem qualquer espécie de receio ou restrição, o sentido em que deseja as transformações sociais, com o combate claro, firme e vigoroso da obra governativa, é, pelo contrário, reintegrar a Nação na posse dos seus destinos e restabelecer as condições essenciais da cidadania e da própria soberania nacional. Uma sociedade onde só o governo tem o direito de se pronunciar, não se pertence realmente a si mesma, é uma coisa, um objecto do Poder. Oito ou nove pequenos homens podem tudo: e os outros seis ou sete milhões não podem nada. Nove homens decretam, reformam, escrevem, discursam, injuriam, insultam, caluniam. E os outros sete milhões de

homens não podem aspirar a outra honra que não seja a de serem oprimidos, serem injuriados, insultados e caluniados.

Não, há aqui uma inversão profunda das coisas, uma traição do pacto fundamental, um desprezo pela minha própria dignidade e pela dignidade de vós todos, que se não pode prolongar. Os homens que estão no Poder, realmente, arrogaram-se, um direito divino. Foram inspirados pelo Divino Espírito Santo — e os outros não têm mais do que aceitar, sem revoltas nem reflexões, as Tábuas da Lei! Legislam como se isto fosse deles, e se alguém tem a hombridade de lhes declarar que também quer ter parte na coisa comum, na *Res Publica*, falar, ser ouvido, que não quer ser um simples objecto do Poder, é amordaçado e amputado do corpo social como deletério. Há que restabelecer a ordem das coisas, reconstituir o pacto. Não pode ser pertencermos por mais tempo ao sr. Rodrigues e ao sr. Carmona. Por mim, digo-lhes que antes queria pertencer a um picador ou a um alveitar.

Mas há quem pense que não vale a pena combater este governo, por isso que ainda vivemos em República.

Que ironia! República! Que ironia, ou que imbecilidade!

Os que assim pensam ou julgam pensar têm mais amor às palavras do que aos factos, às cores da bandeira dum regime que à sua própria essência.

Mas a República não é uma palavra. É uma Ideia, um conjunto de princípios, de aspirações e de realidades. Por uma palavra, pelas dores duma bandeira, não valeria a pena nem combater nem morrer. Só vale a pena combater e morrer por bens morais iniludíveis. Ora a República sem a liberdade é a casca seca sem o fruto suculento, a palavra sem o facto — e no fundo uma mentira. Dizeis República, articulais estas nove letras, a boca

sorri-vos, o olhar ilumina-se, bateis as palmas de contentes — pobres criações, afinal não tendes feito mais que uma simples emissão de voz. Experimentai outra coisa,izei: bombons, chocolate, marmelada; são palavras também. Comereis gato por lebre, só porque assim lhe chamou o vosso hospedeiro? Fiai-vos mais no *menu* que no vosso paladar?

Republicanos, todos vós, os que vos não revoltais contra este estado de coisas, estais a comer gato por lebre. Mas se há o direito triunfante de ser monárquico, não há o de ser imbecil. Pode-se gostar de gato; mas comer gato, e dizer *comi lebre*, desonra um homem.

A República do sr. Castanho, do sr. Carmona, do sr. Rodrigues, do sr. Sinel, do sr. Afreixo é infinitamente menos republicana que a monarquia do sr. D. Manuel. Ê-o na essência das coisas, que importa mais do que as palavras. Juro-vos, eu, o republicano indefectível, aquele que dá a esta sociedade de gelatina o exemplo duma firmeza de convicções que parece fóssil, que preferiria ser cidadão da monarquia de antes de 5 de Outubro a sê-lo desta república de fachada, desta monarquia que não tem o espírito e a coragem de se confessar monárquica, que só se diz republicana por imbecilidade ou por cobardia.

E que se dirá da Constituição que os *Ditadores* nos pretendem outorgar? Rodrigues imagina que tem poder bastante para isto. Mas que Deus o inspira, que Sansão lhe deu as forças, a que fonte foi ele buscar este poder maravilhoso de modificar, só porque assim pensa e quer, toda a vida e estrutura duma Nação? Com que facilidade estes senhores dizem: *vamos dar um nova Constituição ao país* — como quem dissesse: *vamos pôr uns novos arreios a esta cavalgadura!*

Este é, pois, um apelo à revolução popular. E de facto é ao Povo que assiste o direito de fazer as revoluções.

Mas neste caso especialíssimo o Exército tem um papel essencial a cumprir, porque tem de reintegrar-se na sua missão, varrendo do Poder todos os que o traíram e desonraram. Afreixo, Carmona, Sinel, Paços de Sousa, bolsaram lama sobre o Exército português. Arrastaram-no primeiro para a viela da Aventura, e uma vez ali, desprestigiaram-no, enxovalharam-no, cuspiram sobre a sua farda, amolgaram-lhe a espada, entortaram-lhe o elmo, quizeram fazer dele o sustentáculo das suas proezas inconfessáveis e das suas ambições. Não se pede, pois, ao Exército que se traia a si próprio, pede-se, pelo contrário, que castigue a traição. Pede-se que vingue a sua honra, que torne vitoriosas, *como nunca*, as ideias de serviço, de obediência, de disciplina, de ordem e de hierarquia que constituem essencialmente a sua Força e o seu Espírito. Não se lhe pede um suicídio, pede-se-lhe um triunfo. É preciso desbaratar de vez, em batalha campal, os princípios destruidores dessa Força e desse Espírito que tiveram a sua ignominiosa vitória na absolvição dos do 18 de Abril e nas proclamações do general Gomes da Costa, após o 28 de Maio.

Haveria, é claro, uma maneira de evitar as soluções violentas. Se o Governo tivesse conservado uns restos de inteligência e de bom senso, deveria estar a estas horas convencido da inutilidade do seu esforço e da sua próxima derrota. É impossível manter-se por mais tempo. Não há já ninguém que o defenda. Digo-lhe mais: ninguém que se enfureça, ou que não ria. Os monárquicos desprezam-no, os republicanos odeiam-no. Está sendo uma afronta para todos nós — para além de todos os princípios. Se sobre uma simples ideia negativa se pudesse fazer a União Sagrada, a União Sagrada estava feita. E o Governo teria assim praticado, sem querer, e precisamente por ter querido o contrário, um verdadeiro serviço ao País.

Se tivesse, ao menos, um rebate de consciência, reconsideraria — aboliria a censura, chamaria os chefes políticos, entregar-se-ia com armas e bagagens. Fazendo-o, evitaria os conflitos sangrentos e as violências inúteis. Faria, ao mesmo tempo, um acto patriótico e um bom negócio. Às vezes são coisas que cabem no mesmo saco. Quando um inimigo se entrega sem combater, não há dureza que se não amoleça e inflexibilidade que se não quebre.

Façam-no, e terão praticado o único acto patriótico e inteligente da sua vida.

Sei, porém, o que V. Ex.^{as} me vão responder: «Os governos têm sempre o dever de resistir, e demais sendo militares.» É certo — quando não baixaram tanto como V. Ex.^{as}.

Perspectivas futuras

Pela minha parte, eu só peço à Revolução que nos reintegre no regime da Liberdade e da Ordem — e ninguém me pode censurar amanhã por me ter iludido e esperado outra coisa. Não sou dos que têm a ilusão revolucionária — dos que pedem a esses movimentos o sol e a chuva, o dinheiro a rodos, e a felicidade paradisíaca. Não descerá o maná, nem cairá do céu a chuva de oiro, nem aos políticos nascerão asas de querubim, nem a terra portuguesa se transformará subitamente num novo Eldorado. Com grande pena minha e vossa, não haverá milagre. Decididamente, eu não tenho nenhuma queda para acreditar nos contos das *Mil e uma noites*.

Peço apenas, repito, à Revolução que ela me reconheça, e reconheça a todos os Portugueses espiritualmente válidos, o direito de exercer uma influência inteiramente eficaz sobre a nossa pobre terra — de espalhar pela vasta

seara a nossa semente — de sermos os criadores dum novo estado de espírito e sermos os criadores dum novo estado de espírito e de uma nova alma colectiva. Para isso é-nos absolutamente necessária a Liberdade, de que os Rodrigues tola e mussolinicamente chasqueiam nas suas notas officiosas. É ela, verdadeiramente, a condição *sine qua non* do nosso ressurgimento. Os imbecis, que em Portugal e por moda e sugestão alheias (não há no seu espírito nem aprumo nem resistência), se puseram a papaguear, *ad usum asini*, a retórica do Fascismo, não têm a menor consciência das realidades portuguesas — da profundidade e largueza do movimento espiritual que é preciso suscitar neste lodaçal de águas-mortas, para fazer surgir as condições prévias duma nova vida colectiva.

Ao contrário dos que pedem o Homem forte na Política, eu peço o Homem forte, os Homens fortes na Acção espiritual. Porque o Homem forte na política *impõe* a sua vontade opressiva; e o Homem forte na acção espiritual *convence* da sua doutrina libertadora. O político, em boa verdade — nunca vos disseram isto, mas é assim mesmo —, não deve ser um «criador», mas um «executor». São os intelectuais de «acção», mas um «executor». São os intelectuais de «acção», de «acção forte», concebidos segundo o tipo de Mussolini, mas sem os seus erros, as suas loucuras, a sua falta de visão filosófica, a sua criminalidade e o seu ódio à Democracia, que darão a esta a sua expansão formidável, a sua profundidade, o seu desabrochamento apolíneo, a sua força e o seu esplendor. Confio no belo dia de amanhã, tão cheio de promessas — no dia em que nós, os homens de pensamento, tenhamos mais poder sobre as almas que os homens dos conchavos eleitorais e das tricas financeiras. Será este o triunfo da Democracia, o triunfo que Mussolini queria impedir, e que ele só tornará mais esplendoroso e mais vivo.

Mas para isso é necessário fazermos também a nossa própria revolução interior. É preciso pôr a beleza (a beleza da vida que se oferece, que se multiplica, que fecunda e realiza) não só fora do nosso ser, nas nossas estátuas, nas nossas sinfonias, nos nossos poemas, mas também dentro de nós mesmos. É preciso que concebamos a vida como um dom constante da nossa alma. Darmo-la até em sangue, até ficar dilacerada e partida, no fundo sempre mais bela e maior. Devemos ser *excubidores*, despertadores e animadores, dar Alegria à nossa terra, matar o cepticismo, pôr termo a *esta apagada e vil tristeza*. Todas as revoluções com que nos temos «heroicizado» são feitas no Charco, na vasa do pântano que se agita e que, quando muito, só liberta miasmas. Há que transformar o Charco, há que criar, antes de mais nada, como no *Genesis*, o Movimento e a Luz.

Que ilusão a desse pobre e odioso Ditador italiano pensar que poderia fazer abortar um movimento nascente (que ainda só agora balbucia), supondo-o o último termo duma evolução! Pelo contrário, eu sinto, agora que os estos da Liberdade estão premidos no subsolo, borbuharem mais fortes todas as seivas da Democracia: é como a voz duma fonte que se erguesse no silêncio. Sinto que vamos sentir a volúpia da Criação, a volúpia de darmos a alma e possuirmos as almas. Por mim, abençoo do fundo do meu ser o dia e a hora em que nasci. Os Rodrigues tomaram conta do Charco, e julgam que ele há-de ficar eternamente Charco, *figé*, com os seus Códigos, os seus Esbirros, a sua Censura, e a sua Carta Constitucional. Pois eu lhes juro que havemos de pôr no Charco um frémito de onda — de o transformar em rio de águas-vivas!

•

Todavia, se não esperamos da futura revolução o que ela nos não pode dar, isto não impede de tentarmos

o que esteja ao nosso alcance para convencer os novos governantes a uma mudança, tão possível radical, dos velhos processos, e a tomarem imediatamente um conjunto de medidas (a maior parte dos quais serão, claro, submetidas mais tarde, ao *referendum* soberano da Assembleia Legislativa) que eu julgo imprescindíveis para lançar pela primeira vez em bases sólidas o Ressurgimento Nacional.

Há, em primeiro lugar, e antes de mais nada, que encarar a sério o problema da *Ordem* e da *Defesa do Regime*. Há que abater às fileiras do Exército todos os que têm sistematicamente perturbado a vida da República, impenitentes no seu desejo doentio e criminal de agitação revolucionária e de indisciplina. Eles não desarmarão, pelo contrário. Depois da sua derrota (que não pode deixar de ser inevitável, ou mal iria então da nossa terra), ficarão com mais ódios — e não pensarão senão em preparar um novo assalto. Se não ousais, eles ousarão um dia. Se os não subjugares, eles vos subjugarão. É desde hoje uma luta de vida ou de morte.

Mas se se tratasse apenas de vós! A verdade é que se trata sobretudo da Pátria, que vale mais do que eles e do que vós. Trata-se de assegurar os seus destinos. Trata-se de pôr termo à intervenção constante do Exército na vida pública do país, intervenção que destrói o seu espírito, que o enfraquece como organismo de guerra e de defesa, e que convulsiona, sem utilidade alguma, antes com grave prejuízo de todos nós, as instituições republicanas. Se o Governo que restaurar as liberdades não tiver coragem para ir até ao fim das consequências que lhe impõe um movimento de Salvação Pública, se se deixar ficar a meio caminho, nas mil e uma tergiversações, fraquezas, condescendências, hesitações e pusilanidades que caracterizam os Portugueses (homens fracos no ódio e no amor), ele não se encontrará à altura das circuns-

tâncias, e incorrerá no futuro em tremendas responsabilidades. Não mais, pois, as miseráveis contemplações, não mais o abandalhamento de todas as energias viris. Procedamos com firmeza implacável. É preciso infelizmente ser cruel com alguns, para bem da Pátria. É necessário ser duro — por piedade.

Mas a defesa (dentro dos limites que pela opinião lhe são impostos) do Poder Executivo, não está pendente apenas dos factores materiais. Dum lado a difusão que o Jornal atingiu, tornado por assim dizer, o objecto de tão imperativa e fisiológica necessidade como o «pão nosso de cada dia», e de efeitos tão poderosos sobre o espírito público, que mal se lhe poderão pôr a par os dos mais potentes canhões, e por outro, a concentração da sua propriedade nas mãos de algumas grandes empresas mercantis, colocaram os estadistas dos nossos dias em face dum problema novo e palpitante, que nossos pais não conheceram, e que urge resolver por meios enérgicos e adequados. Perante este quinto Poder do Estado, armado em pé de guerra, os Governos não podem continuar a ficar inteiramente inermes, com a simples e inocente faculdade de confessar a sua resignação e a sua impotência, sujeitando-se a sofrer a primeira coalisão de interesses privados que, injustamente, e com prejuízo dos mais vitais interesses colectivos, se venha a produzir contra a sua obra e a sua existência. Os homens de verdadeiro mérito não iludem nem rodeiam as dificuldades; encaram-nas de frente.

Sentindo esta realidade irreductível, julgaram alguns governantes poder resolver o problema pela Censura — meio odioso e revoltante, pois que suprime o inimigo em vez de o combater, resolve o problema apagando-o da pedra, suspende o benéfico contrôle sobre o procedimento governativo) levantando assim suspeitas constantes sobre

os seus actos de administração) e, extinguindo a Liberdade, extingue desta forma a mais alta dignidade do Espírito e todo o fermento de renovação social. Meio ineficaz, além disso, e em certa medida contraproducente, pois, manietando e amordaçando a grande imprensa, fica impotente ante a imprensa clandestina, mais temível, por mais audaciosa na injúria gratuita e na calúnia sem responsabilidades. A Censura é uma arma de dois gumes, que pode ferir de morte o governo que a maneja.

Isolada, e conjuntamente com aquele processo, outros governos têm feito mão-baixa dos dinheiros públicos, para sustentarem, mal ou bem, um jornal governamental — recurso este inteiramente condenável da parte de quem devia instituir-se no mais alto tipo da Legalidade, e da mesma forma inútil, porque o que sai destes vergonhosos partos clandestinos é apenas um pequenino aborto sem condições de vida nem facilidades de expansão.

Como poderão então os Governos manter-se, no combate que lhes é movido no terreno das ideias, se também lhes não é lícito recorrer ao *apport* dos capitalistas, que os manietaria, e produziria assim directamente o mal que se pretende evitar?

Há só um meio: é os Governos aceitarem corajosamente a luta no campo em que lhes é dada; é o Estado reconhecer o seu direito de legítima defesa, e confiar o encargo dessa defesa àquele Ser que representa a sua vontade organizada, isto é, ao Poder Executivo. *A criação dum grande jornal governamental sustentado pelo Estado, que possa bater-se, pela sua informação, pela sua colaboração viva e escolhida, pela sua reportagem, pela sua illustração, com os outros grandes órgãos jornalísticos, é uma necessidade inadiável dos Estados modernos, e sobretudo uma necessidade inadiável do Estado português.* Esta criação é, além disso, ao contrário do que poderá supor-se, uma aplicação directa da Democracia, pois

constitui o processo mais eficaz de manter um contacto íntimo e permanente entre a acção e as razões de cada governo e a opinião pública do país.

Não se confunda, porém, a minha proposta com a fundação, tentada em tempos, graças ao auxílio possível de certas instituições de crédito, dum grande órgão democrático (no amplo sentido da palavra) que fizesse contrapor às tendências acentuadamente reaccionárias da imprensa de Lisboa, que na sua atitude em relação aos crimes do Fascismo, por exemplo, e ao político mais criminal da História, tem sido, está bem de ver, duma parcialidade revoltante. A existência desse jornal não é apenas necessária (e tenho-o já provado na *Seara Nova*) sob o ponto de vista das puras ideias democráticas. É-nos imposta, a nós, portugueses idealistas, por uma questão de moralidade, de higiene e de limpeza. É preciso um esguicho na enxurrada de lama. Há trampa no ar: trampa pior que a das latrinas. Têm que se abrir as janelas, purificar o ambiente, deixar entrar o sol. Aqui sufoca-se. E quando leio um jornal, tapo o nariz.

Mas o problema que hoje ponho é diferente: trata-se de assegurar aos governos todos os seus meios de legítima defesa, e isso só poderá conseguir-se pela criação dum órgão a eles directamente subordinado que seja a sua voz e a sua arma espiritual (¹), e que claro está, não me contará entre os seus colaboradores.

Bem sei que a minha ideia (como aconteceu com a daqueles republicanos) concitará da parte da imprensa da Moagem e das outras companhias amantes das letras e protectoras dos animais a mais viva opposição. Hão-de

(¹) Pode-se dizer que esta ideia foi já posta em prática pelos Ingleses, com esse seguro instinto que é uma das mais fortes características da sua raça. O *Times*, como se sabe, é considerado como o órgão natural do governo, em todas as situações.

invocar (os mesmos que ante a Censura mantêm de Conrado o silêncio prudentíssimo), a dignidade da Imprensa (oh! *guichets, caisses, bureaux, chaises-longues!*) o alto Sacerdócio e as outras muitas palavras campanudas e grandiloquentes com que estes farsantes costumam, num grande clamor de batuque e *jazz-band*, sufocar a voz da própria consciência. Que importa? Os Panfletos sabem (e é o que basta) que a Imprensa não é tal um Sacerdócio. Poderá ser um Altar, ou uma Taberna; uma Torre de marfim, ou uma casa de iscas; um Sacerdócio, mas também um Prostíbulo. Poderá distribuir a hóstia consagrada, um café de lepes ou uma caneca de carrascão. Ser inspirada por um idealista, por um major reformado ou por um negociante de cabedais. Abrir para o Infinito, ou para a rua dos Capelistas. Obra de homens, é boa ou má, perniciososa ou benéfica, digna do Capitólio ou da Rocha Trapeia — um heroísmo, uma banalidade ou uma torpeza. Onde uns mergulham no lodo e outros nadam nos lagos traquillos e medianos ascendem outros às estrelas.

Vejam os senhores, por exemplo, esse *Diário de Notícias*, que protestou tão inflamadamente contra a ligeira e provisória censura do Sr. Silva, que se submeteu depois à censura permanente e aviltante da Ditadura Militar, como só abriu bico (esquecendo aquelas suas antigas, graves e temerosas advertências aos governos...) quando a Moagem se considerou atingida. Que a Moagem seja servida, pois, e a Censura é legítima. Que o não seja, e a Liberdade é sagrada. A Liberdade, para os jornais de hoje é o direito que se lhes reconhece de defender a Caixa. Entra na conta de ganhos e perdas — não é um ideal que eles defendam. Em tudo o mais, que lhes importa essa *palavra obsoleta*? Eles dão todos os Sacerdócios por um prato de lentilhas.

Isso que para aí se chama Imprensa não pode, pois, abalar-nos. Tinha graça que o governo que surgisse não tivesse coragem para arrostar com as suas cóleras. O Colosso tem pés de lama. E depois que poderia ela objectar? Pois quê? A Moagem pode defender os seus interesses, os bancos, as companhias de pesca, de azeites, de farinhas, de adubos, de cacau e oleaginosas podem defender os seus, e o Governo, órgão supremo da Nação e do Estado, e alvo em certos momentos do ataque interessado de todos eles, há-de cruzar os braços, deixar passar a onda de lama, submeter-se e subverter-se, só porque as gazetas das Farinhas, do Cacau e das Oleaginosas entendem explorar o exclusivo do Sacerdócio?! Em nome de que interesses sociais e de que princípios de moralidade se pretende assim tolher os movimentos a um Governo, e atarrachá-lo a uma cadeira de paralítico? Não, é preciso duma vez para sempre tomar uma decisão audaciosa. Também queremos um retalho ao menos do Sacerdócio, excellentíssimos senhores! Salta de lá Sacerdócio para dois, ó Schwalbach!

*

Asseguradas, desta forma, por assim dizer, as condições estáticas da nossa vida social, uma questão capital há que enfrentar, a que chamarei a *Política da Raça*.

Se o Português não tem resolvido até hoje os problemas que impendem sobre os seus destinos; se é ainda, na frase de Dalrymple, o «país bárbaro entre os povos civilizados da Europa»; e se é presa de ilusões bárbaras e exemplo duma mentalidade bárbara, não devemos atribuir simplesmente o facto às causas accidentais, aos defeitos viciosos da sua economia ou do seu regime político, à influência, realmente deletéria, dos Jesuítas e da Inquisição, e ao formidável êxodo a que deu lugar

a nossa gloriosa Aventura marítima, afastando-nos das actividades produtoras da Terra e da disciplina nobilitante do Trabalho. Tudo isso decerto concorreu para a nossa insuficiência, mas eu filio sobretudo o mal em causas mais profundas, de ordem psíquica e fisiológica, nos Cruzamentos a que andámos sujeitos na nossa vida muitas vezes secular de povo conquistador e colonial, e na Educação, verbalista e amputadora das mais nobres virtudes, a que temos submetido a Mocidade. A nossa decadência é, antes de mais nada, convém reconhecê-lo, um fenómeno de degradação étnica. Baixámos porque já não éramos os mesmos, ou antes, porque já era outra a massa geral da população. Uma vez colocados em contacto com outros povos, a nossa sensualidade não conheceu nem preconceitos nem escrúpulos. Fomos até os conúbios mais aviltantes. Por um destes paradoxos frequentes na vida dos povos, foram precisamente as nossas duas grandes missões históricas — a do Resgate na Península e a da Expansão no Ultramar — que, fazendo-nos partilhar o leito dos conquistados, se constituíram (elas, que eram os feitos eternos da nossa glória) em agentes da nossa decadência. Fomos como esses zângãos que nascem num dia, se elevam no outro para fecundar e multiplicar a espécie, e caem logo após ao voo nupcial, vítimas da fecundação que realizaram.

Nas nossas populações do Sul e do Interior notam-se, fundamentalmente marcados, os sinais indeléveis que na nossa gente deixaram o Mouro e o Negro africanos. Só em parte da zona litoral, nessa extensa faixa pitoresca e húmida que vai de Leiria ao Alto Minho, se conserva uma raça admirável, cujas mulheres, deixem-me dizer-lho, infinitamente superiores ao homem, até na própria saúde e robustez, são talvez as mais belas da Europa. Na região de Aveiro, Ílhavo, Ovar, Estarreja e proximidades de Oliveira de Azeméis, há verdadeiros tipos

de formosura helénica, e não me surpreenderia nada que um escultor viesse modelar ante aqueles modelos vivos a estátua de Afrodite. É porque aí se manteve mais pura a raça, mais indemne do Negro e do Berbere.

Todavia ficam por explicar dois fenómenos extraordinários. Quero referir-me à superioridade intelectual da mulher portuguesa sobre o homem e do povo sobre a elite. Isto só tem explicação possível nos vícios orgânicos da nossa Educação, que, longe de avigorar e beneficiar as nossas qualidades originárias, as piorou e deprimiu.

Temos de fazer rapidamente o balanço angustioso do que tal catástrofe étnica e educativa nos importou em desvalorização espiritual, para compreendermos alguns dos factos mais salientes da nossa história contemporânea e procurarmos remediar convenientemente os males essenciais de que sofremos. E estes parecem-me ser:

— *A apagada e vil tristeza*, a apatia, a indolência, o cepticismo, a inacção búdica, a rotina, esse estado como que de sonolência e letargia em que andamos constantemente, sobretudo no sul e centro do país. Uma raça não perde assim a vivacidade e a alegria sem que tenha sofrido um profundo abalo fisiológico. Parecemos um povo cujo ideal seria ficar a dormir eternamente, e que, se não procura de facto esse sono eterno, é porque isso requereria alguma força de vontade. De vez em quando o nosso sono é entrecortado de sonhos — e é uma quimera irrealizável. De outra acordamos extremunhados — e é uma revolução. Fora disto é o letargo. «Não vi nas ruas de Lisboa» diz lord Churchill (1892) «um único português que parecesse ter a mais pequena pressa». «O torpor — escreve por seu lado outro inglês, William Hadfield — penetra toda a população, desde a criança de peito, que tem preguiça de rir, até ao coxo em muletas, que a tem de se queixar.» Aos 20 anos, quando os outros

esfusiam ainda de vida hílare, já quase todos nós somos graves como manipansos ou faraós mumificados. Perdemos bem depressa essa frescura da vida, essa saúde pletórica e até essa alegria infantil que faz a força mais séria do Anglo-Saxão e do Germano. Creio que há expressões de aborrecimento invencível que não existem em qualquer outra língua; «matar» o tempo, por exemplo. Um povo que «assassina» o tempo comete um pecado mortal;

— A incapacidade de todo o esforço seguido, de exercermos a atenção por muitas horas, de fazermos qualquer coisa com continuidade. Pomos tanto fervor em iniciar uma obra como pressa em aborrecê-la. E a inconsciência das nossas ideias não tem símile em nenhum outro povo da Europa;

— O culto passivo do passado, tão inteiramente estéril, que nas nossas datas gloriosas buscamos apenas o pretexto dum feriado, e não achamos maneira de comemorar o trabalho alheio senão com a ociosidade própria;

— Com a falta de energia e resistência física, a incapacidade de protesto, que é uma das maiores calamidades, e das mais anti-sociais, da nossa psicologia colectiva. Suportamos todos os abusos, todos os vexames, todas as violências, todas as extorsões, com uma paciência, que não é a da resignação evangélica, mas a do burro lazarento a quem não importa já a morte, contanto que o não forcem a mexer-se e que o não macem. Este povo perdeu a energia, a responsabilidade, a decisão, o civismo do Coice. Não vale escoicear: é uma *maçada*. Deixem-no dormir... Esta atitude degradante de pés e mãos, e até de língua, e que se filia, em última análise, numa grave deliquescência fisiológica, costumamos nós intelectualizá-la numa convicção, não de *impotência* própria (é natural), mas de *inutilidade* de resistência, atribuindo

sempre aos outros, ao mundo exterior, à fatalidade, à realidade das coisas, que se não modifica com o nosso querer, o que afinal só de nós deriva. *Não vale a pena* — é o termo consagrado. Sim, não vale a pena protestar, porque vale mais a pena dormir;

— O desprezo pela Cultura, que fez dizer a um viandante (Dalrymple, 1774): «Vi muita gente na rua com lunetas, sobretudo mancebos... É uma affectação bastante estranha, porque certamente nunca o estudo fez perder a vista a pessoa alguma deste reino.» É certo que temos Universidades (lá isso temos, e três, admirando mesmo que os ditadores não tenham criado quarta), mas não temos Ciência. Tiramos um curso para dormir melhor;

— A confusão e obnubilação do espírito, sendo mais difícil encontrar em Portugal uma intelligência límpida e cristalina que é uma nova estrela no firmamento. Com isto, a impossibilidade dum trabalho ordenado e metódico, desenvolvendo-se harmoniosamente e em disposição concatenada e lógica;

— A incapacidade de esposarmos, como diria Montaigne, a «substância» de qualquer ideia, acontecendo muitas vezes que, dizendo partilharmos uma doutrina, a negamos completamente nas suas applicações concretas. Isto explica por que é que certos republicanos ainda apoiam esta Ditadura;

— A retórica e a abundância inverosímil de palavras que empregamos para exprimir a coisa mais simples, o apreço extraordinário em que temos essa retórica e essa abundância. Isto explica por que é que alguns republicanos ainda pretendem o regresso puro e simples ao parlamentarismo palavroso que deixámos. E todavia raros oradores entre nós resistem à suprema prova, que é a prova escrita, depois da qual ficaram inabaláveis Demóstenes, Cícero, Vieira e Bossuet. Quase toda a

nossa eloquência vive apenas do gesto, da expressão mímica, do olhar, da atitude, da figura, da facilidade no soltar da loquela, de todas as exterioridades enfim — e não propriamente do que constitui a verdadeira substância da eloquência, a riqueza verbal, o calor do estilo, o cerrado da lógica, a força e esplendor da imaginação. O próprio José Estêvão não suporta a prova;

— A incapacidade das Ideias Gerais — dando nós, quando muito, simples investigadores, pesquisadores de pedras, historiadores de miuçalhas e arqueólogos de via estreita, incapazes de nos erguermos, num esforço de abstracção e de relação, a qualquer noção superior de Regra, de Ordem e de Lei;

— Uma literatura caracterizada pela falta de virilidade no pensamento e na expressão, e pela ausência de verdadeira emoção intelectual, quando não às vezes por um perturbante psitacismo. Nos nossos romances não há conflitos nem personagens, nos nossos contos acção ou interesse dramático, nos nossos poemas um frémido sequer dos eternos problemas do Espírito ou a alegoria superior dum Símbolo. O único nome verdadeiramente grande que apontamos no romance é Eça de Queirós; e o único poeta-filósofo de que possamos jactar-nos Antero de Quental. A poesia de Junqueiro, longe de ser uma excepção, é uma confirmação à regra, porque a sua lira, monocórdica sob o ponto de vista conceptual, não encontrou outra fonte de emoção para além do estafado tema da eterna evolução dos Seres. Nenhum outro problema do Universo ou da Consciência preocupou o nosso Poeta: comparem com Prudhome, com Vigny, com Antero... Além disso, Junqueiro nunca pensa *intelectualmente*, se assim nos podermos exprimir, sobrepondo-se sempre nele a visualidade da Imagem às verdadeiras leis do pensamento. O pensador que pretende ser é constantemente ludibriado pelo puro artista, pelo

fazedor de imagens e de analogias e contrastes inteiramente superficiais, que de facto é; quando ao contrário, no pensador-poeta, a Imagem não é a substituição do pensamento, mas o seu intérprete. A nossa literatura é, pois, no conjunto, afora raríssimas excepções, um mesmo dedilhar de lira erótica ou satírica, mais propensa a exprimir as sensações elementares e a nossa doce quebreira sentimental que a elevar-se às esferas superiores onde Pensamento e Emoção coexistem. O tipo puro do intelectual, mesmo não criador, é entre nós da mais extrema raridade. Ficamos no lirismo amoroso, no impressionismo, na paisagem literária, no folhetim, na crónica, e de onde em onde, em figuras realmente formidáveis (José Agostinho, Camilo), na sátira e na polémica. No conjunto, pois, a nossa actividade literária aproxima-nos da dos povos primitivos: poucas vezes se ergue acima da simples Sensação ou da Emoção puramente sentimental;

— Uma falta quase completa de senso crítico, que alimenta uma parasitagem das letras e da política indecorosa, e nos põe nos bicos dos pés para coroar de grinaldas as frentes dos cabotinos. Na Europa, só este país poderia palmejar Trindade Coelho, Manuel Ribeiro, Fidelino de Figueiredo, Cunha Leal, receber triunfalmente Gomes da Costa e fazer a revolta das «chinesas». Há aqui uma bem evidente revivescência do negro, com o mesmo amor pelas lantejoulas, pela missanga, pelo ouropel e pelo latão — quando não, muitas vezes, apenas pelo volume. Quarenta tomos medíocres dão em Portugal maior celebridade a um homem que uma *plaque* de génio. Armand Dayot referia-se em 1887 ao nosso «amour du clinquant». É um amor que levamos também para as coisas intelectuais. Chegamos a aceitar os disparates mais incongruentes como raciocínios válidos, e o psitacismo doloroso de alguns jornalistas pode aguentar-se

anos seguidos nos mesmos jornais, lido e devorado pelo mesmo público, sem reparo de monta ou surriada de maior;

— A incompetência em organizar, e não só a incompetência, mas a repulsa que todos mais ou menos sentimos por qualquer tentativa de organização;

— A imprevidência, que nos faz deitar à rua o que temos e comprometer inevitavelmente o que não temos, num esbanjamento perdulário e megalómano de que este governo tem dado alarmantes manifestações;

— A frouxidão perante o crime e a simpatia mórbida pelos delinquentes, sendo certo que a nossa piedade pela vítima se transforma com o tempo em piedade pelo criminoso. Daqui certas expressões deprimentes do *Fado*, a poetização das prostitutas, a tolerância dos malfeitores políticos, a quem achamos pitorescos, a impunidade, o relaxamento, a absolvição dos do 18 de Abril — enfim, a deliquescência.

Eis um sudário trágico, que só um patriotismo mal compreendido levaria a atenuar e a esconder. Uma decadência assim tão miseranda explica toda a torpeza da nossa vida colectiva — faz-nos pôr o dedo na mola-real de todos os nossos desatinos e de todas as nossas desventuras. *Não temos melhor vida porque não temos melhor gente* — este pensamento já vai tomando corpo nas consciências. Como disse um outro estrangeiro, Thibault, em Portugal: «Os homens ainda estão baldios, como a terra.» Melhorar a raça, cultivá-la, torná-la mais pura, mais sadia, mais forte — insuflar-lhe resistência, coragem, dureza, alegria; pôr-lhe risos na boca, gritos na garganta, rijeza nos músculos, ideias no cérebro — é a peça mestra das nossas reformas e a condição prévia de todas elas. Problema de solução longínqua, é certo, e *por isso mesmo* mais urgente.

Temos de procurar, pois, na Eugenia, a defesa da Raça, instaurando uma verdadeira Política Fisiológica (a mais importante de todas); defendendo o Português de maiores abastardamentos, fazendo assim todo o possível para uma regressão ao tipo original; introduzindo a higiene no lar, nas escolas, nas oficinas, na alimentação, no vestuário, no trabalho, pois que a nossa felicidade dependerá infinitamente mais da maneira como respirarmos do que da forma como papaguearmos as nossas lições de geografia ou de botânica; organizando racionalmente os exercícios físicos, concebidos como um desenvolvimento harmonioso do corpo, como criadores de saúde e beleza, como adjuvantes das energias intellectuais e morais. Afora isto, uma educação viva, concreta, sem verbalismos, pondo em acção as qualidades activas do educando, num apelo constante à sua intelligência, vontade e iniciativa, suprimindo a *surmenage* bestializante dos nossos estirados cursos, pedindo ao ensino antes um exercício e uma ginástica viva do espirito do que um extravasar de noções mortas dos livros e dos lábios do mestre para a cérebro-recipiente do discípulo, ia dizer, do paciente. E não esquecendo que queremos viver em Democracia, urge dar à educação cívica um papel muito mais considerável do que lhe temos designado até aqui, pois importa mais, para o bom andamento das coisas cá deste mundo, saber como é organizado o Estado e quais os direitos e deveres do indivíduo, do que as figuras de retórica e a classificação das aponevroses. E como só pela experiência ou o exemplo «esposamos» o que há de útil e de fecundo nas noções e nos conhecimentos, deveremos tentar também o *self-government* na escola, concebendo esta já como o esboço duma sociedade adulta, onde a criança se ensaiará para a vida da Cidade e do Estado, adquirindo os rudimentos da consciência e das responsabilidades do Cida-

dão. Finalmente, deveríamos abrir um largo crédito ao futuro, com o desenvolvimento e expansão das bolsas de estudo no estrangeiro, que determinaria o influxo dos mestres lá de fora sobre a flor mais prometedora da nossa juventude. Seria esse o mais produtivo dos nossos gastos e uma das mais inteligentes aplicações de capital.

Além desta dupla política de Defesa da Ordem e de Defesa da Raça, importava desde já tomar certas medidas imediatas. E antes de mais nada era preciso diligenciar por equilibrar o orçamento dentro dum prazo relativamente curto, embora à custa dos sacrifícios mais dolorosos. Organizar as repartições do Estado, dando-lhes eficiência, obrigando os funcionários à mais rigorosa pontualidade e observância dos seus deveres profissionais. Considerar como serviços de utilidade pública, e como tais obrigadas a regularizar o seu funcionamento, todas as actividades de Transporte, terminando com o espectáculo vergonhoso que nos dão, por exemplo, os caminhos de ferro, cujos atrasos esgotariam a paciência de qualquer povo que não tivesse nas veias, em vez de sangue, orchata. O problema da Terra, o da Água como força motriz, fazendo colaborar os rios e quedas de água de Portugal na nossa obra de ressurgimento, poderiam ter igualmente, dentro da estreiteza dos nossos actuais recursos, um começo de realização. Na política religiosa, deveríamos acentuar a nossa vontade de viver em boa paz com a Igreja, não continuando os nossos avançados a fingir que desconhecem ser católica a maioria dos Portugueses e que é ela uma das forças espirituais do mundo. Por mim, não preciso da Igreja para nada, mas não acho isso motivo suficiente para impedir que os outros a queiram para alguma coisa. Na atitude de alguns dos nossos homens da esquerda há uma espécie de confusão dos dois erários... Sob o ponto de vista constitucional, seria preciso pôr termo ao condenado sistema

do *double emploi*, de duas câmaras recrutadas pelo mesmo sistema de sufrágio, eleitas pelo mesmo eleitorado, compostas pelos mesmos elementos da Nação, consagradas ao mesmo objectivo. Há que criar, ao lado da Assembleia Política, órgão da Vontade Nacional, a Assembleia Técnica, representante das competências especializadas (poderíamos também chamar-lhes Assembleia Consultiva a esta e Deliberativa àquela). E há ainda que aplicar uma forte e impeditiva torneira regulamentar aos extravasamentos da bexiga demosténica, cujos excessos não pouco têm contribuído para o desprestígio do Parlamento. É evidente que esse parlamento é infinitamente melhor que a ditadura que nos oprime e espolia, mas pode melhorar-se e tornar-se bastante mais eficiente, de maneira que ele não continue a ser a ostentação impudica dos Mirabeaus alcoólicos. Finalmente, temos de olhar com carinhosa atenção pelo operariado, brava gente submissa e sóbria que, apesar do desprezo com que a temos tratado, ampara e sustenta a República nos momentos de perigo. Eu antes me quero com um operário inteligente que com um bacharel em leis. É preciso, pois, satisfazer-lhe as reclamações legítimas e desenvolver a educação popular.

Já era o início duma obra considerável. Não continuemos, porém, a praticar o erro de exigir tudo dos políticos. É de nós, intelectuais, professores, escritores, homens de prestígio em todos os meios, pelo saber, pelo talento ou pela virtude, que deve partir a impulsão genésica. A nós compete dizer, como criadores: «Faça-se a luz!» Por toda a terra de Portugal (não obstante a nossa decadência) há (e mal de nós se assim não fosse) criaturas admiráveis, embora um pouco tímidas, que só esperam, para se juntar, a chama dum Apostolado e o texto dum Evangelho. Acendamos essa chama, escrevamos esse texto. Se deitardes fogo a meia dúzia de

pinheiros numa floresta, dentro em pouco todo o pinhal estará a arder.

Ao contrário de místicos da Decadência e de todos os aviltantes delíquios da Piedade, como foram os homens de *élite* que nos precederam, devemos ser os intérpretes da vontade de salvação nacional, os professores da Energia, os restauradores de todas as qualidades másculas, do poder de afirmação, de alegria, de resistência, de desagravo e de punição. Não vos falo em nome do meu testamento, nem das minhas inclinações: falo-vos em nome da Clarividência. Não mais a brandura efeminada, a languescência torpe, a resignação dos castrados, a impunidade, a simpatia dissolvente pelo degenerado e pelo criminoso. Temos de acordar os sonolentos, de pôr de pé os mortos. A tarefa é árdua, por isso mesmo digna de nós.

Acuso !

Eu acuso os homens que nos governam de não terem a mais leve noção dos problemas que deixei esboçados; de terem agravado, pelo contrário, os nossos males até as proporções do escândalo, do pesadelo, do delírio, da catástrofe, do sacrilégio e do *looping-the-loop*.

Dir-me-eis: «Sei bem, que é a vós que compete o papel de acusadores. Que sou eu o réu.»

Assim é, no mundo das Contingências e dos Absurdos. Mas no da Lógica e das Realidades Morais os papéis invertem-se: vós é que sois os réus, eu o acusador. Vejo-vos agora a todos, aqui, na minha frente, pálidos e pusilânimes, como se pela primeira vez tivésseis adquirido plena consciência dos vossos crimes. E perante a Pátria e a História:

Acuso Óscar Carmona, general, reincidente (indivíduo que, presidindo ao julgamento numa revolta

militar, traiu as Instituições, a Justiça, a Ordem social, a disciplina e o decoro do Exército), de, em um dos momentos mais graves da nossa crise nacional, haver tido o topete de ascender às mais complexas funções do Estado, transformando assim em religião desse mesmo Estado o culto da Incompetência e da Mediocridade, a que quis submeter, por intermédio de alguns esbirros fardados, todas as inteligências livres. Acuso-o ainda de ter dirigido, com a mais insondável estupidez ou o mais perverso maquiavelismo, a obra mais completa de descalabro nacional que poderiam desejar os nossos inimigos; de ter permitido como chefe do governo, os actos de nepotismo e latrocínio praticados pelos outros co-réus; de haver tido para com o General Gomes da Costa, depois de o ter desterrado e de por ele ser insultado, a mesma falta de senso, de brio e de dignidade própria de que este réu é acusado no mencionado julgamento.

Acuso João José Sinel de Cordes, general também, nas horas vagas (e de má sorte da Pátria) financeiro, de ter posto em acção todas as energias da sua inépcia para fazer ir o país na *corda dum sino*, com uma política de ruína de que havemos de exigir-lhe severas contas, e de ter permitido, com ela, tais negócios à sombra da protecção às companhias falidas, que dois dos directores da Companhia Nacional de Navegação (Baltasar Cabral e João Ulrich) julgaram de boa prudência demitir-se, para não terem mais tarde, como os outros, de recolher à cadeia — quando mudar a situação!

Acuso Felisberto Alves Pedrosa, general em vilegiatura forçada no Ministério da Agricultura, de se ter investido na posse desse lugar (de que tanto dependem, em última análise, as prosperidades dos nossos batatais e das nossas hortas) sem saber distinguir entre um espinafre e uma couve-flor e talvez entre um repolho e um cedro do Líbano. Acuso-o de ter brincado à cabra-cega

na pública Governação, o que nas cadeiras do Poder é simplesmente indecoroso.

Acuso Abílio Augusto Valdez de Paços de Sousa, de estender à vista do público a mão a um homem, enquanto com a outra lhe vibra uma punhalada pelas costas, tendo demonstrado com esta attitude haver prejudicado cientemente os interesses do Tesouro.

Acuso Jaime Afreixo, o Jasão da Marinha, de ter feito de Portugal em osso a cobiçada Cólchida, e de lhe ter roubado, com malícia e astúcia, o Velo de Ouro, para o distribuir pelos outros Argonautas. Acuso-o ainda de, tendo desembarcado por alguns meses no Interior, haver erigido em sultanatos todas as sanzalas, agrupamentos de cubatas e povoações de palafitas.

Acuso João Belo, também marinheiro, mas mais dado a arriscadas aventuras coloniais, de ter participado com larga responsabilidade no esbanjamento, embora sem tamanhas culpas como a maior parte dos co-réus aqui presentes, na sua palidez funérea.

Acuso Manuel Rodrigues Júnior, paisano mobilizado ao serviço do Palanfrório oficial e dos partos legislativos, de ter prestado a sua adesão de professor de direito a um regime sem existência jurídica, a um simples regime de facto, que se impõe apenas pela força e pela violência; de ter, na nomeação dos inspectores do registo civil, praticado escandalosos favoritismos; de estar indigna e vexatoriamente atacado duma diarreia repugnante, de prognóstico grave, pela sua origem psicopática, a que chamarei legiferomania; de decretar olímpicamente (como Júpter tunante), *pro domo sua*, as providências mais minuciosas e extraordinárias, sem audiência e consulta, ao menos, das competências especializadas, e de ter insuflado um espírito draconiano em algumas das suas reformas, não obstante lhe deva ser levado em conta, como atenuante dos seus desvarios e solturas, o

rebate de consciência alarmada com que acaba de confessar as suas convicções parlamentaristas... embora o fizesse para criar, artificial e violentamente, um novo partido político.

Acuso Ribeiro Castanho (indivíduo que, sendo juiz de direito, cometeu a estupidez ou a torpeza, por paixão política, de se solidarizar com o tribunal que absolveu os revoltosos militares) de ter feito do seu último apellido a voz com que os homens da Ditadura, de aguilhada em punho, o impelem para os caminhos da perseguição e da violência. Acuso-o sobretudo de não ser no ministério mais do que uma pálida figura de retórica.

Acuso Ricardo Jorge, médico e professor, de ser impudico, andar nu pelas ruas, não cobrir ao menos com um *ligeiro cendal*, como as ninfas de Camões e os selvagens seus antepassados, as pudibundas partes, de trazer à vista de toda a gente as vísceras intestinais, e de ter feito aderir ao regime militarista, com uma convicção de sanguessugas e ventosas, a dentadura da família e esófagos adjacentes.

E para acabar condignamente, acuso o Ministro dos Negócios Estrangeiros Bête-en-Cour Rodrigues, de uma coisa indecente, de uma coisa abjecta, de uma coisa abominável, de uma coisa inteiramente inadmissível num ministro dos negócios estrangeiros, de uma coisa de que deveria penitenciar-se perante o Criador e o próprio Sr. Rodrigues Júnior, por se elevar contra todas as leis da Moral, da Lógica, da Ontologia e do Registo Civil, uma coisa que está fora de todas as estipulações do Direito Público e das Gentes e da convenção de Berne. Eu acuso o Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros de não existir.

E a todos conjuntamente:

Acuso-os de terem desviado o Exército da sua função,

de o terem arrastado, por simulação e fraude, a uma cilada.

Acuso-os de o terem enxovalhado, de o terem enlameado, de o terem ludibriado e o terem traído.

Acuso-os de se haverem valido do triunfo do movimento militar em seu benefício pessoal e da voracidade dos seus apaniguados.

Acuso-os de tratarem os Portuguezes como uma récua de cavalgadas ou uma manada de suínos.

Acuso-os de terem transformado em lauto banquete a carne dilacerada dum moribundo.

Acuso-os de abuso de confiança.

Acuso-os de burla.

Acuso-os de devorismo.

Acuso-os de corrupção.

Acuso-os de usurpação de poderes.

Acuso-os de estupidez.

Acuso-os de inépcia.

Acuso-os de hipocrisia.

Acuso-os de mentira.

Acuso-os de cobardia.

Acuso-os de impudor.

Acuso-os de traição.

Acuso-os de terem praticado o crime supremo — a *Ditadura Militar* — que no nosso país, estava bem de ver, geraria infalivelmente os pronunciamentos militares e estes a Anarquia militar — com a consequência inevitável da perda da Pátria, se (sem a infâmia das camionetas-fantasmas, sem assassínios e sem dissolução do Exército, ideia um momento esboçada, para logo ser repelida) não fizéssemos a Revolução, no caso e no momento, salvadora.

E acuso-os finalmente, desde já, de julgarem poder ser os meus acusadores.

Quem faz estas acusações não é inteiramente desconhecido. Tem um nome, um passado, uma obra. Nem isto é um pasquim. Não faz injúrias gratuitas, mas acusações concretas. Exigirá a cadeia — mas também a refutação.

Que o Governo me faça comparecer, pois, quanto antes, em julgamento público, para me desmascarar. Só assim o país ficará convencido da sua abnegação e da perfídia das minhas calúnias. Ou pensará, talvez, bem avisadamente, que ninguém terá prazer em cravar-se na ponta da minha espada?

O desfile dos traídos

No silêncio e na meia-luz do meu gabinete, passa agora por mim, lenta, grave, silenciosa, a legião dos traídos. Passam por mim, debruçam-se sobre o que escrevo, olham-me nos olhos, penetram-me na consciência. São todos os que sonharam, e viram desfeito o seu sonho; os que morreram, e viram a sua morte inútil; os que esperam, e vão vendo a sua esperança vã.

Vem aquele que, ao cair em pleno combate, teve a coragem heróica de mergulhar a mão no próprio sangue, e traçar num muro, com essa vermelha tinta ainda quente, o último grito do seu amor. Passa — e dir-se-ia interrogar-me se não sou capaz de escrever também com o próprio sangue.

Vem aquele que, em tempos de demagogia e reacção, numa casa fechada, atacada a tiro e à bomba, eu vi morrer a meus pés. Os seus grandes olhos absortos abriram-se pávidos, enormes, no espanto daquela incomensurável infâmia e daquela incompreensível expiação. Passa — e vejo os seus olhos desmesurados cravados sobre mim, inquirindo se desfaleço, se tremo,

se hesito, se não sou digno de si e do seu martírio. Não, não hesito, velho operário, mártir obscuro, que nessa noite trágica deixaste o teu lugar ocupado pela orfanidade e pela viuvez. Eu não me esqueço, sou feito de forma que, mesmo que queira, não posso esquecer. Nunca me desampara o protesto eterno dos teus olhos.

Vem aquele que, ao ser proclamada a República, expirou dizendo: «Trazia-a dentro do peito!» Morreu na dor da sua imensa alegria, e foi talvez o mais feliz de nós todos, porque viu o seu ideal realizado no momento do Génesis, sem queda venal nem pecado original — puro como o sonhara. Passa — e o seu olhar abismado parece dizer: «Que fizeram dela? Que fizeram dela? Tê-la-ia eu por acaso levado no peito?»

E depois vem o imenso tropel dos Vivos — dos Vivos que verdadeiramente querem viver — a vida humana a vida nobre, a vida do espírito — todos esses fragmentos de esperança disseminados pelo grande corpo de Portugal, que esperam o momento de se ligar, de se unir, de reconstituir o feixe partido.

Passam — e não sou eu, mas todos eles, que falam pela minha boca, que pedem o castigo deste enorme crime, o eclipse desta funda vergonha, o resgate deste opróbrio, a vitória da sua fé. Passam — e é o próprio futuro de Portugal que passa, com os olhos banhados já na claridade ténue da antemanhã... Podeis, pois, abafar a minha voz. A palavra foi solta, e, abafada agora em mim, vai multiplicar-se... crescer... fulminar-vos... É a de todos os que iludistes, os que traístes, os que envergonhastes — de todos os que não desesperam nunca, porque porfiam sempre, como homens — a da Pátria, afinal, querendo perdurar, querendo viver, querendo purificar-se, querendo salvar-se...

Lisboa, noites de 10 a 20 de Novembro de 1926.

NOTAS

1.^a — Ou mais explicitamente, e após informações de recente data:

Como não temos nem Parlamento nem Chefe do Estado eleito, o Governo inglês vai protelando as negociações connosco. Os ditadores, na inconsciência que lhes é congénita, insistem, mas não se atrevem a aceitar as condições oferecidas *ad referendum* duma situação legalizada pelo voto popular. Inesperadamente, porém, tudo se aceita, e de novo a comissão segue a caminho de Londres, para assinar seja o que for! Que se passa nos bastidores da Finança internacional e nos da política salvadora deste desgraçado país?

2.^a — Estabilizou-se a moeda de Angola em relação à Metrópole, mas como se viu, nada se fez, ou antes, fez-se tudo quanto seria preciso para fazer oscilar a da Metrópole.

3.^a — Não deixa talvez de ser interessante frisar que só no mês de Julho, foi aberto um crédito de trinta contos para acudir a «despesas imprevistas de ordem pública», e outro de mil e quinhentos contos para «triplicar as gratificações aos oficiais e sargentos». Assim os Generais triunfantes julgaram dever servir a honra do Exército!

Nota final

Não tivemos a estulta pretensão de fazer o repertório completo dos escândalos governativos. Dado o curto prazo em que nos queríamos pronunciar, era uma tarefa superior às nossas forças. Além disso, para o fim que tínhamos em vista, dúzia e meia de escândalos típicos eram mais do que suficientes.

Muitos estranharão talvez que eu não tenha aludido ao tão falado «perigo monárquico». O mais leve vislumbre de pudor intelectual me impediria de o fazer. Tenho as responsabilidades do meu nome e da minha inteligência. Falar no perigo monárquico, quando de facto vivemos na pior das monarquias, seria recear o papão que está em cima do telhado, tendo um bandido na dispensa. Seria comungar no desprezível verbalismo de certos republicanos, para quem toda a realidade da República está nos dizeres

de certa tabuleta e nas cores de certa bandeira. Todos os meus hábitos intelectuais me inibiam de emitir esse *flatus vocis*. Sou dos que procuram sempre, sob a palha das palavras, o grão das ideias; daqueles para quem dois termos têm a mesma significação profunda quando possuem o mesmo conteúdo real e concreto. O que para aí está é tão torpe, que a própria monarquia do Sr. D. Manuel não seria um perigo, mas uma esperança. Esta declaração não deve agradar a muitos republicanos, para quem a República é o regime que lhes garante os seus empregos. O «perigo monárquico» é o perigo de os perder.

No decurso da impressão deste folheto foi substituir o Dr. Ricardo Jorge o mui magnífico senhor Dr. Alfredo de Magalhães, cuja boca de ouro eu já vejo daqui articular com soberba ênfase discursos esplendidamente fúteis. Se a essência da Arte é, como alguns sustentam, a «beleza do inútil», este senhor realiza na pompa magnificente da sua palavra a suprema expressão artística. Uma das primeiras medidas do novo ministro foi restabelecer as antigas propinas — o que foi ótimo para os pais dos alunos, mas mais um rombo nas finanças.

Na sua posse, Carmona defendeu os esbanjamentos ministeriais. Segundo ele, a formidável obra governativa não se poderia ter efectuado sem aumento de despesas. Como, porém, na parte financeira, o programa da Revolução era o equilíbrio orçamental, e, portanto, a diminuição das despesas, conclui-se, pois, que este Governo não as pode reduzir... sem as aumentar. Eis as conclusões a que se chega quando se confiam os destinos dum país nas mãos dos Tartufos... e dos Calinos.

Não quero encerrar esta nota sem me referir à atitude de alguns hesitantes, aos que põem ainda, para entrar em acção, casos de consciência. Esses só se decidiriam pelo «absoluto». São ansiosos de perfeição. Ou a República em toda a sua pureza ou a Ditadura Militar em toda a sua abjecção. E um erro mortal. Porque isto de nos esforçarmos, de nos batermos, de nos queirmarmos pelo Relativo, foi o que fez em todos os tempos a verdadeira grandeza do homem. Para se transformar a pedra talhada em pedra polida foi precisa uma epopéia de esforço...

Por mim, não exijo ao meu salto a condição que ele seja dado no absoluto. Ponho todas as energias da minha alma num pequeno passo dado neste mundo relativo e limitado. «Abandonei-me no Todo, que é perfeição», diz em qualquer parte Emerson. Eu não me abandono no Todo. Jogo, pelo contrário, neste momento a

minha liberdade e a minha vida por uma pequena perfeição humana... (1)

As dificuldades que houve na composição e impressão deste folheto foram inúmeras, como se compreende. O autor não pôde acompanhar a revisão de provas até final, e saem por isso algumas gralhas. A parte gráfica deste trabalho não deve, pois, em vista das circunstâncias do momento, estar sujeita à crítica.

ESTE PANFLETO NÃO FOI VISADO
PELA COMISSÃO DE CENSURA

Panfletos

II

AINDA A DITADURA MILITAR

Demonstração científica da nocividade das ditaduras militares e algumas amabilidades sobresselentes

ENQUANTO DURAR A ACTUAL SITUAÇÃO,
OS PANFLETOS SÓ PODERÃO SER DISTRI-
BUÍDOS CLANDESTINAMENTE. A VERDADE,
HOJE, NO NOSSO PAIS É CLANDESTINA.

Uma noite mal dormida

Precisamente esta noite, aí pelas três da madrugada, tive sobressaltos de consciência até agora desconhecidos na minha carreira heróica de taponas. Ouvi passos lá

(1) E ainda restaria a dúvida se, realmente, reconstituição dum Exército e liberdade de espírito são pequenas perfeições humanas.

fora: os cães ladraram; e em todas as capoeiras da vizinhança os galos ensaiaram uma sinfonia lúgubre. Subiu-me pela espinha o calafrio dos grandes momentos — ou antes, dos pequenos. Ah! agora compreendo eu a palidez do Sr. Trindade Coelho ao procurar-me na Biblioteca. Olhei-me no espelho do guarda-vestidos, postado mesmo em frente do meu leito: era uma palidez funérea, aquela palidez histórica que hão-de ter, no dia da derrota, os senhores ministros da Instrução e dos Estrangeiros. Cheguei a duvidar, palavra; seria eu próprio, ou um fantasma? É essa então a cor que tomam os heróis quando se sentem abalados na força das suas convicções e na tranquilidade idílica das suas tripas? Francamente, naquelas alturas, havia uma coisa de que eu sentia mais necessidade do que duma barricada: era duma retrete.

Fiz um esforço de alma e de esfíncter. Ah! era ainda um homem, como Turenne; a minha coragem e os meus músculos intestinais não se deixavam abalar tão facilmente pela gravidade das circunstâncias; tinha ainda tripas heróicas, tripas dignas de enflorar e afestoar as estátuas bélicas nos frontões dos arcos de triunfo. Neste momento de heroísmo comovido e épico, senti bater a uma das portas do terraço duas pancadas surdas. Aumentou-me a palidez na face. Não havia dúvida, Afreixo vinha. Marinheiro nobre, poderá enjoar no mar; mas em terra, a perseguir, como um sabujo, a caça grossa, nunca soube o que é enjoio (1). Embora as paragens do Poder sejam para ele as Afortunadas, não terá descoberto ilhas ignotas; mas para acertar com escon-

(1) De facto, o actual Ministro da Marinha entende que não há empresa mais digna de uma armada, que tem nos seus fastos toda a história da Descoberta e da Conquista, do que passar buscas domiciliárias em casa de inimigos políticos. Vejam que símbolos diferentes para épocas diferentes: D. Henrique, e este esbirro; Vasco da Gama, e este bufo!

derijos onde se meta alma liberta, tem o talento dum perdigueiro ou dum podengo. O faro é a sua vocação, a sua *faculté maitresse*. Dá aí, sem dó nenhum, o dó do peito!

Outras duas pancadas, mais nítidas, soaram. Era o Afreixo!, era o Afreixo! Os cães que ouvia eram talvez as vozes da sua alma. Tinha decerto corrompido a sopeira... E ela, que naquela mesma manhã me olhara com uns olhos tão simpáticos! As sopas, desculpem-me a basófia, sempre caíram em mim como no mel... Mas eu baixara os olhos pudibundos, como José, e decerto essa mulher sentira em si o orgulho ferido das Salomé de Alcabideche, e ia oferecer a minha cabeça ao nobre Afreixo, num bidé, à maneira de S. João Baptista.

Era o Afreixo!, era o Afreixo! Os senhores não podem calcular o prestígio trágico, o inferno dantesco, o som terrível de trombeta castelhana, o efeito de sulfato de magnésio que eu encontrava naquelas sete letras fatídicas. Eram os sete Chefes diante de Tebas, os sete Pecados Mortais, os sete Cavaleiros do Apocalipse, o *Mane, Tecel, Fares* do meu destino. Descendo da cama e das reminiscências históricas, corri a fechar as duas portas do quarto a sete chaves, como se cada uma delas me protegesse de cada uma dessas sete letras. Que fazer? Gritar? Era ridículo, e despertaria a vizinhança. Em qualquer hipótese, seria preso. Suicidar-me? Não tinha com quê — nem ao menos um quinto andar e a alma de Catão. Defender-me? Mas quanto a armas defensivas, só tinha levado para o quarto duas maçãs reinetas. Se ao menos tivesse uma melancia! O meu estado de desarmamento era confrangedor. Parecia que tinha aderido estupidamente ao projecto de Paz Universal e às ideias do presidente Wilson. Naquela emergência, que levasse o diabo o pacifismo! Sentia-me furiosamente militavista — e grotescamente inerme. Sempre o eterno con-

flito entre o Ideal e o Real, entre D. Quixote e Sancho Pança. E, como armadura de guerra, só tinha, qual outro Sinel, um pijama!

Uma ideia salvadora me ocorreu de súbito: deitar por terra o guarda-vestidos, com os *smokings* do meu hospedeiro, fazer dele uma barricada, escavar sistematicamente todas as cadeiras, transformar em projecteis todos os utensílios domésticos, fazer do candeeiro eléctrico um florete acerado, enfim, dar ao quarto uma ordem, ou antes, uma desordem geral de mobilização, pondo-o ao serviço integral das minhas sacratíssimas costelas, de modo que não houvesse um cabide, uma escova, um prego, um escarrador, um bacio que não desempenhasse uma função apropriada neste plano estratégico, que parecia inspirado pelo génio dum Joffre ou dum Pétain. Ah! houvesse generais assim em 1914, e a vitória ter-se-ia antecipado de três anos.

Neste momento um torpor estranho me invadiu os membros. Uma sonolência tirânica se apossou do meu corpo, invencível como o ópio ou o *haschich*. Inclinei para o lado a cabeça, senti esvair-se-me a consciência. Assim, no momento da vitória, vinha Morfeu escangalhar-me os planos! Afreixo não esquecer a gases asfixiantes!

Ao outro dia, quando acordei, reconheci que tudo o que eu vira e sofrera, fora obra do Pavor alucinante que me tinham inspirado os ditadores. Ainda bem que viera Morfeu cerrar-me os olhos com os seus dedos benéficos. Porque se tivesse posto em prática o meu genial plano defensivo, excessivamente fecundo em resultados práticos, sempre queria que os senhores me dissessem com que cara eu me apresentaria nessa manhã à dona da casa, quando ela me perguntasse: «O Sr. Dr. Mário

Figueira (1) passou bem a noite?», e eu tivesse de lhe responder, abrindo a porta do meu quarto: «Sim, eu passei bem, muito obrigado, mas a rica mobília do seu quarto, minha pobre senhora, é que passou as passas do Algarve. Veja, veja, minha senhora, a que estado a reduziram os Fantasmas Nocturnos enviados por Afreixo a perturbar-me o sono!»

A minha atitude

E assim tenho passado a vida em sobressaltos, desde aquela tarde memorável em que alguns amigos, raptando-me, como se eu fora Julieta ou Desdémona, me quiseram pôr ao abrigo das perseguições governamentais.

Eu tinha dito: «Estou às vossas ordens.»

E durante quatro longos dias estive às suas ordens. Esperei a intimação, para me explicar ou retractar, da parte dos gatunos «envergonhados», dos lacaios da censura, dos batráquios do Afreixo, das empresas de navegação e pirataria e dos mussolinis de qui-qui-ri-qui. Esperei o tratamento mecanoterápico que aos lombos me applicasse, com carinho e solicitude, a horda de Cunha Leal, que mais me devia ferir ainda assim a pituitária, pelas exalações do chulé e da saburra, que as costelas

(1) Aqui, nesta casa hospitaleira, desde que estou reduzido à condição de animal doméstico, sou conhecido pelo Dr. Mário Figueira. Qualquer dia, perseguido constantemente por essa partícula embirrativa, sou capaz de me enforcar, como Judas, no meu próprio nome. Como se um homem, para furtar-se à acção da Justiça, tivesse que ir formar-se à Lusa Atenas! Estar escondido é já ignóbil. Mas escondido, e ainda por cima bacharel — francamente, a essa abjecção nunca imaginei descer! Para doutores de fresca data bastam os de Fidelino.

pelo brandir da cachamorra. Esperei o desmentido (1), pelo governo, das tremendas revelações do meu panfleto. Esperei a prisão — o desterro — a vilania. Estive à mercê do insulto, da navalha, da masmorra, do automóvel à Matteoti, do porão dos navios e dos *casse-têtes*. Fui, durante esses quatro dias, a presa fácil, a pomba da inocência, a virgem do delíquio, a vestal propiciatória, a rês do sacrifício, o cordeiro pascal. Deixastes passar a ocasião, num passo lento. Hoje é tarde. Levaram-me a escolher entre uma bala nos miolos ou um desterro na Guiné, e o prosseguimento da minha actividade de panfletário. Continuarei, pois, na linha de fogo. Serei o militar — que deu os primeiros tiros.

Não posso ficar, absolutamente certo, é evidente, de não virdes a descobrir o meu esconderijo. Poderei ir até à Guiné, ou ao outro mundo. Mas se for até à Guiné, não será por minha culpa que lá continuarão a nascer os ditadores militares do meu país; e se me despachardes para o outro mundo, alguns de vós vos haveis de capacitar do que há de profundamente verdadeiro nesta frase de Anatole: «*mourir est accomplir un acte d'une portée incalculable*». E se o outro mundo (apesar de todas as minhas diligências em contrário) tiver de ser o céu (abomino a quietude, sobretudo a eterna), restar-me-á ao menos a consolação de que lá não chegará a voz de Passos e Sousa e de Rodrigues.

(1) Uma nota enviada aos jornais pelo ministro da Justiça, e que muita gente que não leu ou não prestou atenção ao meu panfleto, julgou dizer-me respeito, responde apenas a acusações do jornal clandestino *O Libelo*. Mas se a redacção da nota dava margem a equívocos, quem nos diz que não havia nisso uma intenção? Estes homens encontram sempre maneira de mentir, mesmo quando falam verdade. E estando a responder constantemente a acusações anónimas, deixam precisamente sem réplica as únicas que surgiram sob a responsabilidade pessoal dum nome!

A todas as almas cristãs, e em especial aos amigos de Afreixo, Raul Esteves e Cunha Leal, peço, pois, por minha intenção, e sobretudo pela deles, um Padre-Nosso e Ave-Maria. E se não lhes peço uma Salve-Rainha, bem vêem — é porque sou republicano...

O meu jogo

Entretanto prosseguirei nos meus combates. E não podereis avaliar como isso me consola das agruras doces da prisão. Na luta está para mim já grande parte da felicidade. Como outros a vêem na posse das costureirinhas da Baixa, ou na música de Chopin, ou na investigação das cores das peúgas de Bonaparte ou do nariz de Cleópatra, ou nas palavras cruzadas, ou num salto à dama, ou numa ceia com *mayonnaise* de lagosta — tudo maneiras igualmente legítimas de conceber o nosso destino sobre a terra —, eu encontro a felicidade nesta exuberância de vida, nesta exaltação da personalidade, no combate que empreendi a todas as potências maléficas. E assim, enquanto uns nascem para a costureira ou para a lagosta, eu nasci para o Panfleto. Lamentais o meu gosto? Com que direito? Não é legítimo que eu conceba e viva a vida a meu modo, sem pedir licença para isso aos senhores das monografias dos lagartos, das palavras cruzadas e das fáceis conquistas? Bem sei: tal é a força e o poder dos inimigos que combato, que posso vir a morrer no campo de batalha. E então que tem isso? Que-reis-me imortal? Ou julgareis que é uma pretensão razoável querer que todos morram de *mayonnaise* de lagosta?

Continuarei a combater, não para que admireis as minhas qualidades de espírito ou de carácter, mas para que vos convençais com as minhas razões. Dispensó bem

todos os admiradores que só me admiram pelo talento e pela coragem, dos que só vêem em mim um belo espectáculo — dos que lêem os meus panfletos no estado de espírito de quem observa uma trovoada ou as cachoeiras do Niagara. Não teria nenhuma consideração por mim próprio se não passasse duma força bruta da Natureza. É preciso reconhecer que, além da força, tenho a razão...

Continuarei, pois, a erguer o meu grito de fé no meio desta *apagada e vil tristeza* — a ser o intérprete de milhares de almas hoje abrasadas na mesma chama — a afirmar a minha «monstruosa» confiança em mim próprio e a minha confiança nos destinos do país — a pregar a necessidade dum travão na decadência e na deliquescência colectiva — a exigir que se faça energeticamente um volte-face, uma reversão, uma viragem na carreira louca que seguimos — que se estenda «um arco tenso sobre o «abismo». A verdade é que nem todos os republicanos portugueses são monstros de apetite e de cobiça. Há-os, aos milhares, que nada pedem ao regime e lhe dão em troca, não obstante as tremendas desilusões, uma confiança obstinada. Concebeis que possa ficar desaproveitada essa grande força anímica, correndo tão inutilmente nos seus nervos como a água no leito das correntes? Enganai-vos, porque há um homem, pelo menos, que está disposto a canalizá-la e dirigí-la; que sabe que o dever de todo o «apóstolo» verdadeiramente inteligente é fundar o seu apostolado sobre a grande força viva existente na sociedade da sua época. Como que a sinto já aqui vibrar, concentrada, na concha da minha mão.

Continuarei a provar que o rectângulo com que os jornais, num acto de submissão repetida e quotidiana, reconhecem a legitimidade da Censura, é o estigma com que marcam no lombo a própria ignomínia. É o passaporte, o *permis* que lhes dá direito a circular no

mundo das sombras. São as forças caudinas, quotidianamente aceites, a canga diariamente suportada, o sadismo dos censores passivamente satisfeitos, e na cerviz, gravado a fogo, e quase com orgulho, o ferrete da escravidão.

Continuarei a afirmar que este regime (que, por suprema afronta, ainda se mascara com o nome de República) nos escraviza realmente a todos nós, e não apenas aos escritores e jornalistas, pois se a uns retira o direito de dizer a verdade, nos outros suprime o de a saber.

Continuarei, sim, a fazer o jogo da liberdade, embora com o risco de parecer estar fazendo o dos democráticos. A esperteza saloia não entra na minha tábua de valores. O temor de ser ludibriado pelos outros não me leva a ludibriar-me a mim próprio. Há quem seja capaz de passar fome, só para que o vizinho jante mal. Mas, quanto a mim, coisa alguma, nem mesmo a felicidade alheia, me impedirá de seguir o meu destino. Faço o jogo de tudo quanto quiserem, contanto que faça o meu jogo, que é o dos mais altos interesses nacionais. Aceito todos os liberais honrados por parceiros. Sei as cartas que tenho na mão, e quem ganhará a partida. Ganharão os democráticos, ganharão os que o não forem, ganhará o país. Só não poderão ganhar os que (como os Leais e os Rodrigues) pretendem assegurar o domínio dos seus partidos pela viciação dos cadernos eleitorais e roubar ao democratismo, por processos habituais nos salteadores, a sua influência incontestável, a que chamam (numa expressão consagrada neste país de pedaços de asnos, e que é mais uma das revelações do nosso desprezível verbalismo) a sua ditadura. Esta gente não acredita no triunfo das forças do Espírito. Não vê a «salvação nacional» senão no roubo, na fraude, na trampolice que os faça «redentores». No fundo, que lhes

importam a eles os males da Nação! Só sentem a necessidade duma substituição de influências, duma mutação de poleiros. Salvar-nos pouco importa, comer eis a questão.

Pelo contrário, eu acredito absolutamente (apesar da nossa decadência) no triunfo das forças do Espírito. A questão é *querer*, querer com energia, querer com pertinácia, querer com decisão. Por mim, sou incapaz de *querer* doutra maneira. Por isso melhorar o democratismo — criar um outro partido político que equilibre a sua influência — e acima de uns e outros um soberano Poder Espiritual — tal é o jogo que estou fazendo, que faço há muito, e de que fiz a principal razão da minha existência. Como vêem, jogo franco, cartas na mesa. Não posso deixar de reconhecer que me anima uma grande ambição. Sou ainda mais ambicioso que Cunha Leal ⁽¹⁾, pois enquanto este se contenta com os trinta dinheiros, eu não faço a coisa por menos da coroa de espinhos... É que só por megalomania ambiciosa um intellectual pode assumir neste país a atitude que assumi.

A anarquia militar

Mesmo que os homens que nos governam fossem dotados dos talentos mais eminentes e das virtudes mais excelsas (e todos vós sabeis que a sua inépcia pede meças à sua desonestidade), mesmo então o regime em que vivemos não poderia deixar de originar, por uma

(¹) Veja-se a última declaração da União Liberal Republicana (Liberal, que troça!), em apoio da Ditadura Militar. Havemos de falar mais longamente sobre o partido do bandido, e os cretinos e sicários que o apoiam.

necessidade iniludível e inerente à natureza das coisas, a consequência catastrófica da Anarquia Militar.

Provo-o pelo raciocínio *a priori*, provo-o pela história.

Provo-o pelo raciocínio *a priori*. Desde que um Exército assume funções de ordem política (quer agindo como governo, quer apoiando-o), *perde necessariamente as características psicológicas que constituem a sua força e a sua razão de ser*. Um Exército não vive como vive um Parlamento: o que num é princípio de vida, é noutro germe de morte. Assenta, organicamente, em duas ideias essenciais: a obediência e a hierarquia. Destruídas que sejam estas duas ideias, pode ter todos os instrumentos, todas as armas, todos os canhões; tem tudo, mas perdeu a sua própria alma. Coisa singularmente grave com efeito, porque para vencer uma batalha importa mais o Espírito do que a Matéria: o Homem tem sempre, em todas as obras humanas, mais importância do que as Coisas. Ora é isto o que precisamente acontece em todos os regimes militares. Onde devia reinar a mais rigorosa obediência, impera a liberdade de discussão; onde a hierarquia, a igualdade dos direitos; mais ainda do que a igualdade dos direitos, a inversão de todos os nexos hierárquicos, pois sempre num organismo político os mais novos, que são os mais decididos, os mais corajosos e os mais audazes, levaram de vencida a timidez dos mais anciãos. Isto, que, na vida política normal, não tem inconvenientes, dá, nos regimes militaristas, a supremacia real dos alferes sobre os generais, dos que são comandados sobre os que comandam. É a traição nacional mais perigosa; o crime mais grave praticado contra o Exército. É infinitamente pior que a *sabotage* das suas peças, dos seus navios e dos seus canhões: é a *sabotage* da sua própria alma.

Provo-o ainda pela história. Na Grécia foi precisamente o governo dos Generais que pôs termo ao

império de Alexandre, preparando a conquista romana. Roma só foi grande enquanto fez prevalecer a Autoridade civil sobre as irrupções invariavelmente desastrosas do Exército; sempre que esqueceu estas normas salutares, sempre que a bota dum General ou dos alferes, impelindo a força armada pelos caminhos da violência e da usurpação, deu um pontapé na disciplina e calcou a consciência cívica, *sempre, em todos os casos, através de todas as vicissitudes históricas*, ela se encontrou à beira da perdição e da ruína. Assim aconteceu no período que decorreu entre a morte de Nero e o acesso de Vespasiano, e em que, com Galba, Otão e Vitélio, conheceu três imperadores em menos de dois anos (68 e 69 de Cristo). Assim aconteceu ainda no ano de 193, com a revolta militar contra Pertinax. Assim aconteceu por fim e sobretudo, porque foi então mais longa a crise — «crise terrível, que esteve a pontos», escreve o professor Homo, «de pôr fim ao Império e apressar de século e meio o triunfo das invasões bárbaras», na época que se abriu do ano de 235 ao de 268 da nossa era, e que ficou conhecida na história (veja o empertigado Sr. Rodrigues como os mais calmos e graves historiadores se aproximam, nos seus juízos, dos sarcasmos dos panfletários), não pelo nome gloriosíssimo de *Salvação Nacional*, mas pelo vitupério degradante de *Anarquia Militar*. Gomes da Costa chama-se em Roma Maximino, «um gigante trácio, grosseiro, inculto, mas soldado valeroso e excelente oficial», e Carmona Gordiano, III, «insignificante, mas bem dirigido pelo seu prefeito do Pretório, Temisiteio», Raul Esteves, no símile português. Os Pratas e os Lobos da Costa do tempo não deixaram nome na história, como os de hoje não deixarão, mas tanto aqui como ali são eles que fazem paus-mandados das espadas de comando, entretendo-se nos *soviets* dos subalternos a queimar os generais como charutos. «*S'il y a*

des usurpations volontaires», escreve o mesmo historiador, a propósito da crise do século III, «*certaines autres ne prennent l'Empire qu'à leur corps défendant et sous la pression de leurs troupes...*» Mas a prova a *fortiori* de todos os malefícios do sistema está na própria Espanha, país de ordem, quase autocrático, com uma forte monarquia tradicional e hábitos de disciplina profundamente arraigados. Pois aí mesmo, nesse supremo reduto da Disciplina, da Tradição e do Espírito Militar, remanescente como um *remember* da velha Europa, foi preciso que o Exército tomasse conta do governo para se assistir ao edificante espectáculo da rebelião da artilharia e ao desprestígio do Poder pela falta de sanções. Peço-lhes para reflectirem devidamente que se não tratou, no caso, duma insurreição política, mas dum movimento de pura indisciplina militar. E é isto que sobretudo revela a miséria íntima da «grande chaga» e nos faz ver com clareza absoluta (nós temos avançado muito depois do Sr. Basílio Teles, nós tornámo-nos enfim claros, como diria Nietzsche!) que só os governos de carácter civil têm autoridade suficiente para impor disciplina a todos os elementos do Exército e applicarem as suas faltas as devidas sanções.

Que admira, pois, que a estabilidade governativa ⁽¹⁾ (já tão precária nos governos parlamentares) diminua ainda, e a sociedade, minada nos seus alicerces por estes elementos de destruição, pareça tomada de epilepsia, de mania circular, de vertigens, de loucura deambulatória e de dança de S. Vito? Como em Roma, com os generais *imperatores* do século I e a formidável crise do III, e na Espanha, com os Esparteros, os Narvaez, os Prim e os

(1) Esta consequência só poderá evitar-se até certo ponto, na vigência dum forte poder monárquico, como na Espanha de hoje em dia. Mas as outras consequências observam-se lá como aqui.

O'Donnell, que fizeram suceder (coisa inédita ao tempo), nos 25 anos que mediaram entre 1833 e 1858, «47 ministros, 78 ministros das finanças e 87 da guerra, (Seignobos, *Histoire contemporaine*), entre nós vemos seguir-se, numa mutação caleidoscópica (que bonitas fardas!), e no intervalo apenas de alguns dias, à «salvação nacional» de Cabeçadas a «salvação nacional» de Gomes da Costa, e a esta a de Carmona. Os salvadores, nestes regimes de fortuna (alfobres de génios), surgem de todos os lados como cogumelos. E se fizéssemos a sua exploração industrial, ao menos para esterco! — Bem sei que o orçamento está cada vez mais desequilibrado, a honra cada vez mais por baixo, a plutocracia cada vez mais ávida, a vida cada vez mais cara. Mas como somos exigentes! Então queríamos o país salvo — e a vida barata? A glória nacional — e a plutocracia encolhendo as garras? Salvos por estes génios — e ao mesmo tempo com honra? Não é pedir muito ao Criador, abusar infinitamente da sua infinita misericórdia?

Assim, ao passo que nem um só Ditador Militar (*um só!*) sobreviveu gloriosamente em toda a história (triste destino o de Carmona!), não têm conta, felizmente, os governantes que conquistaram direito à imortalidade como restauradores do Civilismo. Restauradores do Civilismo foram César e o primeiro Augusto, que puseram termo, embora à custa da existência da República, aos governos militares dos Silas, dos Mários e dos Pompeus. Restaurador do Civilismo foi Vespasiano, após esse alarmante esboço de anarquia que foi a crise do primeiro século. Restauradores do Civilismo foram os imperadores ilírios, Diocleciano, e sobretudo Constantino, que, pelo combate sem tréguas que deram aos Esteves e Sineis do seu tempo, afastaram por mais de século e meio a agonia do Império. Restauradores do Civilismo (e da Liberdade e da Vergonha) teremos de

ser nós, se quisermos deixar uma Pátria livre a nossos filhos.

Sempre, em todos os casos de ditadura militar, a salvação pública revestiu a mesma fórmula de restauração do Civilismo, que Passos e Sousa (por motivos inconfessáveis) entende ser a «queda do Exército» e a perda da Pátria e da República — quando afinal, a única coisa que se perderia, rasgaria e destruiria, era a capa de gatunos com que estes meliantes se cobrem, graças às violências da Censura. Foi a glória de Constantino pôr termo às «pretensões nefastas» do Exército e aos seus «métodos expeditivos». «Importava a todo o custo — escreve o historiador acima citado — fazer do regime civil uma realidade, e assegurar, em relação ao Exército, a independência do Poder imperial, alcançando fora dele, e se necessário, contra ele, os apoios suficientes.» E a respeito de Probo, escreve ainda: «O novo imperador, mais que qualquer outro, conhecia-lhes os perigos (dos regimes militares), e também ele reconhecia que só um *regime civil* poderia assegurar ao Império a estabilidade necessária.»

Assim, em todos os tempos (e eu convido os professores de história do meu país a contradizerem as minhas palavras), a Ditadura Militar constituiu, não o remédio dum mal, mas o mal maior, não o debelar duma doença, mas o último termo da sua evolução, não o travão na decadência, mas o estrebuchar na agonia. *A Ditadura Militar marca sempre a hora mais alta na dissolução dum país, o grau máximo na febre colectiva, porque é essa dissolução atingindo já os órgãos mais essenciais da Disciplina e da Ordem.* Quando o mal chega aí, é porque o perigo é de morte. Urge um remédio heróico, embora para o aplicar se tenha de arrancar a capa de gatunos que cobre esta Falperra sem manto e coroa nem barrete frígio!

Mussolini, apesar de todos os seus erros, nunca praticou o crime de arrastar o Exército para as suas aventuras e de o empenhar e comprometer numa obra com esse carácter (1). Posso indicar aos «fascistas» portugueses, admiradores simultâneos de Maurras, Mussolini, Rivera e Carmona (o que não acham maneira de admirar ao mesmo tempo os imbecis!), as passagens em que afirma o seu desprezo por todos os regimes militaristas. Político da grande tradição romana, à maneira de César, não podia deixar de ser, embora profundamente reaccionário, estruturalmente civilista. Estas convicções civilistas dos fascistas italianos confirmar-se-iam ainda (se fosse necessário) com as palavras sarcásticas dirigidas por d'Annunzio, a propósito da perseguição movida a Unamuno, ao general (soldado raso no espírito) que hoje governa a Espanha. Verdadeiramente, eu sou mais correligionário de Mussolini e de d'Annunzio do que de Castanho, Passos e Sousa ou Alfredo de Magalhães. Eu posso divergir de Mussolini e de d'Annunzio em coisas fundamentais, mas numa coisa nos aproximamos: é no respeito que temos pela inteligência.

É que acima da República, acima da Monarquia, acima da própria Democracia, acima do Fascismo, acima de todos os conflitos de opiniões, está a salvação da própria Pátria. Nisto não há divergências possíveis. É-se monárquico ou republicano por gosto, por tendência, por filosofia, por temperamento, mas civilista é-se por necessidades profundas de patriotismo e inteligência. Uma Monarquia pode ser grande e vitoriosa, levar uma nação

(1) Mussolini fez exactamente o contrário. Foi a Milícia *cívica* que na Itália *usurpou* as funções militares do Exército. Parece que todas as formas de despotismo estão, no mundo moderno, condenadas a encalhar ante uma série de dificuldades e contradições intestinas. Tão artificial, tão contrário ao espírito da época, é o sistema em que se baseiam!

à glória e ao triunfo, mas um regime militar (sobretudo sem monarca, como entre nós) leva-o à beira da derrota e da ruína. Uma Monarquia pode vencer os bárbaros; um governo militar tem mais probabilidades de ser por eles vencido. Há um sem-número de grandes Reis; grandes Ditadores militares não os conheço, porque César, Cromwell, Napoleão, como ditadores foram civis. Sê-lo-ão, porém, Carmona? Afreixo? Passos e Sousa? Caberia a uma mãe portuguesa a glória de ter parido a Excepção? Os senhores conhecem a obra de Carmona, de Passos e de Afreixo. Sabiam que ela era péssima. Hoje sabem mais alguma coisa. Ligam-na, com satisfação racional, às necessidades eternas. Sabem que tinha de ser má por uma fatalidade inamomível.

A quadrilha

Tem continuado entretanto o Governo a fazer esforços desesperados pela salvação da Pátria...

Óscar (encantos meus) foi agora alçapremado pelo diabólico Poder oculto à suprema magistratura da Nação. Ei-lo hoje, verdadeiramente, Henrique, o *Casto*, príncipe caquético, dispéptico, sofrendo de hemorróidas e dos calos, e deprimido por um tal torpor de inteligência que nunca pôde perceber bóia de francês. O símile é completo: o mesmo regime dietético; a mesma fraqueza congénita; a mesma delgadez esfíngica; o mesmo vazio mortal de inteligência; o mesmo arcebispo de Évora; o mesmo Alcácer-Quibir do Exército. Para aquecer as costas, envolve-se de flanelas em S. Bento; instalar-se-ia no Cata-que-farás ou no beco do Fala-só se aí se sentisse mais seguro. E tanto se compenetra do seu papel de Presidente, que, na estreia de tenor Alfredo, três vezes trocou

(fugindo-lhe a boca para a verdade) República por Monarquia.

Sinel ⁽¹⁾ continua a dirigir a *Assistência Nacional aos Endinheirados* que montou no ministério. Não há pilha de milionário que lhe não conheça os extremos de caridade, e sopa económica de banqueiros na desgraça que lhe não agradeça os óculos quotidianos. A sua paradoxal filantropia leva as palmas à do *Anjo do Bem* e à da senhora duquesa de Palmela. Não lhe fica atrás a piedade pelos desgraçados candongueiros, como o filho do general Garcia Rosado, que o ministro se não resolve a castigar, por mais que recalcite e proteste o zelador do fisco, na sua ânsia de justiça, quer dizer, da multa.

Afreixo não afrouxa na sua obra de perseguição, em que avulta o caso desse republicano de Espinho, desterado para a África, por *pensar mal* do governo, e obrigado a embarcar sem ao menos lhe consentirem que fosse a casa despedir-se da família e prover-se de dinheiro e roupa branca. O sadismo destes degenerados costuma exercer-se, ao abrigo dos olhos da polícia, nas casas de passe e nos prostíbulos. No Poder acho forte. Temos de procurar para o caso qualquer alternativa nas roças da Guiné.

Alfredo de Magalhães, verdadeiro borborigmo *en papier d'or*, escolhe para seu chefe de gabinete clandestino Fidelino de Figueiredo. Conhecem-no, certamente, o grande homem: é aquele escritor famigerado que achou Eça incarakterístico e habitou as florestas virgens; aquele crítico que exerce a crítica como uma obra de misericórdia e não responde às críticas que lhe fazem; aquele doutor por geração espontânea e por decreto; aquele

(¹) Chamo a atenção de quem queira informar-se por miúdos do descalabro causado por este homem para o vibrante jornal clandestino *O Pelourinho*, e sobretudo para o formidável artigo *O Tesouro a Saque*.

insecto anófele de barbichas; aquele chefe de gabinete de Magalhães que agradecia a confiança deste com diplomas de estúpido e de besta; aquele director da Biblioteca que lhe rouba publicações e, sem respeito por direitos de autor, se apropria dos produtos do meu trabalho; aquele monárquico, enfim, que abandonou a causa... por não ter tempo. Realmente, na época que vai correndo, só se é depressa republicano. Viram-se hoje as convicções como quem vira um fraque: trabalho expedito e com limpeza, sem que as costuras se descubram. Quer-se um ministro da Instrução? falar às tropas? Faz-se um indefectível republicano em 24 horas. Ser monárquico está a exigir uma perda de tempo considerável. *Time is money*. Se podemos governar-nos com a República, e se os republicanos (aqui para nós) são uma súcia de cretinos (com o Baptista à frente), para que é preciso chamar cá o pobre tonto de D. Manuel? Sabemos bem que a monarquia pode dispensar o luxo dum monarca... Demais, estando Magalhães no ministério, salvam-se as aparências. Realmente estamos em Monarquia; nunca estivemos (desde os tempos do senhor D. Afonso Henriques) tanto em monarquia como agora; governam os monárquicos; e são os jornais monárquicos que apoiam a situação. Mas quem pode, ao mesmo tempo, ter dúvidas de isto ser República, se Carmona, ao fugir-lhe a boca para a verdade, logo emenda, e está no ministério Magalhães! Quando o Povo quer saber se um dado regime é República ou Monarquia, não vai consultar o Oráculo de Delfos, a Constituição, a Filosofia Política, a *Seara Nova*, ou mesmo o Baptista: vai consultar o barómetro. E o barómetro, o Dr. Barómetro, aneróide (dentro o vácuo), é o nosso Magalhães, autenticador e garante de todos os regimes, espécie de tabelião-mor da Democracia, pronto sempre a fazer, pelo preço da tabela, o devido reconhecimento... O Porto já

Ihe tem perguntado pelo telefone: «Está lá? Magalhães? Então quem vive? República?» — «República, pois já se vê. Não estou cá eu?» — «Mas Fidelino?» — «Fidelino acaba de aderir, esta noite, por falta de tempo, mais uma vez à República!» — «Oh! deveras?! Felicitamo-lo calorosamente, por mais este inconstetável triunfo de V. Ex.^a e da República!» E o Porto, tranquilizado por Magalhães, solta um suspiro de alívio, e dorme com um sono de cento e cinquenta mil justos ou cento e cinquenta mil bestas (para empregar a linguagem de Fidelino). ou antes, de cento e quarenta e nove mil novecentos e noventa e nove, porque não tem lá o Magalhães. — E demais, não foi ele quem acusou as freiras, no tempo da monarquia, de usarem, para satisfação de certas necessidades, com êxito seguro, certos aparelhos de borracha? Ora é preciso que se seja um grande republicano, e também um admirável Educador, para se ter a coragem, o desassombro, a consciência cívica, a delicadeza moral de acusar desta maneira mulheres sem marido e religiosas de bom viver. Está perfeitamente bem, como ministro da Ditadura, no governo de Rodrigues & Rodrigues.

Ribeiro Castanho, que é, como quem diz, ribeiro de águas sujas (que espécie de despejos se farão nas suas águas?), manda rezar, como Napoleão, uma missa em acção de graças por sua alma (perdão, pela sua vida, que a alma perdeu ele há muito tempo). Que Deus conserve por muitos anos este ribeiro, e que suas margens se mantenham idílicas, e que nunca vá desaguar fora da barra e às Províncias Ultramarinas, e que não quebre mais nenhum braço, e que de castanho se não transmude em pálido ao ouvir as peças de artilharia, e a sua linfa bucólica se não turve, nessas ocasiões solenes, com a intrusão de algumas urinas intempestivas.

Bête-en-Cour, esse, continua a assumir ignominiosamente a responsabilidade enorme de não existir. E assim, lá vemos despachado para Roma o invertebrado Trindade Coelho, um tipo que para aí anda também a fingir que existe (ou antes, que só tem a existência estritamente necessária para ser um cabotino), e a falar sempre no papá, com a vaidade estulta dum nada filho dum alguma coisa, como se o pobre tivesse culpa da grande desgraça de ter dado origem a uma célula germinativa, a um grânulo de protoplasma, por uma poluição nocturna involuntária. — Quanto às negociatas internacionais, seria, já se vê, crime de mão cortada... Os senhores vêem aí, entre todas essas patas, alguma mão que responda pela infâmia?

Felisberto (ou antes, Feliz tapado) não suporta (oh manes de Bernardes e Vieira) a falta de gramática dos Panfletos. Esta de Felisberto transformado em mestre de gramática não é das curiosidades menores da Dita-dura. Já estou vendo daqui S. Ex.^a, abandonando por momentos o esterco com que vai adubando a Agricultura, ele, que é um portento na conjugação dos verbos (sobre-tudo os irregulares), empunhar a férula de magister e iniciar-me, com algumas palmatoadas, nos mistérios do Substantivo. Proponho que se faça sem demora este Epifânio tarimbeiro, académico de mérito — *fauteuil* Rosalino Cândido.

Rodrigues, o *Dador*, que prossegue no seu delírio patognómico de monstro legiferante, verdadeira Besta do Apocalipse em fúria de decretos (ferrem-no ao menos, por favor!), é afinal o patetinha mais satisfeito do ministério, espécie de Dr. Pangloss formado em optimismo transcendental na tasca das Camilas. Messias da ciganagem, funda um novo partido ou religião, com o idiota do Cértima por apóstolo. Hei-de ir ouvi-los a Matacães e ao lago de Tiberiade! Mas, com tudo isto,

Rodrigues (e não vão pensar que é só má língua), não passa duma lesma, duma minhoca, duma obreia, dum papa-hóstias, dum menino de coro, dum sacrista, dum masturbador incorrigível, dum choramingas, dum ministro que mija na cama, pondo a pasta como oleado, dum ministro que mama nas tetas da Santa Madre Igreja e no *biberon* do Nemo, dum ministro que cheira a can-can e a cuecas sujas, e que em paga de (segundo se diz) me querer mover um processo, eu hei-de pôr na Porta Férrea de orelhas-de-burro, se lhe não der antes um rebuçado de alteia, ou o não mandar com um tabefe no rabo fazer ó-ó nas saias da mamã, com a condição de não fazer xixi.

Passos e Sousa, finalmente, desenvolve uma energia extraordinária (em tão pequeno homem) na distribuição da República aos domicílios. A República, para ele, foi um *coup de foudre*, embora já tardio. Logo que chegou ao ministério da Guerra, vê-la e amá-la foi obra dum momento. E dizer-se que nunca tinha reparado! Estamos assim anos e anos ao pé duma mulher, e de repente, sem saber porquê, vemos que essa mulher tem uns olhos de anjo, uma boca adorável e uma perna de truz. — Ah! minha adorada República, que só agora vejo que és bonita! — Mas... Há aqui um mas... Quem nos diz que a declaração de Passos e Sousa não lhe vem do estômago, e o que ele quer, muito simplesmente, é o dinheiro da madama? Este coronel anda-lhe a fazer pé-de-alferes — com o sentido num casamento de conveniência... Cuidado, Mariana, o tipo engrola-te!

E que diatribes! Daqui a pouco estou a pedir colaboração a este panfletário ministerial — com a condição de Felisberto nos corrigir os erros de gramática. Francamente este Passos, com os seus passos pelos quartéis, que bem podem ser passos perdidos, faz-me passar as passas do Algarve... Embora me não cite expressamente, claramente me envolve na diatribe, falando nos Pan-

fletos. E assim, começa a sua catilinária por me acusar de fazer distribuir panfletos clandestinos. Realmente, que audácia! Distribuir clandestinamente o que se não pode distribuir de outra maneira! Já é topete! Mas permita-me o Senhor dos Passos que eu lhe dê um conselho amigável. Não quer que os panfletos sejam clandestinos? Faça com que não sejam clandestinos os seus actos; clandestinos os actos dos seus colegas; clandestinas as suas intenções; clandestino, em última análise, o próprio governo. Pôr-nos uma mordaga na boca, e dizer-nos: «Grite livremente!» — é chalaça, coronel.

Acusa-me ainda de eu ser um «mau republicano» e de berrar (*sic*) contra o governo por haver sido prejudicado «pelas honradas medidas governativas». É evidente. Claro... como o Alberto Xavier... Só não berram contra a situação os «bons republicanos», Cunha Leal e os seus sequazes. Ou não fosse a máxima do imortal estadista: roubar, roubar sempre, roubar até à consumação dos séculos. Alguém duvida da firmeza de convicções de Cunha Leal? São tão firmes, tão firmes, que embora tenha, mais ou menos, aderido ao catolicismo, se não puder roubar lá no outro mundo, afirma preemp-tório, dispensa a eternidade!

Pelo que me diz respeito, não houve certamente ninguém mais prejudicado pela queda do meu velho e simpático amigo António Maria da Silva, do qual fazia o elogio quotidiano em artigos que deram brado. Dir-se-á talvez que não deixa de ser esquisito que um homem que se move apenas pelo interesse se exponha como eu me expus — arriscando emprego, liberdade e vida. Isso, porém, é chicana pura. A verdade é que desde há muito eu concitei a indignação de toda a gente pelas sinecuras chorudas que desfruto. Conhecem-se-me as... boas companhias. Todos os especialistas de bibliotecas me têm por objecto de irrisão. As *Regras de Catalogação* (se-

gundo certos imbecis internacionais, um monumento) são o produto teratológico duma imaginação sem regra (já me chamaram até o João das Regras). Os *Anais das Bibliotecas e Arquivos* (dignos de emparelhar, no género, conforme os mesmos cabotinos, com os melhores do mundo) são apenas o canudo onde publico anúncios de cães perdidos e namoros e faço o jogo dos capitalistas. O *Guia de Portugal* (imaginem os senhores que já lhe chamaram único no seu género na Europa) foi apenas imaginado para comer ágapes de bacalhoadada e chispe de porco em Tarouquela, beber o *vulcânico* de Ermida nas românicas naves de Barrô, catrapiscar as varinas da Torreira, fazer caldeiradas no Bom Sucesso e usar do *sleeping-car* nas linhas da Companhia, com ingleses a perguntar-me se foi em Passos de Sousa... que nasceu Afonso Henriques. Quanto à minha actividade de panfletário, sabe-se que tenho servido todos os governos, feito *chantage* com todos os argentários, cultivado com cuidado extremo a amizade e admiração de todos os jornalistas (que rara é a semana que de mim não falam), feito pagar-me, por preço exorbitante, todos os meus artigos, hoje mais apreciados que champanhe e mais bebidos que zurrapa. Alfredo da Silva, a Moagem, as Oleaginosas, os FONSECAS SANTOS, as Bebidas Engarrafadas, os Açúcares, têm deslizado já grossas quantias Schwalbach, Manso, Xavier, Pereira da Rosa, têm o meu retrato, entre junquinhos, no oratório, como o santo da sua devoção. E em resultado de todas estas relações e tranqüibérnias (e porque me não esqueço também que tenho filhos pequenos), daqui a pouco estou a comprar, como o Leal, um prédio nas avenidas novas.

Sou então mau republicano? Quero nesse caso conhecer os meus crimes. Tenho uma infinita curiosidade pelas minhas infâmias. Desejo medir (se for possível) a profundidade das minhas torpezas. Para isso

ponho um número dos *Panfletos* à vossa inteira disposição. Estendo o pescoço — espero o garrote. Aqui nem há Censura, nem as tuas tréguas à mesma, ó Sousa! Aqui nem oculto os ataques que me façam, nem finjo revelá-los, para os esconder melhor. Eu estou no pólo oposto das vossas almas, ó ginjas! Em relação ao vosso carácter, sou um antípoda. Chamo sobre mim toda a vossa cólera, imploro, como um bem, toda a vossa veemência. Vamos, lorpas, ao combate. O combate para mim é o sal da vida.

Ah! ao contrário do que tu sugeres, pobre tonto, Raul Proença é puro e duro como um cristal — como um cristal de rocha. Se fosse duro, e não fosse puro, não estava aqui agora a escrever panfletos, estava, como qualquer preto, a dirigir o *Diário da Tarde* ou o Banco de Angola. Se fosse puro, e não fosse duro, já tinha sido cavalgado por vocês, já tinha tido há muito a sua derrota. Mas é puro e duro ao mesmo tempo — e é isto que faz a vossa raiva, ó trouxas! O que vocês não dariam para encontrar um carvão nesta pureza, e nesta dureza um rombo!

Decerto, não é um santo, nem tem as virtudes dos santos. É um homem: tem as virtudes dos homens. Só não tem a modéstia. Se a tivesse, possuía bastante espírito para a esconder. Nem ele está disposto a penitenciar-se, perante os seus compatriotas, de não ter as virtudes duma governanta.

Sou assim, e assim me quero. Os que forem do meu sangue a mim virão. Os outros não me interessam. Quero ser, nesta terra de bisbórrias, que parecem pedir desculpa aos outros de existir, o homem que diz *sim* a si próprio, que diz *sim* à vida. Que fez da sua literatura, da sua personalidade, do seu carácter, da sua existência um obstinado acto de vontade. Quando eu morrer (o que Deus faça tarde, porque acho a vida interessante, embora

eu esteja conspirando para a não tornar comprida), nem a arte nem a ciência perderão coisa alguma. Mas os que tiverem vivido ao contacto da minha chama, os que tiverem visto retesar-se continuamente a seta da minha vontade, debruçar-me cada vez mais sobre as funduras donde tem crescido a minha voz interior, esses reconhecerão, se tiverem sido dignos de mim, que a vida ficou, a seu lado, alguma coisa diminuída. Quando eu morrer, o meu último suspiro parecerá a alguns como que o extinguir duma voz que se não ouve mais...

Mau republicano?

O que fizeste, Passos e Sousa, para seres melhor republicano do que eu?

Combateste pela República? Onde?

Serviste-a? Quando?

Honraste-a? Como?

Os únicos sacrifícios que se te conhecem pela República são o recebimento dos teus honorários de ministro e os 30 000 contos de prejuízo que fizeste ao Estado no negócio dos caminhos de ferro. É já alguma coisa, mas ainda não é caso para a Legião de Honra.

Aderiste à República, como um adesivo ao corte: para evitar a efusão do teu próprio sangue. Renegas a tua vida para a salvar. E exploras com tudo: com os sentimentos republicanos, que tu desconheces; com a honra do Exército, que traíste; com a vida da Pátria, que comprometeste. Não recuas perante o teu passado, nem ante a gargalhada dos ouvintes. Tens direito à medalha de ouro da desfaçatez.

Em vez de me responderes concretamente, puxas da guitarra e cantas endeixas à lua. E mentes — ia a dizer, como um cão, mas não digo, porque não quero ofender tão nobre animal, mais fiel do que tu às suas ideias e aos seus donos. Que estou vendido aos políticos! Que

nós, os republicanos, queremos a dissolução do Exército! Quando todos sabemos que quem está a fazer a dissolução do Exército — a dissolução do seu Espírito — és tu e os teus cúmplices.

Que processos de luta! Há entre mim e a maior parte dos homens que nos governam um profundo desacordo fisiológico. Separa-nos a alma? Sim, mas, antes de mais nada, o corpo. Vede-os: são fracos, anemiados, linfáticos, repulsivos. Da sua pessoa escorre o visco. Junto deles (como do Trindade, do Manuel Ribeiro, de tantos *litteras* adocicados dos chás-das-cinco) sinto-me diminuído. E fazem alguns desses lesmas versos de amor, dizem-se amados... Mentira! Calúnia! Não pode ser! Eu não acredito que a maior parte desses homens haja feito gozar uma só mulher!

Mas a tal ponto te tomou o delírio, Passos e Sousa, e o medo perdeu em ti o sentimento das proporções, que, em Viseu, chegaste a ameaçar que «mesmo que a guarrição de Lisboa, por ser a que fica mais próxima das intrigas dos políticos, faltasse aos seus compromissos e consentisse no triunfo dos seus fins, todo o Exército, desde o norte até ao sul do país, especialmente a Beira, correria sobre Lisboa, e ainda que encontrasse ali apenas cadáveres e escombros, continuava a obra iniciada».

Que imaginação apocalíptica! Que explosivos de oratória! Que nitrogliceratos de eloquência! Acudam depressa a este energúmeno fardado com brometo de potássio, um balde de água fria, um colete-de-forças, uma agulheta, um osso, um recitativo ao piano. Já vês Viriato a precipitar-se do Hermínio em teu auxílio; já vês as legiões da Lusitânia; já vês um novo terramoto, e Lisboa, em destroços, a aclamar-te Passos, o Restaurador. Queres fundar o teu império sobre escombros, Nero e Sousa! Incendiar Ulisippo, de cítara na mão, a fronte coroada de louros, enquanto as hetairas dançam um

fox-trot! Gravar sobre o frontão do Poder o *Lasciate ogni speranza*. Que grande génio! que mau génio!

Quanto aos teus serviços à República, há uma ligeira *nuance*. Não és tu que a serves, é ela que te serve. É um salvo-conduto que arrastas pela lama. Queres fazer dela o teu guarda-costas, o teu guarda-lama, a tua criada de quarto, o teu *bull-dog*. A que degradação pensas levá-la! E julgas que consentimos! Que permitimos que ela te guarde as canelas, ou que te lamba as mãos, ou que sobre ela montes!

Respeitamos os monárquicos de uma só fé — os José Maria Rodrigues ou os Aires de Ornelas, por exemplo, que nunca andaram, segundo julgo, a dar vivas à República pelos quartéis. Mas os que fazem *étalage* de republicanismo com o simples intuito de não prestar contas do que roubaram no carvão, são para nós detritos, dejectos sociais, caracteres excrementícios. O seu lugar não é no ministério, mas na sarjeta. Pára lá, pois, com tão esfusiante gritaria. Se continuas, dou-te um casal de perus, um burro, um livro do Fidelino, um gramofone, para que tenhas a coragem de te confessares monárquico, para que não te esganices assim em voz de falsete, para que faças cair a máscara.

Republicano, Passos e Sousa!

Se eu disser: «Sou chinês!», «Sou milionário!», «Sou a Vénus do Milo!», «Sou o Preste João das Índias», «Sou bacharel em direito!», «Sou o Padre Eterno!», «Sou o Anticristo!», ninguém talvez me acreditará. E só porque um sujeito diz: «Sou republicano!», todos hão-de crer por isso na sua palavra?

Se, para ser chinês, não basta querê-lo ou dizê-lo, porque é que, para ser republicano, declará-lo é suficiente? De que estranho privilégio goza essa palavra extraordinária, para que a simples afirmação confira

existência? Como se a suprema realidade da República residisse num *flatus vocis!*

A verdade é que Passos e Sousa é mais monárquico que Egas Moniz, os assassinos de D. Inês de Castro, o conde Andeiro, João das Regras, a rainha D. Leonor, D. António, Prior do Crato, e Miguel de Vasconcelos. É que em Portugal, desde os tempos do senhor D. Afonso Henriques, nunca estivemos tanto em monarquia como hoje. João Franco, Hintze, o juiz Veiga, padre Matos, diante destes «republicanos», devem sentir-se dum monarquismo titubiante e pálido. Velam a face, e exclamam: «Afiml estes tipos vieram fazer-nos relegar ao Museu das Democracias Arqueológicas. Com todo o nosso reaccionarismo, não passamos de liberais empalhados, de filhos adulterinos de 89! Vergonha!, vergonha!»

Mas há mais. O medo fez-te descer, Passos e Sousa, às maiores ignomínias a que pode descer um homem. Chegaste a declarar que não concebias a Pátria sem a República. Nunca jacobino algum, por mais encarniçado e mais estúpido, ousou emitir um dislate mais infame. Mas tu quiseste exceder-te. Era-te necessário um republicanismo à sobreposse. E verdadeiramente, exageraste. És um actor de sexta ordem, que não conhece os limites da verosimilhança e do real. Levaste longe demais o direito que tem um oficial abrilista de ser comediante e poltrão. Cobarde! Precisasvas que te arrancassem, um a um, os teus galões de coronel, e que tos arremessassem à cara, um a um também — por cobardia ante o inimigo e em combate.

Pensa Passos e Sousa que, depois das revelações dos meus *Panfletos*, firmados com o meu nome (e portanto sem o *anonimato repulsivo* a que se refere o Sr. Lobo da Costa, e que alguns estão pondo em uso com o intuito bem estranhável de não ir veraneiar para a zona tórrida),

pensará Passos e Sousa que, depois dessas revelações, que tanta impressão fizeram nos espíritos, poderá haver oficiais do Exército que assumam a tremenda responsabilidade de defender com as armas na mão um regime que, acusado das maiores infâmias e loucuras, não soube defender-se no campo em que foi atacado?

Houve um homem que acusou os governantes de ineptos, de ladrões, de delapidadores do Tesouro, de destrutores da Disciplina, de hipócritas, de arruinadores da Nação, sem que até agora a mais pequena contradita viesse à luz do dia, e há-de haver oficiais do Exército, tão inconscientes ou tão miseráveis, que façam sua a causa dos ineptos, dos ladrões, dos delapidadores do Tesouro, dos destrutores da Disciplina, dos hipócritas e dos arruinadores da Nação?

Não pode ser. Seria então o Exército, em vez de defensor da Pátria, capa de gatunos. Ele não tem o direito de trair por mais tempo a sua missão. A atitude isolada de qualquer oficial não pode ser interpretada senão como um suicídio. E assim está bem. Cada um tem o direito de se suicidar — sozinho. O que é mais discutível é se tem o direito de arrastar consigo soldados inocentes. Isso, rigorosamente, já não é um suicídio: é um assassinio. Já não dá direito à Torre e Espada.

A jangada

Tive um sonho esta noite. Mar alto, ondas encapadas. Navios, barcos, luar álgido — panorama de catástrofe, de naufrágio. Vi-os, com flâmulas estrangeiras e galhardetes gálicos, os navios do Integralismo. Vi-as, com a carranca de Mussolini na proa, e a. de Rivera, as embarcações empavesadas do Fascismo e do Militarismo lusitanos, seguindo a reboque naus de Espanha e de

Itália. Vi-as, com as figuras de Maurras, de Valois — de todos os epónimos da Estranja —, as caravelas nacionalistas. E a nau em que eu ia, sem figuras de proa nem galhardetes gálicos, era simplesmente a nau de Portugal.

De súbito, ao longe, na onda viscosa, uma jangada — e um homem sobre ela, estrebuchando. Pronuncia uma palavra... Como que pede socorro. Mas não ouço a palavra, nem distingo o homem. Sigo na nau arfante. Que atmosfera de cataclismo, que pressentimentos de traição! ainda não ouço... Faço descer um escaler. Perseguo-o. Mas a jangada vai longe: não ouço ainda. Até que enfim vejo, ouço distintamente: o homem é Passos e Sousa, o grito «Viva a República!»

Percebo: o miserável quer salvar-se na jangada, e por isso a lança, com desespero, sobre todos os quartéis do mar. Mas salvar-se é perder o navio em que navego, pois quer destruir a nau da Pátria. Faço um esforço para o atingir. Já lhe estou ao alcance. Estendo o braço, olho-o nos olhos. Exclamo: «Queres trair o meu barco, soltando o meu grito. Larga a jangada!»

Por um momento suspende o esbracejar. Torna a agitar-se. Pára. Recomeça. De novo hesita. Conheço isso, Passos e Sousa. Assim as mulheres se entregam; assim a pomba se deixa fascinar pelos olhos da serpente; assim os naufragos se afundam. Mas agora a fascinação da Vontade está no Bem que se afirma; o Bem pôs-se a querer com todas as forças da sua alma.

— Odeio-te a ti e aos teus. Tu e eles fizestes mais mal à Pátria que uma horda de Hunos — e demais a vossa actividade tem mais do cavalo que do cavaleiro. Causastes mais danos à nossa terra que uma praga de gafanhotos — e demais não tendes asas. À porta fechada, com a espada da Censura nas gargantas, quizeses fazer as grandes negociatas, os grandes empréstimos, as grandes operações, cavar a ruína da Nação

— e demais sois apenas fogos fátuos e excrementos de homens. Larga a jangada, miserável! É necessário, para satisfação da Justiça, para honra e liberdade de seis milhões de homens, para a pureza do ar que respiramos e da luz que nos ilumina, que naufraguem tu e os teus cúmplices.

Decide-te, larga a jangada, que espera por mim (a aurora já clareia) a nau de Portugal — a nau do Futuro — a nau da Salvação.

Lisboa, 12 a 23 de Dezembro de 1926.

NOTAS E REFLEXÕES

— A impressão produzida pelo meu primeiro panfleto foi, dizem-me, formidável. Disputou-se com frenesi. Chegaram a lê-lo, aos magotes, em comício. Procurarei corresponder a este belo entusiasmo... Aviso todas as companhias de mal-viver, todos os argentários corruptores, todos os políticos corruptos, todos os bandidos, que doravante têm em mim um inimigo para temer. Hei-de apontá-los à execração pública, mesmo que tenham o apetite do Cunha Leal, a coragem do Tanganho, os músculos do «Chico» Cruz ou os bigodes do Baptista. Aqui não se põe flanela, não se grita ó-da-guarda nem se compra cão.

— Tal foi o êxito, que um lealista, tomado de fúria «purificatória», queimou todos os exemplares que pôde apanhar à mão, ou antes, ao pé. Não me faltou o auto da fé para a minha glória ser completa.

— Opiniões divergentes. Os redactores do *Portugal* (órgão do governo) acharam o Panfleto «admirável» na rua Garrett, «incorrecto» no Calhariz. Pascal conhecia essa influência das latitudes: «*Vérité au deçà des Pyrenées, erreur au delà*». — Mas incorrecto o Panfleto? Imaginem os senhores um homem que, ao virar duma esquina, sem tir-te nem guar-te, recebe doutro um tiro em pleno peito. Que diríeis se ele gritasse: «Incorrecto! O senhor podia dar-me o tiro, mas desse-me também ao menos as boas-noites...?» Diríeis, naturalmente, que ele era do *Portugal*...

— Fazer panfletos não é o mesmo que dançar «quadrilhas».

— Um amigo pede-me construção. Eis o que ninguém se lembrou decerto de pedir a Courier ou a Rochefort.

— É necessária a divisão do trabalho. Vinde para aqui fazer panfletos; construirei então.

— Mas a verdade é que eu tenho construída toda a minha vida. A obra da Biblioteca, o *Guia de Portugal* são tarefas construtivas. A minha crítica é construtiva. No meu primeiro panfleto há bastantes idelas construtivas. A minha atitude neste momento parece-me valer por um grosso manual de Educação Cívica: é construtiva. Se eu dissertasse sobre Educação Cívica em 364 páginas in-8.º, diríeis certamente que construía. E porque o faço pelo exemplo, e arriscando a vida, achais que destruo?

— Mas, segundo julgo, o que está no fundo do vosso pensamento é que eu faça também um projecto de reforma constitucional, a regulamentação dos tabacos, um decreto fundamentado sobre o aproveitamento das quedas de água e umas instruções minuciosas sobre o uso da Mannlicher. O meu amigo há-de permitir-me que, ao menos por estes dias mais próximos, eu não lhe dê, num prato — a lua-chela.

— Tenho lançado já para a política do meu país algumas idelas *construtivas essenciais* (Parlamento Técnico, jornal governativo, desenvolvimento da educação cívica, etc.). Porque não dais corpo a essas idelas? Esperais que eu faça tudo? Que seja, ao mesmo tempo, o motor que vos dê a luz e o carrinho que vos transporte? Assim será, se assim for preciso...

— Por seu lado, dois ou três políticos acharam o meu panfleto demasiado longo. Ia longe demais — das suas pretensões.

— O meu bom amigo S. C., esse, tem dúvidas sobre se o país merecerá «tanto heroísmo». Que quer? Eu julgo, pelo contrário, que quanto um País mais desce, mais deve subir Alguém! O nosso país só poderá salvar-se por uma espécie de «sacrifício» religioso...

— A imprensa, por sua parte (com raras excepções) guardou um silêncio tão indiferente e calmo como se eu tivesse soltado um

pregão de rabanetes. Se houvesse gritado: «Quem merca alface saloia?», era possível que os jornalistas levantassem ao menos as cabeças dos linguados que consecutivamente enchem para provar que um botão-de-rosa é da mesma natureza que um botão das ceroulas. Eu sempre queria saber o que fazia o *Diário de Notícias* se eu morresse no decurso da batalha. Sempre queria gozar (se a hipótese da imortalidade da alma é verdadeira, como sustenta o Sr. Fernando de Sousa) a atrapalhação do grande jornal ao querer explicar aos seus leitores a minha súbita celebridade. Era provável que começasse assim o necrológio: «Este senhor, de quem nós nunca falámos por termos tido com ele uma questão ao voltarete, era um insigne jornalista. Podia ombrear, nesse campo, com Manuel Ribeiro, Alfredo Pimenta e João de Meira, embora nunca tivesse atingido as fulgurações áureas dum Cunha e Costa e dum Trindade Coelho.»

— Se, por exemplo, entre mim e o *Diário da Tarde* não houvesse algumas milhas de distância, esse jornal poderia ter aproveitado uma excelente ocasião de falar no jornalista «proibido». Alguém ali revelou ultimamente uma reforma constitucional que se pôs em vigor na Alemanha. O Sr. Xavier poderia ter elucidado os seus leitores que eu defendera coisa semelhante, já há muito, nas colunas da *Seara Nova*. Estou a ver que o necrológio que este me dedicar acabará desta maneira: «Nunca nos pudemos entender. Havia entre nós, politicamente, uma grande diferença de cor...»

— Carmona é apenas um Napoleão III com menos espirito e mais calos. Este regime é bem menos digno dum Rochefort que dum calista.

— O que devíamos ver ainda! «Zé» Rino (grande influente monárquico em Alcobaça) acaba de tomar no *Diário de Notícias*, calorosamente, o partido do governo contra os republicanos da sua terra. Que é preciso respeitar o Poder Constituído! Folgo imenso de ver «Zé» Rino com tanto respeito pelo Poder Constituído. É outro sinal dos tempos... O que já lhe não merece, porém, tanto respeito é o decoro próprio. O que «Zé» Rino acaba de fazer com tanto apurmo é, pura e simplesmente, uma denúncia. E quer este magarefe passar por aristocrata! *Nous prendrons ces gens-là à la lanterne*. Isto de ser aristocrata, meu caro senhor, não se compra como um casal de éguas andaluzas... A verda-

deira nobreza não a dá a dinheirama, nem os passeios no lago de Genebra, nem sequer a ascendência. Em 48 horas faz-se um curso *Para viver-se em boa sociedade*. A ciência que nos ensina a não meter os dedos no nariz e a não nos servirmos muito do arroz, embora sentíssemos vontade de lhe chamar um figo, não é tão difficil como se diz. Com um pouquinho de disposição e boa vontade, tomamos tanto aprumo e correção como um criado de mesa. Em 48 horas um bom mestre faz um *gentleman*. Mas o que se não faz em 48 horas, nem em mil, nem talvez numa vida inteira, é essa nobreza de espírito que nos impede de cometer baixezas, mesmo pagas a tanto a linha. Infinitamente mais nobre do que o senhor é certo alfaiate da sua terra. Vou mandar-lhe um livrinho que lhe ensine a passar fome a uma mesa da sociedade; não ficará a dever então nada a V. Ex.^a — O «Zé» Rino! A que se chegou! E pensar eu que já joguei o burro-americano com este homem...

— Todo o jornalista que defende este governo não deve ter a impressão que goza dum direito — mas que desfruta um privilégio.

— Quando defendeis a Ditadura, pensais defender a Sociedade contra o Indivíduo. Realmente, apenas defendeis oito indivíduos contra toda a Sociedade.

— Para os que se decidem por pessoas, e não por princípios: Que nome se deverá aplicar a um regime que é apoiado pelos monárquicos (vejam-se os artigos de fundo e os *en-tête* dos seus jornais) e tem contra si a grande maioria dos Republicanos?

— *Noite de Natal*. Longe dos meus... Mais dentro da sua alma do que nunca...

— *Legenda fúnebre*. — Quando eu morrer, quero que me ponham na campa esta legenda fúnebre: «Aqui jaz o Garoto do século xx. Era tão irreverente que nem teve respeito pelos bigodes do Baptista.»

— Não quero acabar sem cumprir o grato dever de dar as boas-festas às pessoas que há vinte e tantos dias vigiam a minha casa e seguem minha mulher com tanta solicitude como insucesso. Que o ano que se vai abrir lhes seja cheio de felicidades e prisões. E se o dia do Ano Bom for ainda iluminado, como tudo leva a

crer, pelo sol da Ditadura, não se intimidem: subam, a comer no meu tugúrio — uma perna de peru.

— Carta de minha mulher: «Meu amor, não faças mais panfletos. Pois não vês que terra é esta? Merece o teu esforço? Quem, entre os escritores e jornalistas, se solidarizou contigo? És só tu!, és só tu!» — Ah!, minha pobre mulher, é que há que dar um sentido à vida, vivê-la, jogá-la, perdê-la, ganhá-la como um homem. As mulheres nasceram para o amor; mas os homens nasceram para alguma coisa mais do que para o amor. Num beijo que me dás está todo o teu destino; mas o meu destino está para além dos meus abraços e dos meus beijos. Ser uma voz livre... numa vida de combate — de triunfo, talvez de suicídio... «És só tu! és só tu!» Mas por isso mesmo, amor. É preciso levá-la até ao fim — por ser só eu! por ser só eu!

— O Sr. Fausto de Figueiredo disse num discurso que «a imprensa portuguesa, como a de toda a parte, é a melhor e a pior coisa que há; a melhor, quando cumpre a sua missão, a pior quando a falseia.» Aqui está uma afirmação que não causará o menor embaraço ao sr. Fausto de Figueiredo. Já assim não aconteceria se esse senhor se lembrasse de passar às acusações concretas, e declarasse *precisamente* quais os jornais portugueses que cumprem a sua missão, e quais os que a falseiam. Mas não foi provavelmente para isto que se fez a Sociedade do Estoril.

— Carta enviada ao Sr. Pintor Quartin: «Lendo nos jornais que V. Ex.^a vai falar sobre o «Dever dos jornalistas», e que acabará por se referir aos «Intrusos», espero ficar devendo a V. Ex.^a a honra de me incluir no número destes. Só um «Intruso», efectivamente, poderia ter a estranha veleidade de fazer a defesa da Liberdade de Consciência como eu fiz — sujeitando-me a passar alguns meses longe da família e ainda por cima a não assistir a nenhuma *première*. Os jornalistas profissionais de Portugal, recusando-me toda a solidariedade, não fizeram mais do que afirmar implicitamente a distância que os separa de um jornalista, que, nada recebendo pela publicação dos seus artigos, leva tão longe a reivindicação dos seus direitos espirituais. Não sei se V. Ex.^a, na sua conferência, vai falar em direitos mais altos do que este, mas o que não posso deixar desde já reconhecer é que tenho também todo o direito a ser incluído na categoria que reclamo.»

— O *Portugal* reproduz em grandes parangonas o que escrevi na minha primeira brochura sobre o jornal governamental, acrescentando: *Fiat voluntas tua*. Creio que o órgão da Ditadura não interpretou bem a minha vontade. Em parte alguma do meu folheto poderia ter visto defender, ao mesmo tempo, Censura e Jornal Governamental. É muita coisa, para um governo só. Que confiança podem merecer efectivamente as palavras dum governo que só deixa ouvir as suas? Para quem põe uma mordaca na boca de todos os outrôs, não me parece duma necessidade absoluta e duma justiça incontrovertível trompetear na trombeta da Fama. Quando o silêncio é tão profundo, é indecoroso gritar tão alto.

— O grande republicano e socialista Agostinho Fortes suporta o governo. Sempre me quis parecer que este homem tinha o jeito de vir a suportar qualquer coisa. O que era não sabia. Mas a olhar-lhe para a giba, não poderia duvidar de que viria a desempenhar ainda na sociedade portuguesa — um papel de atlante.

— Há pessoas a quem a minha linguagem irrita, porque ela é, por vezes, violenta e cruel. F. C., por exemplo, queria que eu fizesse «panfletos científicos». Meu caro senhor, perante a supressão das minhas liberdades, eu não reajo *cientificamente*: reajo com toda a minha alma, com todo o meu sangue, e, se preciso for, com os meus punhos, as minhas unhas e os meus dentes. Foi sempre assim que reagiram, aliás, contra os vários princípios que combateram, os Cassagnac, os Mussolini, os Pappini, os Daudet. Eu não sou da categoria dos «científicos»; sou da categoria dos «lutadores».

Mas não tomeis triunfantemente, nos trapézios da macacaria, atitudes sábias, pois tenho ainda que fazer ao vosso cientismo três observações emolientes.

A primeira é que os senhores confundem a violência inteiramente justificada com o «desarrazoado» na violência: a adjecção forte, vigorosa, sangrenta, mas sempre exacta, flagrante e justiceira, com o simples destempero de linguagem. Eu sou daqueles que, vendo a casa assaltada por ladrões, gritariam muito naturalmente, sem pensar mesmo na Ciência: «Aqui há gatunos!» Vós sois dos que, para não empregar esses métodos «anticientíficos», se poriam a resolver previamente o binómio de Newton.

A segunda observação é que pode haver muito mais razão na violência que na calma. Há, por exemplo, infinitamente mais *razão* nos meus panfletos que em todos os artigos de todos os

jornalistas portugueses, por mais serenos e frios que pareçam. Há burros com uma inefável serenidade. Preferis os seus ornos melancólicos ao rugir do leão que defende a Justiça?

Em terceiro lugar, eu sei (ah! e desta vez cientificamente) que só por processos fortes se consegue ter alguma influência sobre as massas. É um erro de psicologia pensar o contrário. A verdade, na moral e na política, ao contrário do que diz o Poeta, não é só luz — é fogo... Se o meu temperamento me impõe os métodos de que uso, mais mos impõe ainda a minha inteligência. Se esta mos não impusesse, eu contrariaria o meu temperamento. Mussolini conhece a eficácia desses métodos. A Itália de hoje é uma consequência deles. Temos de os usar, na boa intenção, e com fins inteiramente opostos. Precisamos de *arditi* — de *arditi* que não queiram fazer *fuorosciti*. O vosso espírito «científico» é, pois, falso, porque vos ludibria sobre a psicologia das multidões, anula a experiência e vos condena à impotência. Sois verdadeiramente, a negação de todo o espírito científico...

No fundo, porém, o que vos irrita é a minha personalidade, a que não reconheceis o direito de ser exuberante, o meu espírito voluntarioso, a fé que pus na liberdade, a obstinação com que sempre a defendi — enquanto tantos outros jornalistas faziam a apologia de Rivera e Mussolini, parecendo assim implorar que lhes pusessem a Mordaza, os fizessem passar sob as Forças caudinas, os flagelassem com o Azorrague e os aparelhassem com a Albarda. Pois a mim o que me irrita é Vocelências serem tão eunucos... É isto que me dá náuseas de viver. Vocelências são todos insuportavelmente «científicos» — quer dizer, comungaram o corpo da Ciência sem terem aspirado o menor perfume do seu Espírito.

Quis o destino que neste mesmo momento me chegasse às mãos a carta duma Senhora que não conheço, e que aplaude as minhas palavras «tão vibrantes», diz, «de vida, de fé e de beleza». Quando as senhoras assim falam, é porque o meu caso não é tão grave. Alguém, por fortuna, em Portugal, não perdeu inteiramente o sentido, a inteligência, a noção intuitiva (se não «científica») do que deve ser o Homem: foi a Mulher.

— *Uma cólera fundada em razão* — tal é a minha divisa de panfletário. Pallas Athéna no seu pedestal de mármore — e, em roda, as Eríneas.

— O povo português foge às felicidades da Ditadura. Tal é a explicação do Êxodo. Os povos são injustos e insensatos. Pre-

ferem tudo — os trabalhos, as privações sob o sol dos trópicos, os naufrágios, a serem salvos. Tanta felicidade dá-lhes mais pão, mas diminui-lhes o apetite. Sentem a necessidade de mudar de ares...

— Carta enviada ao Presidente da Sociedade dos Escritores:

«Quando acedi a fazer parte da *Sociedade dos Escritores Portugueses*, foi pensando que era sincera a intenção dos seus fundadores de defender os interesses *morais* e *materiais* dos seus associados. Não concebo maior interesse moral para um escritor que a sua liberdade de espírito. Ora a Sociedade de que V. Ex.^a é digno Presidente não teve até hoje, perante a Censura prévia e as ordens de prisão passadas contra escritores, *antes de julgamento*, a mais titubante atitude de protesto, nem mesmo quando viu um dos seus membros privado do convívio público por usar da sua liberdade, defendendo a liberdade de todos. Uma Sociedade que renega assim os seus fundamentos não me interessa. Queira, pois, V. Ex.^a fazer-me a honra de me abater, e dar ordem para que seja distribuída a soma das minhas quotas pelos pobres de espírito que constituem a maioria dos membros dessa Sociedade.»

— Rodrigues afirmou ao sr. António José de Almeida que “o governo, embora saído duma revolução (*este embora é duma lógica encantadora*), não pretendia exercer qualquer tirania, mas sim realizar as aspirações dos que prepararam o 5 de Outubro”. A prova de que o governo não pretende exercer qualquer tirania, e eu não pôr o pé na rua há muito tempo, para pudor gozar, de palanque, os benefícios da liberdade. Quanto às aspirações dos que prepararam o 5 de Outubro, sempre me quis parecer que tanta falta de ideias, tanta anemia cerebral, tanta retórica, deviam levar a este lindo resultado. Os que prepararam o 5 de Outubro prepararam também realmente o sr. Rodrigues. S. Ex.^a não é senão o último anel da cadeia inextricável das fatalidades. Se os apóstolos de 5 de Outubro não protestaram ainda perante a vileza, é porque se sentem ligados ao umbigo desse homem por tremendas responsabilidades. Tudo conspirou, tudo, nessa digestão mal feita, que foi a preparação da República, para esta flatulência nauseabunda. Rodrigues, neste longo processo digestivo, não é afinal mais (desculpem-me o eufemismo) — do que o último peido.

— E se nós pensássemos cada vez mais em República, e cada vez menos em 5 de Outubro? Era uma ideia...

Este livro
acabou de se imprimir
em Maio de 1974
na
Sociedade Comercial de Papelerias Rabelo da
Beira Douro, Limitada
para a
SEARA NOVA
Lisboa

